

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS – IESA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TERRITÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
ESPACIAIS DO AGRONEGÓCIO NO
MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO**

BENJAMIN DE LACERDA JÚNIOR

GOIÂNIA
2011

BENJAMIN DE LACERDA JÚNIOR

**TERRITÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
ESPACIAIS DO AGRONEGÓCIO NO
MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça

Goiânia – GO
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Benjamin de Lacerda Júnior

TERRITÓRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPACIAIS DO
AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO

COMISSÃO DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador _____
Prof. Dr. Manoel Calaça (Orientador/UFG)

2º Examinador Externo _____
Prof. Dr. João Cleps Júnior (UFU-MG)

3º Examinador Externo _____
Prof. Dr. Claudécir Gonçalves (IFG) Goiânia – GO

4º Examinador Interno _____
Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (UFG/IESA)

5º Examinador Interno _____
Prof. Dr. Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG/IESA)

6º Examinador Suplente Externo _____
Profa. Dra. Dinalva Donizete Ribeiro (UFG/JATAÍ-GO)

7º Examinador Suplente Interno _____
Prof. Dr. João Batista de Deus (UFG/IESA)

Aos meus pais, Benjamin de Lacerda e Maria José Madeira Lacerda, exemplos de muito amor e dedicação aos filhos. Companheiros e amigos em todos os momentos de minha vida. Aos meus irmãos (Luís Carlos Madeira Lacerda em Memória), José Vanderlan Madeira Lacerda e sobrinhos, em especial, minha eterna companheira irmã, Velma Lúcia Madeira Lacerda e, meu sobrinho querido, David Madeira Lacerda Barreira.

AGRADECIMENTOS

Ao grande amigo Aurélio Thomé, pelos momentos de incentivos.

Aos amigos Anderson e Alexandre pela dedicação, boa vontade e presença em momentos difíceis. Ao amigo Michel pela atenção e preocupação com o andamento da pesquisa.

As professoras e coordenadoras dos cursos de Letras e Pedagogia da Faculdade Fortium Laise e Maria Isabel.

Aos professores, colegas de trabalho da Faculdade Fortium.

Ao professor Fábio pela preciosa contribuição na correção gramatical deste trabalho.

Ao professor orientador Dr. Manoel Calaça pela confiança e respeito durante a realização da pesquisa.

Agradeço as forças divinas pela proteção e iluminação.

A Universidade Federal de Goiás, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

A todos, sou profundamente grato.

RESUMO

A pesquisa intitulada Políticas Públicas Espaciais do Agronegócio no Município de Rio Verde - GO, apresenta contribuições teóricas sobre políticas públicas e sua relação com o espaço geográfico. Ressalta o papel do território nas políticas desenvolvimentistas agrárias, setoriais e tem como objetivo mostrar a necessidade de articulação entre as várias dimensões ou escalas espaciais das políticas: urbano, rural, regional, local, global e dessas com os respectivos instrumentos de ações do Estado sua relação com os atores hegemônicos do agronegócio da soja como fatores determinantes para uma nova organização do território. Nesta pesquisa, o espaço é tomado como uma das instâncias da sociedade e colocado como fundamento das políticas: territoriais, regionais, urbanas, rurais, considerados como políticas espaciais. Verifica-se na pesquisa que as profundas transformações causadas pelas políticas públicas desenvolvimentistas no âmbito social, econômico e político apresentam novas dinâmicas, novos conteúdos sociais e econômicos ao município de Rio Verde – GO. A consolidação da modernização da agricultura na década de 1990 por meio de políticas de intervenção e de desenvolvimento contribuiu para a formação de novas ordens/desordens territoriais no município pesquisado. A presente pesquisa analisa o processo de construção e uso do território em função das políticas públicas desenvolvimentistas agrárias que permitiram a modernização da agricultura nos cerrados na Região Centro-Oeste nos anos de 1970, 1980, 1990 em que compreende simultaneamente a incorporação técnico-científico na sua manutenção, transformação, circulação e consumo. Soma-se, ainda no contexto, as relações de poder entre os atores hegemônicos do agronegócio da soja ou do capital agroindustrial contemporâneo. Dentre essas relações de poder, destaca-se o papel do Estado e as políticas públicas, desempenhando regulamentação, nas articulações, mediações supraestruturais, condicionando políticas financeiras, conduzindo ao desenvolvimento desigual e combinado ou a ordem/desordem, inclusão/exclusão sócio espacial. Pólo de uma região produtora de soja, milho, leite, algodão, aves e suínos, Rio Verde - GO desenvolveu-se rapidamente na década de 1990. Impulsionado por políticas de modernização contínua da agricultura e pela expansão das indústrias de beneficiamento, o município constitui a base da reorganização do espaço e da sociedade. Nesse contexto teremos o território de Rio Verde como objeto de análise sócio político espacial e que na pesquisa ganha uma dimensão multiescalar na medida em que o território enquanto categoria de análise espacial, relaciona-se como o poder e atores hegemônicos do capital agrário. Nesse contexto, coloca-se como objetivo mais amplo uma proposta teórica para avaliação das ações das políticas públicas espaciais na agricultura moderna e seus efeitos econômicos, políticos, sociais e territoriais. No decorrer de nossa análise sobre políticas públicas espaciais do agronegócio da soja, constata-se que é inevitável que uma política pública traga efeitos sobre o processo de produção do espaço: pela criação de novos objetos, pela criação de novas atitudes, pela mudança na conduta de indivíduos de toda natureza e função social, política e econômica. Nesse sentido percebe-se que as políticas públicas possuem um “acontecer espacial-territorial”. Porém por muito tempo conceito geográfico de espaço foi mal compreendido e isso acarretou em um grave problema às políticas públicas espaciais.

Palavras-chave: políticas públicas espaciais, geografia política, território, agronegócio.

ABSTRACT

The research entitled Public Policy Space at the Agribusiness municipality of Rio Verde - presents theoretical contributions on public policy and its relationship to geographical space. Emphasizes the role of territory in the land development policies, sector and aims to show the need for coordination between the various dimensions or spatial scales policies: urban, rural, regional, local, global and those with their instruments of state shares her relationship with the hegemonic actors of soy agribusiness as determining factors for a new organization of the territory. In this research, the space is taken as one of the instances of society and placed as a foundation of policies: local, regional, urban, rural, regarded as political space. There is research that the profound changes caused by the developmental policies in the social, economic and political dynamics present new, fresh content to the social and economic Rio Verde - GO. The consolidation of the modernization of agriculture in the 1990s through policy intervention and development contributed to the formation of new orders / disorders land in the county searched. This research examines the process of construction and land use policies in the light of developmental land that allowed the modernization of agriculture in the grasslands of the Midwest Region in the years de1970, 1980, 1990, in the embodiment comprising both technical and scientific in its maintenance, processing, circulation and consumption. Summing up, even in context, power relations between hegemonic actors of soy agribusiness or agro-industrial capital contemporary. Among these power relations, we highlight the role of government and public policy, playing rules, joints, mediations superstructure, affecting financial policies, leading to uneven and combined development or the order / disorder, inclusion / exclusion social space. Pole region of a producer of soybeans, corn, milk, cotton, poultry and pork, Rio Verde - GO has developed rapidly in the 1990s. Driven by policy of continuous expansion of agriculture and processing industries, the municipality is the basis of the reorganization of space and society. In this context we have the territory of Rio Verde as an object of socio political space and that the research gains a multiscale dimension in that territory as a category of spatial analysis, relates how the power and hegemonic actors of agricultural capital. In this context, there is broader purpose as a theoretical proposal to assess the actions of public policy space in modern agriculture and its economic effects, political, social and territorial. During our analysis of public policy space of soy agribusiness, it appears that it is inevitable that a public policy effects bring about the process of production of space: the creation of new objects by creating new attitudes, the change in behavior individuals of every nature and function of social, political and economic. In this sense it is clear that public policies have a "place-territorial space."But long geographical concept of space has been misunderstood and that Resulted in a serious publicpolicyspace.

Keywords: public policy space, political geography, territory, agribusiness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Brasil – Limites do PRODOESTE	105
Figura 02	Rio Verde: complexo agroindustrial da Perdigão	172
Figura 03	Rio Verde: vista parcial da empresa de embalagens de papel ORSA.....	176
Figura 04	Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação da Plataforma Tecnológica do Sudoeste Goiano.	178
Figura 05	Rio Verde: silos da CONAB.....	204
Figura 06	Rio Verde: ilustração dos programas de incentivos governamentais..	204
Figura 07	Rio Verde: vista parcial da Cargill	205
Figura 08	Rio Verde: Banco do Brasil e Citroen com agentes integrantes do circulo de cooperação.....	205
Figura 09	Rio Verde: Vista parcial da empresa Avesui	206
Figura 10	Rio Verde: vista parcial da fábrica de estruturas metálicas Calles.....	206
Figura 11	Rio Verde - vista parcial da John Deere na avenida Presidente Vargas.....	207
Figura 12	Rio Verde: comércio de produtos agropecuários.....	208
Figura 13	Rio Verde: concessionária de máquinas agrícolas.....	209
Figura 14	Rio Verde: revendedoras de autopeças agrícolas.....	209
Figura 15	Rio Verde: hotel Gelpes.....	210
Figura 16	Rio Verde: maquete da granja Escola da Plataforma Tecnológica.....	210
Figura 17	Rio Verde: módulo de produção de aves da Granja Escola.....	212
Figura 18	Rio Verde: criatório de aves da Granja Escola	213
Figura 19	Rio Verde: acesso principal da Agrishow – Comigo.....	213
Figura 20	Rio Verde: exposição de implementos agrícolas na Agrishow – Comigo.....	215

Figura 21	Rio Verde: exposição de cultivos de grãos na Agrishow – Comigo...	215
Figura 22	Rio Verde: exposição de sementes na Agrishow – Comigo.....	215
Figura 23	Rio Verde: bairro Céu Azul, onde está concentrada a maioria dos trabalhadores de baixa renda da Perdigão	215
Figura 24	Rio Verde: bairro Céu Azul, onde estão concentrados a maioria dos trabalhadores de baixa renda da perdigão	218
Figura 25	Rio Verde: conjunto habitacional para funcionários da Perdigão que têm rendimentos de no máximo 5 salários mínimos.	218
Figura 26	Rio Verde: Condomínio horizontal fechado da Perdigão.....	218
Figura 27	Rio Verde: bairro nobre onde residem a maioria dos diretores da Perdigão.....	218
Figura 28	Rio Verde: localização dos Bairros Céu Azul e Dom Miguel.	219

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Microrregiões do Estado de Goiás, segundo IBGE, de acordo com a resolução – PR nº 11 de 05/06/90.....	125
Mapa 02	Goiás: Quantidade Colhida de Soja (t).....	151
Mapa 03	Regiões de cadeia produtivas em Goiás.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Principais produtos agrícolas (2005).....	111
Tabela 02	Área plantada com a produção de soja.....	111
Tabela 03	Brasil: Crédito Rural - Financiamentos concedidos por categoria 1970 a 1980 (em R\$ Bilhões)	114
Tabela 04	Número de trabalhos de pesquisa realizados pela EMGOPA, no período de 1974 -1980.....	146
Tabela 05	Goiás: Área, produção e produtividade da soja – Safras 1970 a 2005.....	148
Tabela 06	Área plantada com a produção de soja	150
Tabela 07	Goiás: Principais Microrregiões Produtoras de Soja nos Períodos:1974, 1979, 1989 e 1999	150
Tabela 08	Créditos concedidos em nível de Brasil, Goiás e microrregião do sudoeste goiano, 1970 e 1995	156
Tabela 09	Rio Verde: estrutura fundiária, 2000.....	166
Tabela 10	Rio Verde: COMIGO em números – 2003.....	198
Tabela 11	Rio Verde: quantidade de empresas por setor, participação relativa do setor em relação ao total e taxa geométrica de crescimento (TGC), em porcentagem ao ano, durante os anos de 2000 a 2003.....	203

LISTA DE SIGLAS

BASAGRO = Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial

BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD = Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNDE = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNH = Banco Nacional de Habitação.

CAI = Complexo Agroindustrial

CDAC = Companhia de desenvolvimento Agroindustrial Cerrado

CDE = Conta de Desenvolvimento Energético.

CEPAL = Comissão Econômica para America Latina

COMIGO = Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano.

CONAB = Companhia Nacional de Abastecimento

CPAC = Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados

ELETRORÁS = Centrais Elétricas Brasileiras.

EMATER = Extensão da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMGOPA = Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária

EMBRATEL = Empresa Brasileira de Telecomunicações.

ENIDS = Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento.

FMI = Fundo Monetário Internacional.

FORMENTAR = Programa de Incentivo Atividades Industriais e Agrícolas.

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

ICM = Refere-se ao antigo imposto sobre operações de circulação de mercadorias, substituído na constituição federal de 1988 pelo atual ICMS.

ICMS = Imposto de Circulação de Mercadoria E Serviço.

IPEA = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas.

OTAN = Organização do Tratado do Atlântico Norte.

PAEG = Plano de Ação Econômica do Governo.

PAG = Plano de Ação Governamental.

PERGEB = Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.

PETROBRÁS = Petróleo Brasileiro S/A.

PIB = Produto Interno Bruto.

PIN = Plano de Integração Nacional.

POLOAMAZÔNIA = Programa de Polos Agrominerais da Amazônia.

POLOCENTRO = Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PRODECER = Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado.

PRODOESTE = Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

PPA = Plano Plurianual.

PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PND = Plano Nacional de Desenvolvimento.

PND-NR = Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.

PNB = Produto Nacional Bruto.

SENAI = Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SEPLAN = Secretaria do Planejamento.

SFH = Sistema Financeiro Habitacional.

SIDERBRÁS = Siderurgia Brasileira S/A.

SNCR = Sistema Nacional de Crédito Rural.

SUDAM = Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

SUDECO = Superintendência de Desenvolvimento do Centro - Oeste.

SUDENE = Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

SUDESUL = Superintendência de Desenvolvimento da Região

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE MAPAS.....	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE SIGLAS.....	xii
SUMÁRIO.....	xv
INTRODUÇÃO.....	01
1 - ESPAÇO, TERRITÓRIO, POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS...	14
1.1 Espaço, Território e Política.....	17
1.2 Reflexões sobre Política econômica e Políticas Públicas para fundamentar a multidimensionalidade do Território.....	34
2 - REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO ESTADO, DAS ESCALAS DE AÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPACIAIS EM UMA PERSPECTIVA DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO.....	47
2.1 Breve considerações sobre o papel do Estado.....	48
2.1.2 O Estado, políticas e as escalas espaciais de ação.....	52
2.2.3 Políticas Públicas e desenvolvimento territorial/regional: que escala espacial devemos fazer referência?.....	58
2.2.4 Território, desenvolvimento e políticas públicas de desenvolvimento...	68
3 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A DINÂMICA DO TERRITÓRIO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO.....	77
3.1 Políticas Públicas espaciais de desenvolvimento agrário: uma análise teórica da dimensão espacial das políticas públicas de desenvolvimento.....	78
3.2 Políticas públicas condicionante para a formação do território do agronegócio na Região Centro-Oeste.....	86
3.3 Políticas Públicas de desenvolvimento Regional e Territorial.....	88
3.3.1 Planejamento e políticas territoriais do Plano de Metas.....	89
3.3.2 As décadas de 1970 a 1980 – Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1985).....	95
3.3.3 Políticas públicas espaciais desenvolvimentistas e os programas de desenvolvimento dos cerrados (1975-2000).....	98
3.3.4 Planejamento e políticas territoriais e regionais do Plano Plurianual...	116
3.3.5 Os Eixos de desenvolvimento na virada do milênio.....	120

4 - REDES DE PODER E TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO.....	124
4.1 O território do agronegócio no circuito da modernização da agricultura.....	124
4.2 Território, redes e poder para compreender a territorialização do agronegócio no município de Rio Verde – GO.....	129
4.2.1 As redes de poder dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação do agronegócio no município de Rio Verde – Go.....	137
4.2.2 A dinâmica territorial do circuito de produção e dos círculos de cooperação do agronegócio em Rio Verde – GO.....	140
4.2.3 Os atores hegemônicos do circuito de produção e dos círculos de cooperação do agronegócio na cidade e no campo.....	163
4.2.4 A rede de poder da COMIGO e seus circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação.....	164
4.2.5 A rede de poder da Perdigão e seus circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação.....	169
4.3 A configuração do território do agronegócio no período Técnico-científico-informacional diante da gênese dos circuitos espaciais de produção.....	176
5 - RIO VERDE ENTRE A ORDEM E A DESORDEM: CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	179
5.1 Leituras da ordem e da desordem do território da soja em Rio Verde.	179
5.2 O território do agronegócio definiu a nova relação campo cidade.....	185
5.2.1 O campo das fazendas modernas e dos empresários rurais: inclusão e exclusão territorial.....	192
5.2.2 A cidade: inclusão do consumo consuptivo das fazendas modernas e segregação sócio-espacial.....	202
5.2.3 A Guerra dos Lugares! Ordem? Ou desordem?.....	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	236

INTRODUÇÃO

Os aspectos que motivaram o desenvolvimento dessa pesquisa, em nível de doutorado, foram às mudanças na agricultura e nos espaços rurais contemporâneo no Brasil, que nas últimas décadas têm trazido novos desafios àqueles dedicados a explicar os fenômenos que ocorrem nessas áreas, colocando em discussão até mesmo os parâmetros usualmente utilizados nas pesquisas acadêmicas e no entendimento das mudanças econômicas e sociais que envolvem os espaços rurais. O renascimento de algumas áreas rurais brasileira, a inversão dos fluxos migratórios em direção a esses espaços, o crescimento de atividades industriais e de serviços nessas áreas e a permanência de estabelecimentos agroindustriais supostamente fadados a territorialização do capital, formação de novas relações de trabalho, surgimento de novos setores da economia no mundo rural globalizado, são fenômenos que colocam em discussão a própria forma de encarar os espaços rurais, locais e seletivos, regidos por ações, e poderes em escalas locais, regionais e internacionais. Ações essas regidas pelo Estado e que vamos considerar como “Políticas Públicas Espaciais”.

A pesquisa intitulada Territórios e Políticas Públicas Espaciais do Agronegócio no Município de Rio Verde, apresenta contribuições teóricas sobre políticas públicas e sua relação com o espaço geográfico. Ressalta o papel do território nas políticas desenvolvimentistas agrárias, setoriais e tem como objetivo mostrar a necessidade de articulação entre as várias dimensões ou escalas espaciais das políticas: urbano, rural, regional, local, global e dessas com os respectivos instrumentos de ações do Estado sua relação com os atores hegemônicos do agronegócio como fatores determinantes para uma nova organização do território de Rio Verde – Goiás.

Comumente as políticas públicas desconsideram o espaço e seu papel para sociedade. Tomam-no como um pano de fundo, um reflexo da sociedade ou um palco onde as políticas vão ocorrer. Com isso, anulam a importância do espaço sobre as mesmas e sobre a sociedade. Nesta pesquisa, o espaço é tomado como uma das instâncias da sociedade e colocado como fundamento das políticas: territoriais, regionais, urbanas, rurais, considerados como políticas espaciais.

Consideramos na pesquisa que as categorias território, região, urbano, rural, são recortes do espaço total. Levando-se como fundamentação teórica que o espaço tem um

papel ativo sobre a sociedade, a ação das políticas em cada um desses recortes, frações, ou aspectos que influi na totalidade indivisível da qual são partes integrantes, por representarem “manifestações do real-concreto da totalidade”.

Verificamos na pesquisa que as profundas transformações causadas pelas políticas públicas desenvolvimentistas na dimensão social, econômica e política apresentam novas dinâmicas, novos conteúdos sociais e econômicos ao município de Rio Verde – GO. A consolidação da modernização da agricultura na década de 1990 por meio de políticas de intervenção e de desenvolvimento contribuiu para a formação de novas ordens/desordens territoriais no município pesquisado. A territorialização do capital no espaço agrário do Sudoeste Goiano ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 (re)estruturaram as relações de produção em consequência das “novas lógicas” que se instalaram, marcadas pelo uso intenso da ciência, tecnologia e informação, e pela especialização produtiva, principalmente a produção de grãos, como soja e milho. Em decorrência, as transformações ambientais, sociais e espaciais foram consolidadas, visíveis de forma material na paisagem e/ou também não visíveis, mas que estão constituídas nas relações sociais.

Dessa forma a presente pesquisa analisa o processo de construção e uso do território em função das políticas públicas desenvolvimentistas agrárias que permitiram a modernização da agricultura nos cerrados na Região Centro-Oeste nos anos de 1970, 1980, 1990 em que compreende simultaneamente a incorporação técnico-científico na sua manutenção, transformação, circulação e consumo. Soma-se, ainda no contexto, as relações de poder entre os atores hegemônicos do agronegócio da soja, aves e suínos ou do capital agroindustrial contemporâneo. E dentre essas relações de poder, destaca-se o papel do Estado e as políticas públicas, desempenhando regulamentação, nas articulações, mediações supraestruturais, condicionando políticas financeiras, conduzindo ao desenvolvimento desigual e combinado ou a ordem/desordem, inclusão/exclusão sócio espacial.

Todo esse processo favorecido por meio das políticas públicas espaciais contribuiu para a formação do território do agronegócio no município de Rio Verde, consolidando a unidade agricultura/indústria e cidade/campo, resultando em territorialidades e desterritorialidades.

Polo de uma região produtora de soja, milho, leite, algodão, aves e suínos, Rio Verde - GO desenvolveu-se rapidamente na década de 1990. Impulsionado por políticas de modernização contínua da agricultura e pela expansão das indústrias de beneficiamento, o município constitui a base da reorganização do espaço e da sociedade. Nesse contexto, teremos o território de Rio Verde como objeto de análise sócio político espacial e que na pesquisa ganha uma dimensão multiescalar na medida em que o território enquanto categoria de análise espacial, relaciona-se como o poder e atores hegemônicos do capital agrário.

Portanto, é fundamental analisar os impactos das inovações tecnológicas na organização territorial das atividades do município de Rio Verde, em um momento de transição paradigmática, no qual podem ser observadas as direções assumidas pela penetração da nova frente tecnológica e científica, com consequências acentuadas na divisão territorial e social do trabalho. Essas transformações estão sendo acompanhadas mediante a observação de novos processos que geram mudanças espaciais nas regiões de expansão da soja no cerrado goiano. Nesse contexto, coloca-se como objetivo mais amplo uma proposta teórica para avaliação das ações das políticas públicas espaciais na agricultura moderna e seus efeitos econômicos, políticos, sociais e territoriais.

O tema em estudo foi desenvolvido a partir das contribuições da ciência geográfica, sua relação com as ciências afins como a economia política, sociologia e outras ciências sociais, a qual se manifesta por meio de reflexões e discussões teóricas no decorrer dos capítulos que foram delimitados para melhor compreensão da pesquisa. Tivemos a colaboração para o debate científico do tema políticas públicas e sua relação com o espaço/território, Estado, poder, pensadores ou autores consagrados como Milton Santos, Bernardes, Becker, Brandão, Graziano da Silva, Paullilo, Delgado, Elias, Fernandes, Calaça, Saquet, Rafesttin, Haesbaert, Harvey, Lefebvre, Martins, Ruckert, dentre vários outros que tiveram significativa colaboração na discussão no desenvolver da pesquisa.

A metodologia adotada insere-se no paradigma do realismo crítico, por oposição tanto quanto uma abordagem positivista de cunho determinista, que visa à obtenção de regularidades estatísticas. E sem querer descartar essa possibilidade no que refere a amostra de dados, pelo fato de que os dados ou as referências estatísticas contribuem para o resgate do materialismo histórico e dialético. E quanto à radicalmente construcionista

que nega qualquer estrutura subjacente à interpretação que os indivíduos dão ao seu ambiente. Ao mesmo tempo em que confere importante papel às percepções e atitudes dos indivíduos, o realismo crítico reconhece a existência de estruturas e relações conflituosas subjacentes a esses comportamentos. Busca, portanto, explicar a realidade como fruto da interação de elementos subjetivos e objetivos, tendo como principal base de análise a geografia política, crítica, na intenção de resgatar por meio das políticas públicas espaciais a lógica da produção social do espaço, por em questão os termos da relação homem com a natureza e o espaço produzido.

O objetivo geral da pesquisa, além de compreender a relação política e espaço e suas contribuições no processo de ordenamento territorial, é (re)conhecer os novos atores do poder do agronegócio e como articularam a ordem/desordem, inclusão/exclusão por intermédio das políticas públicas espaciais no território de Rio Verde.

Assim, a pesquisa está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo intitulado Espaço, Território, Política e Políticas Públicas, propõe-se oferecer reflexões teóricas para repensar a inserção do território nas políticas públicas espaciais, rompendo com as visões segmentadas do espaço e compreendendo como totalidade, no sentido de demonstrar que a especificidade de um conjunto de políticas públicas constituídas para o agronegócio no município de Rio Verde são nomeadas como econômicas, sociais e setoriais. E ao remetê-las essencialmente em políticas de caráter espacial, verifica-se que tais políticas são espacialmente fundamentadas, no qual, o espaço tem um significado que vai muito além do espaço palco. Consta-se o que está por trás do habitual entendimento de política territorial e política de recursos construídos para o agronegócio, expressadas nas políticas territoriais, regionais, rurais ou em desenvolvimento territorial e regional.

Nesse sentido, esse capítulo buscou subsídios teóricos para se repensar a inserção do território nas políticas públicas espaciais e seus instrumentos. Procura-se verificar que a inserção do território não se faz sem romper com as visões segmentadas do espaço e sem compreender, nas palavras de Milton Santos (2004) “o espaço como totalidade”. Tais visões, freqüentes em vários recortes teóricos, vêm sendo transferidas para as políticas espaciais. Portanto, a essência da problemática examinada na pesquisa vem sendo maltratados nas políticas espaciais no Brasil.

O espaço, protagonista desse encontro, é um ponto importante que nos permiti

mostrar porque, no rol das políticas públicas, adjetivadas de territorial, regional, são espacialmente fundamentadas. Mostrar também por que elas constituem um conjunto e não devem ser concebidas separadamente.

A discussão realizada, neste capítulo, sobre a categoria território e sua inserção na política, pressupõe que o território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo tendo apenas o Estado como ator hegemônico do poder, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas. O território tem, portanto, um papel importante especialmente na formação social brasileira, havendo ainda muito pouca compreensão sobre esta dimensão nova dos seus estudos.

Dentro da concepção enfatizada pelos autores Santos, Riffestin, Lefebvre, Fernandes, Haesbaert, Saquet e Souza o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano, suas relações de poder e com suas linhas, limites e fronteiras. Os autores salientam que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação.

Nesse capítulo destacamos SANTOS (1985-2002) que muito questiona a validade de se estudar o território, pois antes de tudo, ele provoca o leitor, movendo-o para seu raciocínio amplo e significativo da importância maior em compreender a categoria território, uma vez que, para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial. A formação do território é algo externo ao território. Segundo Santos (1985-2002) a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais.

Para enriquecer o discurso teórico do capítulo e nunca ter a pretensão de finalizar no sentido em que as contribuições dos autores nos permitiram leituras do conceito de território e de processos espaciais, nos revelam aspectos fundamentais da reconstrução do território e que este, de maneira geral, compreendido como produto da dialética sócio-espacial, pode ser lido de diferentes formas, que podemos representar de acordo com as

bases materiais representada em cada pesquisa que se propõe investigar.

O capítulo I também nos permitiu reflexões sobre política econômica e políticas públicas para fundamentar a multidimensionalidade do território. Nesse momento fazemos uma leitura com as contribuições de Brandão (2007) que consiste em reflexão crítica, discussão de propostas alternativas e pelo tratamento adequado da articulação de todas as escalas geográficas. O autor descreve que é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento.

Verifica-se Delgado (2008) do ponto de vista da intervenção do Estado na agricultura, esse autor comenta dois tipos de política econômica que devem ser destacadas, por serem fundamentais: a política macroeconômica e a política setorial. Em relação à agricultura, esse autor menciona três tipos principais de política econômica setorial: agrícola, agrária, e a política diferenciada de desenvolvimento rural. A discussão de Delgado (2008) nos permitiu perceber razões expostas tradicionalmente pelos economistas para justificar a ação estatal no meio rural e das diversas formas que a política pública pode assumir em relação à agricultura.

Para finalizar o capítulo apresentamos uma discussão sobre conceito de política pública e temos apoio em Frey (1997) e na ciência política que temos uma grande contribuição ao analisar alguns conceitos básicos de políticas públicas ao destacar algumas abordagens do neo-institucionalismo e de estilos políticos para o campo de investigação das políticas públicas no sentido que elas possam ter um caráter espacial ao interagirmos as teorias da geografia política. O autor nos apresenta um questionamento a respeito de campos específicos de políticas públicas como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais que levam o interesse de análise sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais e que estão diretamente relacionadas ao contexto do agronegócio.

A discussão de Frey (1997) nos dá consistência para aprofundarmos uma leitura com outros autores sobre política territorial e política de desenvolvimento que procura desse modo reconhecer tanto as centralidades das ações públicas na construção social das sociedades contemporâneas quanto as múltiplas facetas e diversas configurações de atores. Nesse sentido as análises cunhadas no campo da ciência econômica proporcionam valiosas

contribuições para a compreensão dos custos sociais das políticas públicas, como aquelas relativas aos subsídios agrícolas e aos programas agrários.

O capítulo II, intitulado reflexões sobre o papel do estado, das escalas de ação e das políticas públicas espaciais em uma perspectiva da ideologia do desenvolvimento do território, tem como objetivo principal analisar o papel do Estado e das políticas públicas, denominada desenvolvimentista direcionada ao campo brasileiro nas últimas décadas. Procurou-se apreender de que forma: Estado, políticas públicas e desenvolvimento assumem uma abordagem centrada na dimensão espacial. Nesse sentido, algumas contribuições de alguns autores da geografia, da economia política, da sociologia e de outras ciências sociais são ressaltadas, buscando refletir acerca da relação Estado, políticas públicas seus mecanismos de ação com enfoque espacial e suas diferentes escalas. Percebe-se que é de extrema relevância buscar uma reflexão teórica da dimensão territorial do desenvolvimento em suas escalas espaciais. O Estado e as políticas públicas planejadas são centros de decisões e seus mecanismos de legitimação, assumem a conflitualidade e a dinâmica de ação das distintas facções de atores sociais no território.

Ao fazermos uma discussão sobre o Estado como elemento ou ator coadjuvante na formação das políticas públicas e na trajetória da formação do território do agronegócio no município de Rio Verde, fizemos uma breve discussão sobre as recentes mudanças nas práticas do Estado brasileiro, para entender sua atuação no atual processo de organização política, econômica e social para entendermos a dinâmica territorial do agronegócio. Nesse sentido o nosso objetivo principal nesse item é contribuir para o debate do tema central, Territórios e Políticas Públicas Espaciais do agronegócio, trazer alguns elementos para a compreensão atual das mudanças sociais oriundas do processo de transformação na matriz política e remetê-las as concepções e entendimento das análises da geografia.

A discussão abordada insere-se nas contribuições que alguns autores das ciências sociais e políticas Ianne (1996), Brandão Filho (2005), Furtado (1992) que nos permitiu levantar questão das mudanças no papel do Estado despertando interesse cada vez maior, em parte devido à tendência das ciências sociais de priorizar a análise do Estado como um ator privilegiado na interpretação da realidade, com forte capacidade para influenciar os processos econômicos, sociais e políticos.

Ao trabalharmos o Estado, políticas e as escalas espaciais de ação, verificamos em

Santos (1997 – 2002) Castro (2005), Becker (1998), Haesbert (1993, 1999, 2006), Brandão (2008) e outros autores, as múltiplas possibilidades de escalas tomadas no debate da pesquisa para se recortar planos escalares. A intenção no debate foi verificar a importância da escala, como um nível decisivo para o entendimento da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista e âmbito decisivo para se conceber políticas públicas analisadas. A escala metropolitana potencializa um plano analítico de observação privilegiado, passível de revelar as articulações e mediações entre as escalas local, regional, nacional etc.

Nesse sentido, a intenção nessa parte final do capítulo não foi determinar uma escala como direcionamento ou objeto de análise que determinem os objetivos da pesquisa, nossa proposta nesse momento, foi mostrar as várias possibilidades escalares no qual poderemos dar rumos a questão da escala espacial de análise e intervenção, que ganha extraordinário destaque no contexto da pesquisa sobre políticas públicas espaciais do agronegócio em Rio Verde.

No capítulo III as políticas públicas desenvolvimentistas na região Centro-Oeste: contribuições para a dinâmica do território do agronegócio no município de Rio Verde – GO, verifica-se o ritmo de ocupação do Centro-Oeste, com base na intensa política de expansão da fronteira agrícola, ocorrida com o aproveitamento dos cerrados e que esse rápido desenvolvimento realizou-se de forma peculiar, sendo que a incorporação espacial foi associada à rápida modernização da agricultura, e esteve baseada em um modelo caracterizado pela prioridade dos cultivos comerciais, com grande aplicação de insumos modernos e mecanização, sem que tenha sido incorporada a esse processo a devida consideração dos aspectos sociais e ambientais, nesse contexto inicial fazemos uma reflexão com Calaça (2009).

Em seguida este capítulo demonstra uma discussão sobre Políticas Públicas espaciais de desenvolvimento agrário e realiza uma análise teórica da dimensão espacial das políticas de desenvolvimento. As políticas públicas para efeito desta análise devem ser compreendidas a partir da teoria crítica realizada no capítulo anterior no qual Estado, escala espacial e desenvolvimento estão comprometidos na formação do território da soja no município de Rio Verde.

Nesse momento retornamos algumas discussões feitas anteriormente no capítulo I,

Delgado (2008) ao trabalharmos sobre política econômica, e sua caracterização e direcionarmos no sentido de entender qual política pública de desenvolvimento espacial/territorial queremos adotar como modelo aqui nesse debate do capítulo II. Lembramos também no capítulo II Brandão (2007), ao debatermos sobre escala espacial ou geográfica, estaremos fazendo referência a várias escalas espaciais ou geográficas aqui no capítulo III considerado na discussão sobre políticas de desenvolvimento espacial territorial.

Em seguida, o capítulo III demonstra a compreensão do novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas que nessa fase implica o exame da atuação do Estado, na medida em que o mesmo estabelece as regras, instrumentos e a definição legal de papéis. Dentre as inúmeras ações destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal. Assim, o campo se torna extremamente vulnerável ao grande capital, passando o território a ser abrigo para as grandes empresas. Essa discussão realizada com Becker; Egler (1994), Matos (2002), Almeida (2004), Cidade (2006), Gonçalves (2003, 2008), tem como objetivo verificarmos como essas políticas públicas desenvolvimentistas, econômicas, agrárias, setoriais, territoriais e regionais formaram bases para o território do agronegócio no município de Rio Verde.

Em seguida verifica-se uma discussão em torno desse processo histórico das políticas públicas desenvolvimentistas territoriais e regionais que proporcionou a modernização e ocupação do território goiano recente é desencadeado pelo movimento atual de “agricultura globalizada” da economia brasileira, debatidos com Santos (2001) e Elias (2003) quando a denomina de descentralização concentrada e agricultura-técnico científica-globalizada.

O capítulo IV intitulado redes de poder e territorialização do agronegócio no município de Rio Verde-GO, demonstram a redes de poder no território e a complexidade das relações estruturais e a dinâmica das forças sociais de um encadeamento como aspectos a serem analisados. A utilização da abordagem de redes de poder permite identificar e analisar a estrutura e a dinâmica dos encadeamentos agroindustriais. Nesse contexto verifica-se uma análise teórica sobre poder, rede Santos, (2006), Riffestin, (1998), Pulillo (2000), Koga (2003), Foucault (1988) e elementos fundamentais que constitui as

redes de poder como sistemas de objetos e sistema de ações, circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação Santos (1994, 1996, 2000), Elias (2003).

Para a análise desse período, os autores Santos e Elias destacam duas questões que norteariam o pensamento. Primeiro, há de considerar o presente período histórico como algo que pode ser definido como um sistema temporal coerente, cuja explicação exige que sejam levadas em conta as realizações históricas, e que, no presente período histórico, o espaço geográfico pode ser considerado como meio técnico-científico informacional. Nesse contexto situamos desenvolvimento econômico conduzido pela modernização da agricultura em Rio Verde e, efetivamente, da capacidade de gerar, difundir e incorporar o meio técnico-científico-informacional, ao criar um sistema de objetos e ações no campo e na cidade configurando o “território do agronegócio” em Rio Verde,

Nesse sentido, busca-se compreender o território do agronegócio em Rio Verde por meio dos circuitos espaciais de produção, incentivados por políticas públicas agrícolas. A proposta é de obter consistência teórica de cunho geográfico e romper um pouco com alguns conceitos criados pela economia, que até então sempre tiveram uma visão de destaque na denominada geografia econômica. Dessa forma pretendemos trabalhar sem excluir qualquer ideia do pensamento de outras ciências sociais, bem como as demais ciências para a explicação da totalidade.

O capítulo dá ênfase para os incentivos fiscais, e pesquisas agrárias motivadas por políticas públicas setoriais e temos a colaboração de Gonçalves (2003, 2008) e Queiroz (2003, 2008), Bernardes (2007) e Calaça (2009) em trabalhos de pesquisas realizados no sudoeste goiano e trabalhos sobre políticas públicas na região do cerrado.

Ainda nesse capítulo, identificamos os atores hegemônicos do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação do agronegócio na cidade e no campo bem como as redes de poder da COMIGO, da Perdigão e seus circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação. Temos as contribuições para essa análise os autores, Paulillo (2000), Gonçalves (2003), Borges (2006), França e Fernandes Filho (2003), Cleps Júnior (1998) e Lacerda Júnior (2004).

Para finalizarmos o capítulo IV conduzimos um debate sobre a configuração do território do agronegócio no período Técnico-científico-informacional diante da gênese dos circuitos espaciais de produção.

O objetivo nesse contexto é demonstrar que sistema de acumulação capitalista recupera-se nas relações de trocas dinâmicas, em que hoje essas relações sugerem que o poder organizador e regulador dos Estados nacionais estejam sendo prejudicados, tanto na dinâmica interna quanto externa do território, devido ao aumento de intensidade e complexidade dos intercâmbios comerciais. Indivíduos, comunidades, corporações, organizações, redes de solidariedade, redes de informação, baseados nos interesses mais diversos, formam uma teia em escala local e global, tornando-se difícil de ser manipulada ou mesmo controlada por cada Estado, por mais poderoso que seja.

Nesse sentido procuramos demonstrar o que é interessante nessas redes técnico-político-espacial, são as formas com as quais elas não se constituem só economicamente, no sentido rigoroso do termo, mas inclui intercâmbio de símbolos, imagens, formas e técnicas, carregados de sistemas de objetos e sistemas de ação.

O capítulo V e final, revela Rio Verde entre a ordem e a desordem e as configurações em um território de inclusão e exclusão. Nessa revelação temos uma leitura realizada por Santos e Silveira (2001) Calaça (2009), Lacerda Júnior (2004), e outros autores que colaboram para o contexto do discurso teórico como Graziano da Silva (1982), Mendonça (2002), Oliveira (2001).

Os autores fazem uma leitura do território do agronegócio no qual definiu a nova relação campo cidade entre a ordem e a desordem, e o assunto é abordado numa perspectiva em que as funções desempenhadas pelo campo e pela cidade se complementam e criam a ordem e a desordem no território. Verificamos uma necessidade de uma reflexão teórica sobre espaço rural e espaço urbano, campo, cidade e nos apoiamos em Dolffus (1985), Carlos (1992, 1993, 1994), Corrêa (2002), Martins (1975, 1985), Lefebvre (2002) e Wanderley (1997). Ao identificarmos a proposta dos autores relacionados, eles nos permitem a uma orientação teórica e por essa orientação, pode-se analisar o papel desempenhado por Rio Verde, como centralidade, na perspectiva do eixo espaço-tempo sob o qual se evidenciaram as diferentes relações entre cidade e o campo e suas decorrentes transformações.

Nesse sentido as discussões no levam a conceber o campo das fazendas modernas e dos empresários rurais e inclusão e exclusão territorial bem como a cidade como lugar de inclusão do consumo consumptivo das fazendas modernas e segregação sócio-espacial.

Para finalizarmos o capítulo, realizamos um debate sobre A Guerra dos Lugares manifestando uma ordem? Ou desordem? Temos o propósito de demonstrar que uma determinada porção do território por intermédio das políticas públicas espaciais gera condições para o aumento da produção e da produtividade, elevando, portanto, a competitividade de alguns lugares e regiões para um determinado tipo de produção. A guerra que iremos referir nesse capítulo é sobre os comandos ou ações, estratégias de poder, comando proveniente do Estado e das grandes empresas, criando leis e normas para o território como forma de monopólio e proteção destacando os incentivos fiscais e outras ações do Estado como forma de proporcionar a “Guerra dos Lugares”. Para essa discussão temos as contribuições de Calaça (2009), Santos (1996, 1997, 2000), Santos e Silveira (2001).

Sobre algumas considerações finais, verifica-se que no decorrer de nossa análise sobre políticas públicas espaciais do agronegócio, constata-se que é inevitável que uma política pública traga efeitos sobre o processo de produção do espaço: pela criação de novos objetos, pela criação de novas atitudes, pela mudança na conduta de indivíduos de toda natureza e função social, política e econômica. Nesse sentido percebe-se que as políticas públicas possuem um “acontecer espacial-territorial”. Porém, por muito tempo, conceito geográfico de espaço foi mal compreendido e isso acarretou em um grave problema às políticas públicas espaciais.

Verificamos que ao se vincular uma política a um território, observando suas características e daí empregando e transformando meros dados e informações territoriais em conhecimento espacializado, o Estado ganha a oportunidade de dar coerência à sua atuação e produz suportes mais concretos às decisões que toma. Aquilo que é entendido como política setorial, em geral, diz respeito a políticas que incidem sobre os sistemas de engenharia, seja para atender a interesses privados dos distintos setores da economia (primário, secundário e terciário), seja para atender a interesses públicos que aparentemente nada têm a ver com a competitividade da economia local face ao cenário global. Sendo assim, o trabalho cooperativo entre sociedade e Estado no Processo de Produção de Políticas Públicas é indispensável para que se façam perceber os interesses da sociedade.

Portanto, ao analisarmos políticas públicas e sua relação com a produção do espaço geográfico, em particular ao agronegócio no sudoeste goiano, fundamentamos

reflexões teóricas que contribuíram para repensar a inserção do território nas políticas públicas espaciais, rompendo com estudos clássicos do pensamento geográfico, com as visões segmentadas do espaço e compreendendo por meio de um novo paradigma da geografia crítica a concepção do espaço como totalidade, no sentido de demonstrar que a especificidade de um conjunto de políticas públicas constituídas para o complexo do agronegócio no município de Rio Verde, são nomeadas como econômicas, sociais e setoriais. E ao remetê-las essencialmente em políticas de caráter espacial, verificou-se que tais políticas são espacialmente fundamentadas, no qual, o espaço tem um significado que vai muito além do espaço palco.

A discussão realizada nessa pesquisa não se esgota, pelo contrário, da possibilidade a uma contínua pesquisa de investigação com a temática ao situa-se na esfera de categorias de análises espaciais e a necessidade de inserir as frações do espaço e políticas públicas, em que o território, é qualidade do substantivo que é o espaço, portanto, de cunho desenvolvimentista espacialmente fundamentado.

1. ESPAÇO, TERRITÓRIO, POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao analisar políticas públicas e sua relação com a produção do espaço geográfico no sudoeste goiano, propõe-se oferecer reflexões teóricas para se repensar a inserção do território nas políticas públicas espaciais, rompendo com as visões segmentadas do espaço e compreendendo o espaço como totalidade, no sentido de demonstrar que a especificidade de um conjunto de políticas públicas constituídas para o agronegócio no município de Rio Verde, localizado na região sudoeste do Estado de Goiás, são nomeadas como econômicas, sociais e setoriais. E ao remetê-las essencialmente em políticas de caráter espacial, verifica-se que tais políticas são espacialmente fundamentadas, no qual, o espaço tem um significado que vai muito além do espaço palco. Constata-se o que está por trás do habitual entendimento de política territorial e política de recursos construídos para o agronegócio, expressadas nas políticas territoriais, regionais, rurais ou em desenvolvimento territorial e regional.

Analisar essas políticas públicas e seus instrumentos como objeto de concepções isoladas que abordam o espaço de maneira segmentada e propor ações que representem espacialmente os interesses coletivos dos atores hegemônicos da moderna produção agrícola global nas políticas públicas com sua totalidade realizadora de novos segmentos territoriais no município de Rio Verde é o principal objetivo dessa pesquisa.

O processo de modernização agrícola, e a ocupação das terras de cerrado provocaram profundas transformações no espaço agrário da região Centro-Oeste. Por meio dos chamados pacotes tecnológicos da Revolução Verde, financiados pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, a região Centro-Oeste se inseriu no modelo econômico do país, sem levar em conta os aspectos ambientais e sócio-culturais das áreas ocupadas. O Estado proporcionou a industrialização do campo e a capitalização da agricultura na região contextualizada. Nesse contexto, as políticas públicas para o agronegócio assumem um papel proeminente na estruturação do território.

Para tanto, levamos em consideração algumas questões e reflexões para o desenvolvimento desta pesquisa.

As atuais políticas para o desenvolvimento do sudoeste goiano devem continuar definindo metas e recursos para um público alvo, atreladas ao planejamento imposto pelo

Estado Nacional? O Estado de agora pode continuar desconhecendo a existência de poderes plurais, sejam os federativos ou os interesses contra-hegemônicos de novos sujeitos sociais como os movimentos populares urbanos e rurais? O arranjo do espaço da agricultura e do agronegócio moderno no sudoeste goiano, centrado principalmente na produção da soja, carne de aves e suínos é resultado, por outro lado, do processo de seletividade do capital, também é fruto das formas de regulação explicitamente assumidas pelo Estado orientador e direcionador da organização da sociedade? Por outro lado, os conflitos também conduzem à reestruturação das territorialidades?

Nesse sentido o presente capítulo tem o objetivo de levantar algumas questões e reflexões teóricas, no âmbito do pensamento geográfico contemporâneo, levando em consideração elementos para a discussão do papel das políticas públicas espaciais para o desenvolvimento da região do sudoeste goiano e em particular o município de Rio Verde.

Com a modernização da agricultura brasileira e a constituição dos complexos agroindustriais desde o final dos anos 60, a política agrícola no Brasil teve um caráter horizontal e abrangente. Não obstante, houve, ao longo das últimas décadas, alguns instrumentos específicos para algumas culturas que não alteraram seu caráter horizontal. A consolidação de vários complexos agroindustriais na região Centro-Oeste, produzindo principalmente nas culturas de grãos e criação de animais (aves e suínos), bem comercializados no mercado mundial, tiveram incentivos de políticas públicas nacionais.

Aliado a esse processo, devemos levar em consideração a emergência de novos padrões tecnológicos, impulsionados pelas políticas públicas e pela dinâmica de reprodução do capital global. Nas últimas décadas do século XX, grandes transformações ocorreram no planeta, tornando-se o mundo mais unificado em função de novas condições científicas e técnicas.

Um dos traços característicos da contemporaneidade é que a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base da produção do espaço e da sociedade, passando os lugares a diferenciar-se por sua capacidade de oferecer rentabilidade às inversões em função de condições de ordem técnica e organizacional. As vantagens competitivas naturais, embora importantes, vão sendo substituídas pelas vantagens competitivas artificiais, e a aceleração da competição entre lugares resulta tanto no seu envelhecimento rápido, como também do patrimônio técnico. Imensas áreas são descaracterizadas a fim de

exercer uma função que lhes foi atribuída por uma nova ordem fundada na acumulação de capital. Milton Santos (2002) assinala que nunca antes na história do mundo houve um sistema de técnicas tão invasor, com tal capacidade de difusão e de impor-se aos lugares e aos homens. É nesse contexto que emerge a importância de se trabalhar a categoria território. Para isso, vimos a necessidade de levantar algumas reflexões teóricas e autores consagrados da geografia, aliado as ciências afins como: a sociologia, a economia e a agronomia.

Santos (2002) afirma que tudo que é essencial hoje no mundo se faz a partir do conhecimento do território. Segundo o autor, “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p.9).

Remeter espaço e política no município de Rio Verde, no contexto da globalização, implica uma nova divisão territorial do trabalho. A natureza é reavaliada e valorizada de acordo com as novas tecnologias. Em se tratando do cerrado, o mesmo apresenta determinadas condições naturais favoráveis ao cultivo de commodities como o da soja, de carnes de aves e suínos, a exemplo da temperatura, da distribuição das chuvas, da luminosidade e da topografia, apresentando imensas áreas planas e contínuas, como a região do sudoeste goiano, que favorece as economias de escala, embora os solos necessitem de correção. Tais condições naturais constituem vantagens competitivas no nível do mercado internacional. Esse território, afirma Lacerda Júnior, (2004) hoje domínio da soja, e de outras produções agrícolas modernas, de complexos agroindustriais, de redes técnicas, de fluxos de circulação de capital, transporte, mão-de-obra, de relações sociais densas, vínculos com o comércio internacional, cresce e se expande, estando o funcionamento da sociedade vinculado aos arranjos territoriais derivados de determinados mecanismos de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação. Nesse sentido, o município de Rio Verde constitui uma significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, onde coexistem interesses diversos de ordem econômica, política, territorial, envolvendo as escalas local, regional, nacional e planetária.

Considerando o contexto ao objetivo geral da pesquisa em defender a construção de um referencial teórico sobre políticas públicas e sua relação com o espaço geográfico no município de Rio Verde, busca-se subsídios para se repensar a inserção do espaço e suas

frações nas políticas públicas espaciais/territoriais, para romper com as visões segmentadas do espaço e compreendê-la como totalidade.

1.1 Espaço, Território e Política

O presente tema sobre Espaço, Território e Política tem o objetivo de apresentar novos elementos para a discussão e fundamentação teórica do papel das políticas públicas espaciais, tendo o agronegócio como esfera da produção agrícola local para a compreensão da dinâmica territorial do município de Rio Verde, no sudoeste de Goiás. Nesse sentido, levaremos em consideração algumas reflexões teóricas de autores consagrados das ciências humanas em particular do pensamento geográfico.

Na segunda metade dos anos 1970, Milton Santos começa a publicar no Brasil seus achados sobre conceito de espaço, traz junto Alfred Whitehead, Émile Durkheim, Jean Paul Sartre e Karl Marx, só para citar alguns pensadores mais conhecidos dentre os vários em que se apoia.

O espaço, protagonista desse encontro, é um ponto importante que nos permitirá mostrar porque, no rol das políticas públicas, adjetivadas de territorial, regional, são espacialmente fundamentadas. Mostrar também por que elas constituem um conjunto e não devem ser concebidas separadamente. Entretanto, dizer simplesmente que o espaço é a chave para investigação dessas questões não é suficiente, pois a ele têm sido atribuídas inúmeras acepções. De fato, é na maneira de entendê-lo que pode ou não ser encontrado o seu elo com essas políticas. Para tanto, a necessidade de uma reflexão sobre espaço, território, política e adotar um posicionamento a que espaço estamos fazendo referência.

Quando se lê Santos 1979 (p. 9-18) é possível perceber que nesses escritos está posta a essência da sua teoria espacial. Ressalta que o espaço humano é um fato histórico, pois “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. Afirma também que Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou.”

A conclusão dessa parte da obra de Santos 1979 resume algumas reflexões e os levantamentos de alguns pontos teóricos. Como pudemos esquecer por tanto tempo a

inseparabilidade entre sociedade e espaço e, assim, deixar de tratar das *formações sócio-espaciais*? A clássica noção de formação econômica e social ou formação social, referida não a sociedade em geral, mas sim, sociedades concretas e específicas, é o cimento da sua argumentação calcada em alguns pontos e que dão consistência teórica nesse momento de reflexão.

A história de uma dada sociedade e da porção de natureza da qual ela extrai sua produção, por meio das técnicas, chama-se formação social (...) Os modos de produção escrevem a história no tempo, e as formações sociais a escrevem no espaço (...) Todos os processos constitutivos de um modo de produção (produção, distribuição, consumo, e circulação) são histórica e espacialmente determinadas através de uma formação social. (...) As relações entre espaço e formação social se fazem num espaço particular e não num espaço geral como para os modos de produção. (...) Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada e as formas espaciais são as linguagens desses. (SANTOS, 1979, p. 9-18)

Ao posicionar modos de produção, tornam-se concretos sobre uma base territorial, Santos demonstra a categoria território elemento importante para inserirmos espaço e território. Nesse momento, Santos e outros autores consideram a importância de analisarmos o território não só como uma instância política, mas sob quais ou como outras instâncias estão pré estabelecendo o uso do território ao longo dos tempos.

Partindo dessas ideias, podem-se identificar territórios toda vez que uma coletividade humana se apropria de um lugar e ali passa a estabelecer relações de posse e domínio. Essa concepção leva em conta que um território é apropriação e estabelecem relações de poder no seu interior. Mas também leva a crer que território é muito mais dado pelas relações do que pela apropriação concreta de determinado lugar. Os territórios são relações de poder que se materializam no espaço social. É a materialidade do território que também influencia a organização desse. Nesse momento esse discurso teórico toma consistência ao considerarmos que as políticas públicas são determinantes em ações de caráter espacial e territorial. Ao compreender a concepção de território como relações de poder materializadas no espaço social podem pensar em territórios formados por comunidades ou grupos com autogestão, nas quais são claras as relações de poder e de apropriação de espaço concreto e contínuo e em territórios formados por corporações do agronegócio no sudoeste goiano. Motivada pela iniciativa estatal via políticas públicas oferecendo uma série de condições favoráveis para territorializar o sudoeste goiano. Partindo principalmente das ideias de Santos, e outros autores consagrados, teremos uma investigação em que se tem a soja como uma das esferas dos modos de produção que

fazem parte da base territorial historicamente determinada por políticas públicas e suas linguagens, ao determinar as diversas formas espaciais do município de Rio Verde.

O território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas. O território tem, portanto, um papel importante especialmente na formação social brasileira, havendo ainda pouca compreensão sobre esta dimensão nova dos seus estudos. “É bom lembrar que tudo passa mais os territórios, espaços efetivamente usados, permanecem”. (SANTOS, 1997, p. 20).

O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço concordando com Santos, O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102). “A amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento. O espaço é uma “totalidade”.

Diante disso, tem-se o fato de que a totalidade social é uma abstração do ponto de vista do observador, pois o que é permitido identificar sensorialmente é a singularidade dos fenômenos, eventos ou atos, posta num amplo jogo de diferentes escalas. Construir todo um discurso sobre o espaço, ou as mais diferentes frações dessa totalidade, sobressai como uma forma de reificação de parcelas do real, visto que pensar o espaço implica refletir sobre o próprio movimento que cria, recria, nega e, pela superação, redefine a espacialidade dos homens/sociedade.

Pensar o espaço em sua dinâmica relacional híbrida de objetos e ações que redefinem a todo o momento a espacialidade dos homens/sociedade requer um esforço para elucidar a sua compreensão no âmbito teórico. Recorre-se, para tanto, a algumas importantes contribuições de autores do pensamento geográfico, para quem o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais, um campo de força cuja energia é a dinâmica social, sendo o território engendrado por essa energia, ou seja, por meio daquilo que é construído pelos homens, revelando relações de poder, fruto de uma ação programada de atores sociais.

O território em si não se constitui em um conceito. Para a análise social ele só se torna um conceito quanto pelo uso, juntamente com os atores que dele se utilizam. Há um uso privilegiado do território em função das forças hegemônicas existentes a cada momento presente.

O processo de globalização da economia, impulsionado pela atuação de grandes empresas multinacionais, pelos fluxos de informação e grande progresso técnico, oferece um claro exemplo desse contexto, no qual as decisões estratégicas dessas empresas (agroindústrias de grãos, aves e suínos), pelos fluxos de informação e grande progresso técnico, oferece um claro exemplo desse contexto, no qual as decisões estratégicas dessas empresas transcendem as decisões adotadas no âmbito do Estado Nacional. Como consequência, o deslocamento do poder econômico do Estado Nacional para as empresas, cada vez mais independentes de suas bases territoriais originais, adapta-se ao deslocamento das competências de gestão, até aí reservadas aos Estados Nacional para entidades supranacionais. No entanto, tal uso não implica a inexistência das forças contra-hegemônicas, uma vez que o ator, ao se apropriar do espaço territorializando-o, revela as relações de poder, as quais, pelo próprio caráter, desencadeiam reações às decisões tomadas por esses atores hegemônicos.

Dessa forma faz necessário uma discussão teórica sobre o território e a princípio considerando que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993,). As transformações do Espaço acontece pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos são indissociáveis, todavia é possível analisar as distintas intensidades de seus movimentos. A técnica e a tecnologia dinamizaram os sistemas de ações, impactando a natureza com maior intensidade. A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências (GOTTMANN, 1973).

Espaço e Território são categorias geográficas e são indiferentes, pois a diferença está na definição de Espaço e Território (SANTOS, 2004). A definição do significado do conceito é um exercício intelectual do movimento entre o abstrato e o concreto ou do movimento entre o método (pensamento pensante) entre a teoria (pensamento pensado) e entre a realidade. É a intencionalidade que vincula o sujeito ao objeto, ou o pensador e o conceito pensado (SANTOS, 1996). O método e a teoria são pensamentos, portanto, carregados de intencionalidade. Quando um pensador define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada intencionalidade por meio do método e

da teoria. A intencionalidade é caracterizada pela direcionalidade do pensamento (SEARLE, 1995), constituída em diferentes tendências pela experiência histórica dos sujeitos, que trabalhando com o rigor das teorias e dos métodos, define o significado do conceito. É nesse sentido que iremos propor um discurso teórico sobre espaço e território levando em consideração as diferentes formas que as políticas públicas do capital agrário determinaram no território de Rio Verde.

Um dos autores pioneiros na abordagem do território foi Claude Raffestin (1993). Merece destaque na sua obra o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território. Nas palavras do autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dentro da concepção enfatizada pelo autor, o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Segundo o mesmo autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e por conseguinte a interpretação, se realiza por meio das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições.

Ao relacionarmos ação, planejamento e poder lembramos a geografia política clássica. Ao longo dos séculos, desde a Antiguidade até os dias atuais, poder e território caminham nos ideais políticos dominantes nas sociedades. Nessa longa trajetória, o Estado-Nação delimitou um processo jurídico político do território no intuito de legitimar a valorização dos recursos naturais. O território torna-se base e fundamento do Estado Nação.

A Geografia Política desencadeou um papel importante com as idéias de Ratzel nesse momento em que Estado e território consolidava uma ideologia de segurança nacional e concepção de território. Sobre essa ideologia do Estado em relação ao território Raffestin, (1993, p.13) afirma que, “segundo Ratzel, partiu da idéia que existia uma estreita ligação entre o solo e o Estado. Para Ratzel, o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploram as potencialidades territoriais”.

O Estado era o centro de todas as atenções, qualquer projeto político ou social tinha como base o Estado como o gerenciamento das propostas. Mas, recentemente, há elementos que mostram mudanças nas trajetórias da Geografia Política, como demonstra Oliveira (2002, p.75) quando hoje se fala em uma nova Geografia Política.

De uma concepção de poder relacionado ao Estado, passa-se a pensar em poder na sociedade; de uma visão de território vinculado ao Estado-Nação, passa-se a

ter uma visão de territórios múltiplos na sociedade; de uma concepção calcada na ideia de planejamento, passa-se a discutir a ideia de gestão de território.

Embora esta questão me pareça evidente, Bernardo Mançano Fernandes (2007) afirma ser importante lembrá-la: os estudiosos, pesquisadores e outros profissionais trabalham os conceitos e as teorias de acordo com a intencionalidade dessas instituições.

Fernandes (2007) comenta que a proposição da amplitude da significação ou da restrição da significação de um conceito é definida pela intencionalidade. Assim, os conceitos ganham significados diferentes, de acordo com as teorias, com os métodos e as instituições. Pensadores vinculados a diferentes correntes teóricas, como por exemplo o Positivismo, o Neopositivismo, o Materialismo Histórico, a Fenomenologia elaboram distintas significações dos conceitos de Espaço e Território para realizarem diferentes interpretações. De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito. Seguindo essas idéias o autor afirma:

Eu defendo uma significação mais ampla para o conceito de território. O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na acepção do conceito de território, as teorias, métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade. (FERNANDES 2007, p. 5).

A leitura que esse autor faz nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. “Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional”. (FERNANDES, 2007, p.9) Nesse sentido Fernandes oferece consistência teórica ao defendermos o tema Políticas Públicas Espaciais, na multidimensionalidade e na multiescalaridade do território de Rio Verde. Fernandes (2007) nos faz refletir dessa forma que conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder.

Por essa razão, parecemos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais. (FERNANDES, 2007, p. 12).

O autor afirma ainda que é interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Dessa forma, Fernandes (2007, p. 13) ver na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania.

Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja, em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios.

Assim acreditamos oferecer consistência teórica ao trabalhar com as Políticas Públicas Espaciais sempre enfatizando a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades. Esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento, portanto quem determina a política define a forma de organização dos territórios. E na pesquisa é necessário lembrar seus atributos segundo as propostas teóricas dos autores e a intenção do pesquisador, afinal cada território é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. Compreender essas relações é essencial para conhecermos as leituras territoriais realizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento às sociedades, grupos ou atores e direcionarmos para o agronegócio no município de Rio Verde.

Concordamos nesse momento com Fernandes 2007 (p. 14) ao afirma que:

Cada instituição, organização, sujeito etc., constrói o seu território e o conteúdo de seu conceito, desde que tenha poder político para mantê-los. Esses criadores de territórios exploram somente uma ou algumas de suas dimensões. Isto também é uma decisão política. Todavia, ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade. A compreensão de cada tipo de território como totalidade com sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir de seus diferentes usos, nos possibilita entender o conceito de multiterritorialidade. Considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa resultando da concepção teórica de Políticas Públicas Espaciais. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (layers), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional.

Neste sentido, ao se pensar em políticas territoriais é necessário compreender sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade. Quando o território é concebido como uno, ou seja apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital. Evidente que pelo fato de alguns atores sociais terem menor poder político terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” dos diversos grupos sociais.

Desse modo, segundo Fernandes (2007), as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensifica-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir.

Seguindo a proposta de Fernandes (2007), veremos as diversas análises teóricas sobre o território e sobre a dimensão multiescalar e multidimensional

Rogério Haesbaert (2004) analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas:

jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação

feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”: 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT *apud* SPOSITO, 2004, p.18).

No panorama atual do mundo, com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local, servindo de refúgio à globalização, HAESBAERT (2002) identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão.

Para o mesmo autor, nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão sócio-econômica das pessoas. HAESBAERT (1997) também analisa a questão do conceito de território com um enfoque cultural, quando estuda a desterritorialização e a identidade na rede gaúcha no nordeste.

No entanto, é importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

A abordagem de Souza (2001) sobre o território é política e também cultural, visto que este autor identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais. Souza (2001) salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado Nação.

Nas palavras do autor, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. (SOUZA, 2001, p.11). Após retrabalhar o conceito de território, propõe o conceito de território autônomo como uma alternativa de desenvolvimento. A autonomia constitui, no entender do autor, a base do desenvolvimento, este encarado como processo de auto-instituição da sociedade rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade. Para o autor:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

Ainda Souza, “em qualquer circunstância, o território encerna a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. (SOUZA, 2001, p. 108). Mas não um território ideologizado com um poder centralizador como o Estado Nação, e sim um território autônomo, onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente equitativo.

Deste modo, na visão de Marcelo Lopes de Souza, o território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções. Mesmo privilegiando as transformações provenientes do poder no território, o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e de outros que podem ser temporários ou permanentes.

Da mesma forma que em Claude Raffestin, a ideia de poder também é uma constante na discussão sobre território feita por Marcos Aurélio Saquet:

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado -Nação. (SAQUET *apud* CANDIOTTO, 2004, p. 81).

Saquet (2004) faz um resgate das diferentes interpretações do conceito de território levando em consideração as quatro vertentes mencionadas por Haesbaert (jurídico, política, econômica e cultural), como sendo essenciais para se fazer as interligações necessárias. Mesmo salientando a importância da interligação entre as diversas vertentes, o autor trabalha em *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins*, enfatizando os aspectos econômicos e políticos, além de fazer uma relação com a vertente cultural.

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p.28).

No entanto, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, Saquet também considera a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território. A natureza está no território, é dele indissociável.

Por sua vez, Manuel Correia de Andrade (1995) faz uma análise da questão do território no Brasil, retratando o conceito de território com uma abordagem profundamente política e econômica de ocupação do espaço. A exemplo de Raffestin, a idéia de poder é uma constante na análise do território feita por Andrade:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

Nota-se que o território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região. Em sua obra, Andrade (1995) faz uma diferenciação entre território e espaço. O território associa-se mais à idéia de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, pela produção, pelo comércio, pelos transportes, pela fiscalização etc. É no território que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes. Já o espaço é mais amplo que o território, englobando também as áreas vazias que ainda não se territorializaram, isto é, que ainda não sofreram uma ocupação humana efetiva. Assim, o espaço é mais amplo que o território, englobando-o. É uma área delimitada geograficamente e administrativamente pelas suas fronteiras. Associada ao território, tem-se a expressão territorialidade que, para o autor:

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado [...] A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995, p. 20).

Já territorialização é a forma de como se materializa o território, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto.

Caio Prado Júnior (1987), na sua obra *História Econômica do Brasil*, utiliza-se, nitidamente, da vertente econômica para explicar as transformações ocorridas no espaço

brasileiro. O território é sempre visto como porção territorial, palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade. Na obra mencionada, os ciclos econômicos e as transformações do território, em razão da economia, são as vertentes predominantes na abordagem do autor.

Milton Santos, citado anteriormente, também faz inúmeras contribuições para a construção do conceito de território em várias de suas obras, de grande importância para a Geografia brasileira.

SANTOS (2002) muito questiona a validade de se estudar o território, pois, antes de tudo, ele provoca o leitor, movendo-o para seu raciocínio amplo e significativo da importância maior em compreender a categoria território, uma vez que, para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial. A formação do território é algo externo ao território. Segundo Santos (1985) a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais.

O autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica:

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1985, p. 09).

Santos (1996) alerta os leitores para não confundirem o espaço com o território. Na sua obra *Metamorfoses do Espaço Habitado*, o autor nomeia território como configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Para o autor:

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS, 1996, p. 77).

Estes espaços diferentes, as espacialidades singulares, são resultados das articulações entre a sociedade, entre o espaço e entre a natureza. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme há o movimento da sociedade (nos seus

múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros). Para Santos (2002a), a formação do território perpassa pelo espaço e a forma do espaço é encaminhada segundo as técnicas vigentes e utilizadas no mesmo. O território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica das técnicas, uma vez que os espaços são heterogêneos. O território para Santos (2002a) configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e pelas coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, o autor vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana.

Já na sua obra Santos (2003, p. 19), expõe a categoria território como: “[...] um nome político para o espaço de um país.” Santos (2002) tenta realizar uma leitura múltipla do território, uma vez que ele necessita desta leitura. Assim, inclui mais um item para suas análises: conclui que o trabalho é um dos pontos fortes para a compreensão do território. Portanto, o autor analisa sobre as muitas faces do capital e sugere aos pesquisadores adentrarem no mundo do trabalho para efetuar uma ampla compreensão. Urge um embate teórico entre as rugosidades, entre as periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território.

Para enriquecer o discurso teórico e nunca ter a pretensão de finalizar no sentido em que leituras do conceito de território e de processos espaciais nos revelam aspectos fundamentais da reconstrução do território e que este de maneira geral, compreendido como produto da dialética sócio-espacial, porém pode ser lido de diferentes formas, que podemos representar de acordo com as bases materiais representada em cada pesquisa que se propõe investigar. Nesse sentido faremos uma leitura do Território na abordagem geográfica de Bertha Becker com as contribuições do uso político do território.

Ao fazer uma leitura sobre o uso político do território segundo Becker (1983) ressalta algumas idéias da geografia política clássica no qual já fizemos referências anteriormente ao citarmos Raffestin (1980), no qual esse autor refere-se à obra de Ratzel representando nesse momento um avanço para a teorização geográfica, do papel do Estado em relação ao território expressando a existência física da entidade jurídica, administrativa e política exercendo nesse sentido total soberania, noção de limite e poder. A autora faz uma análise que chama nossa atenção ao afirmar que essa concepção no quadro ideológico

político manifestaram-se algumas limitações, uma vez que o Estado era visto como única fonte da qual emanava o poder, visão essa que refletiu nas categorias de análise que procediam com apenas um conceito, o de “Estado Nação”, como a única realidade representativa do político.

Perante tal concepção, Becker afirma que tal situação ao remeter Território, Estado como única realidade representativa de poder político resgata uma visão unidimensional e totalitária no qual prejudicou a análise científica pelo menos de duas formas:

Só se dispõe de um nível de análise espacial, aquele delimitado pelas fronteiras políticas dos Estados, i.e. a escala de análise é dada pelo Estado e a hierarquia dos níveis é a dos níveis criados pelo Estado para organizar, controlar e gerir o espaço; nega-se a existência de conflitos, a não ser entre dois Estados através da guerra, não se reconhece conflitos nem contradições no interior do Estado. (BECKER, 1983, p.2).

Percebe-se tais limitações submetidas às contribuições teóricas para analisar as relações entre o político e o espaço. Contudo essa análise começa perder seu valor com a transformação do mundo no segundo pós-guerra (1950-1960) uma nova geopolítica passa a dominar a política geográfica do Estado relacionado ao território nacional no sentido que esse momento na escala temporal da economia capitalista, provoca a busca na inserção da economia mundial realizada pelos países de Terceiro Mundo (sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento), gerando novos blocos econômicos, o que deteriorou o conceito de limite territorial entre as nações de cada bloco. O Estado é interpretado como mediador entre os interesses internacionais e o espaço nacional, “ pois ele viabiliza e regula a grande penetração da grande empresa através de transferência subsidiada de tecnologia e da produção do espaço” (BECKER, 1983, p. 4). Essa realidade refletiu no pensamento científico em que permanece a concepção *unidimensional* e totalitária do poder que é o Estado, embora não mais como Estado-Nação, mas sim como aparelho político governamental que controla a produção e o uso do território nacional.

Por essa concepção segundo os autores Germani; Lima; Picinato; Spier (2009, p. 68-69) ao fazerem leituras do uso do território segundo Becker 1983, afirmam que:

O espaço é concebido como estrutura autônoma, ou como reflexo das relações sociais de produção. Duas posições, segundo Becker, estão explícitas nas abordagens das correntes teóricas; por exemplo, a *corrente funcionalista neo-clássica*, que passou a tratar o espaço com uma estrutura autônoma a partir de sua teoria e política do desenvolvimento regional. O Espaço passa a ser um

entidade e o conflito entre unidades espaciais substitui o conflito de classe como base para a transformação social.

Os autores seguem a linha de pensamento teórico que há uma contraposição a essa concepção ao afirmarem que:

Os estudos teóricos de linha marxista têm demonstrado a incapacidade do funcional-estruturalismo e propõe uma teoria de mudança, uma vez que teoria e a prática para o desenvolvimento regional são insatisfatórias para solucionar os conflitos gerados e revelam que a urbanização do produto excedente, e não apenas um instrumento para diminuir o desenvolvimento. O espaço crítico marxista, ao reagir contra o "fetichismo" do espaço, cai no extremo oposto: o espaço não tem realidade própria e a ênfase na produção do espaço coloca-o como reflexo ou uma projeção do corpo social; em vez de espaço produtor, é espaço produzido e dentre os agentes de produção destaca-se o Estado. No caso do *marxismo estruturalista*, o discurso é diferente: nega que o espaço seja um mero reflexo das realizações sociais, porém, também nega que o espaço tenha realidade própria. (GERMANI; LIMA; PICINATO; SPIER, 2009, APUD BACKER p. 68-69).

Para Becker (1983, p.6) mediante o que os autores relataram, "o espaço é, assim, subjugado a uma sociedade em que o Estado não oferece alternativa para a definição dos territórios dos demais agentes sociais".

Percebemos que a reavaliação da função do espaço e a reconstrução de sua potência social tornam-se uma exigência à nova realidade política após 1970, em que explodem as contradições decorrentes do modelo com industrialização calcada na tecnologia intensiva de capital, surgem os conflitos das forças nacionais e internacionais, o Estado e atores sociais, mostrando que o aparelho governamental não é o único instrumento de poder. (GERMANI ET ALL APUDE BECKER, 2009).

Face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações *multidimensionais* de poder em diferentes níveis e escalas espaciais.

Percebe-se nessa discussão que o espaço sempre foi político e estratégico concordando com Lefebvre, (2008, p.61-62).

O espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto "puramente" formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por que? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de

uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social. A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço. Essa se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. O espaço é um produto da história, como algo outro e algo mais que a história no sentido clássico do termo.

No momento em que se retorna à análise das relações de poder, e focaliza a prática espacial, o território volta a ser importante, não apenas como espaço próprio do Estado Nação, mas também dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território passa a ser um produto “produzido” pela prática social e também um produto “consumido” vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social.

É nessa instância que percebemos identidades de concepções entre alguns autores contemporâneos do pensamento geográfico, no caso Fernandes 2007 referido anteriormente e Becker frente a questão da concepção da multidimensional do território.

O processo de produção do território é determinado pela infraestrutura econômica, mas regulada pelo jogo político. Implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço. Implica também na noção de limite: a forma do território e a malha territorial são manifestações de relações de poder. (BECKER, 1983. p. 8).

Diante desse entendimento é que relacionamos as idéias de Fernandes 2007 e Becker 1983 quando ambos entendem a territorialidade como um fenômeno associado à organização de espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes e relacionados com o espaço e os demais atores. A territorialidade expressa-se pelo consumo do território e é também a face vivida do poder, uma significação do cotidiano em uma malha territorial.

Seguindo essa concepção multidimensional, considerando as diversidades de atores, os conflitos, as ações e as relações de poder, é que passaremos a analisar o território de Rio Verde, as políticas públicas espaciais e as suas territorialidades. O papel do Estado e das políticas públicas, nesse momento, parece de fundamental importância ao analisarmos as políticas de ocupação e consolidação do território. Mas também é fundamental fazermos algumas conceituações sobre política pública e suas frações no sentido de compreender que suas tipologias exercem influência da dinâmica territorial do agronegócio no município de Rio Verde.

1.2 Reflexões sobre Política econômica e Políticas Públicas para fundamentar a multidimensionalidade do Território.

O crescimento acelerado dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital mundializado, de um modo generalizado debilita os centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional. No caso específico dos países continentais, desiguais e com marcantes heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, regionais), como o Brasil, essa situação se revela de forma dramática inserido em um processo do subdesenvolvimento desigual excludente e segregador. (BRANDÃO 2007).

Nesse contexto, Brandão (2007, p.35) parte da literatura internacional contemporânea, adotada de forma mecânica e indiscriminada no país e que informa parcela majoritária das ações públicas em âmbito subnacional, proclama que:

bastaria cumprir as “exigências” da globalização, desse novo imperialismo da “partilha dos lugares eleitos”, ajustando-se, adaptando-se e submetendo-se a essa inexorável “fatalidade”, para torna-se um espaço receptivo e conquistador da confiança dos agentes econômicos mais poderosos. Negando completamente a natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação de riqueza, segundo esse “pensamento único” que invade o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local na atualidade, *teria ocorrido o fim das escalas intermediárias entre o local e global.*

O sudoeste goiano, nas últimas décadas, tornou-se um espaço receptível e conquistador de confiança dos agentes econômicos mais poderosos, no caso sojicultores, cooperativa de grãos e agroindústria de carnes. Mas grande parte dos discursos desse desenvolvimento econômico que por outro lado, houve a revalorização do território, que se convencionou chamar de “geografia econômica” e a economia regional em seus estudos sobre “nova teoria do crescimento endógeno, buscam mostrar o papel da economia no progresso técnico, ressaltar o papel dos investimentos, do capital humano destacando a intrínseca divergência nos processos de criação e apropriação da renda e da riqueza. Nesse sentido Brandão (2007. p. 36) afirma que:

a dimensão espacial do processo de desenvolvimento ocorreu completamente banalizado de questões que, malgrado sua natureza estrutural, histórica e dinâmica, foram deslocadas para o lugar-comum do voluntarismo, cristalizando um grande consenso, um verdadeiro “pensamento único localista”. Quase toda literatura aborda, e as políticas públicas implementam, ações em alguma medida orientadas, em parte ou no todo, por essa concepção teórica analítica

Dessa forma concordamos com o autor ao fazer essa análise ao remeter política e economia negligência as questões estruturais do país e as marcantes especificidades de suas

regiões, que impõe de forma crescente na academia e nos governos estaduais e municipais e nas diversas modalidades de políticas federais, sociais, industriais, agrícolas etc.

Entendo, que segundo o autor, o enfrentamento dessa visão, hoje hegemônica, passaria pela reflexão crítica e pela discussão de propostas alternativas e pelo tratamento adequado da articulação de todas as escalas geográficas. E que por isso, Brandão (2007, p. 36) descreve que é “preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento”.

Criticando as teorias tradicionais da economia regional, Krugman (1991), ressalta que elas não apresentam os mecanismos dinâmicos do auto-reforço endógeno, formando pelas externalidades presentes em dado ambiente. Assim, ele sugere o esforço teórico de incorporação, nos modelos econômicos, da existência de rendimentos crescentes em um ambiente de concorrência imperfeita.

Por fim, é bom ressaltar que os pesquisadores, principalmente os contemporâneos, admitem a intervenção do Estado segundo Brandão (2007, p.38):

para contrabalançar as posições de “equilíbrio subótico”, resultantes das “falhas de mercado”, mas sobretudo para engendrar um ambiente favorável, estimulante dos investimentos privados, como, por exemplo, por meio de maiores gastos em educação ou esforços de aperfeiçoamento regulatório, ou qualquer despesa pública que seja “produtiva”, no sentido de desobstruidora e restauradora de condições adequadas à maior produtividade dos fatores, aperfeiçoando o ambiente institucional e possibilitando a diminuição dos “custos de transação” na operação do sistema econômico.

Do ponto de vista da intervenção do Estado na agricultura, dois tipos de política econômica devem ser destacadas, por serem fundamentais: a política macroeconômica e a política setorial.

Segundo Delgado (2008, p. 208):

A política macroeconômica busca afetar os grandes agregados da economia, tanto em termos de quantidade – como, por exemplo, o nível, a composição e a taxa de crescimento de renda e da demanda agregadas, da quantidade total de moeda, dos gastos governamentais, das exportações e das importações, bem como dos fluxos de entrada e de saída de divisas estrangeiras e de capital externo em geral – quanto de preços - os chamados preços macroeconômicos básicos, como a taxa de câmbio, a de juros, a de salários e o nível geral de preços.

Agregado a essas ideias o autor complementa que a política macroeconômica é composta pela combinação das políticas fiscal, monetária, comercial e cambial, levando a

conceber que a política macroeconômica busca, em essência, influenciar diretamente o nível e a composição da demanda agregada ao consumo, mais investimentos, a taxa de crescimento da renda nacional e do produto interno bruto, a disponibilidade e o custo do crédito doméstico tanto para o consumo quanto para investimento, o saldo do orçamento governamental. (DELGADO 2008).

Assim, dado o caráter abrangente, fica evidente que a política macroeconômica afeta diretamente e indiretamente todos os setores da economia, inclusive o setor agropecuário. Nessa ótica é importante esclarecer que a política macroeconômica pode neutralizar ou inviabilizar o funcionamento das políticas voltadas para a agricultura, assim como pode conter uma política agrícola implícita, independente da existência ou não de uma política explícita em nível nacional.

Delgado também refere à política setorial que é formulada com o objetivo de influenciar diretamente o comportamento econômico-social de um setor específico da economia nacional, a indústria, a agricultura, e transporte e outros. Em relação à agricultura, podem-se mencionar três tipos principais de política econômica setorial: agrícola, agrária, e a política diferenciada de desenvolvimento rural.

Segundo o autor:

A política agrícola visa afetar tanto o comportamento conjuntural de curto prazo dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais, (tecnologia, uso da terra, infra-estrutura econômica e social, carga fiscal) que determinam seu comportamento do longo prazo. Nessa visão, a política agrícola engloba tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infra-estrutura e de recursos naturais e meio ambiente). (DELGADO, 2008, p.209).

Assim, em uma economia completamente mercantilizada e integrada ao processo de agroindustrialização, no caso da soja no Brasil e no sudoeste goiano, a política agrícola condiciona e regulariza as relações de preços de produtos e de fatores (terra/recursos, mão-de-obra, meios técnicos e financeiros de produção), as condições de comercialização e de financiamento, os incentivos e subsídios fiscais concebidos, o padrão tecnológico adotado, e influencia decisivamente o próprio grau de integração intersetorial com a indústria e o setor de serviços e de internacionalização da agricultura.

A política agrária, por sua vez, tem como objetivo tradicional intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecendo no meio rural, por meio de sua

transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada privadamente (política de reforma agrária) e de sua influência no processo de ocupação de novas terras consideradas pelas agências estatais ou pelos atores privados como de fronteira agrícola (política de colonização). Nesse sentido, Delgado (2008, p. 210), complementa que isso:

significa que a política agrária é eminentemente uma política estrutural de intervenção direta em estruturas existentes, tendo em vista sua alteração ou consolidação e de longo prazo, pois seus efeitos serão plenamente percebidos apenas passado algum tempo após sua implementação.

O autor ainda complementa que a política agrária está assentada na concepção que a propriedade e a posse da terra especialmente em economias e sociedades como as latino-americanas, são fatores especiais que condicionam a estrutura da produção agrícola, as condições de reprodução de grupos sociais distintos e as relações de poder no campo, e determinam a distribuição da riqueza e da renda entre os diferentes tipos de agricultores que coexistem no meio rural. Nesse momento lembramos as discussões teóricas anteriores ao remeter espaço, território, Estado, política e relações de poder.

Outro instrumento de intervenção do Estado no meio rural são as chamadas políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural. Essas políticas são usualmente dirigidas a segmentos empobrecidos do campesinato, não integrados à modernização produtiva, e muitas vezes assumem ou assumiram, como no Brasil, um caráter de políticas de desenvolvimento rural regional como foi, por exemplo, o caso do Polocentro. Sobre essa política, Delgado (2008, p. 212), comenta que:

Com efeito, as políticas de desenvolvimento rural representam, em princípio, tentativas de integração da política agrícola e da política agrária, procurando levar em conta a especificidade dos segmentos empobrecidos e não integrados do campesinato e a necessidade de desenhar políticas que atendem às suas particularidades.

Por melhor concebidas que sejam as políticas diferenciadas, sua execução enfrentará sempre caráter territorial excludentes. Num país como o Brasil, em que a população é principalmente urbana, em que a agricultura é complexa e articulada aos interesses agroindustriais e no caso da soja e carne de aves e suínos em Rio Verde é visível esse processo e os pequenos produtores não têm alcançado condições políticas para influenciar decisivamente os rumos da política econômica e social do país.

Abordamos algumas reflexões sobre política econômica para posteriormente

interagir na dinâmica territorial de Rio Verde. Mas o que se entende por Políticas Públicas?

A ciência política tem uma grande contribuição ao analisar alguns conceitos básicos de políticas públicas ao destacar algumas abordagens do neo-institucionalismo e de estilos políticos para o campo de investigação das políticas públicas no sentido que elas possam ter um caráter espacial ao interagirmos as teorias da geografia política. Segundo Frey (1997, p. 1),

as peculiaridades socioeconômicas e as políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais específicos, mas é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento.

Frey faz uma discussão teórico-metodológica acerca da análise de políticas públicas no Brasil, discute alguns conceitos básicos da análise de políticas públicas assim como as contribuições das abordagens do neo-institucionalismo e da análise de estilos políticos. O autor questiona a respeito de campos específicos de políticas públicas como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais que levam o interesse de análise sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais e que estão diretamente relacionadas ao contexto da produção da soja.

A princípio esse autor faz uma abordagem de alguns conceitos de “Policy analysis” direcionando para três dimensões da política:

a dimensão institucional 'polity' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional dos sistema político-administrativo; no quadro da dimensão processual 'politics' tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; a dimensão material 'policy' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (FREY 1997, p. 216-217).

Junto da análise dessas dimensões, Frey chama a atenção a respeito à prática cotidiana do pesquisador ou analista de políticas públicas no qual o pesquisador parte de estruturas políticas e condições de poder e que não se deve negligenciar o fato de que as próprias circunstâncias referentes aos interesses do solicitante da pesquisa e às condições das forças políticas, mas também às limitações no tocante aos recursos disponíveis, humanos, financeiros e o tempo que costumam influenciar o processo de formulação de um projeto de pesquisa. Nesse sentido, o autor faz referência no âmbito de consultorias para governos, em que o pesquisador se confronta com várias restrições, vendo-se obrigado a

considerar as dimensões políticas como variáveis independentes fato que justifica os interesses e exigências particulares colocadas por governos, cujo interesse primordial é o aperfeiçoamento de programas ou projetos de menor tempo possível.

Ao fazer essa reflexão teórica das dimensões, a prática cotidiana de análise de políticas públicas tem-se a necessidade de remetê-las no âmbito da intervenção do Estado na agricultura ao ponto de direcionar para o processo de produção da soja e sua configuração, distribuição, organização no espaço.

As políticas públicas visam coordenar os meios à disposição do Estado e às atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2002 APUD SILVA, 2003). Há um componente prático e finalístico na ideia de política pública como programa de ação governamental para um setor da sociedade ou um espaço geográfico (BUCCI, 2002 APUD SILVA, 2003) que busca a concretização de determinados objetivos e metas. Vianna Jr. (1994 apud Amaral et al, 2000) entende política pública como:

Uma ação planejada do governo que visa, por meio de diversos processos, atingir alguma finalidade. Esta definição, agregando diferentes ações governamentais, introduz a idéia de planejamento, de ações coordenadas. Entretanto, as ações classificadas como políticas públicas são realizadas por diferentes organismos governamentais, nem sempre articulados entre si (VIANNA JR APUD AMARAL ET AL, 2000).

Um pré-requisito para o planejamento de políticas públicas é o ordenamento territorial. Para Moraes (2005), o ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, que enfoca grandes conjuntos espaciais – sejam biomas, macrorregiões, redes de cidades – e espaços de interesses estratégicos ou usos especiais, como zonas de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares e outros.

Um planejamento que aborde o território nacional em sua integridade deve buscar captar os grandes padrões de ocupação, as formas predominantes de valorização do espaço, os eixos de penetração do povoamento e das inovações técnicas e econômicas, bem como a direção prioritária de fluxos demográficos e de produtos (MORAES, 2005).

Até o momento, o Brasil não dispõe de um sistema integrado de ordenamento territorial que possibilite uma ação articulada e integrada entre os diferentes níveis de governo. Há planos, projetos, leis e instrumentos de intervenção isolados, adotados, algumas vezes de forma conflitante, pela União, Estados e Municípios. De acordo com

Duarte, esta diversidade de programas e ações relacionadas ao ordenamento territorial traz prejuízos ao país, em termos de alocação de recursos para o desenvolvimento econômico e social. (DUARTE, 2002).

Falta uma política nacional de ordenamento territorial que possibilite uma coordenação de planos e programas entre os diversos níveis de governo sem sobreposição de propostas e sem descontinuidade das ações e planos. Moraes (2005) compreende o ordenamento territorial como instrumento de articulação transectorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e espacializado da ação do poder público.

À luz do conhecimento e da informação disponíveis atualmente, início do século XXI, pode-se afirmar que as políticas públicas têm um papel importante em apoiar a transição para a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Um quadro de planejamento e metas se torna possível ao se assegurar a participação da sociedade no planejamento das políticas e na sua implementação. Pode-se criar assim um ambiente favorável que facilita a integração e a articulação entre as políticas econômicas, sociais, ambientais, culturais, territoriais e político-institucionais, e alcançar um compromisso político para uma perspectiva de longo prazo.

Para Moraes (1994) apud Amaral et al, (2000), as políticas públicas podem ser agrupadas em três grandes segmentos:

Políticas econômicas, que incluem as políticas cambial, financeira e tributária; Políticas sociais, englobando as políticas de educação, saúde e previdência; e, Políticas territoriais, que compreendem políticas de meio ambiente, urbanização, regionalização e de transportes.

Independentemente do segmento no qual as políticas públicas são classificadas, a participação dos atores na construção destas políticas, revela uma grande importância nos tempos atuais. Seja por meio do diálogo, a consulta e a busca de consenso entre estes atores de interesses e objetivos variados, de acordo com o PNUD, são a base do sucesso e da legitimação de qualquer prática de planejamento atual (PNUD, 1997 APUD JATOBÁ, 2000).

Jatobá (2000) apresenta um quadro no qual evidencia as características de planejamento empreendidas nas décadas de 1960 e 1970, centralizador e estático, e as

características do planejamento atual, que em um processo gradativo se solidificou em um planejamento descentralizador e estratégico. O planejamento passado se mostrava pouco flexível e distanciado da comunidade e foi sendo substituído por um planejamento incrementalista e que atenta para os interesses dos grupos comunitários, embora nem sempre democraticamente atendidos ou simplesmente atendidos.

Na forma anterior, o planejamento se apresentava como tomador de decisões técnicas e impositivo e, na de hoje, como construtor de consensos e participativo. O planejamento do passado era visto como setorial unidirecional e de paternalismo governamental, em oposição ao planejamento do presente, holístico, interativo e de parceria com a iniciativa privada. O planejamento anterior apresentava-se sob a ótica do crescimento econômico e o atual sob a da integração de várias dimensões de desenvolvimento, uma das facetas do desenvolvimento sustentável.

Assim, fica claro que o planejamento do passado que no Brasil terminou devido à crise e ao fim do Estado Desenvolvimentista teve características centralizadoras, de dimensão do poder unidimensional do Estado, e definição explicitamente geopolítica no pós-64, como apresentado no discurso teórico anterior sobre espaço, política e território.

De acordo com Rückert, a crise do nacional-desenvolvimentismo, do planejamento centralizado e as redefinições da geopolítica clássica deixaram espaço para o processo de globalização dos anos 1980. A tendência às economias flexíveis e à “flexibilização dos lugares”, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados. A emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização conduziu especialmente os Estados latino-americanos, como o Brasil, a reatualizar suas políticas externas e internas e a requalificar suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento. Ainda o citado autor faz uma reflexão sobre passados quinze anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando o Brasil, em 2003, inicia a construção de seu Plano Nacional de Ordenamento Territorial, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (RÜCKERT, 2007).

As políticas públicas territoriais são as ações do governo que têm repercussão territorial, isto é, ações de infraestrutura, de uso de recursos naturais, de reforma agrária, de proteção ambiental, sejam de dimensão urbana ou rural, de escala regional ou local que

têm um impacto na ordenação no uso do território.

A Carta Europeia de Ordenação do Território define o Ordenamento Territorial como:

a expressão espacial da harmonização de políticas econômica, social, cultural e ambiental, micro e macrorregionais, ora ciência, ora técnica administrativa, ora política pública, concebidas com enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço, segundo uma diretriz (CEOT/CEMAT, 1983, APUD ANPUR, 2006).

Assim, o ordenamento do território configura o planejamento e a implementação de ações, considerando a articulação entre as políticas setoriais com impacto territorial e a incorporação da dimensão territorial e suas especificidades na formulação das políticas.

A articulação da organização física do espaço deve ser pensada conjuntamente com o desenvolvimento regional, como é o caso do Brasil, sobretudo para evitar o risco de acentuação das desigualdades. Nesse sentido, o ordenamento do território é tido como um método para assegurar convergência e coordenação entre as várias políticas setoriais, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial. Portanto, o planejamento territorial busca identificar e direcionar os efeitos contraditórios das políticas setoriais e as oportunidades para sinergia e complementaridade em seus impactos no território (NADIN, 2003).

De acordo com esta abordagem, a implementação das políticas deve considerar seus efeitos retroalimentadores sobre a sua formulação, isto é, deve ser considerado um processo em que a ação governamental, expressa em programas ou projetos de intervenção, por meio de atividades como o monitoramento e a avaliação, possa permitir o aprimoramento na implementação da política.

Nesse sentido, a implementação de políticas, segundo Lindblom (1980) apud SILVA E MELO (2000), constantemente orienta novas políticas. Portanto, a avaliação, de acordo com Cunha (2006), é uma das etapas do processo de planejamento das políticas e programas governamentais, não sendo uma atividade isolada e auto-suficiente. Gera informações que possibilitam novas escolhas; analisa resultados que podem sugerir a necessidade de reorientação das ações para o alcance dos objetivos traçados.

Koga (2003, p.19 - 20) discute a introdução da variável território no exame da

realidade para a produção de políticas públicas voltadas para a inclusão social. A autora constrói um debate sobre a relação do território – como matéria viva, síntese de um conjunto de relações, condições e acessos – como espaço de exercício de cidadania e concretização de políticas públicas. Ainda, a autora assinala a importância da incorporação da dimensão territorial dentro das ciências sociais, que alcança um caráter estratégico quando é considerada como um elemento potencial na orientação de políticas públicas.

Essa autora também afirma que é preciso “debater intensamente as políticas públicas, buscando trazê-las o mais próximo possível do mundo onde vivem as pessoas”. Assim, além da necessidade crescente de uma articulação entre as políticas setoriais, existe uma inter-relação entre políticas e território, não só no âmbito da gestão governamental como na participação dos cidadãos. Portanto, a autora aponta que a simples presença de uma política pública pode não revelar sua capacidade de interferência, como no caso, nas situações de exclusão social. Deve-se levar em conta “a particular totalidade de cada município ou região, considerando para além de sua dimensão geográfica, seus aspectos demográficos, sua capacidade econômica, sua história sua cultura, seu contexto social”. (KOGA, 2003, p.222).

Explicando melhor: a formulação e a implementação das políticas públicas de uma metrópole de três milhões de habitantes não podem ser as mesmas para municípios de 20.000 habitantes, por exemplo. Principalmente em um país como o Brasil, com não somente altas desigualdades sociais, mas, um país continental, de diferentes realidades geográficas e físicas. Assim, como assinalam Koga e Nakano (2005), não é aconselhável estabelecer medida única de desigualdades socioterritoriais para os 5.562 municípios como se eles fossem um monólito homogêneo. Esses milhares de municípios possuem realidades diferentes entre si, desde o tamanho populacional, desigualdades regionais, extremos sócio-econômicos diversos, até a porcentagem da presença populacional em áreas urbanas ou rurais.

Essas variáveis diversas implicam a formulação e ação de políticas públicas que tenham uma constante relação entre o global e o local. Ao mesmo tempo em que se dá ênfase à dinâmica dos territórios em escala local, não se pode perder a perspectiva da política em uma escala maior. Portanto, não tirar do foco a integração e a articulação entre as políticas e a participação dos diversos sujeitos sociais traduzida pela articulação entre Estado e sociedade.

O local e o global são espaços que estabelecem um processo de tensão permanente e, por um lado, articulam processos de reestruturação econômica, política e social. Esses movimentos ocorrem ao mesmo tempo e geram novas oportunidades para a

interação dos atores e as decisões que os afetam. Surgem, no âmbito territorial, novas estruturas de oportunidades, porque os governos e os atores sociais aí estabelecidos redefinem seus papéis. Isso ocorre por meio da adaptação estratégica dos atores locais (fixo) ao espaço global (fluxos) (CLARKE, 1993).

Paulillo (2000), em sua obra intitulada *Redes de Poder e Territórios Produtivos* demonstra uma articulação do território citrícola no qual esse autor articula o entendimento de políticas públicas territoriais e os setores da economia de determinados grupos do agronegócio da cultura cítrica no interior de São Paulo, como eles alcançam reputação e legitimidade para atuarem com grande desenvoltura nas redes de relações e estratégias estabelecidas pelas políticas públicas.

Segundo Paulillo, (2000, p. 44)

O território é uma construção social e política porque apresenta relações endógenas particulares entre seus componentes públicos e privados. As relações de poder estabelecem-se e criam comunidades políticas guiadas por objetivos econômicos e sociais. Assim, o município e seu entorno rural podem corresponder a uma comunidade política, na qual o vínculo que se estabelece é o da coordenação da provisão de serviços entre o governo e a participação cidadã.

Concordamos com o autor ao afirmar que um distrito industrial também é uma comunidade territorial que apresenta vínculos econômicos fortes, devido às constantes trocas de bens e serviços entre os participantes empresariais e à existência da comutação no mercado de trabalho.

A área de atuação do complexo da soja no sudoeste goiano agrega um conjunto de municípios e cidades que compõe uma comunidade política porque está inserida em um território determinado mais amplo. O elo entre as cidades não necessariamente será a provisão de serviços urbanos para os cidadãos. A ligação pode ocorrer por meio de atividades específicas a um setor ou encadeamento produtivo. Forma-se uma rede política em torno de uma dinâmica específica, por exemplo, a dinâmica de um complexo de aves e suínos da agroindústria Perdigão com a Comigo e os produtores de soja no município de Rio verde.

O processo de interação estratégica dos atores locais forma uma rede política permanente de relações privilegiadas no interior do território. A Estrutura de oportunidades localizada é determinada pela intensidade das relações de troca de recursos de poder e de distribuição de interesses entre os atores. A potencialidade do território é

formada por mecanismos de governança, um mecanismo de mobilização do capital social local . (PAULILLO, 2000).

Dessa forma, entende-se que a mobilidade do capital social local refere-se à capacidade de estabelecer a organização do território ou comunidade por intermédio de normas e de confiabilidade ente os atores, de forma que se possa melhorar a condição da sociedade por meio de ações coordenadas em rede.

Segundo Paulillo (2000) afirma os fatores que permitem a mobilização do capital local em rede são os seguintes: estabelecimento de normas; estoque de capital social (ou recursos de poder); cooperação voluntária; confiança e reciprocidade.

O autor complementa sobre os fatores que permitem a mobilização do capital social ao relatar que:

A confiança estabelecida entre os atores econômicos determinou a construção social das localidades pelo caráter cultural existente. Os sistemas industriais locais, a capacidade de articulação dos interesses dos atores locais e a intensificação da troca de recursos de poder entre as instâncias subcentrais e centrais proporcionam a criação de um sistema de *notáveis*. Uma relação política, de caráter vertical, entre grupos de interesses fortalecidos e agências do Estado que permitiu a regulação local e a construção social e política dos territórios.

A comunidade territorial é um tipo de rede política, apresenta algumas características fundamentais para sua realização. São características próprias de seus membros, conhecimento, legitimidade, reputação e habilidades diretas e indiretas para tratar com recursos de poder, e também as características das conexões que ela apresenta grau de envolvimento, regras de interação, centralidade e densidade institucional . Assim somente a presença de todos os fatores de mobilização local é que permitirá o desenvolvimento pleno das comunidades políticas territoriais. (PAULILLO, 2000)

Como remeter políticas públicas e espaço nesse contexto?

Acredito que o discurso teórico do Paulillo (2000) traduz um aspecto organizacional relevante na produção de políticas enfatizando as redes de políticas públicas. Essa perspectiva destaca a diversidade dos sistemas de ação e dos modos de estruturação dos interesses políticos e sociais entre países, regiões e entre setores. Segundo Rhodes e Marsh, 1992, uma rede de política pública é o resultado de uma cooperação mais ou menos estável e hierárquica entre organizações que negociam, trocam recursos e podem

compartilhar normas e interesses num ambiente complexo. Um dos aspectos relacionados com a temática das redes de políticas públicas é que o Estado não pode ser analisado como uma instituição monolítica. Para esses autores, o estudo das políticas públicas deve partir do reconhecimento da diversidade das organizações estatais, da pluralidade dos grupos de interesses e das múltiplas formas de relacionamento entre esses atores. Trata-se, portanto, de uma abordagem intermediária que visa articular as dimensões setoriais e territoriais. Dessa forma o tratamento das políticas públicas requer, para sua análise, alguma forma de abordagem que abarque suas diversas dimensões e diferenciações, permitindo contextualizar algumas políticas e programas, bem como verificar sua capacidade de inserção e efetividade social, complementações e superposições entre estrutura governamentais.

Nesse caso, vale destacar segundo Flexor e Leite (2007, p.211) pensar em diferenciar as políticas de uma outra forma:

as de caráter distributivo (como crédito rural), as de caráter regulatório (como a política de preços), as redistributivas (e aqui a reforma agrária é o exemplo clássico) e, finalmente, as institucionais (nas quais se enquadram os conselhos municipais, regionais, nacionais de diferentes natureza).

Procuramos desse modo reconhecer tanto as centralidades das ações públicas na construção social das sociedades contemporâneas quanto as múltiplas facetas e diversas configurações de atores. As análises cunhadas o campo da ciência econômica proporcionam valiosas contribuições para a compreensão dos custos sociais das políticas públicas, como aquelas relativas aos subsídios agrícolas e aos programas agrários.

2. REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO ESTADO, DAS ESCALAS DE AÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPACIAIS EM UMA PERSPECTIVA DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO.

O presente capítulo tem como objetivo principal analisar o papel do Estado e das políticas públicas, denominada desenvolvimentista direcionada ao campo brasileiro nas últimas décadas. Procurou-se apreender de que forma Estado, políticas públicas e desenvolvimento assumem uma abordagem centrada na dimensão espacial. Nesse sentido, as contribuições de alguns autores da geografia, da economia política, da sociologia e de outras ciências sociais são ressaltadas, buscando refletir acerca da relação Estado, políticas públicas seus mecanismos de ação com enfoque espacial e suas diferentes escalas. Percebe-se que é de extrema relevância buscar uma reflexão teórica da dimensão territorial do desenvolvimento em suas escalas espaciais. O Estado e as políticas públicas planejadas são centros de decisões e seus mecanismos de legitimação, assumem a conflitualidade e a dinâmica de ação das distintas facções de atores sociais no território.

O processo de modernização agrícola, e a ocupação das terras de cerrado provocaram profundas transformações no espaço agrário da região Centro-Oeste. Por meio dos chamados pacotes tecnológicos da Revolução Verde, financiados pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, a região Centro-Oeste se inseriu no modelo econômico do país sem levar em conta aspectos ambientais e sociais das áreas ocupadas. O Estado proporcionou, por meios de políticas públicas, a industrialização do campo e a capitalização da agricultura na região.

Com a modernização da agricultura brasileira e a constituição dos complexos agroindustriais desde o final dos anos 60, a política agrícola brasileira teve um caráter horizontal e abrangente. Não obstante, houve, ao longo das últimas décadas, alguns instrumentos específicos para algumas culturas que não alteram seu caráter horizontal como o caso da soja.

A região Centro-Oeste compreende 18,8% do território nacional e abrange cerca de 15,6 milhões de habitantes (IBGE, 2007). Essa região passou por duas grandes fases de ocupação a primeira no período colonial, no final do século XVII, durante o ciclo de exploração do ouro, quando se iniciou o povoamento do interior. A segunda nas décadas de

1950 a 1970, quando a expansão industrial e o avanço do processo de urbanização fizeram com que a região assumisse um papel diferenciado na organização espacial brasileira.

A partir de meados da década de 1970, o ritmo de ocupação do Centro-Oeste acelerou, com base na intensa política de expansão da fronteira agrícola, ocorrida com o aproveitamento dos cerrados (até então tidos como inaproveitáveis e a abertura de novas terras para a exploração agrícola e pecuária). Esse processo de ocupação trouxe à região um enorme fluxo de migração, desordenamento e desagregador. A região passava a ser o novo pólo de atração populacional. Entre 1960 e 1970 apresentou o maior crescimento demográfico do país; de 1970 a 2000 só não superou a região norte (SEPLAN 2003).

Ao referirmos a fronteira agrícola, estamos direcionando algo que propõe mais do que separação normalmente estática entre grupo sociais delimitados juridicamente. É limite e processo social, simultaneamente. Nesse sentido o conceito de fronteira agrícola aqui mencionado,

pode ser a borda de um processo social singular de integração de áreas num modelo de desenvolvimento dominante, como a faixa de contato cultural e social entre áreas sob domínio da sociedade capitalista e outras sob signo de valores e modos de produção distintos e à margem dos processos de acumulação do capital. (SILVA, 2006, p. 284).

Esse rápido desenvolvimento realizou-se de forma peculiar, sendo que a incorporação espacial foi associada à rápida modernização da agricultura, e esteve baseada em um modelo caracterizado pela prioridade dos cultivos comerciais, com grande aplicação de insumos modernos e mecanização, sem que tenha sido incorporada a esse processo a devida consideração dos aspectos sociais e ambientais.

2.1 Breve considerações sobre o papel do Estado

Como a principal proposta desse trabalho não é teorizar o Estado como categoria e sim como elemento ou ator coadjuvante na formação das políticas públicas e na trajetória da formação do território do agronegócio no município de Rio Verde, não entraremos aqui em detalhes conceituais clássicos sobre a construção das teorias do Estado, simplesmente faremos uma breve discussão sobre as recentes mudanças nas práticas do Estado brasileiro, para entender sua atuação no atual processo de organização política, econômica e social para entendermos a dinâmica territorial do agronegócio. Nesse sentido o nosso objetivo principal nesse item é contribuir para o debate do tema central: Territórios e Políticas

Publicas Espaciais do agronegócio, trazer alguns elementos para a compreensão atual das mudanças sociais oriundas do processo de transformação na matriz política e remetê-las às concepções e ao entendimento das análises da geografia. Entretanto considerando-se a sua complexidade, o mesmo deixará muitas interrogações para novos estudos do tema. Creemos que a principal questão no momento é a decodificação de determinados processos que norteiam as relações políticas, econômicas que, de alguma forma, determinam as relações sociais e o entendimento da dinâmica do território do agronegócio em Rio verde.

A questão das mudanças no papel do Estado vem despertando interesse cada vez maior, em parte devido à tendência das ciências sociais de priorizar a análise do Estado como um ator privilegiado na interpretação da realidade, com forte capacidade para influenciar os processos econômicos, sociais e políticos (GUIMARÃES, 1989).

Tratando-se da agricultura, nas últimas décadas, o Estado atuou com políticas diferentes, mas no seu cerne há um modelo global/local em fases distintas, voltado para acumulação do capital.

Ianni (1996) assinala que na atual fase do desenvolvimento capitalista a soberania do Estado-Nação não está sendo limitada, mas sofre uma requalificação, já que num contexto em que a maximização do capital é levada às últimas consequências, também o Estado é recriado, assim como os princípios que definem sua essência.

Segundo o autor, foi necessário desmontar um Estado que atuava com parâmetros nacionais e também remover os obstáculos que dificultavam a presença de interesses da economia global, procurando tornar o território mais atraente em suas vantagens competitivas.

Assim, as infraestruturas criadas no território pelo Estado foram apropriadas pelo privado, que não se responsabilizou pela manutenção das mesmas. Ou então, quando o próprio privado hoje cria as infraestruturas é beneficiado pelo financiamento estatal.

Brandão Filho (2005, p. 139) afirma que:

No caso de investimentos de capitais produtivos, são concedidas isenções fiscais a setores que não estabelecem compromissos com o país, a exemplo das modernizações e privatizações das principais rodovias que ligam cidades e metrópoles de grande circulação de capital e de importância geopolítica estratégica. Tudo isso aumenta as distâncias sócioeconômicas entre regiões e entre áreas no interior das regiões e, evidentemente, aumenta as distâncias entre ricos e pobres, uma vez que essa modernização é seletiva e não inclui mobilidade social das classes subalternas.

Nesse sentido, segundo Brandão Filho (2005), foi necessário liberar a economia, eliminar ineficiências decorrentes do peso excessivo do aparelho de Estado e articular com a lógica modernizante do mercado em sincronia com a competitividade internacional. Concordando e completando as ideias do autor, o Estado foi refuncionalizado em suas práticas para atuar em uma nova fase de organização do território.

Uma das críticas ao novo modelo de Estado é que a ênfase passou para a competitividade internacional, passando a ser vista como ideal, entretanto, contraditoriamente, os países centrais desenvolvem políticas protecionistas contrárias à livre competição, prejudicando os países de economia mais ineficiente. Portanto, ao referirmos ao atual período global da economia, esta só é global no sentido de maior acumulação, mas não no tocante ao emprego, ao acesso à propriedade, à preservação do meio ambiente e às relações horizontais mais equilibradas entre territórios desenvolvidos e periféricos, intervindo o Estado mais no sentido de fragilizar a forma de acumulação anterior e de favorecer a criação de condições para novas formas de acumulação.

O Estado monopoliza a elaboração de normas em seu território por meio de um governo organizado. Nesse sentido, as ações governamentais, na essência, com suas mudanças de forma, são mais fruto da estrutura da reorganização no modo de reprodução do capital globalizado, nas últimas décadas, em função das necessidades da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). (BRANDÃO FILHO, p. 139).

Assim, entendemos que a ação do Estado segundo Brandão Filho (2005), na regulação está presente em todas as variáveis com maior ou menor intensidade de acordo com os interesses de expansão do capital, ainda que evidentemente no seu interior apresente fortes conflitos de classes ou de grupos no interior da classe hegemônica.

Segundo Possas (1996), o Estado tem dois modos de agir em relação à estrutura produtiva: uma ação interventiva, dominante nos períodos anteriores aos anos 80, e uma ação de caráter regulatório e mediador, predominante na fase atual. Essas diferenças tornam-se evidentes nas conjunturas políticas do Estado durante a ditadura militar e posterior à transição democrática, acentuando a entrada do neoliberalismo no Brasil.

Na fase de transição para um novo modelo de acumulação, Brandão Filho (2005) comenta que o Estado intervém no sentido de recriar as condições de implantação do novo modelo. Segundo o autor, se no Estado Keynesiano, anterior à fase atual, o processo de acumulação se dava sob a hegemonia do capital industrial, sua intervenção era no sentido

de criar as condições para a reprodução do capital dentro desse modelo. No período seguinte, posterior aos anos 70-80, com a hegemonia do capital financeiro, tendo como testas-de-ferro as corporações transnacionais, o Estado passa a ser o auxiliar desse novo centro do sistema, investindo nos setores com maiores possibilidades de acumulação ampliada do capital. Essa diferenciação no seu papel se dá em economia e da sociedade como um todo.

Para Moreira (1993), ao comentar sobre Estado e agentes, fazem parte da lógica da acumulação, como da lógica cultural, geram novas territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado. Segundo o autor, A mundialização da cultura técnico-científica foi obra dos investimentos do Estado do bem-estar social ao longo dos anos 30-70, expandindo-se praticamente na escala planetária. Atualmente, as rápidas mudanças operadas no mundo da economia, da técnica e da política são mais difíceis de serem detectadas. Simultaneamente, uma nova ordem vem introduzindo mudanças nas relações capital-trabalho.

Furtado (1992), nos diz que a atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisão.

Comentando as mudanças no papel do Estado, Arrighi (1995) afirma que a ambiguidade material e social e a fragilidade financeira do nosso capitalismo periférico se manterão, podendo, em algum momento, provocar uma reviravolta interna dentro das forças conservadoras, na direção de mais um ciclo “de fuga para a frente”; ciclo que ainda seria sustentado pela abundância de crédito internacional, mas que se voltaria uma vez mais para a expansão da atividade produtiva.

Para caracterizar a ação do Estado contemporâneo neoliberal, o crescimento da dívida externa Brandão Filho (2005, p. 140) contempla da seguinte forma:

A atual fase de crescimento da dívida externa, em função dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), obviamente está articulada com a nova função dos Estados Nacionais, com financiamento das grandes obras de infraestrutura, apoio ao capital financeiro para acumulação ampliada dos sistema como um todo e para a manutenção da hegemonia política do modelo central de acumulação. É um modelo nitidamente neoliberal que se confunde, para o olhar comum, com o modelo anterior de bem-estar-social. Em seu discurso, enfatizando que todos os investimentos estão dirigidos às soluções da dívida social do Estado, oculta a verdadeira essência da ação das políticas públicas regionais, locais.

De tudo isto fica evidente que, embora o Estado seja o fator número um para tudo que concerne o espaço, mesmo em suas menores subdivisões existem desenvolvimentos que momentaneamente escapam ao seu poder; isto se deve ao fato de que um grupo de variáveis e um pedaço de território são suscetíveis de interações de natureza múltipla, dependentes da escala respectiva. Nesse sentido é necessário reconhecer no nível de cada escala qual o fator dominante. Na escala das nações, das federações, dos municípios.

2.1.2 O Estado, Políticas e as Escalas Espaciais de Ação

Ao referirmos em subdivisões do espaço lembramos Santos (1997), ele considera que, em função de suas relações, os elementos do espaço formam um sistema. Tal sistema é comandado pelo modo de produção dominante nas suas manifestações à escala do espaço em questão. Pode-se também falar na existência de subsistemas, formados pelos elementos dos modos de produção particulares. O sistema é comandado por regras próprias ao modo de produção dominante em sua adaptação ao meio local. Estaremos, então, diante de um sistema menor ou correspondente a um subespaço e de um sistema maior que o abrange, correspondente ao espaço. Cada sistema funciona em relação ao sistema maior como um elemento, enquanto ele próprio é, em si mesmo, um sistema. Caso o subsistema a que referimos seja desdobrado em subsistemas, a mesma relação se repete, cada um dos subsistemas aparecendo como um elemento seu, ao mesmo tempo em que é também um sistema, se considerarmos as suas próprias subdivisões possíveis. E cada sistema ou subsistema é formado de variáveis que, todas, dispõem de força própria na estruturação do espaço, mas cuja ação é de fato combinada com a ação das demais variáveis.

No caso da nossa pesquisa, é fundamental examinar o resultado da ação realizada pelo Estado em um subespaço, como consequência da exigência de forças internas que nesse subespaço impõem uma certa orientação à atividade do poder.

A análise não seria completa se não contássemos com a possibilidade de separar o que depende da vontade do Estado, quer dizer, o que constitui uma ação consciente da equipe no poder e o que não depende desta vontade, quer dizer, tudo o que pode ser realizado fora dela. Para tanto é preciso analisar esta ação em detalhes para saber se as realizações aparentemente estranhas a uma ação do poder são indiferentes ou não às contingências de ordem econômica e política. (SANTOS, 2002, p. 228).

Esse resultado da ação realizado pelo Estado no espaço Santos (2002, p. 228 -229) nos permite conduzir a análise da ação do Estado e as políticas públicas na existência de três modalidades principais de ação do Estado:

1. “Primeiramente ele intervém através da satisfação das necessidades locais cuja resposta é dada segundo níveis diferentes de qualidade e quantidade, isto é, com um volume ou uma expressão que nem sempre correspondem a escala local”;

Compreende que nessa modalidade a ação do Estado em um município por exemplo, não atende os atores sociais e suas necessidades material na sua totalidade, ações com interesses diferentes e desiguais, porém combinados para atores hegemônicos.

- 2 “A ação do Estado pode referir-se à satisfação de necessidades de tipo regional, mas cujo resposta é dada em um ponto preciso desse espaço regional;”

O que compreende com essa ação, são as políticas em escala regional, a exemplo do FOMENTAR na região Centro Oeste e em Minas Gerais, mas que houve uma ação seletiva de empreendimentos para a produção da soja.

- 3 “Enfim, existem necessidades nacionais cuja satisfação interfere na organização do espaço local, tais como as estradas, os impostos, as isenções fiscais, a política aduaneira ou a política comercial, os protecionismo.”

Santos (2002), afirma que essas ações do Estado afetam os diversos subespaços por influência de ordem local, regional, nacional e até internacional. O autor nesse sentido considera as influências locais no nível das unidades agrícolas e urbanas, das características da população, das características dos modelos de localização das atividades e dos homens. Os estímulos regionais dependem da competitividade econômica das atividades ou competitividade vertical, referindo-se à atividade do mesmo gênero ou de gêneros diferentes pela evolução das atividades ou pela criação de novas. Pode ocorrer que este tipo de estimulantes exerça também uma competitividade espacial ou horizontal, porque cada atividade possui uma escala espacial. Segundo Santos (2002, p. 229);

A alteração recíproca de importância das atividades constitui para algumas uma condição de sucesso, para outras a condição de sua permanência e ainda, para outras, a razão de seu fracasso ou de seu desaparecimento. A consequência é a mudança de modelo de localização das atividades e dos homens.

É nessa perspectiva que iremos trabalhar posteriormente essas condições ao verificarmos os atores excluídos do processo das ações do Estado ou as desterritorializações e novas territorialidades, os conflitos sócio espaciais, a “guerra dos lugares” por diversos atores do território de Rio Verde.

Em relação às necessidades nacionais e os estímulos, Santos (2002) são muito numerosos mais pode-se colocar em primeiro lugar as demandas ou necessidades de zona industrial ou urbana, assim como movimentos da economia, tais como a inflação e a deflação, cuja repercussão pode ser benéfica ou fatal a um subespaço. E dentre os estímulos internacionais, o autor afirma que pode alinhar a demanda, em quantidade e em qualidade, em preço e em tipos de produto (bruto, semibruto, acabado, mineral, agrícola, manufaturado), as mudanças de tecnologia, assim como as mudanças de preços e de demanda mundial, as mudanças das estruturas de consumo.

O papel do Estado, em relação a dinâmica do espaço, depende das atribuições que esta organização política pode reservar para si. Segundo Santos (2002, p. 231) “Um Estado “primitivo” ou uma organização política elementar preocupada com a distribuição da terra entre os agricultores dispõe de um poder de decisão que só raramente ou muito pouco ultrapassa os dados de uma organização *local* do espaço.”

Acredito que em relação às palavras de Santos (2002) ao remeter Estado, distribuição da terra e poder de decisão, a uma falha do Estado, nesse momento concordamos com Delgado (2008, p. 202) ao afirmar:

[...] a regulação estatal promoveria o “interesse público ou ela própria seria um bem público. Por outro lado, para os que consideram a interferência estatal nociva ao bem-estar geral, o pressuposto básico é o de que os mercados competitivos são sempre eficientes, se auto regulam e auto reproduzem, e mesmo quando falham são capazes de enfrentar as suas imperfeições melhor do que o Estado, cuja intervenção sempre provoca transferências de renda entre os grupos sociais existentes, as quais necessariamente causam distorções, desperdícios e diminuições no bem-estar econômico geral. Assim, as ineficiências na alocação de recursos e na distribuição de bens e serviços numa economia capitalista não se devem à existência de “falhas de mercado”, mas, sim, à presença de “falhas do Estado ou de governo”.

Santos (2002) afirma que essas implicações do Estado no espaço decorrentes da sua localidade dependem essencialmente do nível da economia regional, quer dizer, não apenas do espaço relativo à organização política em questão, mas também dos espaços vizinhos ou dos que com ele têm articulações. O autor nos remete a ideia de que o

agronegócio com o apoio das ações do estado cria condições, novas formas de organização e de articulação do espaço e do tempo e ampliam as vantagens reprodutiva do capital por meio de unidades territoriais globais, já que o agronegócio em Rio Verde ultrapassa suas fronteiras. Nesse momento concordamos com Moraes (2005, p. 39-40) ao comentar que:

As mutações vivenciadas hoje por uma série de territórios não podem, portanto, ser compreendidas tão somente como reflexos de uma transnacionalização, construtoras de novas territorialidades, dada pelas vantagens comparativas, mas também oriundas da redefinição da noção de tempo e espaço do Modo de Produção Capitalista. A reestruturação territorial vigente é a expressão das novas formas de organização e de articulação do espaço e do tempo, tendo como características a diversidade de sistemas acumulativos com diferentes formas de normatização dentro de um padrão comum. Destas formas existem localidades que apresentam certas vantagens competitivas na reprodução ampliada do capital, quando em décadas passadas não se podia encontrar nelas nenhum tipo de vantagens comparativas. Estas vantagens possibilitam um novo patamar de inserção, permitindo a articulação de novas relações espaço-tempo, que não implica em justaposição, mas sim em simultaneidades das unidades territoriais globais.

Compreendemos que o território de Rio verde é apenas um dos objetos de ação do Estado para o processo da produção da soja em grande escala. O Estado tende a tornar suas funções mais complexas com capacidade de disciplinar relações em nível mais elevado. Santos (2002) nesse momento, levanta a questão que consiste em saber a partir de que nível o Estado deixa de confundir-se com um subespaço, para assumir um escala de decisões que interessam a uma extensão mais abrangente, no sentido de compreender em que nível a partir do qual o Estado, por sua ação ou por sua simples presença preside a uma rede mais extensa de relações.

Se o alcance da ação da organização política fosse limitado a um subespaço, ela não teria os meios para repercutir sobre outros espaços os efeitos dos impactos recebidos. Se adota a hipótese segundo a qual o Espaço-Estado constitui o nível superior do arcabouço ou o sistema que inclui outros sistemas ou subsistemas, parece difícil admitir que ele seja ao mesmo tempo o nível superior e o nível inferior da construção. Mas esta hipótese é impossível em um Estado moderno, e todos os Estados de hoje são modernos, graças ao próprio fato de que nenhum país escapa às necessidades de modernização, imperativo do sistema histórico atual. (SANTOS, 2002, P.231).

Considerando essas idéias de Santos (2002) e relacionando ao papel do Estado no território de Rio verde, percebe-se uma consolidação em escala mundial, ou seja, no mundo moderno o Estado consolida-se em escala mundial, pesa sobre a sociedade, planifica-a e organiza-a racionalmente com a contribuição da ciência e da técnica. O processo de formação do Estado mundializado, que ocorre por meio do desenvolvimento histórico, inaugurou uma nova relação entre o econômico e o político. O Estado tomou para si o crescimento como

estratégia e se transformou num ser político concretizando-se espacialmente. Segundo Lefebvre (1978, p.14): “o Estado é uma abstração que existe concretamente pela burocracia, pelas instituições, é uma forma política geral que só tem existência social por meio de relações e suportes, o espaço, um grupo dominante, um grupo dominado”.

Na atual fase do capitalismo, a globalização, as características desta fase são a crescente ampliação dos investimentos externos diretos e o aparecimento de ofertas com estruturas mercadológicas bastante concentradas, favorecendo o aprofundamento dos oligopólios de escala internacional. Nesta fase, as fronteiras nacionais não conseguem conter as atividades daquelas empresas, em virtude da fluidez do capital. Este ambiente favorece a transformação de um grande número de países em quase reféns das grandes empresas internacionais, que passam agir em conformidade com as vantagens oferecidas. Esse modelo vem acentuando as desigualdades espaciais nacionais e internacionais em virtude da rápida mobilidade que adquiriu, dissociando-se de todo e qualquer projeto social.

Embora o poder dessas empresas transponha o poder dos Estados Nacionais, ao contrário do que rezam as “ideias neoliberais”, necessitam de apoio destes, configurando nas políticas de subsídios fiscais, financeiros e na construção de infra-estrutura que favoreça sua instalação com baixo investimento privado em diferentes frações do território.

Assim, todas as atividades que o Estado é chamado a realizar, sobretudo as referentes à economia internacional, são atividades marcadas de contingência, quer dizer que existe uma fluidez permanente na ação do Estado, obriga a adaptar-se cada dia às condições novas da vida internacional. Esta contingência da ação do Estado tem repercussões sobre o espaço e sobre sua reformulação. (SANTOS, 2002).

Santos (2002, p.232) afirma que a ação do Estado é marcada pela necessidade de levar em conta ao mesmo tempo dados estruturais e dados conjunturais.

Ora, a conjuntura é tanto a do próprio país como um todo, como a conjuntura regional ou a mundial. Mas as repercussões da ação do Estado sobre a reformulação do espaço interno são marcadas tanto pelo caráter contingente da sua intervenção, como pelas próprias rugosidades do espaço.

É por isso que, ao analisar a ação do Estado na ótica dos subespaços, que na pesquisa consideramos o território da soja no município de Rio Verde, é preciso levar em conta a necessidade de distinguir ou separar o que diretamente cria novas rugosidades. O Estado pode criá-las ou contribuir para reforçar o caráter das já existentes, ainda que isso

implique mudanças de natureza das rugosidades em questão. Santos (2002) nos dá exemplo, quando o Estado decide instalar um hospital, uma escola, uma usina elétrica, ou uma cidade industrial, ele está criando uma nova rugosidade ou contribuindo para afirmar um rugosidade já existente. O comportamento do espaço depende tanto das ações passadas como das ações atuais.

Nesse sentido, a importância de levarmos em consideração o papel do Estado e suas contribuições por meio das políticas públicas e remetermos no espaço, para compreendermos o território da soja no município de Rio Verde. O território da soja enquanto etapa superior da agricultura capitalista, o agronegócio da soja é a manifestação da agricultura moderna e se materializa com um significativo grau de modernização promovido pela ciência, técnica e informação desenvolvidas pela Embrapa, mas também por um conjunto de políticas territoriais que possibilitaram o incremento da soja no Estado de Goiás.

Assim, toda política pública planejada pelo Estado é essencialmente territorial, porque suas ações incidem diretamente no território. Neste contexto, os novos usos políticos do território, sobretudo voltado para o agronegócio da soja em Rio Verde se dão através de políticas nacionais de desenvolvimento implantadas inicialmente na década de 1970 que teve inicialmente como substrato uma política estatal de criação de infra estrutura por meio da construção de rodovias que subsidiaram a produção de soja nos anos subseqüentes. Além disso, o Estado promoveu uma política de crédito, incentivos fiscais e de terras que possibilitaram a implantação dos grandes projetos.

Percebemos que ação do Estado foi e é um fator importante na dinâmica territorial porque nessa ação existem variáveis que explicam ou modelos de variáveis do local ao global, finalizando com as ideias de Santos (2002, p. 232),

Ainda que o Estado seja considerado o fator número um, existem variáveis cuja evolução lhe escapam momentaneamente. A explicação dos modelos de funcionamento destas variáveis deve-se ao fato de que um grupo de variáveis e um pedaço do território são suscetíveis de se modificar diferentemente, segundo a escala de ação respectiva. Nesse particular, parece importante, reconhecer qual o fator dominante, de um lado, à escala de um país: organização do Estado, concepção do Estado, funcionamento do Estado, de outro lado, à menor de todas as escalas, quer dizer à escala do suporte espacial necessário para que uma atividade se realize, em uma dada situação.

Segundo Santos (2002), existe pois sempre, uma dialética entre o macrospaço, o Estado e o microespaço, que dizer as coletividades de menores dimensões, e esta dialética é um instrumento direto ou indireto da realização local das forças externas, o Estado é

também levado a se adaptar às exigências que nascem de suas próprias relações internas.

2.2 Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial/Regional: Que Escala Espacial devemos fazer Referência?

Ao analisarmos políticas públicas espaciais para a compreensão da dinâmica territorial da soja em Rio Verde, é necessário reforçarmos a relação política e espaço como caráter integrador. Na verdade, a questão passa pela teorização da dimensão espacial que fundamenta a concepção de políticas de desenvolvimento territorial/regional. Essa questão desdobra-se nas discussões teóricas e metodológicas sobre os conceitos que são fundamentais na geografia, como de território e região, pois estaremos afirmando posteriormente que algumas políticas públicas atenderam necessidades em uma escala regional, ou seja, em determinadas regiões do Brasil e do Estado de Goiás. Concordamos com Castro (2005, p. 80-81) ao afirmar que:

Tomando a escala dos fenômenos políticos como problema, ao contrário da geografia política clássica, surgida nos marcos da escala territorial dos Estados nacionais e nas disputas entre eles, nas últimas décadas do século XX a disciplina precisou responder aos desafios dos fenômenos em escalas múltiplas. Nesse período, a escala dos fenômenos da *globalização* impôs-se a todas as reflexões na maioria dos campos das ciências sociais, tanto pela novidade neles contida e pela opção de uma abordagem conceitual fundamentada em modelos explicativos abrangentes na maioria dos estudos.

O conceito de escala geográfica, embora possa estar associado ao mapa e, portanto, a escala cartográfica, é na realidade um recorte espacial feito pelo geógrafo para que se possa analisar uma determinada porção da realidade. Escala geográfica pode ser considerada como “uma função do esquecimento coerente que permite uma ação bem-sucedida. A escala aparece desde então como um filtro que empobrece a realidade, mas que preserva aquilo que é pertinente em relação à uma dada intenção”.(RACINE, 1983, p. 128).

Portanto, a escala deve estar associada ao arcabouço teórico do pesquisador para analisar determinada realidade. Dessa forma os níveis escalares serão muito variados. Não se tem uma escala geográfica, mas vários níveis de escalas geográficas. Assim a expressão escala geográfica nessa pesquisa será entendida como níveis distintos de relações de poder, expressas em um determinado território, no caso o território do agronegócio no município de Rio Verde. Mas a escala do estudo é apenas um subespaço e portanto segundo Becker (1988, p.109), quando define escalas geográficas como “níveis significativos de

territorialidades e/ou gestão do território, arenas políticas, expressões de uma prática espacial coletiva fundamentada na convergência de interesses”.

Ao comentarmos sobre as políticas de desenvolvimento no Brasil, no Centro-Oeste, em Goiás e em Rio Verde, estaremos direcionando a diversas escalas geográficas que segundo Becker (1988, p. 109) está classificada ou definida da seguinte forma:

- O espaço cósmico. Corresponde a territórios povoados por naves espaciais, laboratórios e satélites, onde se revela a luta pelo poder da informação.

- O espaço global. Corresponde ao espaço planetário unificado contemporaneamente pelas estratégias conjuntas, embora não isenta de conflitos, da economia mundial, da máquina de guerra e do sistema interdependente de Estado-Nação. Movimentos sociais têm atuado nessa escala.

- O Estado-Nação. Produtores e gestores de acumulação capitalista, que administram as políticas nacionais.

- A região. Corresponde a um nível de agregação das comunidades locais no interior do Estado-Nação que tem em comum diferenças de base econômica, política e cultural em relação às demais.

- O lugar. Corresponde à escala local, do espaço vivido das atividades da vida cotidiana, do uso do espaço - da família, da casa, do trabalho, do consumo, do lazer -. Aí também se estabelece os movimentos de resistência popular.

Nesse sentido, ao trabalharmos as políticas públicas que foram determinantes para a organização e desenvolvimento do território do agronegócio, pode-se afirmar que o conceito de território que fundamenta a concepção de desenvolvimento territorial confunde-se com outra escala geográfica, a região, de importante tradição geográfica. Haesbaert expõe essa possibilidade ao discutir o “território numa perspectiva integradora”, defendendo que o território, nesses termos “desempenharia um pouco o papel que cabia a região como grande conceito integrador na perspectiva da Geografia clássica” (HAESBAERT, 2006, p. 74).

Segundo Haesbaert, “no conceito de região da tradição francesa, uma das mais importantes da Geografia clássica, domina a ênfase ao específico, ao singular, nos moldes da

“personalidade geográfica” das regiões, conforme Vidal de La Blache, e da “diferenciação de áreas”, de acordo com Richard Hartshorne; é o caráter integrador ou de síntese dos diversos elementos que formam o espaço geográfico”. (HAESBAERT, 1993, p. 74).

O autor preocupa-se em renovar e enriquecer o conceito de região no contexto da globalização. Para ele, podem-se identificar dois processos sócio-espaciais contemporâneos que são decisivos para determinar a diversidade territorial, que longe de ter perdido importância, tornam-se cada mais significativa nos dias atuais. São eles, em primeiro lugar, “o aviltamento das desigualdades pelo capitalismo global altamente seletivo e portanto, excludente e o reafirmar das diferenças por movimentos sociais baseados no resgate ou reconstrução de identidades (religiosas, étnicas, nacionais, etc)”(HAESBAERT, 1999, p. 8). A partir destes pressupostos, Haesbaert busca reformar o conceito de região, mas ao manter o caráter integrador de diferentes dimensões presentes neste conceito, ele confirma a aproximação possível entre os conceitos de território e região. Dessa forma, existem propostas, na Geografia, que defendem substituir o conceito de região pelo de território, com uma opção que enriqueceria as abordagens centradas na preocupação em abordar as diversidades localizadas no espaço geográfico. Gomes (1995, p. 73) consegue resumir de forma bem esclarecedora uma proposta deste tipo, ao afirmar que:

De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites de autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um lado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território (GOMES, 1995, p.73)

O que há de mais importante nesse caso é a ênfase sobre um fundamento político que nunca deixou de estar presente nas preocupações em abordar a diversidade do espaço geográfico. Assim, defende-se a opção pelo conceito de território porque ele se define a partir de uma característica que lhe é fundamental e que é destacada por Souza (1995, p. 78) ao afirmar que o território é o “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O autor procura relacionar o conceito de território com a discussão sobre a questão do desenvolvimento, na medida em que só acredita num processo autêntico de desenvolvimento quando e aonde ele venha a ser definido por uma comunidade que apresente uma efetiva autonomia para decidir sobre seu futuro.

Baseado em Souza (1995), uma caracterização territorial só pode ser definida a partir das relações de domínio, de controle e de gestão que estão presentes num determinado território. Assim, o ponto de partida é a questão do exercício do poder que, naturalmente, ou melhor, socialmente, relaciona-se a grupos, a classes e a instituições, enfim, atores individuais e coletivos, públicos e privados, que atuam a partir de heranças culturais, políticas e econômicas relativas a uma determinada região ou território.

Dessa forma, nossa preocupação antes de abordarmos sobre as políticas públicas que favoreceram a formação do território da soja no município de Rio verde é o desafio de compreender a categoria espaço-política e políticas públicas espaciais/territoriais que emergiram e estão emergindo nos cenários territoriais multiescalares em rápidas transformações considerando-se experiências de políticas territoriais no Brasil, na região Centro-Oeste e Estado de Goiás.

A abordagem das políticas territoriais em Geografia Política é realizada adotando-se a análise dos usos políticos e econômicos do território, isto é, as estratégias de intervenção na estrutura, em múltipla escalas. (RUCKERT, 2010). Tal abordagem iniciada anteriormente nesse capítulo merece aprofundar no sentido de que a retomada das políticas territoriais no Brasil, sob forma de diversas políticas e programas governamentais aponta segundo Ruckert (2010, p.17) “para um neodesenvolvimento combinado com alguns aspectos do novo regionalismo.”

A geografia nas últimas décadas estabeleceu um debate neste âmbito, com a grande contribuição de autores como David Harvey, Doreen Massey, Neil Smith, Erik Swyngedouw, Alain Lipietz, Georges Benko, dentre muitos outros, que elaboraram e polemizam acerca do papel complexo da dimensão espacial do capitalismo contemporâneo. Muitas das produções desses autores têm discutido as consequências da globalização, da onda neoliberal e os desafios da elaboração teórica e política sobre território e escalas espaciais. Uma conjugação de determinantes, tanto de natureza conjuntural quanto estrutural, conflui para que se processassem alterações profundas na ordem mundial.

Torna-se necessário apenas lembrar e teorizar algumas determinações para o entendimento da política sobre escalas espaciais conforme nossa proposta já dita anteriormente. Um desafio de compreender a interpretação sob a ótica da pluralidade das

frações de classes sociais em construção de um compromisso conflituoso produzido e pactuado em um território vivo, procurando elucidar os processos através dos quais os sujeitos sociais em luta produzem socialmente o espaço e o ambiente construído (LEFEBVRE, 1974; HARVEY, 1982). Território, Escalas e desenvolvimento são construtos sociais conflituosos, são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, contando com variados agentes e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto. Está-se diante de um campo complexo de determinações: paradoxos, tendências, um jogo de negações e reafirmações a que envolve a enorme contradição dialética entre fixidez-fluidez do movimento concreto do capital e o uso que este faz do território em suas múltiplas e variadas escalas espaciais.

A natureza desigual da acumulação engendra contraditoriamente um espaço, uno e múltiplo. “O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência” (SMITH, 1988, p. 19).

Nesse contexto, Brandão (2008, p.10) afirma: “a literatura sobre escalas espaciais desenvolvida por geógrafos críticos, uno (de busca de movimento uniformizador, de universalização da mercadoria) é múltiplo (desigual, heterogêneo e gerador de assimetrias).” Nesse momento Brandão percebe que as relações capitalistas organizam a valorização à escala mundial simultaneamente se estabelecem e posicionam em um dado lugar. O autor entende que a pesquisa sobre dimensão territorial do desenvolvimento não pode negligenciar as questões centrais do poder, das hierarquias e das hegemonias considerando que;

foi justamente o que aconteceu no debate, com a afirmação dos consensos “teóricos” e analíticos divulgados pela onda neoliberal que varreu o mundo nas últimas décadas. Diversas circunstâncias políticas consolidam as opções neoliberais (Harvey, 2005), (Smith, 2005) e (Peck, 2008), que acabaram por reforçar, os discursos de urgência e profundidade da crise e o imperativo da descentralização, da governança territorial, a interpretação localista da realidade, “sugerindo”, através das agências multilaterais, modelos de comportamento e “recomendações” de estratégias e ações públicas para o desenvolvimento. (BRANDÃO, 2008, p. 11)

Brandão oferece uma discussão importante para contribuir com nossos objetivos ao defender uma categoria de análise a política pública espacial, a política pública e seu caráter desenvolvimentista enquanto modelo produtivo de arranjos espaciais, que o espaço não é apenas um espaço palco sem unidade privilegiada de reprodução social, um espaço palco que pesam estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural, ou

seja, territórios sem construções sociais, discursivas e materiais. Portanto política pública espacial deve ter sua análise baseada na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microincautivas versus macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa. Nas palavras de Brandão, (2008, p.12).

Infelizmente, em parte ponderável da literatura contemporânea, o território, que deveria ser visto ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como retificado, entre mercadejado e passivo, mero receptáculo, onde se inscrevem os deslocamento movimentos. O que é fruto de relações sociais aparece como relações entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão e é transformado em sujeito coletivo. Por exemplo, por vezes, a capacidade endógena da localidade comunitária é colocada em primeiro plano, destacando seu alto poder de comando.

Sabemos que o foco do debate sobre a investigação da natureza das escalas espaciais no capitalismo lançou diversas concepções teóricas e recursos metodológicos e instrumentos analíticos. A abordagem escalar provê robustos elementos para se analisar a ação de sujeitos sociopolíticos, porém não apenas enquanto suporte de dada estrutura. As estruturas e os sujeitos são processos históricos e geograficamente determinados e mediados. É preciso avançar na análise das interações de decisão que traduzem com complexa mediações, mas também metamorfoseiam/renovam as estruturas. (BRANDÃO, 2008).

Brandão nessa situação propõe uma análise da escala como “categoria de prática”, afirmando que:

Como “categoria da prática”, a construção escalar é um processo eminentemente político, estabelecendo a diferenciação de determinado ângulo de luta social pelo controle do espaço. Como modo particular de organizar e dispor de seus recursos políticos (incluindo a utilização de recursos simbólicos e discursivos) a “política de escala” se manifesta na constituição de arenas e instâncias em que se buscam estabelecer alianças, confrontos etc, possibilitando lançar mão de instrumentos, dispositivos e recursos diversos, segundo este prisma. A escala demarca o campo das lutas sociais, dá concretude a bandeiras e ações políticas, delimita e cria a ancoragem identitária, a partir da qual se logra erguer/estruturar um contencioso em relação a imposições (por vezes ameaçadoras) provenientes de outras escalas, ou da mesma. Construído coletiva e politicamente, esse lócus de embates e enfrentamentos não pode ser definido em si, mas apenas em relação com o outro. Assim, a escala delimita, desenha e recorta, em processo constante de confrontos e por interação/oposição, compromissos sociopolíticos em movimento conflituoso e contingente. (BRANDÃO, 2008, p. 13).

Dessa forma percebe-se que a escala espacial proposta pelo autor é socialmente produzida, deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no espaço. Ao mesmo tempo tomada como uma prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. Brandão (2002) nos mostra que a escala também é política no momento que ao selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados faculta melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas. “o desafio (simultaneamente) científico e político é, portanto, procurar definir o que e como que meios cada escala pode revelar, mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar e controlar”. (BRANDÃO, 2008, p. 14).

A interpretação privilegiada de determinado plano escalar pode revelar a natureza dos processos socioespaciais de forma mais adequada. Um nível escalar possibilita apreender dimensões do real concreto, que de outra perspectiva não seriam assimilados. Como nível de observação, a abordagem escalar é decisiva para distinguir alguns fenômenos presentes no território, apreendendo algumas referências e nexos que este corte analítico possibilita, podendo ser dessa forma lidos pelos sujeitos sociopolíticos. A escala deve ser vista como uma delimitação de natureza sociopolítica que permite ações contestatórias. Assim, é imprescindível construir estratégias dinâmicas e multiescalares. Encontrar a escala adequada que defina determinado campo em que análises possam ser realizadas, onde alianças possam ser construídas, e estratégias de resolução dos problemas detectados possam ser implementadas. Buscar a escala de observação adequada para a tomada na devida conta dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir. Encontrar a escala de referência para a análise, para a decisão e para a ação.

Neste sentido, a discussão das escalas espaciais em que estes processos se concretizam é decisivo para os objetivos da reflexão crítica aqui defendida. A discussão da escala espacial destes processos é tarefa obrigatória para a apreensão das determinações “territorializadas” dos fenômenos sociais. Importa demonstrar como o prisma analítico de corte escalar é *locus* privilegiado para relatar a estrutura e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no território. É espaço de elucidação de mediações, tendo potencial para auxiliar na hierarquização correta de determinações estruturais e conjunturais do ambiente construído.

Segundo Neil Smith (2002, 141), “com um conceito de escala como produzida, é possível evitar por uma parte o relativismo que trata a diferenciação espacial como um mosaico, e por outra evitar a reificação e a acrítica divisão de escalas que reitera um fetichismo do espaço”.

Castro (1995, p. 120) propõe:

[...] discutir a escala como uma estratégia de apreensão da realidade, que define o campo empírico da pesquisa, ou seja, os *fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado*. Sendo níveis de abstração para a representação do real, “cada escala só faz indicar o campo da referência no qual existe a pertinência de um fenômeno [...], constituindo um modo de aproximação do real [...] sendo, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno” [...] “todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo.

A escala vai definindo diferentes níveis de análise, segundo Egler (1991), mas sobretudo estabelece as articulações entre eles,

“visualizando as intersecções dos conjuntos espaciais, não incorrendo no erro de reificar estes conjuntos de análise, transformando-as em ‘entidades reais’, passíveis de classificação sistemática”. Tais conjuntos são “objetos do conhecimento”, abstrações. “Cada uma destas abstrações dá conta, de um modo mais ou menos preciso, de um dos múltiplos aspectos que se pode discernir na ‘realidade’ [...] Não se trata de analisar o mesmo fenômeno em escalas diferentes, mas compreender que são fenômenos diferentes porque são apreendidos em diferentes níveis de abstração” (EGLER, 1991, p. 232).

Mas, também as escalas, segundo Vainer (2006),

“devem ser trazidas para o terreno social, incerto e móvel, daquilo que está em disputa. Nem as estruturas e lógicas econômicas nem as heranças históricas em si determinam e instauram escalas [...] diferentes agentes propõem diferentes escalas e em diferentes escalas se dispõem” (VAINER, 2006, p. 17).

Brandão (2008) afirma que definir adequadamente as escalas espaciais em que se processam territorialmente as determinações da divisão social do trabalho é dar cognoscibilidade aos fenômenos sociais. O autor completa que ao delimitar esse campo de averiguação das determinações dos “fatos territoriais” pode ser melhor determinado pelo plano escalar que se elabore para realizar as aproximações progressivas da realidade.

Assim, a prisma escalar a qual estamos analisando na observação do real-concreto pode iluminar e atribuir valor a aspectos e fenômenos da realidade que de outra forma não seriam visualizadas e apreendidos.

Acredito que um grande esforço de reflexão deveria ser encaminhado no sentido de tratar e articular as literaturas de economia política e a de geografia política na perspectiva escalar. Buscar a natureza e o sentido das escalas no sistema capitalista de produção e reprodução, que opera complexamente em múltiplas escalas espaciais.

Não é nossa pretensão determinar uma escala como direcionamento ou objeto de análise que determinem os objetivos da pesquisa, nossa proposta é mostrar as várias possibilidades escalares no qual poderemos dar rumos a questão da escala espacial de análise e intervenção ganha extraordinário destaque no contexto da pesquisa sobre políticas públicas espaciais do agronegócio da soja em Rio Verde.

Desse modo, seguindo um exemplo entre as múltiplas possibilidades escalares tomadas no debate da pesquisa para se recortar planos escalares destacaremos Brandão, (2008), ao defender,

a importância da escala metropolitana, como um nível mesoanalítico decisivo para o entendimento da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista e âmbito decisivo para se conceber políticas públicas. A escala metropolitana se afigura enquanto um nível meso de observação, intercalado entre as perspectivas locais, as microrregionais e as nacionais, ou mundiais (em alguns casos). Sua área de influência e alta capacidade de polarização submetem e enlaçam grande número de determinações que apenas neste plano podem ser analisadas. A escala metropolitana potencializa um plano analítico de observação privilegiado, passível de revelar as articulações e mediações entre as escalas local, regional, nacional etc. Plano analítico, prenhe de competências político-administrativas justapostas, são marcantes as dificuldades de intervenção em uma porção territorial marcada por diversas jurisdições que sobrepõem variados níveis de governo e instâncias de poder político. Assim, a construção de uma metodologia baseada no prisma das escalas pode orientar a discussão de que cada problema metropolitano tem determinações e escalas espaciais específicas, o que poderia subsidiar as análises e lograr ações e estratégias de desenvolvimento mais consistentes por parte dos gestores públicos. (BRANDÃO, 2008, p. 15-16).

Segundo o exemplo de Brandão, percebemos a relevância do estudo da escala em um país como o Brasil de dimensões continentais no qual está sendo palco de observação e de análise do “jogo das escalas” da economia global, em que se avalia os diversos planos escalares (local, regional, nacional) e simultaneamente, construir, de forma original, a escala supranacional. Sabemos que a soja produzida no território brasileiro constrói mecanismos ou redes que, politicamente, procura construir critérios e mecanismos para operar adequadamente no espaço geográfico, de modo pluriescalar, pois suas ações estratégicas procuram a construção de renovados patamares de coesão econômica, social e territorial que sempre estão em movimento.

As escalas são dinâmicas e por isso uma abordagem territorial que leve em consideração as escalas espaciais em seu movimento de transformação. Harvey, (2000, p. 112) diz que “ainda que as variações geográficas reflitam e incorporem legados materiais, históricos, culturais e políticos do passado, é um erro crasso supor que elas sejam mesmo relativamente estáticas, para não falar de imutáveis. O mosaico geográfico sempre esteve em movimento em toda e qualquer escala”.

Milton Santos (1996) também faz sua defesa sobre escalas ao comentar a necessidade de operar distinção entre a escala da realização das ações e a escala de seu comando, já que o espaço segundo o autor é um híbrido, ou seja, é produzido por uma conjunção singular de processos materiais e culturais.

A análise da escala espacial como recorte é *locus* privilegiado para relatar a estrutura e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no território. A escala determina espaço de elucidação de mediações, tendo potencial para auxiliar na hierarquização de determinações do ambiente construído. A escala potencializa um plano analítico de observação privilegiado, passível de revelar articulações e mediações entre os cortes, local, regional, nacional. Eric Swyngedouw afirma que:

As escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. Há contestação e transformação perpétuas de escalas geográficas de regulação. Está claro que haverá variações consideráveis das posições relativas de poder social a depender de quem controla o que em que escala (SWYNGEDOUW, 1997, p. 141).

Os desafios analíticos e de ação política de natureza territorial/escalar são enormes, pois as escalas hierárquicas em que as atividades humanas são estruturadas mudam constantemente, não obstante, permanece a sensação que “as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas” (HARVEY, 2000, p. 108).

Lembrando que ao se tratar de trabalhar políticas públicas espaciais e ao remeter ao território do agronegócio ou da formação do território da soja e de carnes em Rio Verde, devemos considerar que todas as escalas são historicamente fixadas e politicamente criadas e legitimadas, ao resguardar, amparar e abrigar agentes “territorializados”/localizados que são submetidos a normas, regras e parâmetros definidos neste plano escalar. Suas características distintas definem em determinados recorte espacial, estrutura e ambientes

que moldarão e medirão ações e decisões de sujeitos politicamente constituídos.

Consideramos que o debate até o momento sobre a temática dará consistência ou articulação para trabalharmos as políticas públicas de cunho agrário, desenvolvimento e território a fim de refinar o arcabouço teórico-metodológico sobre decisões de poder de comando dos sujeitos inseridos em processos socioespaciais.

Pensamos que ao discutir estratégias territorializadas de desenvolvimento passa, do meu ponto de vista, por encontrar a escala adequada para a definição de determinado campo onde os problemas são mais bem visualizados e as decisões sobre como enfrentá-los, e em que escala, nível de governo e instância de poder, deverão ser tomadas e quais instrumentos e medidas e ações concretas serão acionadas. Neste sentido, consideramos que é imprescindível buscar construir estratégias multiescalares. Buscar a escala de observação correta para a tomada dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir, concordando com Brandão (2008, p. 17);

Cada problema tem a sua escala espacial específica. É preciso enfrentá-lo a partir da articulação de poder pertinentes àquela problemática específica. Explicitar os conflitos de interesse em cada escala e construir coletivamente alternativas políticas. Engendrar uma ação coletiva, que seja pedagógica, que densifique a consciência social cidadã e a legitimação política.

Assim, defendemos segundo Brandão (2008), o aprofundamento do debate sobre escala que busque dialogar com uma teorização sobre Decisões e poder de comando dos processos sob análise: pensar a dinâmica de atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações; as hierarquias de poder de comando, as ações e cadeias de reações das decisões tomadas (por variados agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais).

2.2.1 Território, Desenvolvimento e Políticas Públicas de Desenvolvimento

O Estado brasileiro, sob prisma do desenvolvimento, vem passando por uma série de modificações. Do auge do Estado desenvolvimentista até sua crise, se observaram diferentes tentativas de se promover ações que desencadeassem o desenvolvimento, mas que na verdade não proporcionaram os efeitos desejados para a sociedade. Contudo, o ideário do desenvolvimento que parecia sucumbido junto com a ideia do Estado Nação, a partir da década de noventa ressurgiu revigorado por novas terminologias. Entre estas

destaca-se a abordagem do desenvolvimento territorial. Como pudemos explicar as políticas públicas desenvolvimentistas de cunho territorial, faremos no âmbito da agricultura que favoreceram a formação do território da soja no município de Rio Verde.

Na trajetória da história brasileira, na década de 1930, várias políticas de desenvolvimento vêm permeando os aspectos políticos, econômicos e sociais da nação. Mas, desde o final do século XX estas formas de desenvolvimento estão se metamorfoseando, devido a mudanças que ocorreram no cerne do Estado. A partir de então, este passa a ter um cunho mais arraigado como instituição reguladora da economia, num sistema de poder que evidencia a importância de todas as escalas, da mundial à local, ampliando desta forma, a relação da sociedade civil com seu território respectivo.

O desenvolvimento, como meta de planejamento de Estado brasileiro, teve início na no governo de Getúlio Vargas, na década de trinta, estendendo-se até a década de oitenta com o Regime Militar. O Estado desenvolvimentista, neste período, foi o fomentador de várias políticas de desenvolvimento, onde se destacaram os PNDs I, Política Nacional de Desenvolvimento, que buscavam promover o desenvolvimento nacional/regional e resolver as disparidades intraregionais.

Segundo Bandeira (2000), o Estado centralizador no final da década de setenta, começou a dar sinais de visível esgotamento, e ao invés de ter havido uma continuidade de desenvolvimento, o cenário nos anos 1980 foi o de um entrave econômico, sem significativa influência positiva sobre os indicadores de crescimento, levando a uma diminuição das discussões acerca do desenvolvimento. A promulgação da Constituição Federal de 1998 também contribuiu com a tendência de se promover a diminuição da influência do papel do Estado nos rumos da economia de mercado do país.

Com efeito, a descentralização do Estado foi realmente sedimentada na década de noventa, quando as políticas sócioeconômicas passaram a ter por base o modelo neoliberal, causando impacto nas decisões do Estado de duas formas. Por um lado, este teve o seu poder diminuído na gestão do seu território, mas por outro lado, endossou à sociedade civil maior poder de participação nas decisões de suas ações. Desta forma, a centralização foi desarticulada também pelo incremento das ações coletivas e democraticamente aceitas.

Tal contexto foi propício para que as discussões sobre o desenvolvimento

reaparecerem sob nova “roupagem”, agregando diferentes adjetivos ao desenvolvimento como, endógeno, exógeno, sustentável, local, territorial, entre outros.

Entre as formas de desenvolvimento sumariamente relacionadas, o desenvolvimento territorial tem uma peculiaridade interessante, pois este revigora o conceito de território que estava em desuso na geografia. Os novos usos do conceito passam então a ser associados à análise de diferentes escalas de poder, onde a ação dos vários atores da sociedade civil denotam em novos usos políticos do território.

Contudo, operacionalizar a abordagem territorial como uma forma de impulsionar e organizar o desenvolvimento implica em verificar o envolvimento de todos os atores: o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil, nas diferentes escalas de atuação em que foi feito algumas reflexões. Portanto, neste momento se visa analisar a teoria política de desenvolvimento territorial para que posteriormente possamos esclarecer que políticas se estabeleceram e como efetivamente suas ações contribuíram para o ordenamento do território da soja em Rio Verde.

Segundo Brandão (2007, p. 187), a concepção de desenvolvimento não pode imputar as mazelas que em seu nome foram criadas. O autor afirma que “ao bom conceito de desenvolvimento não se associa qualquer idéia de progresso ou de economicismo”.

Concordamos com esse autor ao afirmar que a questão do processo de desenvolvimento não é tarefa fácil, ao afirmar, “como depurar e hierarquizar determinações teóricas e históricas adequadas para a apreensão deste processo pluridimensional e dinâmico” (BRANDÃO, 2007, P. 187).

O mesmo autor ainda relata sobre o desenvolvimento que:

Utiliza das contribuições da economia política para afirmar que o desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, portanto envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico,

endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental. Seu estudo, portanto, exige ênfase em processos, estruturas e na identificação dos agentes cruciais e das interações entre decisões e aquelas estruturas, procurando revelar os interesses concretos em jogo. (BRANDÃO, 2007, p. 187).

É fundamental que nessas ideias de Brandão (2007) lembrar das várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc.) e em várias escalas espaciais, no sentido de compreendermos com mais clareza a interação de decisões, ações dos sujeitos produtores de determinado espaço de desenvolvimento.

Verificamos nesse contexto que o desenvolvimento no Brasil ou as políticas desenvolvimentistas com caráter de “ação pública espacializada” ganha maior importância nos períodos de 1960-1980, tendo como base o processo de acumulação de capital e tentativa de homogeneização do capitalismo no país conforme (DELGADO, 1985).

No plano da economia brasileira do século XX, o país precisava se industrializar para sair do atraso e tentar acompanhar ou equiparar-se ao desenvolvimento dos países do primeiro mundo, e para isso a ideologia desenvolvimentista veio com um “salvador da pátria”. O setor agrário era um dos setores da economia que deveria ser modernizado para desencadear o processo de crescimento do PIB brasileiro, quando o país adotava a agricultura para exportação, fortemente apoiada pela ideologia do desenvolvimentismo norte-americano. Isto ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, quando o governo adotou como estratégia de desenvolvimento a instauração de um complexo parque industrial, em detrimento da possibilidade de a modernização do setor agrário adquirir maior importância estratégica com vista a acomodar-se ao mercado internacional (LAYRARGUES, 1998).

Com isso, a ideologia desenvolvimentista, por meio da política industrializante, implantou o projeto de modernização da economia urbano-industrial e do setor agropecuário: o governo de Kubitschek, mas tarde, levou as ideias desenvolvimentistas para o setor agrícola, supondo que o êxodo rural seria um sintoma de *progresso* se tivesse como causa real um aumento da produtividade na agricultura paralelamente a uma demanda correspondente de trabalho nas indústrias e serviços urbanos (IANNI, 1996). Pode-se verificar que essa nova política híbrida (urbano-industrial e agrícola) transformou-se em um novo projeto constituído também de uma ideologia genuinamente desenvolvimentista, quando as políticas públicas governamentais conseguiram integrar o capital industrial ao capital agrícola com o mero propósito de alcançar o crescimento.

O modelo de um projeto de modernização conduzido pela ideologia desenvolvimentista não tinha em mira a realização de uma reforma agrária, visto que o setor agrícola não era visto como fonte de desenvolvimento econômico-social e muito menos de democracia política com o advento da industrialização do governo Vargas. As elites brasileiras dificilmente cogitariam de mudanças substanciais na força de trabalho rural; ao contrário, quaisquer modificações na estrutura do trabalho não-urbano ou no perfil da ocupação da terra estavam associadas com a concentração de capital nas zonas rurais. Assim, a intervenção estatal no que diz respeito aos assuntos agrários foi dirigida mais no sentido de promover a exportação, ao invés de equilibrar a riqueza agrária existente, o que ajudou a formar uma *modernização a partir de cima* (SCHMIDT, 1983), e pode-se perceber que até os dias atuais, no Brasil, não há uma política agrária definida que venha ao encontro da distribuição de renda humana no campo.

Lembramos que no Brasil, a intervenção do Estado no espaço rural por meio das políticas agrícolas inseridas nos planos de governo, tem início a partir da década de 50 do século XX. O Estatuto da Terra de 30 de novembro de 1964 Brasil, (1990, p.7), em seu § 2º define política agrícola:

Entende-se por política agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra que destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhe o pleno emprego e no sentido de harmonizá-las com o processo de industrialização do País.

Já de acordo com Delgado (2001), a política agrária, tem como objetivo tradicional intervir na estrutura da propriedade e posse da terra predominante no meio rural. Produzir uma transformação ou regularização dessa estrutura nas regiões em que a terra foi historicamente privatizada (política de reforma agrária) e influenciar no processo de ocupação de novas terras consideradas pelas agências estatais ou pelos atores privados com de fronteira agrícola (política de colonização).

A ideologia desenvolvimentista ainda de acordo com Bresser-Pereira (2006), resultou de um objetivo fundamental da política econômica que era o de promover o desenvolvimento econômico; em segundo, que, para isso, era preciso que a nação, isto é, os empresários, a burocracia do Estado, as classes médias e os trabalhadores associados na competição internacional definissem os meios que utilizariam para alcançar esse propósito nos quadros do sistema capitalista, tendo o Estado como principal instrumento de ação coletiva.

Os notáveis economistas que então estudaram o desenvolvimento e fizeram propostas de política econômica bem como os políticos, técnicos do governo e empresários mais diretamente envolvidos nesse processo foram chamados de *desenvolvimentistas*, porque colocavam o desenvolvimento como objetivo de sua análise econômica e de sua ação política. Os economistas latino-americanos que, em conjunto com um notável grupo de economistas internacionais, participaram da formulação da teoria econômica do desenvolvimento (*development economics*), eram ligados a três correntes que se somavam: a teoria econômica clássica de Smith e Marx, a macroeconomia keynesiana e a teoria estruturalista latino-americana. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 2).

O desenvolvimentismo não era uma teoria econômica, mas uma estratégia nacional de desenvolvimento. Usava as teorias econômicas disponíveis para formular, para cada país em desenvolvimento da periferia capitalista, a estratégia que permitisse alcançar gradualmente o nível de desenvolvimento dos países centrais. Teorias baseadas no mercado, porque não há teoria econômica que não parta dos mercados, mas teorias de economia política que atribuíam ao Estado e a suas instituições um papel central na coordenação da economia.

Ao desenvolvimentismo, segundo Bresser-Pereira (2006), opunham-se os economistas neoclássicos que praticavam a ortodoxia convencional, ou seja, o conjunto de diagnósticos, políticas econômicas e reformas institucionais que os países ricos ou do Norte recomendam aos países em desenvolvimento ou do Sul. Eram então chamados de *monetaristas*, devido à ênfase que davam ao controle da oferta de moeda para controlar a inflação.

Essas ideias de planejamento, do pensamento de desenvolvimento econômico tornaram-se, também, conceitos associados e incorporados ao debate sobre a política de desenvolvimento agrário, em que o termo desenvolvimento, enfatizado nas políticas governamentais, traduz-se essencialmente em crescimento econômico e não necessariamente em desenvolvimento social, e toda a política nacionalista ou a criação de um “capitalismo nacional” se reduz a um “intervencionismo desenvolvimentista do poder público.

Percebe-se que ao analisar a ideologia desenvolvimentista, portadora de caráter racionalista econômico e progressista com preocupações ferrenhas com o crescimento econômico, portanto, a ideologia do desenvolvimento é genuinamente progressista, impondo contínuo e tendo como integrante principal o racionalismo linear, conforme verificam alguns autores não conservadores com Capra (1982) e Morin (1997).

É de se admitir que o imaginário simbólico da filosofia do progresso seja algo cristalino e perceptível no seio do território brasileiro e comece pela própria Bandeira Nacional, com o slogan positivista “ORDEM E PROGRESSO”; e diria que a qualificação que mais adequadamente lhe cabe é a de progressista. Seu significado é o progresso dentro da ordem, ou o da manutenção da ordem através do progresso (CARDOSO, 1978). O Brasil é ímpar para exemplificar esta via, tendo, inclusive, posto em prática um projeto para a modernidade na busca desse alvo. O lema positivista, que está em sua bandeira traduz a defesa de uma organização hierárquica da sociedade, acenando com a construção futura da nação, configurando-se então o processo de modernização conservadora que caracterizará o futuro desenvolvimento do país e do seu território (BECKER; EGLER, 1994).

No processo de desencadeamento da ideologia desenvolvimentista, as políticas públicas de investimento tiveram papel relevante nesse evento ideológico do crescimento tanto no tempo como no espaço, fruto de um Estado empreendedor baseado nas políticas keynesianas que vigoraram até os anos 80. Na microrregião em estudo, esse processo territorializou-se e se estabeleceu num ambiente favorável ao desencadeamento do processo de “ideologização” da natureza por meio do imaginário social, que se traduz, ao mesmo tempo, num imaginário político-ideológico que se tornou um dos condicionantes para a ocupação e reestruturação do “território microrregional” a partir dos anos 70. A respeito da ocupação e reestruturação da microrregião de Rio Verde, o tema será abordado mais detalhadamente em capítulos posteriores.

No chamado modelo político de desenvolvimento do país viabilizou o processo de modernização agrícola, e a ocupação das terras de cerrado provocaram profundas transformações no espaço agrário da região Centro-Oeste. Através dos chamados pacotes tecnológicos da Revolução Verde, financiados pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, a região Centro-Oeste se inseriu no modelo econômico do país sem levar em conta aspectos ambientais e sociais das áreas ocupadas. O Estado proporcionou, por meios de políticas públicas, a industrialização do campo e a capitalização da agricultura na região.

Com a modernização da agricultura brasileira e a constituição dos complexos agroindustriais, desde o final dos anos de 1960, a política agrícola brasileira teve um caráter horizontal e abrangente. Não obstante, houve, ao longo das últimas décadas, alguns

instrumentos específicos para algumas culturas que não alteram seu caráter horizontal como o caso da soja.

Na realidade, as políticas públicas de desenvolvimento e suas formas de realização refletem as contradições e conflitos entre distintos setores e classes sociais presente no atual estágio de desenvolvimento da história do Brasil. No processo de luta constante a classe capitalista procura desenvolver mecanismo que sustentem a estabilidade e a permanência de uma ordem que defenda seus interesses. Esses mecanismos fazem parte do Estado e da sociedade civil, que além de garantir as condições de reprodução vigentes, possibilita as condições para sua reprodução no futuro.

Nesse sentido, é bastante interessante o que coloca Gonçalves Neto (1997) o Estado e seu papel na sociedade: um aparelho de dominação de classe, originado do processo de luta, refletindo as condições da estrutura econômica. Apesar de se caracterizar como elemento superestrutural goza de certa autonomia em relação à classe capitalista e é portador de poder para interferir também na infraestrutura. Essa interferência aparece sob a forma de mediação supra classe, aparentemente sem tomar posição entre ela, às vezes, até com posição desfavorável à classe capitalista, mas que em última análise, deseja a manutenção do *status quo*. Essa atuação na estrutura ocorre por medidas políticas, que são os instrumentos de intervenção do Estado.

É relevante, ainda, que a ideologia desenvolvimentista, articulada com o vetor técnico-científico, desdobrou-se em um projeto geopolítico da modernidade. A partir dos anos 70, os militares construíram tal projeto, o qual tinha intencionalidade no domínio do vetor científico-tecnológico do controle do tempo e do espaço com vistas a construir o Estado almejado. O projeto geopolítico do governo militar implantou o tripé de políticas territoriais no espaço-tempo, isto é, a implantação da fronteira científico-tecnológica; a rápida integração de todo o território nacional incorporando a Amazônia; e a projeção do Brasil no espaço internacional. Sobretudo, adotou uma urbanização estratégica para o desenvolvimento. Pode-se afirmar que o projeto geopolítico da modernidade tentou completar a construção do território por meio da imposição de sua malha programada, estendendo as fronteiras além das possibilidades de pleno controle nacional, até porque a leitura do território permite desvendar os interesses em jogo no processo de reestruturação da economia e da sociedade (BECKER; EGLER, 1994).

Nesse projeto geopolítico da modernidade, tanto as forças políticas como também os empreendimentos do conhecimento técnico-científico fizeram-se presentes. Para ROUANET (1987), esse empreendimento geopolítico, na verdade, não passou de um novo “irracionalismo brasileiro”, que vigorou durante vinte anos de regime autoritário, quando a razão parecia encarnar-se exclusivamente em duas lógicas radicadas na esfera sistêmica, que são a razão de Estado e a razão econômica. Os tecnocratas falavam em nome de uma razão sistêmica global que não deixava espaços para uma racionalidade alternativa. Se o modelo político e econômico implantado no Brasil representava a razão, não era possível contestá-lo senão contestando a própria razão. Contaminados pelo irracionalismo, os argumentos se dissociaram da análise objetiva da realidade e passaram a fluir de reações emocionais e da repetição irrefletida de antigos protótipos. De um lado, durante o governo autoritário, a população brasileira ficou fora da história e, de outro lado, os tecnocratas fizeram sua própria história.

Como foi relatado neste item sobre desenvolvimento, o governo federal teve participação relevante na construção de políticas públicas espaciais. Ele é um dos atores sociais que estabeleceu compromissos institucionais e garantiu a modernização do setor agrícola por meio de investimentos públicos. Atuou também no provimento e na estruturação do espaço agrário e na ocupação do território nas áreas de cerrado, dando respaldo à gestão do território local. Há um verdadeiro Estado previdenciário que acaba por responder pela própria formação da renda do setor (ABRAMOVAY, 1992). Porém, atualmente, com o Estado neoliberal, os investimentos no setor agropecuário estão cada vez mais concentrados na esfera da iniciativa privada. Os desdobramentos deste desenvolvimento no território do agronegócio em Rio Verde são uma das variáveis que esta pesquisa procura teorizar nos próximos capítulos.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A DINÂMICA DO TERRITÓRIO DA SOJA NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO

O contexto socioeconômico em que o Centro-Oeste estava inserido entre 1956 e 1969, considerado como “Fase de início do processo de modernização da agricultura”, foi marcado pela inserção da região Centro-Oeste ao cenário econômico nacional e internacional. O projeto desenvolvimentista nacional do Governo JK (1956-1961), que marcou essa fase, deu destaque nacional e internacional ao Centro-Oeste, principalmente pela construção de Brasília.

Para Bezerra e Cleps Jr. (2004, p. 31),

O desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste, nesse período, tinha o objetivo de atender ao mercado consumidor de produtos agrícolas da região Sudeste, assim, o desenvolvimento agrícola dessa região esteve diretamente ligado ao desenvolvimento industrial do país, que se iniciou na região Sudeste nesse período.

A Marcha para o Oeste, assim, preparou, politicamente e economicamente, a região Centro-Oeste para a mecanização e posteriormente para a modernização agrícola. Assim, o contexto socioeconômico em que o Centro-Oeste estava inserido ao final dessa fase foi marcado pela expansão agrícola com o objetivo de atender ao mercado consumidor da região Sudeste. Para Bezerra e Cleps Jr. (2004, p. 06), o desenvolvimento agrícola do Centro-Oeste esteve diretamente ligado ao desenvolvimento industrial do país, e especificamente ao da região Sudeste.

Foi nesse contexto que a região Centro-Oeste passou a integrar a nova dinâmica capitalista do país, como uma região capaz de contribuir, por meio do fornecimento de bens primários, para a consolidação do capital industrial. A região foi inserida no período técnico-científico-informacional, a partir da redefinição de novas práticas socioespaciais, com o surgimento de novos atores sociais (cooperativas, sindicatos, entre outros).

Esse rápido desenvolvimento realizou-se de forma peculiar, sendo que a incorporação espacial foi associada à rápida modernização da agricultura, e esteve baseada em um modelo caracterizado pela cultivos comerciais e aplicações de insumos modernos.

Segundo Calaça (2009), ao fazermos referência de modernização da agricultura é necessário alguns esclarecimentos teóricos conceituais. O autor também associa o termo

modernização da agricultura como elemento importante no processo de territorialização da soja nos municípios do Estado de Goiás.

Fazer algumas considerações sobre o nosso entendimento acerca da modernização da agricultura, primeiro considerando que a agricultura é entendida no sentido amplo, incluindo tanto as atividades referentes às lavouras quanto a criação de animais, especialmente porque se constituem em atividades complementares e independentes. As pastagens, na sua maioria, são plantadas utilizando os mesmos procedimentos das lavouras, tanto no que se refere ao preparo do solo (como terraceamento, aração, gradagem, agregação de adubos, corretivos) quanto o emprego de sementes selecionadas, controle de pragas, além da intercalação de produtos agrícolas – o que em alguns municípios do Estado de Goiás constitui a base da produção da soja. (CALAÇA 2009, p. 256).

Em seu debate sobre modernização da agricultura ressalta também nesse momento a expansão capitalista no cerrado ao afirmar que:

A modernização da agricultura é entendida como um conjunto de transformações implementadas pela agregação de capital ao espaço através da mudança da base técnica de produção, com intensa motomecanização do processo produtivo. Verificam-se como resultado alteração das relações de trabalho, do uso da terra, da produção agrícola, da composição da população, incluindo uma intensa mobilidade da população, introdução de novos postos de trabalho no campo e exigência de qualificação técnica e profissionalizante (tanto dos trabalhadores quanto dos produtores rurais) e destruição de tradições culturais, da prática caipira, presente no meio rural. (CALAÇA, 2009, p. 256-257).

Tudo isso se torna mais importante, ou fundamental mesmo, quando o que se está em jogo é a formulação e implementação de políticas públicas que favoreceram ao processo de modernização da agricultura, no qual teve como objetivo transformar ou dinamizar territórios ou regiões específicas, como será o caso da proposta a seguir das políticas públicas espaciais/territoriais de desenvolvimento no Brasil, região Centro-Oeste e estado de Goiás.

3.1 Políticas Públicas espaciais de desenvolvimento agrário: uma análise teórica da dimensão espacial das políticas de desenvolvimento.

As políticas públicas, para efeito desta análise, devem ser compreendidas a partir da teoria crítica realizada anteriormente no qual Estado, escala espacial e desenvolvimento estão comprometidos na formação do território do agronegócio da soja e de carnes no município de Rio Verde. Dessa forma, compreendermos que as políticas públicas espaciais desenvolvimentistas que favoreceram a territorialização da produção da soja e de carnes de aves e suínos estão comprometidas com o método de investigação da ciência geográfica ao

considerar que as políticas públicas ao serem prescritas pelos governos e instituições de governança global com o interesse de proteger e legitimar estruturas fundamentais de poder político-econômico. As ideias que sustentam as práticas institucionais não são gestadas de forma neutra, os interesses considerados são os das classes dominantes, das nações ricas, das grandes empresas internacionais e dos vários órgãos supranacionais que comandam a economia e política mundial. (ALENCAR & MENEZES, 2009.)

O espaço é produzido de acordo com a história do homem em sociedade obedecendo às leis do desenvolvimento a partir de sua categoria maior, os modos de produção, e segundo Alencar & Menezes (2009, p. 122) “Essa categoria geográfica e histórica possui variadas propriedades num plano estrutural, é ao mesmo tempo um meio de produção como terra, parte das forças sociais de produção, objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes.”

As intervenções públicas foram e ainda são bastante comuns na gestão das sociedades com a finalidade de criar facilidade para reorientação de investimentos do capital público e privado, buscando amenizar as diferenças entre regiões e lugares, atua mediando interesses do capital, das classes capitalistas e em menor relevância das classes trabalhadoras. Surge, assim, uma intervenção espacializada do Estado-regulador que segundo Lipietz (1988), refere-se ao conjunto de iniciativas e providências que o poder público, a instância política cria/mobiliza com finalidade de adequar a dinâmica social a um projeto macro, tendo em vista que os mecanismos econômicos sozinhos não possibilitam “dominar nem as consequências do desenvolvimento desigual nem mesmo as condições de inscrição espacial das atividades capitalistas” (LIPIETZ, 1988, p. 13).

As “iniciativas espacializadas”, segundo Alencar & Menezes (2009, p. 126)

No que se referem às relações entre Estado e Economia, foram de aprofundamento da intervenção estatal em todos os setores, em um ambiente em que o Keynesianismo, se estabelecia com matriz básica para o pensar e o agir sobre economia. A atuação do Estado, enquanto definidor privilegiado das regras do jogo para a economia e a sociedade como um todo, permite a estruturação do território.

Nesse sentido essa “intervenção espacializada”, segundo Alencar & Menezes (2009, p. 127),

Foi apropriada pela esfera de ação do Estado-regulador, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Em escala inter-regional, está relacionada à tentativa de minimizar as conseqüências das desigualdades e disparidades entre regiões e lugares ao longo do processo histórico. A dimensão espacial do desenvolvimento econômico, em termos históricos, fez da “ação territorializada” do Estado algo essencial desde o início.

No Brasil, a “ação pública espacializada” ganha maior importância nos períodos de 1960, 1980, tendo como base o processo de acumulação de capital e tentativa de homogeneização do capitalismo no país. Nas duas últimas décadas, o Estado teve sua participação no desenvolvimento regional e na “intervenção espacializada” bastante reduzida, um reflexo da crise do capitalismo mundial na década de 1970. A reorganização do capitalismo no pós-crise fez surgir as idéias de cunho neoliberal que exigiram a redução da participação do Estado em políticas de planejamento regional, políticas públicas e sociais. Isso implicou em uma diminuição dos gastos públicos com programas sociais e reformulação das leis e benefícios dos trabalhadores, com perdas significativas de conquistas obtidas em conjunturas anteriores.

Nesse sentido, apresentaremos as políticas públicas espaciais desenvolvimentistas que mais contribuíram para a formação e consolidação do território da soja no município de Rio Verde em Goiás.

Cabe destacar que a cultura da soja praticamente não passou por um sistema tradicional de produção, que segundo Campos (2010, p. 7):

Ela recebeu todos os benefícios das políticas estatais e contou com uma conjuntura intencional favorável a sua comercialização; inclui-se ainda o consumo interno dessa oleaginosa que também constituir fator de discussão com vistas a entender os fatores políticos e econômicos dessa expansão.

Os fatores da expansão da soja no mercado mundial, de certa maneira influenciaram o aumento da produção no território brasileiro, com vistas à exportação. Entretanto, houve outros que são peculiares a nossa conjuntura econômica Campos (2010).

Dentre os fatores políticos e econômicos de expansão da soja nos cerrados, e determinantes para a territorialização da agricultura no campo brasileiro destaca-se alguns no quadro 01.

QUADRO 01

Fatores da expansão da soja no Brasil e políticas determinantes para a territorialização do capital agrário.

ANO	FATORES	CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA
1930 1940	As políticas macroeconômicas do governo Vargas a partir de 1930 em favor da indústria doméstica de insumos, máquinas, equipamentos agrícolas, de um lado, e o setor de processamento de soja do outro. Em relação ao primeiro setor as políticas do governo propiciaram sua instalação e crescimento, via algumas medidas de caráter protecionista: tarifas de importação, contingenciamento das importações de fertilizantes, crédito a juros praticamente negativos e política tributária favorável	Verticalidade: políticas ditadas “de cima para baixo”.
1950 1960	O desenvolvimento de nova etapa da industrialização que propiciou a instalação de um importante parque industrial, bem como o crescimento na utilização doméstica dos seus produtos. E a agricultura, via substituição de importações, era beneficiada com geração de novas tecnologias; A expansão e a melhoria da rede de transporte e de armazenamento beneficiaram os produtos de mercado interno, e também os de exportação, inclusive a soja. O aumento da demanda de óleos vegetais comestíveis com crescimento da urbanização, o que provocou uma substituição da gordura animal, mais utilizada pela população rural, pelo óleo de soja.	Políticas supostamente válidas para qualquer região ou espaço geográfico. Reconhece a deficiente Estrutura Agrária.
1960 1970	Pagamento pelo governo aos produtores de café na erradicação de suas plantações, tendo em vista a excessiva produção desse produto. Grande parte dos produtores substituiu o café pelo plantio da soja. O Sistema Nacional de Crédito Rural instituído a partir de 1965 contribuiu para o aumento da área cultivada de soja, possibilitando a compra de máquinas e equipamentos necessários ao seu cultivo; Modernização da agricultura, pesquisa e fomento, crédito agrícola, política de preços mínimos e aumento da produção e da produtividade. Criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. Instalação do planejamento na atuação do governo. Zoneamento agrícola. “Revolução Tecnológica” e modernização.	Proposta de Reforma Agrária não efetivada. Reconhece a disparidade na distribuição da terra no Brasil. A política de preços mínimos agia como forma de controle dos preços dos alimentos básicos, quando o governo fazia a colocação extemporânea dos produtos básicos para a venda externa, contribuía de forma indireta para favorecer a rentabilidade da soja em relação aqueles produtos. Política de preços mínimos para produtos agrícolas.

1970 1980	Forte expansão da agroindústria pós 1970 via aumento progressivo da capacidade de esmagamento da soja. A capacidade de processamento aumentou de 1,5 milhões de toneladas em 1970, para 21 milhões de toneladas em 1980. “Milagre brasileiro”. “Revolução na Agricultura e Abastecimento”. Incentivos financeiros e fiscais para a agricultura comercial. Apoio da pesquisa e da assistência técnica. A primeira através da criação de cultivares adaptadas as diferentes regiões climáticas do país, correção de solo e tecnologias mecânicas e físico-químicas; possibilitando aumento da produtividade. O POLOCENTRO e o PRODOCER criados para estimular o rápido desenvolvimento e modernização da agricultura do Centro-Oeste e de algumas áreas dos estados do Nordeste.	Política Funcional/Setorial: política que têm, em geral, uma perspectiva setorial ou funcional: políticas agrícolas, industriais, do trigo, da soja, do álcool, da pequena e média empresa. I PND (1972- 1974). E II PND (1975-1979). Políticas concentradas entre os distintos agentes/atores sociais e orientadas de forma a criar oportunidades para empreendimentos inovadores.
1980 1990	Elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária e promulgação da Constituição de 1988. Criação do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA. Fortalecimento do crédito agrícola e da expansão a agroindústria da soja no cerrado. Início do território do PRODOCER no cerrado. PRODOCER I (1980), PRODOCER II (1990). Inovações da pesquisa agrícola, EMBRAPA, EMGOPA. Inovação da agricultura científica globalizada.	Seletividade: políticas desenhadas segundo os diferentes estrategicamente de forma a criar oportunidades para empreendimentos inovadores.
1990 2000	Territorialização do Agronegócio da soja da carne de aves e suínos. Presença do Banco Mundial nas orientações das políticas públicas. Incentivos fiscais, “Guerra dos Lugares”. Crescimento da agroindústria processadora e de aves e suínos no sudoeste goiano. Crescimento quantitativo Grandes projetos/enclaves no município de Rio Verde tendo a COMIGO E Perdigão como atores hegemônicos do território do agronegócio.	Políticas que tomam por referência a economia nacional ou regional como um conjunto econômico, social e político, com especificidades espacialmente localizadas.

Fonte: Coelho (2001), Graziano da Silva (1998), Delgado (1985), Gonçalves Neto (1997). Organização: Lacerda Júnior – 2011.

O que impulsionou a inserção dos cerrados nas áreas produtivas, e conseqüentemente o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste, foram alguns programas específicos implementados nessa região e nesse contexto o recente desenvolvimento do Estado de Goiás e do sudoeste goiano.

Nesse momento é importante lembrar algumas discussões feitas anteriormente no capítulo I, Delgado (2008): ao trabalharmos sobre política econômica, caracterizamos alguns tipos. Por isso vemos a necessidade de direcionarmos no sentido de entender qual

política pública de desenvolvimento espacial/territorial queremos adotar como modelo aqui nesse debate. E no capítulo II Brandão (2007), ao debatermos sobre escala espacial ou geográfica, estaremos fazendo referência a várias escalas espaciais ou geográficas aqui considerado na discussão sobre políticas de desenvolvimento espacial territorial.

Nesse sentido lembramos novamente Brandão (2007, p. 36) “preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento”.

Dessa forma faremos referência das políticas públicas desenvolvimentistas no espaço rural, que segundo Marafon (2010, p. 4) ao trabalhar o espaço rural como lugar, ou seja, como as estruturas locais interagem com os processos econômicos e sociais globais;

O rural emerge como um espaço híbrido, que apresenta um complexo jogo de inter-relação com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo. No campo, são inúmeros as interações espaciais e redes geográficas formadas pelas empresas que integram complexo agroindustriais, compostos por atores heterogêneos, como empresas, produtores rurais. Esses atores encontram-se associados a uma gama variada de caminhos, sobretudo com a valorização do capital via indústria e agricultura, promovida pelas políticas formuladas para agricultura.

Delgado (2008) ao trabalhar Estado, atores sociais e formulação de políticas para a agricultura, fundamenta uma discussão sobre política macroeconômica composta pela combinação das políticas fiscal, monetária, comercial e cambial e que afeta todos os setores da economia inclusive o setor agropecuário e que essa política pode neutralizar ou inviabilizar o funcionamento das políticas voltadas para a agricultura. O autor também leva como exemplo a política setorial que tem como objetivo influenciar diretamente o comportamento econômico-social de um setor específico da economia nacional dando como exemplo o setor da indústria da agricultura e dos transportes. E em relação à agricultura o autor menciona 3 tipos de política econômica: a política agrícola, agrária, e a política diferenciada de desenvolvimento rural.

Esse entendimento facilita e ou direciona a intenção em propor/defender, que as políticas públicas são espaciais, ou que as políticas desenvolvimentistas favoreceram a territorialização da soja no município de Rio Verde. São políticas desenvolvimentistas na escala do espaço rural. As políticas públicas propuseram ações de caráter macroeconômica e setorial agrícola e agrária no processo de construção do território da soja.

Isso nos levar a concordar com Delgado (2008, p.210) ao relacionar política agrícola e agrária; desenvolvimento e espaço.

Não obstante, é indispensável fazer duas observações a respeito do relacionamento entre políticas agrícolas e agrárias, conforme definidas acima. Em primeiro lugar, é necessário ter presente que, por suas consequências sobre a organização da produção do campo, a política agrícola traz sempre implícita uma política agrária determinada. Mesmo quando inexistente uma política agrária explícita, os objetivos e os instrumentos utilizados pela política agrícola influenciam decisivamente a estrutura fundiária. Um exemplo desse fenômeno é o que ocorreu no Brasil na década de 1970, quando políticas agrícolas da modernização conservadora levou a um aumento da concentração da posse e da propriedade da terra no meio rural.

O debate nos leva a compreender que as políticas públicas espaciais desenvolvimentistas para o campo tiveram caráter de políticas setoriais agrícolas e agrárias. Agrícola, como afirma Delgado (2008, p. 210) pelo fato de propor uma:

Economia completamente mercantilizada e integrada ao processo de agroindustrialização, a política agrícola condiciona e regulariza as relações de preços de produtos e de fatores (terra/recursos naturais, mão-de-obra, meio técnicos e financeiros de produção etc.), as condições de comercialização e de financiamento, os incentivos e subsídios fiscais concedidos, o padrão tecnológico adotado, e influencia decisivamente o próprio grau de integração intersectorial (com a indústria e o setor de serviços, por exemplo) e de internacionalização da agricultura.

E agrária por,

Intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalece no meio rural, através de sua transformação ou regularização na regiões onde a terra já foi historicamente apropriada privadamente, (política de reforma agrária) e de sua influencia no processo de ocupação de novas terras consideradas – pelas agências estatais ou pelos atores privados – como a fronteira agrícola (política de colonização). Isso significa que a política agrária é eminentemente uma política estrutural – de intervenção direta em estrutura existentes tendo em vista sua alteração ou consolidação – e do prazo, pois seus efeitos serão plenamente percebidos apenas passado algum tempo após a sua implementação. Ademais, a política está assentada na concepção de que a propriedade e a posse da terra especialmente em economias e sociedades com as latino americanas, são fatores especiais que condicionam a estrutura da produção agrícola, as condições de reprodução de grupos sociais distintos e as relações de poder no campo, e determinam a distribuição da riqueza e da renda entre os diferentes tipos de agricultores que coexistem no meio rural.

Dessa forma, nossa intenção aqui é defender o objetivo dessa pesquisa ao levarmos em consideração o objeto de estudo em análise “políticas públicas espaciais” do agronegócio no município de Rio verde, isto é, ao remeter as categorias política e espaço, território temos ao mesmo tempo um produto condicionante social territorial.

Estamos falando de políticas públicas desenvolvimentistas direcionadas para o espaço rural/territorial. As transformações ocorridas no espaço rural nas últimas décadas resultam de um processo de aprofundamento das relações capitalistas no campo. Cada vez mais, os encadeamentos inter-setoriais permeiam as atividades agropecuárias. Considerando que os processos econômicos, e a economia capitalista como um todo, são responsáveis pela produção do espaço que articula os objetos das relações sociais e de trabalho na reprodução do capital, o espaço agrário constitui sua funcionalidade na divisão social e territorial do trabalho concordando com Godoy.

Assim, a produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e de reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material. (GODOY, 2004, p. 33).

Nesse sentido, a produção econômica (e reprodução do espaço capitalista) tem uma abrangência geral, não podendo ser consideradas formas de acumulação distintas as que se encontram no âmbito rural. “Com a agricultura transformada num empreendimento totalmente capitalista, as atividades agropecuárias passam a ser uma área como qualquer outra para aplicação do capital, devendo o investimento auferir a lucratividade média”. (LOPES, 1981, p. 20).

Numa visão geográfica, as políticas públicas agrárias desenvolvimentistas, responsáveis pela territorialização da soja, podem ser entendidas como agentes de transformação espacial, na medida em que atuam em determinadas áreas de forma regionalizada, estabelecem também uma parcela de divisão do trabalho, colaborando para o arranjo territorial (local e regional) e para a definição (temporal) de uma certa dinâmica social, que resulta numa ação no espaço.

A cada divisão do trabalho, muda o uso do território em virtude dos tipos de produção e das formas como se exercem as diversas instâncias de produção, exigindo novos objetos geográficos (casas, silos etc...) e atribuindo valores novos aos objetos preexistentes. (SANTOS, 1997, p. 114-115).

Do mesmo modo, os grandes grupos produtores de soja e empresários internacionais, caracterizam-se por conformar um direcionamento (externo) das atividades produtivas regionais. Sendo o objeto da ciência geográfica o espaço produzido num determinado território e esse resulta de diversas determinações que compõem a totalidade também chamada de paisagem, esse espaço é produzido e organizado nas relações capitalistas da mesma maneira que pelos outros agentes econômicos. A noção “territorial”

abarca elementos teóricos que interagem conceitualmente, e, na prática essa idéia de desenvolvimento e da territorialização da soja na produção do espaço enquanto totalidade pode ser aplicada a uma visão mais aberta acerca do verdadeiro significado geográfico da análise, que muitas vezes é mero estudo econômico. Como afirma Storper (1994, p. 26) essa dimensão (territorial) deveria ser observada mesmo nas políticas de desenvolvimento.

Se o desenvolvimento de centros industriais, agrícolas e territoriais é, como sustento, um elemento necessário da participação bem-sucedida na economia global, então, precisamos desenvolver uma nova sabedoria convencional nos círculos de políticas de desenvolvimento. A dimensão territorial - tanto no sentido de região como no de nação - e, combinada, a ideia de espaço econômico devem constituir os elementos centrais dessa sabedoria. (STORPER, 1994, p. 26).

Ainda que haja um predomínio de um raciocínio “economicista” quando se trata da visualização de um espaço na forma de “paisagem”, ou em outras escalas espaciais, em uma visão marxista enxergaria simplesmente como algo estático, a materialização de um instante da paisagem (como em Milton Santos, 1997), ou ainda o trabalho morto, coloca-se aqui uma proposição mais ampla. O espaço, mesmo que dominado e produzido por fatores econômicos, encontra reflexos que lhe escapam, como na constituição de uma paisagem rural influenciada por aspectos físico-ambientais.

Mesmo considerando uma abordagem dialética, não exatamente marxista, como em Demo (1987, p. 85), uma visão dialética “histórico-estrutural” compartilhando elementos do marxismo, pode contribuir enormemente para esclarecer as contradições da realidade estudada, isto é, o espaço resultante do processo de produção capitalista sendo refletido na paisagem rural. O território, que é historicamente construído, manifesta os seus componentes sócio-econômicos.

3.2 Políticas públicas condicionante para a formação do território do agronegócio da soja na Região Centro-Oeste.

A produção do espaço no cerrado do Brasil Central nos anos 1970, com o objetivo de incentivar a exportação de produtos não tradicionais, se alicerçou numa solidariedade de interesses, aglutinando interesses estatais, de setores nacionais e da grande empresa internacional, permitindo a criação de uma nova base material produtiva. Nessa fase, o governo colocou em prática a política de ocupação de espaços “vazios”, concedendo

estímulos às empresas agropecuárias por meio da concessão de isenção de impostos e subsídios governamentais, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade e que se vinculava ao Programa de Corredores de Exportação. (BERNARDES, 2007).

A compreensão do novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase implica o exame da atuação do Estado, na medida em que estabelece as regras, instrumentos e a definição legal de papéis. Dentre as inúmeras ações destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal. Assim, o campo se torna extremamente vulnerável ao grande capital, passando o território a ser abrigo para as grandes empresas.

Antes desse período, devemos lembrar que houve uma política de ocupação para a região Centro-Oeste. A opção pelo desenvolvimento de uma agricultura comercial na região vai acontecer a princípio na década de 1960 e se consolida na década de 1970. E no que se refere à compreensão do processo de desenvolvimento capitalista em Goiás supõe um análise da política de interiorização do governo Vargas que, em seu primeiro governo (1930-1945), tem o Centro-Oeste, especialmente em Goiás, um espaço apropriado para a exploração territorial e para a expansão da fronteira agrícola, como forma de sustentar o desenvolvimento no sul e sudeste do país. Esse período de ocupação é analisado por Doles (1979), quando trata da “Marcha para o Oeste”, como consequência da “estratégia da nova divisão interna do trabalho”, onde o Estado de Goiás seria um espaço geográfico importante na produção de matérias-primas e alimentos para as regiões brasileiras, onde o capitalismo já havia alcançado um desenvolvimento maior. Insere-se nessa análise, nesse momento, que Goiás seria uma etapa preliminar da ocupação da Amazônia.

A construção de Goiânia, a partir de 1933, faz parte da política de interiorização de Vargas e situa no projeto desenvolvimentista do Estado Nacional e servirá para Goiás como um novo centro de formulação e execução de políticas sócio- econômicas, estimulando uma maior expansão territorial e econômica do Estado (DOLES, 1979). Segundo esse autor, na década de 1950, vai ocorrer a expansão da malha rodoviária chegando até o norte do país e a construção de Brasília, complementando essa fase de integração nacional, iniciada a partir de 1930.

Brasília, além das perspectivas de interiorização do governo federal, construída em território goiano, contribuirá decisivamente para a economia do Estado de Goiás. Pois além de criar um mercado consumidor potencial, desenvolve os setores de serviço indústria e produção agropecuária (LABAIG, 1995).

Com os governos militares, a partir de 1964, têm início um projeto que pretendia integrar o setor agropecuário ao setor industrial. A “modernização” da propriedade rural e sua integração ao complexo agroindustrial passa a ser a meta principal das políticas públicas para o desenvolvimento capitalista. Goiás juntamente com outros Estados é alvo dessas políticas

Conforme tem sido abordado em nossa discussão teórica sobre “políticas públicas espaciais”, no qual envolve escalas espaciais, Estado e desenvolvimento, é relevante pensar que tal circunstância abordado sobre o Estado desenvolvimentista é necessário pensar além do “espaço” como suporte geográfico economicista, já que o essencial é perceber que nesse contexto dessa política desenvolvimentista do Estado Novo de Vargas da inicio a inovações técnicas sociais e organizacionais no emaranhado tecido produtivo que se pretendia no Brasil no setor urbano e rural, para o qual foram definidos novas ações de ação administrativa pública. Estas incentivaram o fomento produtivo e a negociação estratégica entre atores que buscaram o desenvolvimento econômico em nível territorial.

Nesse sentido, é mais adequado pensar o território em termos de espaço socialmente criado e organizado pelos atores sociais, a partir dos seus ativos e recursos, como condições e capacidades para materializar inovações técnicas e sociais, além de gerar sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas. (PIRES; VERDI,2009, p. 85).

Vejam os a seguir como essas políticas públicas desenvolvimentistas, econômicas, agrárias, setoriais, territoriais e regionais formaram bases para o território da soja no município de Rio Verde.

3.3 Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional e Territorial

O Plano de Metas foi elaborado por meio de trabalho conjunto do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) e do Conselho de Desenvolvimento para a Coordenação

Econômico-Financeira, criado no dia seguinte à posse do Presidente Juscelino Kubitschek. Ao Conselho caberia o estudo e a formulação de projetos relativos ao Plano de Metas.

O BNDE atuou em estreita colaboração com o novo órgão, cedendo seus técnicos aos grupos de trabalho criados pelo Conselho para a formulação de programas específicos dentro do plano. Surgiriam então, os chamados grupos executivos, que foram fundamentais para a realização dos programas, especialmente aqueles baseados no setor privado.

O Plano dedicou-se a identificar os setores carentes de investimentos – pelo Estado, pela iniciativa privada ou pelo capital estrangeiro – e, dentro de cada setor, estabelecimento de metas, tendo um objetivo para cada meta. O Plano compreendia um conjunto de 30 metas organizadas nos setores de energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. O Plano incluiu mais uma meta, a, chamada de metasíntese: a construção de Brasília e a consequente transferência da capital federal. Os *slogans* do Governo Kubitschek “Cinquenta anos em cinco” e “Energia e transporte” revelam a importância atribuída à ampliação da capacidade de investimento, ao fator tempo acelerado e às metas físicas de produção (BECKER; EGLER, 1994).

O Plano de Metas correspondeu a uma seleção de projetos prioritários, mas com visão mais ampla e objetivos mais audaciosos que os do Plano Salte, sinalizando, pela primeira vez, uma cooperação entre os setores público e privado. A participação desses dois setores era especificada no programa, o setor privado, mobilizado por meio de grupos executivos – e o setor público – organizado em torno do BNDE (MATOS, 2002; ALMEIDA, 2004).

As transformações desse período decorreram de vários fatores como ampliação da participação política da sociedade, mudanças na distribuição ocupacional, intensificação do processo de urbanização e populismo. O nacionalismo assume uma nova expressão, o desenvolvimentismo, período que se inicia no país baseado nas ideias *cepalistas* e mantém sua influência por quase 30 anos, até 1985.

3.3.1 Planejamento e políticas territoriais do Plano de Metas

As preocupações centrais da política econômica do Governo Kubitschek – que tiveram conseqüências no ordenamento territorial do país foram a industrialização, a

expansão das oportunidades de emprego no setor urbano e a transferência do exterior para o país das bases do desenvolvimento autônomo (MATOS, 2002).

O Plano baseou-se no trabalho da Comissão Mista Brasil Estados Unidos e utilizou-se dois conceitos básicos: “pontos de estrangulamento” e “pontos de germinação”. Os “pontos de estrangulamento”, setores críticos que não permitiam um adequado funcionamento da economia, correspondiam a cinco setores assim distribuídos: energia (43,4% do investimento total), transporte (29,6% dos recursos previstos), alimentação (3,2% dos investimentos previstos), indústrias de base (20,4% dos investimentos previstos) e educação (3,4 % dos recursos). Entre os setores industriais, o automobilístico foi o que mais recebeu incentivos, com facilidades para a entrada de equipamentos importados sem cobertura cambial.

De acordo com Dias (1996), apud Cidade et al, (2006), alguns setores se destacaram no aumento de produção como as indústrias automobilística, siderúrgica, de cimento, construção naval e de papel e celulose.

Outros resultados do Plano de Metas referem-se ao setor de energia com o aumento da potência elétrica instalada, a produção de petróleo e a construção de rodovias. O sistema de rodovias federais, estaduais e municipais foi articulado, segundo Becker e Egler, principalmente no Centro-Sul do país, enquanto rodovias de penetração articularam o Norte e o Sul à área *core* (BECKER; EGLER, 1994).

A Cepal - Comissão Econômica para a América Latina, organismo vinculado às Nações Unidas, desenvolveu a partir dos anos de 1950 o modelo econômico de substituição de importações, que, sob a ótica desenvolvimentista, era apontado como um caminho para a superação do atraso econômico dos países subdesenvolvidos (CIDADE et al, 2006, p. 51).

A política desenvolvimentista adotada nos anos 1950, e que iria até os anos 1970, fomentou o processo industrial e a migração da população rural para a zona urbana. Segundo Jatobá (2006) apud Cidade et al, (2006) a migração para as áreas urbanas gerou uma urbanização acelerada e o surgimento de uma classe média urbana, consumidora dos produtos manufaturados produzidos pela indústria emergente.

A população brasileira, a partir dos 20 anos anteriores ao término do Plano de Metas, era de 41 milhões de habitantes. No período de 1940 a 1960 passou para 70

milhões, com a taxa de urbanização aumentando de 31% para 45%, o que gerou uma demanda por moradia nos centros urbanos.

Osório (2003) explica que a “este incremento populacional correspondeu um aumento do número de assentamentos irregulares nas cidades e uma extensão irracional da malha urbana que consolidou as periferias como locais de moradia da população de menor renda” (OSÓRIO, 2003, p. 43).

Se por um lado, da Era Vargas ao governo JK, houve um período de grande investimento em capital físico – instalações, máquinas, equipamentos – por outro lado, não houve o mesmo esforço na formação de capital humano – educação, planejamento demográfico, saúde pública – repercutindo na qualidade de vida das cidades e do meio rural.

A construção de Brasília, ao contrário do que se poderia pensar, não fazia parte da concepção original do Plano de Metas. Dele constava a expansão da malha rodoviária para a interiorização do processo de desenvolvimento que, junto com os projetos de infraestrutura, em apoio à industrialização pesada, marcou o início de uma fase de maior integração regional (ALMEIDA, 2004; CIDADE et al, 2006).

A posição central, estratégica, da nova capital, entre o litoral e o sertão e entre as áreas dinâmicas, estagnadas e despovoadas, tornou-se um ponto de convergência das grandes rodovias de acesso ao sul, ao leste e ao nordeste, e de penetração para norte e o oeste.

Para Becker, Egler (1994), neste processo, esfacelou-se gradativamente a estrutura espacial em “arquipélago”, substituída por uma de tipo centro periferia, que pode ser comparado com as mesmas relações centro periferia do Brasil com a economia mundo, por reproduzir internamente os mesmos mecanismos que vigoravam em escala global (BECKER, EGLER, 1994).

Assim, a construção de Brasília e a expansão da malha rodoviária pelo interior do território nacional são alguns “pontos de germinação” do Plano de Metas, nos quais o investimento gerava demandas que acarretavam novos investimentos, sustentando a taxa de crescimento do país um maior aquecimento da economia brasileira. Na região amazônica e o Centro-Oeste, segundo Becker (2001), ações efetivas afetaram as regiões

como a implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre em 1958, “duas grandes pinças contornando a fimbria da floresta”. Para a autora, a partir desta nova configuração territorial, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção à Amazônia, crescendo a população regional de um para cinco milhões entre as décadas 1950- 1960, e de modo acelerado, a partir de então (BECKER, 2001). As políticas assistencialistas, as que objetivavam a correção do atraso nordestino, de um lado, e as que concentravam os investimentos federais nas indústrias de base que dariam sustentação ao desenvolvimento industrial no centro-sul do país, de outro lado, formavam um contraste de “dois brasis”. A maior parte dos investimentos governamentais em indústria, transporte e energia foi para o Sudeste devido aos compromissos assumidos com os interesses desses estados (BECKER; EGLER, 2004).

Assim, a ausência de políticas voltadas para o problema regional condenava algumas regiões ao atraso estrutural, ao passo que a industrialização avançava concentrada na Região Centro-Sul.

Nesse sentido, integrava-se um país marcado pela heterogeneidade tanto do ponto de vista das forças produtivas, quanto das condições de vida.

Segundo Tavares (1972) apud Matos, (2002), o Plano de Metas representou a primeira tentativa de êxito de planejamento em escala nacional, embora em termos setoriais e com todos os defeitos inerentes à falta de uma visão global e integrada da economia. Assim, o grande crescimento econômico alcançado na época teve consequências negativas como o aumento da dependência do capital estrangeiro, a elevação da dívida externa, o aprofundamento dos desequilíbrios regionais e a elevação do custo de vida. O surto inflacionário decorrente de déficits fiscais, a concentração de renda e o crescente poder da burocracia são também algumas heranças menos desejadas do Plano de Metas.

De 1963 a 1965 foi elaborado o Plano Trienal, um plano de transição econômica com o objetivo de promover um desenvolvimento econômico rápido e a estabilização do nível de preços. Este Plano não teve condições políticas para ser executado, devido à crise que o país atravessava no início dos anos 1960 e que acabou culminando com o Golpe Militar de 1964. No contexto do novo regime militar instaurado no país, deu-se início a uma série de ambiciosos planos nacionais de desenvolvimento, quase uma década depois.

De 1964 a 1967 foi implantado o PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo

- que atuou basicamente no nível da política econômica e seus instrumentos básicos, como a política monetária e também atacou as causas estruturais da inflação. Os efeitos foram basicamente institucionais, consistindo numa ampla reorganização da ação do Estado e preparando-o para as próximas etapas de alto intervencionismo governamental na economia, com a institucionalização do planejamento governamental. A Constituição de 24/01/1967 estabeleceu a norma de que a ação do governo obedeceria a planos e programas nacionais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e coordenação geral do Presidente da República.

Na experiência do planejamento, foi criado, em 1964, o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, que se ocupou do sistema de acompanhamento das medidas propostas no plano do governo e logo depois se converteu no IPEA. A partir desse período e até o final do regime militar, assiste-se à consolidação de um modelo de gestão pública que passa a atribuir às instituições de planejamento uma grande parte de responsabilidade pela condução, de forma relativamente autônoma, das atividades econômicas, tendo sempre como objetivo o aprofundamento do processo de industrialização.

De acordo com Scardua e Bursztyn (2003), no período de 1964 a 1985, caracterizado pela Ditadura Militar, houve o retorno da centralização do poder, sob o domínio dos militares, de técnicos burocratas e da burguesia industrial, sendo os governos locais meros gestores das políticas centrais. A reforma administrativa e de modernização do Estado brasileiro promovida no contexto do Decreto-Lei nº 200, de 1967, efetuou uma reforma gerencial nos modos de gestão do setor público.

Conforme Gartenkraut (2002), este Decreto alterou substancialmente as relações organizacionais e administrativas do setor público, transferindo uma série de atribuições operacionais à administração indireta e empresarial estatal, sob a supervisão dos respectivos Ministros de Estado das áreas afins. O novo arcabouço legal previa a organização das ações estratégicas do governo, em geral em período igual ao do mandato presidencial, em um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que se desdobraria em planos setoriais e regionais.

Uma das políticas territoriais lançada pelo governo em 1964 foi o Estatuto da Terra (Lei 4.504), que previa a desapropriação e o acesso à propriedade rural improdutiva, a colonização de terras livres e uma série de modalidades de assistência às atividades

agrícolas, como a formação de cooperativas, a garantia de preços mínimos e a disseminação de novas técnicas de produção (ALMEIDA, 2004).

A criação do Banco Nacional de Habitação (Lei 4.595/64), integrado ao Sistema Financeiro de Habitação (Lei 4.380/64), fez com que as cidades brasileiras, especialmente as grandes cidades, tivessem uma mudança no seu perfil, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos. Segundo Maricato (2000), com a drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista antes, por meio da implantação do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, o mercado de promoção imobiliária privada, baseado no edifício de apartamentos, consolida-se por meio de uma explosão imobiliária. A autora destaca que o financiamento imobiliário não impulsionou a democratização do acesso a terra por meio da função social da propriedade. A maior parte da população que buscava moradia nas cidades não foi beneficiada, havendo prioridade para as classes médias e altas (MARICATO, 2000).

O SFH alimentou a extensão das obras de saneamento, particularmente do serviço de água tratada, ao mesmo tempo em que as obras viárias locais e regionais foram custeadas pelos orçamentos estaduais e municipais.

Em relação as políticas públicas regionais nesse momento, Becker e Egler (1994) traçam um quadro da estrutura de desigualdades regionais no país, no início da década de 1960 na qual o Brasil exibia uma estrutura articulada, porém desigual, com o Sudeste centralizando a maior parcela da renda nacional, devido à concentração da produção industrial. As outras regiões brasileiras se organizaram em uma vasta periferia em que cada parcela desempenhava funções peculiares na nova divisão territorial do trabalho resultante da industrialização do país.

Os Governos Militares reequacionaram a discussão territorial no país com a adoção de políticas de desenvolvimento regional que promoveram programas voltados para a difusão do desenvolvimento em torno dos centros dinâmicos do país e seus “polos de desenvolvimento” (COSTA, 1988 APUD DINIZ FILHO; BESSA, 1995).

As políticas de desenvolvimento deveriam orientar uma diferenciação hierarquizada do processo de integração nacional, não constando da agenda do Estado priorizar a superação das disparidades proporcionadas pelo desenvolvimento desigual, mas antes orientar o fortalecimento da articulação inter-regional do mercado interno.

Sob essa ótica, o processo de integração passa a ser equacionado através de projetos de ampliação das fronteiras econômicas internas, sobretudo, em direção à Amazônia e, secundariamente, ao Centro-Oeste, tal como desenhado pelo Plano de Integração Nacional – PIN já em 1970 (DINIZ FILHO; BESSA, 1995).

No contexto do Governo Militar, a Amazônia e o Centro-Oeste eram pensados segundo os determinantes de um Projeto Nacional que se pautava pelo binômio “segurança e desenvolvimento”. A experiência de planejamento regional que vinha sendo posta em prática no Nordeste, por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -, com os devidos acertos, poderia ser útil ao novo projeto de integração da Amazônia e do Centro-Oeste à economia nacional. Inspiradas na SUDENE, no período de 1966 a 1969 foram criadas superintendências regionais que visavam neutralizar as oligarquias regionais por meio de novos pactos e organizar as bases para a modernização. Foram criadas a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL.

O Programa de Integração Nacional – PIN objetivava financiar obras de infraestrutura no Nordeste e na Amazônia e promover a integração econômica e territorial dessas duas regiões. Na prática o PIN deu início à programação de obras que prosseguiu com o PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (CIDADE et al, 2006).

3.3.2 As décadas de 1970 a 1980 – Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1985)

Nos anos 1970, os chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND I e II constituíram marcos na evolução da prática de planejamento. Seus objetivos e metas de curto, médio e longo prazos permitiram estruturar as necessidades dos agentes econômicos e da população em inúmeros programas e projetos, com um enfoque abrangente, orientado por uma macroestratégia (BRASIL, 2006 b). O III PND, praticamente não foi posto em execução em função da crise da economia mundial, que abalou a economia brasileira.

A elaboração do I PND pela Lei 5.727/1971 coincidiu com a expansão cíclica do período do “milagre econômico”, caracterizado pelas altas taxas de crescimento

econômico, pelo grande afluxo de capitais externos e pela continuação da política de substituição de importações. O “milagre”, ocorrido entre 1968 e 1972, foi um período de crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB e forte expansão das indústrias de bens duráveis, sustentado pelo desenvolvimento anterior da base produtiva industrial e por um alto custo social (BECKER; EGLER, 1994).

O lado social ficou à margem do desenvolvimento, principalmente com um achatamento da renda, via uma rígida política de arrocho salarial, diante da qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir. O Brasil iria se notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo.

O I PND teve como objetivo a execução de grandes obras de infraestrutura, ligadas aos transportes, corredores de exportação e telecomunicações, dando prosseguimento à expansão capitalista e a reestruturação territorial nacional iniciadas pelo Plano de Metas. Este objetivo estabelecia a inserção do país, em uma geração, na categoria das nações desenvolvidas.

Uma das características do I PND foi um plano de aceleração do crescimento, sustentando níveis elevados de investimentos e modelo econômico de mercado. A política territorial do regime autoritário tinha ênfase na necessidade de integração nacional e, neste contexto, a ocupação da Amazônia e dos cerrados tornou-se prioritária. Como salientam Becker e Egler, o programa para a modernização neste período baseou-se num projeto territorial fundado no ideário da integração nacional e do Brasil potência.

Pelo que os autores chamam de “malha programada” – um conjunto de programas e planos governamentais que criaram as condições necessárias para a instalação na Amazônia e nas áreas de cerrados grandes empresas nacionais e transnacionais – seus elementos foram mais visíveis nas políticas de urbanização, desenvolvimento regional, polos de crescimento e ocupação da Amazônia (BECKER; EGLER, 1994).

A integração tornou-se o princípio básico do Governo Militar na medida em que ela era considerada uma condição essencial para a segurança nacional, cristalizada e simbolizada no slogan “integrar para não entregar” (SERRA; FERNANDEZ, 2004).

Os autores descrevem o planejamento dos Planos na época dos governos militares como um completo controle sobre o Estado, que intensificava a participação do Estado na economia por meio da formulação e implementação de vários planos nacionais e tornava o processo de planejamento regional centralizado, consolidando-se em meados da década de 1970 (SERRA;FERNANDEZ, 2004).

No I PND, e depois no II PND, consolidou-se o projeto de ordenar o território nacional segundo a lógica do projeto geopolítico. Conforme Becker e Egler (1994), as políticas para a integração do território consistiam em uma ação simultânea para completar a ocupação do território, incorporando o centro-oeste e a “ilha amazônica” e modernizar e expandir a economia nacional articulando-a à internacional, bem como estender o controle do Estado a todas as atividades e todos os lugares. Neste contexto, a ocupação da Amazônia tornou-se prioritária para a construção do “Grande Brasil”, visando à remoção de obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna.

A análise desse período histórico, a partir dos governos militares de 1964 ao final da década de 1980, e a inserção do I e II PND, possibilita a compreensão dessa nova etapa do desenvolvimento capitalista. Em Goiás, a agricultura terá um papel fundamental nesse contexto, pois, com a perspectiva da produção tecnificada, se tem todo um conjunto de medidas oficiais que irão movimentar o crédito subsidiado, o setor industrial e a manutenção da estrutura fundiária com relação da produção comercial em áreas antes insuficientes para tal, a exemplo dos cerrados. Torna-se, cada vez mais importante, o papel do Estado na diversificação do aparelho interno e a sua atuação junto ao processo produtivo agrícola com uma série de incentivos para alterar a sua produtividade.

Segundo Castro (1979), reforçam-se os vínculos da agricultura com a indústria e com o sistema financeiro, criando nesse ato uma relação de dependência daquela com os demais setores. Esses “novos tempos” da economia nacional, a partir da década de 1960 no país, com efeitos marcantes a partir da década de 1970 em Goiás, acentuam com maior clareza a submissão do processo produtivo e produto agrícola a indústria, ao capital financeiro e às diretrizes políticas do Estado. O padrão de articulação nesse período se estabelece essencialmente na produção de bens comum, que se realiza no meio urbano, de onde se extrai a mais valia absoluta que financiará o setor rural.

“O setor industrial oligopolítico com baixos salários gera um potencial de acumulação muito maior do que efetivamente realizável dentro do próprio meio. Daí a necessidade de se criarem novas fontes de acumulação ligadas ao setor agrícola.” (CASTRO, 1979, p. 143).

Assim, durante a implementação do I PND, consolidou-se o processo de desenvolvimento da Região Centro-Sul do Brasil, expandiu-se a fronteira econômica e ocorreram as primeiras tentativas de industrializar o Nordeste. Mas, a economia brasileira continuava concentrada no litoral, apesar de se expandir para o Centro-Oeste.

Os programas criados para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tiveram frustradas as expectativas de transformação dessas regiões, devido à descontinuidade dos programas, à falta de impulsos dinamizadores e à política vigente, que autoritária e centralizadora, contemplava o caráter geopolítico. Desta forma, o planejamento não permitia a participação da sociedade civil, nem mesmo a interação com os aspectos sociais, culturais, ambientais e históricos de cada região.

A partir da Crise do Petróleo de 1973, a estratégia governamental se tornou mais seletiva, atuando não mais numa escala macrorregional – com a criação das superintendências regionais – e, sim, em escala sub-regional, através da implantação de pólos de crescimento. De acordo com Becker e Egler (1994), a ideologia dos polos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo Estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias. A concepção desses pólos já estava projetada para o II PND com o desenvolvimento científico-tecnológico, dotando o Estado, através das empresas estatais e dos centros militares, de uma política de apropriação tecnológica e controle da estrutura de setores estratégicos.

3.3.4 Políticas públicas espaciais desenvolvimentistas e os programas de desenvolvimento dos cerrados (1975-2000)

A implementação das novas políticas governamentais no cerrado só foi possível a partir do desmonte de um Estado que atuava com parâmetros nacionais, sendo necessário também remover os obstáculos que dificultavam a presença de interesses da economia

global, procurando tornar o território mais atraente em suas vantagens comparativas. Por isso, foi preciso aprofundar o processo de liberalização da economia, eliminando as ineficiências decorrentes do peso excessivo do Estado e passar à lógica modernizante do mercado e da competitividade internacional, privatizando empresas, abrindo novas atividades para o mercado mundial, redefinindo-se o ambiente macroeconômico, (BERNARDES, 2007).

O II PND (Lei 6.151/1974), planejado logo após a Crise do Petróleo em 1973, em que pese a crise externa, deu continuidade ao crescimento acelerado e a desconcentração industrial por meio de investimentos governamentais na indústria de base nas regiões periféricas. Este plano visava o fortalecimento das empresas nacionais, uma crescente autonomia tecnológica e o incentivo à formação de conglomerados financeiros.

No II PND, a industrialização brasileira, até então centrada na indústria de bens de consumo duráveis, contemplava pesados investimentos nas áreas de insumos básicos, infraestrutura e energia nas áreas urbanas e rurais (ALMEIDA, 2004).

O planejamento do II PND traçava o perfil do Brasil segundo Almeida (2004), como uma grande potência emergente. As empresas estatais ocuparam o centro do palco desse espetáculo de industrialização substitutiva. Os gigantescos investimentos, a cargo de Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Embratel e outras empresas públicas, eram o sustentáculo do programa (ALMEIDA, 2004).

Prevista no II PND como uma das diretrizes da política industrial, a diretriz de desconcentração industrial encontrou forte oposição de empresários paulistas quando apresentada pelo governo por meio da Resolução nº 14 da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético. De acordo com a Resolução, em primeiro lugar, deveriam ser fortalecidos os pólos industriais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do sul do país.

O Nordeste, por sua vez, receberia prioridade quanto aos complexos industriais instalados na região, devido à significação já assumida pela industrialização no desenvolvimento regional. E, às Regiões Norte e Centro-Oeste, reservava-se a implementação de complexos agroindustriais e mínero-industriais prioritários.

Assim, o II PND instituiu uma política econômica explícita de desconcentração industrial no sentido São Paulo resto do país, enfatizando vantagens comparativas e especializações regionais.

Alguns programas especiais de desenvolvimento regional foram implementados no II PND com destaque para: o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO, o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília - PERGEB.

O programa POLOCENTRO, concebido para estimular o crescimento da empresa agrícola tecnificada, incorporando o cerrado à agropecuária, e o PERGEB, criado com o objetivo de integrar a região do entorno de Brasília.

A partir de fim da década de 1970, o país passa a enfrentar sérias dificuldades de financiamento, que comprometem a sua capacidade de colocar em prática os programas de desenvolvimento econômicos seguintes como, por exemplo, o III PND, o I PND-NR (Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República) e o PAG (Plano de Ação Governamental), anteriores ao mandato constitucional de 1988. Para Accarini, estes não foram planos de desenvolvimento, mas um conjunto de ações de curto prazo voltadas principalmente para o combate ao processo inflacionário crônico que se instalou no Brasil (ACCARINI, 2003).

Sobre esse momento da organização do território da soja, vários autores em suas pesquisas relacionadas a modernização da agricultura, revolução verde e relação campo cidade contribuíram com alguns comentários:

A paisagem passa a revelar uma agropecuária modernizada, com um alto padrão técnico e com cultivos de novos produtos agrícolas. Essa dinâmica também contribuiu para a construção de novos fixos (hidrelétricas, rodovias, cidades), e atração de outros, como agroindústrias, indústrias e outras empresas. (BORGES, 2006, p. 52).

As mudanças ocorridas na base técnica foram relevantes para a reorganização regional principalmente com a introdução de inovações oriundas do processo de industrialização da agricultura diminuindo a importância dos fatores naturais:

Convém ressaltar que o princípio da vantagem natural não é suficiente para explicar o avanço da soja no cerrado, ainda que este apresente algumas condições naturais favoráveis. O solo do cerrado é pobre e necessita de

investimentos para ser corrigido. De modo que o domínio da natureza pelo capital se intensificou através da irrigação, adubação, utilização de máquinas etc. (BERNARDES, 2005, p. 336).

Essa articulação não favoreceu os pequenos produtores rurais, no entanto, contribuiu para a consolidação da grande propriedade aliada a uma modernização da base técnica, não se diferenciando da região sul e sudeste e se tornando o centro da produção de grãos:

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado, e até mesmo aprofundando nesse processo de modernização. Em certo sentido pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, em simultâneo a integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe a inda para seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial (DELGADO, 1997, p. 219).

O sudoeste goiano despontou no processo de criação extensiva de gado bem como na produção de grãos, ampliando a sua participação em relação à tecnificação da produção, atraindo investimentos e caminhando para o reconhecimento nacional:

Podemos observar que o Sudoeste apresentou diferenciadas etapas na formação econômica. Primeiro, a exploração da pecuária extensiva que vai da ocupação até o fim do século XX. Em seguida, começa a destacar-se no cenário goiano pela produção de arroz, milho e feijão. Nas últimas décadas, com a incorporação de tecnologias avançada no campo, angariou o troféu de sede dos mais diversificados produtores agropecuários do Estado (GONÇALES, 2003, p. 219).

Considera-se importante frisar que esse fortalecimento do setor agrícola com base na produção em larga escala no Estado de Goiás é fruto da modernização conservadora que se manifesta intensamente na década de 1970, propiciando a integração da agricultura com a indústria e estabelecendo as bases para o surgimento do agronegócio:

Este processo de modernização técnica – da agricultura e integração com a indústria, é caracterizado por “um lado pela mudança na base técnica nos meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos, etc.); e máquinas industriais (tratores, colheitadeiras, implementos, equipamentos de irrigação, etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias primas e vários ramos industriais (oleaginosas, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas, etc.)”. Estes blocos de capital irão constituir mais adiante a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado (DELGADO, 2005, p. 33).

A consequência inevitável diante do modelo proposto foi, a partir da década de 1970, o avanço da soja em substituição ao arroz no cerrado, atraindo agricultores de São Paulo e da região sul, estes últimos já com tradição na cultura da soja, trazendo consigo maquinários, tecnologia, recursos e experiências que transformaram a região:

As vastas áreas de cerrados da porção central do território nacional transformaram-se num curto espaço de tempo em importantes zonas produtoras de grãos do país destacando-se a expressiva expansão da produção de soja realizada por grandes produtores provenientes principalmente da Região Sul (HESPANHOL, 2000, p. 15).

Segundo Mendonça (2004); Chaveiro (2008) Apud Pessoa (2010, p. 1):

Vale ressaltar que, a consolidação e expansão da agricultura moderna no Brasil ocorreu dentro de uma conjuntura da modernização do território. Por isso, alguns estudiosos, como Mendonça (2004) e Chaveiro (2008), defendem que a modernização da agricultura deve ser pensada a partir da modernização do território. Todo esse processo não seria possível sem a construção de infra-estruturas para viabilizar a circulação de pessoas, mercadorias e informações. Aliado a isso, é importante considerar, também, que a modernização da agricultura faz parte do processo de modernização do território. E para o capital, este último deve ser constante, permitindo assim, os fluxos.

Pessoa (2010 p. 2) ainda contempla sobre as consequências das políticas públicas espaciais desenvolvimentistas voltadas para a agricultura e sua ação no território goiano ao afirma que:

A territorialização da agricultura moderna, expressa por meio do agronegócio, seja da soja, da cana-de-açúcar ou do eucalipto mostra as evidências e as marcas desse processo nas relações sociais de produção do campo, com aumento da produção, da produtividade com a incursão de novas culturas, novos métodos e tecnologias, assim como a exclusão de muito sujeitos (trabalhadores/produtores) desse fenômeno. Tal fato demonstra a expansão do capitalismo no campo que, a favor da ampliação do capital, *produz, exclui e degrada*. Essas três palavras caracterizam o agronegócio de uma forma geral, seja no Cerrado Goiano, no Cerrado Mineiro ou em outro lugar no qual o agronegócio é territorializado.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 o Estado brasileiro vai perdendo a capacidade de planejamento e de investimento, resultando no desmonte do seu aparato planejador. A economia brasileira passa por um longo estágio de estagnação, com inflação alta durante a fase final do Regime Militar e durante o processo de redemocratização: a renda *per capita* encontrava-se, em 1994, no mesmo patamar conhecido em 1980. Nesse ínterim, o Brasil conheceu seis planos de estabilização, com uma duração média de 18 meses cada um e uma nítida aceleração inflacionária após cada um deles (ALMEIDA, 2004).

A década de 1980 é considerada como a “década perdida” em grande parte da América Latina e nos países subdesenvolvidos em geral, tanto em virtude do baixo desempenho econômico, da aceleração inflacionária, da moratória da dívida externa, da redução da renda *per capita* e do conseqüente aumento da pobreza, quanto devido às crises políticas. Esses anos expressam a crise do padrão desenvolvimentista posto em xeque pelas drásticas mudanças na economia internacional como a elevação da taxa de juros americana para um patamar de dois dígitos e a quintuplicação dos preços do petróleo. Essas mudanças causaram o crescente endividamento externo que teve como conseqüências a crise das finanças públicas e a hiperinflação.

Segundo Cano (2002) este endividamento externo debilitou fortemente o Estado nacional, em termos fiscais e financeiros, reduzindo o gasto e o investimento públicos e o de suas empresas estatais. A partir de 1985 inicia-se um novo processo de reformatização do Estado, saindo-se do modelo centralizador desenvolvimentista-nacionalista para as teorias de Estado mínimo e neoliberal que se consolidam uma década depois.

O III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1986) aprovado em 1979 pretendia ser uma continuidade do II PND, mas as dificuldades impostas pela crise econômica o transformaram em um documento mais retórico do que efetivo, sendo interrompido no segundo semestre de 1980. Segundo Lopes, o período que se iniciava a partir do III PND indicava a falência do planejamento no Brasil, como processo efetivo e um descrédito quanto ao seu potencial, tanto como um instrumento de ação governamental quanto como indutor da ação privada. Devido ao sucesso dos planos instaurados no Brasil desde o Plano de Metas até o II PND, o planejamento foi visto como algo infalível, que poderia e deveria solucionar todos os problemas de cada país.

Hespanhol (2008) ao trabalhar modernização da agricultura e desenvolvimento territorial comenta que O pacote tecnológico da “Revolução Verde” foi difundido no mundo a partir dos anos 1950 e derivou diretamente do modelo de desenvolvimento produtivista predominante até o final dos anos 1970. A produção e a produtividade agrícolas se expandiram significativamente. No entanto, os efeitos ambientais e sociais da “Revolução Verde” foram muito negativos e provocaram a valorização de perspectivas de desenvolvimento ascendentes, tais como a abordagem territorial, a qual se tornou expressiva a partir dos anos 1990.

Após a II Guerra Mundial o pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde” foi difundido no mundo, atingindo, inclusive alguns países subdesenvolvidos. A modernização da agricultura esteve associada ao modelo de desenvolvimento produtivista que passou a ser contestado nos anos 1970 e 1980, dando margem ao surgimento de novas abordagens de desenvolvimento. (HESPANHOL, 2008, p. 20)

As consequências dessa “Revolução verde” segundo Castro e Fonseca, (1995) foram transferências de plantas produtivas para o Estado de Goiás que estimularam um desenvolvimento bastante acentuado no ramo agroindustrial. Durante a década de 1980, houve uma consolidação do complexo grãos-carne, induzindo uma nova orientação para a produção agropecuária. Este desenvolvimento agroindustrial pode ser dividido em três fases segundo a autora:

Uma primeira, nos anos 1970, em que se dá a adaptação técnica da soja no cerrado, com atividades de beneficiamento de Grãos em Goiás; uma segunda fase, em que ocorre a expansão da soja e do milho em áreas do Centro-Oeste de alta produtividade, porém com deficiências em infra-estrutura; e uma terceira fase, após a metade dos anos 1980, em que ocorre o deslocamento de grandes conglomerados agroindustriais para a região e atividades relacionadas à integração na criação de abate de pequenos animais (CASTRO ; FONSECA, 1995, p. 02)

Impulsionada pela expansão da demanda internacional, a lavoura da soja começou a se expandir mais vigorosamente no país apenas a partir da última metade da década de setenta. Essa expansão atingiu principalmente os estados do Sul, em regiões de ocupação agrícola antiga, com a soja ocupando espaço de pastagens para gado ou o espaço deixado pelo cultivo de outras culturas menos rentáveis à época. As décadas de oitenta e noventa assistiram ao rápido avanço da cultura da soja pelos cerrados dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Bahia. Ao longo dessas duas décadas a cultura da soja se manteve forte nos estados meridionais, mas cresceu significativamente nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. A região Centro-Oeste tornou-se desta forma grande produtora de grãos. Assim como em outras regiões brasileiras precisou-se de políticas públicas para viabilizar sua execução. Um importante programa de desenvolvimento regional foi o PRODOESTE, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, que produziu profundas mudanças na configuração espacial da Região Centro-Oeste (Figura 1). Limites do território do PRODOESTE.

FIGURA 1
Limites do PRODOESTE



Fonte: IBGE-2006

A esse respeito, Hespanhol (2000, p. 15) afirma que:

A primeira fase se estende do final dos anos 1960 até meados dos anos 1970, a qual é caracterizada pelo esforço da pesquisa em desenvolver sementes de soja adaptadas às condições edafoclimáticas do cerrado e da melhoria da infraestrutura através do Programa de Corredores de Exportação do Governo Federal e do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), ambos lançados no ano de 1971.

Os esforços estatais mais expressivos para a ocupação do cerrado, não somente pela soja como pela agropecuária em geral, se deram a partir de 1975, com a implantação do programa dos cerrados (POLOCENTRO) e em 1980, com a implantação do programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos cerrados (PRODECER). Ambos os programas foram responsáveis pela incorporação de extensas áreas do cerrado por meio da agropecuária. No entanto, pelo fato de ter incorporado o município de rio verde, como uma das 12 áreas de atuação do programa, o POLOCENTRO será mais bem detalhado.

Criado dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento, do então Presidente Ernesto Geisel, objetivava promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste do país do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas, com características do cerrados (Fundação João Pinheiro, 1984, p11).

O programa visava a abertura de 3 milhões de hectares de cerrado, através de investimentos em infraestrutura (armazéns, eletrificação e estradas), em assistência técnica e pesquisa, e na oferta de créditos subsidiados para projetos agropecuários objetivava-se destinar 60% das áreas abertas à agricultura e o restante às atividades de pecuária e reflorestamento, o que não ocorreu, já que 70% de todo o incremento de área foi destinado a formação de pastagens, 23% à agricultura e 7% ao reflorestamento. nas áreas de lavoura o destaque ficou por conta da soja, a cultura que mais recebeu estímulos do POLOCENTRO. De 80.000 há, em 1975, a soja passou a ocupar 508.289 ha em 1980, nas áreas de atuação do programa nos quatro estados (Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

O POLOCENTRO foi um programa planejado acreditando - se que investimentos sociais concentrado em locais centrais levariam à difusão de inovações, de mentalidades modernas, dos efeitos positivos do mercado e de uma serie de efeitos propulsores. Nesse aspecto, a incorporação do cerrado à economia nacional e a mundial era vista como uma oportunidade para se incrementar os níveis de emprego renda e bem-estar, o que não ocorreu na medida que estimulou a concentração econômica e populacional nas cidades (Fundação João Pinheiro).

Além dos resultados sociais não tão bem sucedidos, o POLOCENTRO, assim como o PRODECER, ocasionaram impacto ambientais ao incentivar o desmatamento de grandes áreas de cerrado, desmatamento que ocorre e é incentivada até os dias atuais. Ao analisar dados dos Censos agropecuários do IBGE, Mueller (2003) constatou que quase 30 milhões de hectares de cerrado foram desmatados entre 1975 e 1996 para dar lugar às atividades agropecuárias.

Ao estimar a perda de área do cerrado, o estudo de Machado et. al (2004) confirma que a destruição do bioma ocorreu de forma acelerada. Já foram desmatados ou transformado pela ação humana 55% do bioma, o equivalente a 880.000 km², três vezes a área desmatada na Amazônia brasileira, em um ritmo de 22.000 a 30.000 km² por ano. Esse ritmo chegou a uma taxa média anual de 40.000 km² entre 1970 e 1975, antes mesmo da instalação do POLOCENTRO (KLINK, MOREIRA,2002) entretanto, o cerrado em relação a Amazônia possui uma porcentagem bem menor da área de conservação de proteção integral, 2,2% de sua área ante os 5,7% do bioma amazônico.

O POLOCENTRO foi criado em 1975 e teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial. O programa selecionou áreas específicas para atuação e, posteriormente, forneceu crédito altamente subsidiado a todos os produtores que desejassem investir em exploração agropecuária empresarial. Dessa forma esses programas deram início a incentivos para a produção da soja. (GOBBI, 2004).

Apesar do POLOCENTRO ter sido um programa voltado para abertura de fronteira agrícola, as políticas favoreceram os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos. Na realidade, foi um programa para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial, mediante o fornecimento de crédito subsidiado, de assistência técnica e da remoção do obstáculo ao seu funcionamento. A pequena agricultura das áreas atingidas quase não foi beneficiada. Os objetivos do POLOCENTRO, *enunciados nos seus documentos básicos, foram desvirtuados pela ação de setores influentes, que conseguiram voltar a administração do programa a seu favor.* (MULLER, 1990,p. 55).

O maior impacto do POLOCENTRO na região Centro-Oeste ocorreu no estado de Goiás, especificamente no sudoeste goiano, onde segundo MULLER (1990), 42% da área dos cerrados foram incapacitadas ao processo produtivo com destaque para a soja.

O sudoeste goiano teve um desenvolvimento diferenciado das demais regiões do estado, por ser uma área agropecuária de ocupação bastante antiga, próxima ao Triângulo Mineiro e a São Paulo (CARMO, 2002, p. 304). Inicialmente, a principal atividade econômica na região era a criação de gado. A partir da década de 1960, a região passa a vivenciar uma nova fase de desenvolvimento agrícola conhecida como a modernização da agricultura, incentivada, pelo chamado “pacote tecnológico” da Revolução Verde, e principalmente pela intervenção do Estado por meio das políticas desenvolvimentistas. O desenvolvimento regional apoiado pelo Estado tinha como objetivo diminuir as desigualdades regionais. Desta forma, foram implementadas diversas políticas públicas de desenvolvimento regional, onde se pode destacar o incentivo a expansão da fronteira agrícola.

Com a incorporação das áreas de cerrado na expansão da fronteira agrícola, e com o novo padrão tecnológico da Revolução Verde, culturas que até então não eram comuns nesta região, como é o caso da soja e da cana, foram introduzidas substituindo o antigo

padrão praticado nas áreas de cerrado: pecuária extensiva e produção de alimentos básicos.

Segundo Ferreira e Fernandes Filho (2003, p. 106), a opção pela agricultura comercial na microrregiões do sudoeste goiano vai se dar na década de 1960 e se consolida na década de 1970 em diante, a partir de uma infraestrutura mais adequada, incluindo além de estradas e meios de transportes, o crédito agrícola subsidiado, o suporte armazenador, e a organização política e econômica do produtor rural. Diante de todos esse fatores o sudoeste goiano torna-se um expoente em produção de grãos e cana no estado.

Em 1984 cria-se em Goiás o programa FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás, pela Lei 9.489 de 19 de julho de 1984, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão das atividades industriais, preferencialmente as do ramo da agroindústria, que efetivamente contribuem para a promoção do desenvolvimento econômico do estado. Como Goiás estava perdendo para o estado do Paraná na produção de soja e cana para São Paulo, buscaram-se mecanismos para a consolidação do cultivo dessas culturas. Mas para aumentar a produção, Goiás teve que estimular concomitantemente a agroindústria no estado. E esse foi um dos fatores que nortearam a criação do programa FOMENTAR e, com ele, a indústria goiana passou a ser competitiva em relação aos outros estados.

O FOMENTAR funcionava como uma forma de capital de giro, financiado pelo estado, com o tesouro estadual, a um custo financeiro simbólico. A empresa beneficiada deixava de recolher 70% de seu ICM ao estado, ou seja, a empresa desembolsava apenas 30% do ICM e o tesouro estadual quitava os outros 70% passando a ser um empréstimo a título de capital de giro.

Esse programa sofreu alterações, passando a se denominar PRODUZIR em 18/01/00, com a Lei 13.591 que veio corrigir alguns problemas por ele enfrentados como é o caso da:

inexistência de mecanismos que estimulasse com mais benefícios as indústrias que processassem matérias-primas identificadas com nossa vocação econômica e facilitar o acesso de pequenos e microindustriais. A princípio inovação desde novo programa é a possibilidade da participação acionária do Estado, em casos excepcionais, em projetos da iniciativa privada. A tentativa é de substituir o financiamento subsidiado pelo recurso de participação, através das ações das empresas e tendo direito aos lucros futuros (LUNAS, 2001, p. 49).

É um programa de incentivos que tem como características o financiamento de até 73% do ICMS gerado por até sete ou até quinze anos, com vigência limitada ao ano de 2020. “Uma das características essenciais do programa é o FUNPRODUZIR, mecanismo autônomo formado pelo adiantamento de 10% da parcela financiada.”(SIC, 2001, P.20).

Dessa forma, esses programas de desenvolvimento incentivaram o financiamento da a produção da soja no sudoeste goiano, lembrando também o Sistema Nacional de Créditos (SNCR). “Não se pôde deixar de lado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no período de 1970 a 1990, visto que seus recursos foram decisivos para o processo de modernização conservadora do campo brasileiro e, especialmente, na modernização conservadora goiana”. (GONÇALES, 2008, p. 29)

Gonçales (2008) afirma que o processo de modernização conservadora da agricultura no país só foi possível porque houve crédito disponível, como se viu anteriormente, para implementar uma revolução técnica nos padrões de produção. Este financiamento da acumulação e da incorporação de tecnologias mais avançadas permitiu aos latifundiários obterem maiores escalas de produção em tempo menor do que se, em princípio, fossem aplicar recursos próprios, obtidos de lucros da sua atividade.

Com o crédito disponível, tornou-se possível aumentar a escala de produção, mesmo antes da produção em si, e de obter lucro com a venda antecipada desta. O crédito antecipado induziu ao aumento da produção, ainda que esta se realizasse sem lucro ou com pequenas margens de lucro. O impacto do crédito rural para o aumento da produção agrícola é bastante conhecido, porém, para o nosso estudo, tornou-se importante focalizá-lo, para que se possa situar Goiás neste processo, visto ser um Estado que possui uma economia baseada na agropecuária. (GONÇALES, 2008, Pp. 29.)

Concordamos nesse momento também com Delgado (1985, p. 112) referindo ao sistema de crédito nacional.

Com o crédito disponível, tornou-se possível aumentar a escala de produção, mesmo antes da produção em si, e de obter lucro com a venda antecipada desta. O crédito antecipado induziu ao aumento da produção, ainda que esta se realizasse sem lucro ou com pequenas margens de lucro. O impacto do crédito rural para o aumento da produção agrícola é bastante conhecido, porém, para o nosso estudo, tornou-se importante focalizá-lo, para que se possa situar Goiás neste processo, visto ser um Estado que possui uma economia baseada na agropecuária.

O SNCR favorece a diversificação da produção de grãos, que se tornou o carro-chefe da agricultura no município, é fruto de uma forte articulação técnica e política que envolveu secretarias de Estado e institutos de pesquisas de acordo com Hespanhol (2000, p 15)

Além da melhoria da infraestrutura, sobretudo no que diz respeito a construção e pavimentação de estradas, deve-se destacar que desde o início da década de 1970, as Secretarias de Agricultura do Centro-Oeste e algumas Instituições de Pesquisa como o Instituto de pesquisa Agropecuária do Oeste (IPEO), o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste (IPEACO), a fundação Zoobotânica de Brasília, a Universidade Nacional de Brasília (UNB) e mais tarde (a partir de 1974) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), passaram a investir em pesquisas destinadas ao fomento e a viabilização da agricultura moderna nas zonas de cerrado.

A produção agrícola do município destacou-se evidenciando a área da soja e do milho e suas respectivas produtividades em relação aos demais produtos, como pode ser verificado (tabela 1). A área do arroz, algodão e feijão correspondem a 3,19% da área plantada em 2005, o que leva a refletir sobre o peso da agroindústria da avicultura de corte.

A tabela 2 demonstra o quadro evolutivo da produção da soja no município de Rio Verde que, sozinho, passa a ser responsável por 1% da produção nacional de grãos, impulsionada pela crescente demanda dos mercados internacionais. Esses números na agricultura de Rio Verde são resultados da utilização de tecnologia de ponta, mecanização de última geração, aliadas à profissionalização do produtor. Essa estrutura pode ser verificada na Fazenda Brasilândia, que possui cinco mil ha, sendo três mil da própria propriedade e os outros dois mil arrendados. A área de soja da última safra foi de quatro mil ha e mil ha de milho. Para colocar essa estrutura para funcionar dentro dos padrões aceitáveis com otimização, a fazenda possui dezessete empregados permanentes, mas durante a colheita tem a necessidade de mais treze trabalhadores temporários. Possui vinte tratores e doze colheitadeiras considerados de última geração, além de oito caminhões. Os operadores dos tratores recebem treinamento anualmente do SENAI. A manutenção dos equipamentos é feita dentro do próprio estabelecimento mantendo seu parque de máquinas em perfeito estado de conservação. Essa estrutura sustenta o sistema de plantio direto em aproximadamente 90% das culturas de soja, milho, sorgo e girassol.

TABELA 1

Principais produtos agrícolas (2005)

Culturas temporárias	Área	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
Arroz	4.500	4.500	1.000
Algodão	4.200	10.700	2.500
Feijão**	3.200	5.880	1.950
Milho**	31.000	132.000	5.300
Soja	265.000	715.500	2.700
Sorgo	65.000	97.000	1.500
Total	372.900	965.580	14.950

** Safra e safrinha/ 1ª e 2ª safras

Fonte: IBGE/ Rio Verde – GO e Site www.rioverdegoias.com.br.**TABELA 2**

Área plantada com a produção de soja

Região Geográfica, Unidade da Federação	Ano			
	1990	1995	2000	2005
Centro- Oeste	3.894.482	4.554.047	5.537.597	10.882.566
Goiás	1.001.690	1.126.511	1.491.066	2.663.646
Rio Verde – GO	147.000	122.000	175.000	265.000

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

Tendo como exemplo essa estrutura, pode-se constatar porque a capacidade de armazenamento do município é superior a um milhão de toneladas. Há muitas empresas com grande capacidade armazenadora que também se instalaram no município e que estão esmagando a soja (Cargill, Grupo Brejeiro e Grupo Cereal), o que faz com que boa parte da produção seja beneficiada no próprio município, sem contar que, como a estrutura fundiária é baseada na grande propriedade, há em muitas fazendas silos próprios para armazenar a produção. Somente a fazenda Brasilândia possui dois silos com uma capacidade de armazenamento de 160 mil toneladas de grãos. Com uma agricultura forte desenvolvida a partir de 1970, cada vez mais o município se torna atrativo para empresas e grandes indústrias, como é o caso da Perdigão, que visualizou no município de Rio Verde a estrutura produtiva necessária para a avicultura de corte, implantando um projeto denominado “PROJETO BURITI”.

A introdução da avicultura moderna no Centro-Oeste é resultado do aproveitamento dos principais insumos de sua produção, a soja (farelo) e o milho. Mas, para isso, foi preciso adequá-las às condições climáticas da Região, com elevadas temperaturas médias e amplitude térmica (FRANÇA, 2003, p. 193).

Verificou-se que no município implantou-se o mais moderno modelo de integração, baseado na redução dos custos de produção, logística e transação, na expansão da produção de insumos (soja e milho), culminando com a territorialização de médios, grandes produtores e o fortalecimento do complexo agroindustrial baseado na produção de grãos:

As principais características do novo modelo de integração são: alto nível de automação dos aviários; alto volume de aves confinadas por aviário/produtor integrado; redução significativa no número de produtores integrados para cada planta industrial e, portanto, do número de contratos estabelecidos pela firma agroindustrial integradora; produtores integrados de tipo médio ou grande decorrente da exigência de que os integrados tenham maior capacidade de alavancagem de financiamento em função do aumento significativo nos custos de instalação de novos aviários (seja pela maior automação, seja pela ampliação no tamanho do aviário); produtores melhor informados sobre o mercado; produtores que busquem alternativas de investimentos (melhor retorno do capital investido, e não simplesmente uma nova fonte de renda); uso predominante de mão-de-obra assalariada nos aviários; e re-espacialização das agroindústrias integradoras em função da necessidade de se localizar em regiões que tenham características fatores como concentração de um número significativo de produtores com maior capacidade de alavancagem e que queiram integrar, concessão de benefícios (incentivos) fiscais necessários para a redução dos riscos de possíveis perdas financeiras com o investimento, e oferta abundante de matérias-primas (milho e soja), de forma a ter acesso às mesmas em condições favorecidas (FRANÇA, 2003, p. 205)

Isso acabou contribuindo para a convergência de um grande número de brasileiros de todas as partes do país. Segundo dados do IBGE 2004, a população do município já é de 134.211 habitantes, sendo que 91% residem na zona urbana e 9% na zona rural, reflexo da estrutura agrária na região. É de suma importância evidenciar que a consolidação da estrutura produtiva atual está intimamente relacionada à criação da COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda.) que impulsionou o crescimento não só do município de Rio Verde, mas também da região como um todo. Segundo Gonçalves (2003, p. 247):

A COMIGO foi fundada em 1975, o mesmo ano em que começou a ser implantado o POLOCENTRO, maior programa de desenvolvimento regional efetivamente executado em Goiás, a partir dos anos 1975. Portanto, foi gerada no bojo da modernização do sudoeste goiano e contribuiu direta e indiretamente para o desenvolvimento da configuração territorial e espacial de Rio Verde.

Assim, Gonçalves (2008) afirma que essa política de crédito teve como objetivo provocar profundas mudanças no desenvolvimento agrícola brasileiro que, até então, predominantemente se processava por meio da incorporação de novas técnicas ainda tradicionais e, concomitantemente, da ampliação do mercado para o setor industrial produtor de máquinas e insumos agrícolas. Na década de 1970, o crédito de custeio foi a modalidade de financiamento que o Governo Federal mais aplicou na agricultura. Observando a Tabela 3, percebe-se que esse tipo de financiamento obteve acentuado crescimento ao longo da década de 1970, quando atingiu, em 1980, o montante de R\$ 52,6 bilhões.

O que chama atenção, nesse fato, é que desde sua implantação, a maior parte da verba para custeio se destinou à compra de insumos industriais. Por outro lado, usou-se o crédito de investimento para a aquisição de tratores e de outros equipamentos agrícolas. Portanto, torna-se evidente quão intensamente a política de crédito favoreceu o processo de modernização da agropecuária brasileira. Por outro lado, também fica patente o quanto os setores industriais produtores de máquinas, equipamentos e insumos se beneficiaram. (GONÇALES, 2008, p. 28)

Dessa forma a tabela 03 demonstra os investimentos relacionados ao Crédito Rural no Brasil no período de 1970 a 1980.

TABELA 3

**Brasil: Crédito Rural - Financiamentos concedidos por categoria
1970 a 1980 (em R\$ Bilhões)**

Anos	Custeio	Custeio	Comercialização	Total
1970	13,2	8,0	8,4	24,8
1971	14,9	10,1	9,3	29,6
1972	18,0	14,3	10,9	34,4
1973	25,9	20,1	14,8	43,2
1974	32,3	21,7	17,8	60,8
1975	45,3	32,3	25,9	71,9
1976	43,3	33,3	26,0	103,5
1977	44,5	22,8	26,7	102,6
1978	44,8	23,5	25,7	94,0
1979	51,3	25,4	25,2	94,0
1980	52,6	17,4	22,8	101,9

FONTE: Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR Valores em Real, a preço de Dez. de 2006, atualizados pelo IGPM (FGV). **ORG.:** GONÇALES, C., 2007.

Verificamos nos demonstrativos da tabela os investimentos em sua trajetória

acentuada levam o aumento da produtividade e diversificação de cultivos, promovido pelo Ministério da Agricultura em conjunto com a Associação de Crédito e da Assistência Rural de Goiás (ACAR-GO), em 1970, foi um importante marco propulsor do cultivo da soja. Seu objetivo principal era atenuar a instabilidade econômica oriunda do apoio exclusivo da economia agrícola goiana na produção de arroz (MOURA, 2002).

Segundo Gonçalves, (2008, p. 31) ao comentar sobre o crédito agrícola em Goiás afirma que:

[...] apesar de o percentual da área das pequenas propriedades ter se mantido o mesmo de 1970 a 1980 (0,3% do total), a quantidade diminuiu de 13,2% para 12,5%. Houve também decréscimo nos estabelecimentos com áreas que vão de 10 hectares a menos de 100 hectares – de 9,9% para 8,0% do total no mesmo período, com diminuição no número de estabelecimentos, de 50% para 47,1%. No subextrato de 100 a menos de 1.000 hectares houve uma diminuição na área (de 42,8% para 40,9%), com um aumento no número de estabelecimentos (de 32,8% para 35,4% do total). Entretanto, se prestar atenção aos segmentos em que se situavam as maiores propriedades, verificou-se ter havido uma forte concentração fundiária: houve, nas áreas cujos estabelecimentos encaixam-se no subextrato de 1.000 a 10.000 hectares, um aumento de 39,4% para 41,8% do total, com um crescimento no número de estabelecimentos de 3,9% para 4,8% do total de Goiás; no segmento mais alto, de propriedades com áreas de mais de 10.000 hectares, houve um acréscimo de 7,6% para 9,0%, com um aumento do número de estabelecimentos de 0,1% para 0,2%.

Verificamos o quanto as políticas públicas espaciais e suas ações definidas pelo papel do Estado como único intermediário possível entre o modo de produção em diversas escalas e que segundo Santos (1996, p. 181), “cabe-lhe decidir a abertura para a entrada das inovações, dos capitais e dos homens e assim ele se torna responsável pelas conseqüências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial”

Castro (2005) também faz sua contribuição ao afirmar que “o aparato institucional do Estado ainda não deixou de ser capaz de engendrar ações que afetam profundamente o espaço, para dentro e para fora dos seus limites territoriais [...] o Estado moderno definiu o marco da centralidade da territorialidade territorial e institucional do poder político” (CASTRO, 2005, p. 78 – 81).

Nessa perspectiva, o Estado é a instituição política da modernidade, responsável pela criação, delimitação e (re)criação do território e exercício do mando e da obediência, segundo normas e leis estabelecidas e reconhecidas com legítimas.

Durante a década de 1980 o objetivo geopolítico do Estado continuou com uma política regional concentrada em novos programas e projetos de desenvolvimento na Amazônia e nas áreas dos cerrados principalmente. Serra e Fernandez (2004) afirmam que as políticas públicas projetadas para essas regiões neste período de grandes projetos, em relação à esfera econômica, não conseguiram promover uma ocupação espacial eficiente e bem organizada. Ainda segundo os autores, ao mesmo tempo em que substanciais investimentos em infraestrutura contribuíram para a redução do isolamento entre as distantes regiões do Brasil e para o surgimento de novas alternativas de investimentos e ganhos financeiros, eles também aceleraram o processo de ocupação espacial, resultando numa exploração predatória dos recursos naturais e no agravamento das disparidades sociais (SERRA; FERNANDEZ, 2004).

Para Jatobá, os benefícios econômicos gerados pelo período desenvolvimentista não conseguiram reduzir efetivamente as desigualdades regionais e locais. Segundo o autor, no final do período os investimentos produtivos com apoio do Estado começam a ser desencorajados pelas tendências econômicas, sendo privilegiada em seu lugar a especulação financeira que imperou nos anos seguintes. Fechava-se definitivamente o ciclo de prosperidade econômica do país e abria-se uma nova etapa na economia e na história brasileira (JATOBÁ, 2006 APUD CIDADE et al, 2006).

Vimos que o Estado brasileiro na sua fase autoritária, depois do golpe de 1964, enfrenta na década de (19)80, o esvaziamento de suas propostas com a crise do Estado Desenvolvimentista. Este modelo desenvolvimentista foi abandonado na década de 1990 – após a "década perdida" dos anos 1980 –, marcada por transformações profundas quando o Brasil aderiu ao modelo neoliberal. Assim, o Primeiro Plano Plurianual teve a influência do modelo neoliberal que surgia com a ideia do poder do mercado, minimizadora da relevância do Estado, na qual o planejamento consistia em um instrumento ultrapassado e a política econômica respondia pelo que de mais relevante poderia fazer o governo. Este PPA, elaborado para o período de 1991 a 1995, cumpriu apenas as exigências constitucionais, por ter sido apresentado e aprovado no Congresso Nacional sem discussão e novas propostas (MATOS, 2002). Mesmo com o cumprimento da obrigação formal do Plano, suas propostas não chegaram a ser totalmente implementadas devido à recessão, gerada pelo Plano Collor de estabilização e a posterior crise política do governo, que culminou com o processo de *impeachment* e o afastamento do Presidente Collor.

No que se refere à política industrial durante o Governo Collor, foi adotada uma política de liberalização comercial e abertura externa como forma de aumentar o grau de competitividade da indústria nacional. A mudança de enfoque trouxe como resultado o abandono das estratégias desenvolvimentistas do passado e sua substituição por políticas monetaristas de teor ortodoxo, na busca do equilíbrio macroeconômico.

As metas sociais, tão enfatizadas pelos líderes do processo de transição democrática, foram progressivamente deslocadas da agenda. Esta se tornou cada vez mais restritiva, vindo a adquirir crescente rigidez em torno das metas de estabilização e ajuste fiscal (DINIZ, 2003).

Neste momento de transformação, na década de (1990), o planejamento industrial e regional assume a feição "estratégica" com fortes conotações empresariais no gerenciamento de grandes projetos no campo e na cidade.

O momento de uma economia globalizada e políticas públicas consolidando o meio técnico científico informacional, a "agricultura globalizada" Santos (2001) Elias (2003).

3.3.4 Planejamento e políticas territoriais e regionais do Plano Plurianual

O Plano Plurianual de 1996 a 1999 foi o segundo aprovado desde que o plano plurianual passou a ser exigido pela Constituição de 1988. Instituído pela Lei 9.276/1996, proposto pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha por objetivo remover os principais obstáculos à consolidação do Real, à retomada do crescimento proporcionado pelo Plano Real e ao progresso econômico e social da população.

Na verdade a implementação do Plano Real trouxe, finalmente, uma estabilidade econômica e condições para a retomada do planejamento governamental, após mais de uma década de inexistência de ações de desenvolvimento estruturalmente planejadas pelo Estado brasileiro (ALMEIDA, 2004; GALVÃO; BRANDÃO, 2003, apud CIDADE et al, 2006).

A concepção deste PPA, chamado "Programa Brasil em Ação", pressupunha a formação de parcerias entre o governo federal, estados e municípios por um lado e, por

outro lado entre o setor público e o setor privado. Um sistema de gerenciamento foi desenvolvido exclusivamente para o “Brasil em Ação”, junto a um sistema de informações gerenciais.

Para o período, foram definidas três estratégias gerais que deveriam nortear a atuação do governo: construção de um Estado moderno e eficiente, inserção competitiva e modernização produtiva.

O PPA 1996/1999 introduziu novos conceitos no planejamento tais como a incorporação, em sua metodologia, de prioridades definidas a partir de uma visão intersetorial do país e os eixos nacionais de integração e desenvolvimento, como referência espacial e geográfica do desenvolvimento (ACCARINI, 2003).

Esta nova prática de retomar a visão regional, introduzindo o corte espacial a partir de um eixo de desenvolvimento, inicialmente foi delimitada pela área de influência de uma via de transporte de alta capacidade, com saída para o mar e estruturadora de uma determinada porção do território nacional. A definição dos projetos estruturantes, voltados para a promoção de transformações no ambiente econômico e social e a agregação ao Plano do gerenciamento de empreendimentos estratégicos integraram o elenco de inovações no planejamento federal.

O sudoeste goiano teve um desenvolvimento diferenciado das demais regiões do estado, por ser uma área agropecuária de ocupação bastante antiga, próxima ao Triângulo Mineiro e São Paulo (CARMO, 2002, p. 304). Inicialmente, a principal atividade econômica na região era a criação de gado. A partir da década de 1960, a região passa a vivenciar uma nova fase de desenvolvimento agrícola conhecida como a modernização da agricultura, incentivada pelo chamado “pacote tecnológico” da Revolução Verde, e principalmente pela intervenção do Estado por meio das políticas desenvolvimentistas. O desenvolvimento regional, apoiado pelo Estado, tinha como objetivo diminuir as desigualdades regionais. Desta forma, foram implementadas diversas políticas públicas de desenvolvimento regional, onde se pode destacar o incentivo a expansão da fronteira agrícola.

Na política energética, quanto ao setor elétrico, o governo propunha a mudança de um modelo centralizado e com forte presença de empresas estatais para formas mais descentralizadas e abertas à participação da iniciativa privada. No setor petrolífero o papel

da Petrobrás seria redefinido em um ambiente mais competitivo viabilizando a ampliação da oferta de petróleo e gás natural. Quanto à política industrial, após quase uma década de ausência desta política, houve uma retomada a partir de 1993, com o desenvolvimento de uma nova política industrial que enfatizava o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas por meio da abertura comercial. Resultou em ganhos de produtividade na indústria, mas com reduzido crescimento de PIB industrial (MATOS, 2002). Esta década caracteriza-se pelo fim dos grandes projetos desenvolvimentistas e interrompe-se o processo de desconcentração industrial.

Já no setor agrícola, a década de 1980 teve um desempenho considerado satisfatório diante da retração da indústria. O processo de modernização agrícola e de desenvolvimento da agroindústria, iniciado na década de 1970, teve sua ascensão na década de 1990.

Segundo Cidade et al (2006), a ascensão da agroindústria intensificou a urbanização nas áreas de modernização agrícola associada a complexos agroindustriais. Por outro lado, as desigualdades intra e inter urbanas se aguçaram e a relação urbano–rural se modificou. Por outro, pequenos centros urbanos e mesmo áreas rurais ligados à produção agroindustrial adquiriram padrão elevado de desenvolvimento e integração às redes de produção, de comunicação e de transportes

As políticas públicas de desenvolvimento regional, na década de 1990, como então praticadas, a exemplo de órgãos de planejamento regional, perdem importância, culminando na extinção da SUDENE e da SUDAM, em 2000, em virtude de denúncias de corrupção.

Para Cardozo (2004), não houve nenhum esforço do governo federal no sentido de reformular os órgãos e dar andamento aos estudos e projetos de desenvolvimento regional. As políticas públicas de desenvolvimento regional desaparecem definitivamente, visto que as reformas políticas no Brasil se direcionam para a diminuição da intervenção do governo federal nas políticas públicas e ocorre o conseqüente abandono de instrumentos de coordenação interregional.

Cabe ressaltar que este processo vem acompanhado de uma descentralização tributária e os estados passam a praticar a guerra fiscal como política de desenvolvimento regional.

Este processo teve início com a formulação da Constituição de 1988, aliada a uma visão neoliberal do governo federal de redução da atividade interventora, entre outros fatores, como o fim da política de desenvolvimento regional do Governo Militar, contribuiu para o surgimento de decisões mais individualizadas com maior autonomia decisória aos governos estaduais e municipais. Isto favoreceu a elaboração de políticas estaduais de desenvolvimento agressivas e competitivas para atrair investimentos e consequentemente, o que se chamou de guerra fiscal, e que se estendeu até a virada do milênio como forma de pacto entre grandes empresas do agronegócio Estado, nas Escalas nacional, Estadual e municipal.

No plano estadual, contudo, não há planejamento, mas sim manipulação dos incentivos fiscais para atração de empresas que terão direito de atuar naquela localidade com isenção de impostos por muitos anos. Assim, quando acabarem os incentivos, haverá o risco de reversão deste investimento para outra localidade que oferecer incentivos melhores por mais alguns anos, a exemplo o projeto Buriti da Perdigão na década de 1990 e 2000. A intensificação do uso deste mecanismo estratégico, presente nos programas de desenvolvimento dos estados, nos quais a manipulação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS reduziu-o muito ou mesmo eliminou as alíquotas, pode ser considerada uma resposta à insuficiência de programas de âmbito nacional (CARDOZO, 2004).

Na opinião de Mercadante (2001), o governo durante a década de 1990, atuou de forma passiva quanto à generalização da guerra fiscal, que ele considera de cunho predatório, entre estados e municípios. A guerra fiscal, de caráter individualista, nega a cidadania e a cooperação federativa, induzindo ao aprofundamento das disparidades regionais e dos problemas urbanos. O autor sugere que, é preciso em substituição à guerra fiscal, adotar políticas nacionais de fomento ao desenvolvimento regional e local, voltadas a combater as disparidades territoriais, a serem sustentadas financeiramente pela reorientação do uso de fundos públicos existentes, inclusive com relação a subsídios (MERCADANTE, 2001).

Vale dizer que esta disputa fiscal, conhecida também como *guerra dos lugares*, como intitulou Milton Santos e que iremos debater em capítulo posterior, teve implicações na configuração territorial de várias regiões, ocasionando transformações espaciais nos municípios em que as indústrias foram implantadas, bem como em localidades onde indústrias estavam instaladas e saíram em troca de benefícios fiscais oferecidos por outras localidades.

3.3.6 Os Eixos de Desenvolvimento na virada do milênio

A estratégia de desenvolvimento, do Programa Brasil em Ação está baseada na criação de “Eixos de Desenvolvimento”. Denominados no PPA 2000/2003 de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – ENIDS, tinham como objetivo minimizar os custos de transporte, de modo a reduzir a distância econômica, mais importante que as distâncias físicas no mundo globalizado (JATOBÁ APUD CIDADE ET AL, 2006).

Estes Eixos de Desenvolvimento, também conhecidos como corredores de integração visavam não só a integração das diferentes economias regionais, como também a sua melhor articulação com o mercado internacional. Concebidos em torno de grandes vias de penetração já existentes ou potenciais, visavam explorar as potencialidades das áreas situadas ao longo das mesmas, por meio de projetos de infra-estrutura econômica nas áreas de transporte, energia e telecomunicações. A infra-estrutura de transporte é o elemento definidor importante do eixo, sendo que no PPA 2000/2003, a base não é somente a via de penetração, mas uma região de planejamento.

O PPA 2000/2003 deu continuidade as propostas dos eixos de desenvolvimento do PPA anterior 1996-1999. O estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento foi elaborado por um consórcio privado, sob contrato e supervisão do governo federal. Este estudo foi executado pelo Consórcio Brasiliana em 1998/1999 e trabalhou com um horizonte de dez anos, tendo como ano base 1997.

Para Moraes, os Eixos de Desenvolvimento acabaram por adotar uma visão excessivamente circulacionista do território, dando enorme ênfase ao setor de transportes em detrimento de uma abordagem mais transetorial. No entanto, o autor assinala que recuperou-se uma concepção mais integrada no planejamento da União, mesmo que o êxito do empreendimento não tenha sido o ambicionado (MORAES, 2005).

No PPA 1996/1999 foram definidos eixos de integração nacional segundo Ramalho e Bara Neto (2001, apud Serra, Fernandez, 2004) os Eixos apresentam algumas vantagens, tais como:

A ênfase tanto na análise dos fluxos reais de bens e serviços como na identificação das demandas do cidadão brasileiro no seu ambiente; a introdução no planejamento de um conceito mais amplo de sustentabilidade, que leva em consideração, dentro da realidade de cada espaço do território, soluções

integradas para as questões sociais, econômicas, ambientais e de informação e conhecimento.

Há também muitas críticas feitas à estratégia adotada pelos Eixos segundo esses autores.

Foi dada uma grande prioridade ao viés exportador na construção dos Eixos. De um lado se reconhece o papel decisivo do estímulo e aumento das exportações na obtenção de recursos necessários ao financiamento do elevado déficit de conta corrente no Brasil, mas por outro, a prioridade dos eixos deveria estar centrada na integração nacional, de modo a aproveitar totalmente as dimensões geográfica, econômica e populacional do país.

Nesta perspectiva, para Cano (2002), este viés exportador dos eixos está voltado para o Atlântico, de costas para a América Latina. A maioria dos nove Eixos estabelecidos no PPA 2000/2003 não apresenta integração e estão voltados para a ligação das regiões produtoras com os portos, viabilizando de forma mais eficiente os corredores de exportação, conectando entre si as áreas já economicamente dinâmicas no território nacional.

Esse PPA consolida os chamados polos de crescimento do agronegócio, consolidados com o meio técnico científico informacional diante do circuito espacial da soja.

O período técnico-científico-informacional, Santos (1996), é caracterizado pela fusão entre, técnica ciência e informação, num processo em que as mesmas são indissociáveis. Que usa de tais elementos para torná-los mais fluido e, portanto, abrigável ao capital por meio de grandes corporações internacionais (multi ou transnacionais). Esse período se consolida no contexto mundial, por meio da informação, por meio do capital financeiro, pela atuação da especulação, e também por um aumento substancial do capital produtivo, por isso, este período também poder ser confundido com a Globalização, que se caracteriza pela sobreposição espaço tempo, e sobretudo, pela consolidação “ [...] mais valia como motor único [...] pela unicidade técnica, [...] convergências de momentos, [...] cognoscibilidade do planeta e pelas constantes crises” (SANTOS, 2003, p. 23-36)

Para Galvão e Brandão (2003) apud Cidade et al (2006) apesar do mérito de recolocar o debate sobre a espacialidade do desenvolvimento brasileiro, a proposta dos Eixos, embora conceitualmente baseada no modelo desenvolvimentista do passado

introduziu, de fato, uma visão gerencial estratégica, típica da iniciativa privada no planejamento estatal e coerente com a política econômica neoliberal agora nos moldes de polos de crescimento e de investimento na produção com o uso de tecnologias inovadoras no campo e na cidade.

A exposição feita neste capítulo auxilia a reflexão sobre a evolução das políticas públicas territoriais em um período de 70 anos no Brasil. Relacionada ao próximo capítulo, que trata das Redes de poder e dos circuitos espaciais de circulação o território da soja em Rio Verde, levando em consideração o que a evolução das políticas públicas territoriais no estado de Goiás e sua influência no sudoeste goiano, provocaram mudanças profundas no uso do território.

Todo esse processo histórico das políticas públicas territoriais e regionais proporcionou a modernização e ocupação do território goiano recente é desencadeado pelo movimento atual de “agricultura globalizada” da economia brasileira, como já foi demonstra, Santos (2001) e Elias (2003), quando a denomina de descentralização concentrada.

O espaço construído pela produção da soja foi beneficiado por grande parte destas políticas que ao longo das décadas ganharam inovações que compõe de maiores diferenciações e disparidades no uso. Para Milton Santos (1985, p. 29) “a organização do espaço pode ser definida como o resultante do equilíbrio entre os fatores de dispersão de concentração em um momento dado na história do espaço”. As condições de escolherem as inovações variam de lugar para lugar, dependendo das condições socioespaciais construídas ao longo da história das sociedades locais. A totalidade realiza-se seletivamente nos lugares que acontece tanto a nível das formas como dos conteúdos, (SANTOS, 1996, p. 100).

É nesse momento que se pensa as políticas públicas voltadas para a produção da soja e suas formas de organização de produção, na perspectiva de criar espaços para atração de modernização agrícola, os governos federal, estadual e municipal proporcionam condições para maximizar a oferta de fatores favoráveis no intuito de atrair investimentos. Por esta razão, existem os incentivos fiscais na três esferas do governo, além de oferta de infraestrutura e de mão-de-obra qualificada. Segundo Penalva Santos (1998, p. 8) “é a própria dinâmica econômica subjacente à globalização que torna necessária a atuação do

Estado, seja para conduzir as políticas de desregulamentação, seja para estimular as vantagens comparativas dinâmicas.” Neste contexto, ao invés de Estado Mínimo ser identificado com o estado fraco, deveria ser um Estado menor, porém forte. O Estado assume o papel de normalizador, criando condições para que o capital possa utilizar o território com maior eficiência e lucratividade, impondo ao lugar uma lógica que lhe é estranha, mas eficiente para a produção da soja e sua territorialização

4. REDES DE PODER E TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE-GO

As transformações na atividade agrícola no Brasil não foram consolidadas de forma homogenia. A Região Centro-Oeste teve um acelerado crescimento do setor agrícola a partir das décadas de 1970 e 1980. Durante esse processo, as relações de produção do capital agrário criaram condições para transformar o arranjo espacial de Rio Verde. Transformações que estabeleceram novos sistemas de objetos e ações na cidade e no campo. Esses sistemas, conhecidos também como circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação foram intensificados na produção agropecuária pelo meio técnico-científico-informacional e controlados por atores hegemônicos do agronegócio. Todo esse conjunto de ações determinadas pelo desenvolvimento da agricultura associado ao complexo agroindustrial e de diversos setores da economia de Rio Verde foi responsável pela alteração do território. (LACERDA JÚNIOR, 2005).

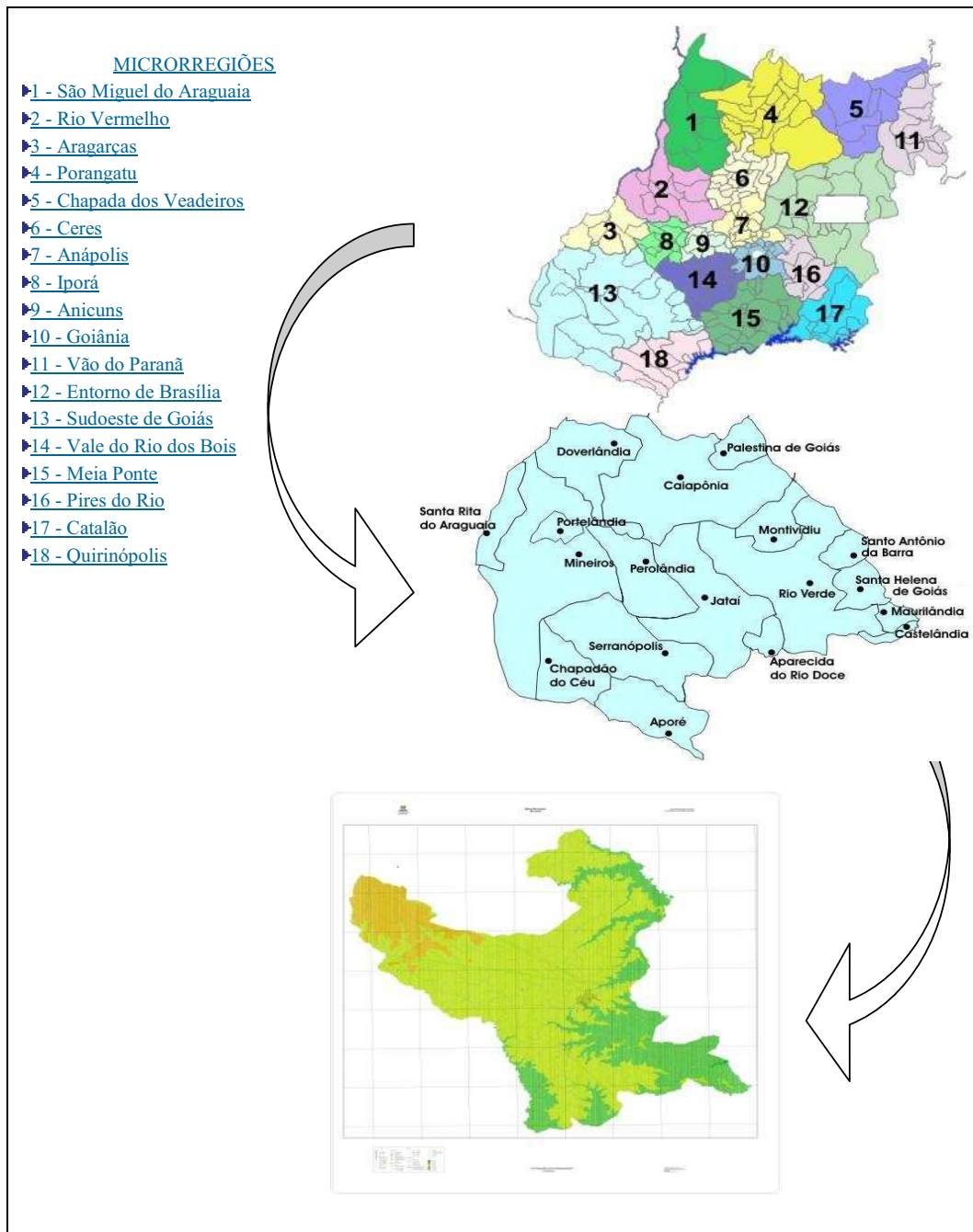
4.1 O território do agronegócio no circuito da modernização da agricultura

A região do Sudoeste de Goiás está na vanguarda das transformações do agronegócio brasileiro, destacando-se pela eficiência, produtividade e expansão agroindustrial, sendo considerado um modelo no Brasil. Segundo PORTER (1998), uma localidade pode ser considerada um agronegócio caso haja concentração (geográfica e setorial) de empresas e instituições que, em sua interação, geram capacidade de inovação e conhecimento especializado e, em consequência, favoreçam a construção de vantagens competitivas. No Centro-Oeste, a pujança de várias regiões vem da produção, beneficiamento e exportação principalmente de soja, algodão, arroz, carne bovina, suína e de frango, além de alguns produtos dirigidos ao mercado interno, como milho (BRUM & WEDEKIN, 2003).

Rio Verde é um entroncamento rodoviário, localiza-se às margens da BR 060, que liga Goiânia a Cuiabá, e as margens da BR 452 (liga Rio Verde a BR 153), e da GO 174 (liga Rio Verde ao Mato Grosso e a BR 364 com destino a São Paulo). Dessa forma, “o município foi escolhido por agroindústrias para sua instalação já que ele é dotado de boa infra-estrutura locacional e disponibilidade de grão, basicamente soja e milho” (PEREIRA,

2001). Veja o mapa 01, localização do Sudoeste goiano e do Município de Rio Verde.

Mapa 01 - microrregiões do Estado de Goiás, segundo IBGE, de acordo com a resolução – PR nº 11 de 05/06/90.



O processo acelerado da modernização da agricultura provoca questionamentos sobre a apropriação, construção e o uso do território de Rio Verde nas décadas de 1980 e 1990. À medida que o processo de modernização da agricultura ganha intensidade altera o território. Essa alteração ocorre no campo e na cidade e ganha uma específica dimensão no seu conteúdo, porque altera o vivido, as formas materiais, sociais e econômicas do território. O rural e o urbano adquirem um caráter único nessa transformação deixando funções particulares, assumindo papel significativo para a racionalidade do desenvolvimento do capital global.

Elias (2003) relaciona, analisa e define a modernização da agricultura, numa perspectiva da agricultura científica, causada pela globalização da economia que resulta na intensa reestruturação no processo produtivo associado à agropecuária. Utilizando-se de uma corrente “Miltoniana”, Denise Elias associa à modernização da agricultura elementos e categorias de análise de Milton Santos, enriquecendo de forma extraordinária a compreensão do processo de modernização

Os sistemas de ação e de objetos a ela inerentes foram reestruturados com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação, daí resultado um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária, que aqui chamaremos de agricultura científica muito mais produtivo e competitivo, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital. (ELIAS, 2003, p. 315-316).

A autora concorda também com uma periodização para compreender a modernização da agricultura, citando Santos (1979), no momento em que “devemos considerar as modernizações como único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço, especialmente nos países em situação desfavorável na Divisão Internacional do Trabalho”. (SANTOS, 1979, APUD ELIAS, 2003, p. 319.)

O termo modernização da agricultura, geralmente é designado para indicar o processo de mudança da base técnica da produção agropecuária. A necessidade dessa mudança, no Brasil, acentuou-se ao final da década de 1950, quando o crescimento da produtividade da terra e do trabalho, no setor agrícola, era exigido para sustentação dos processos de urbanização e industrialização. Ao ser analisado como base técnica de produção agropecuária, o processo de modernização passa a ser dotado de atividades baseadas na utilização intensiva de capital, de tecnologia e de informação, sendo visível,

dessa forma, a expressão do meio técnico-científico-informacional, colaborando para revelar a dinâmica da (re)construção do espaço resultante do processo produtivo da modernização da agricultura que por meio de ações do Estado ou por meio das Políticas Públicas Espaciais para a agricultura e pecuária. (LACERDA JÚNIOR, 2004).

Não cabe no momento debatermos modernização da agricultura como categoria de análise, mas como um marco referencial de mudanças e substituições das bases técnicas e econômicas da agropecuária, que se mostravam incompatíveis com as novas formas de produção, distribuição e consumo. Dessa forma, as ações do Estado favoreceram os mecanismos de redes de poder na territorialização do agronegócio no município de Rio Verde.

As consequências dessas mudanças teriam impactos profundos nas questões socioespaciais, divisão social e territorial do trabalho no campo. Elias (2003, p. 316-317) deixa claro esse momento ao comentar que:

O novo modelo de crescimento agropecuário baseia-se na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção e a produtividade, culminando em memoráveis transformações econômicas, portanto, socioespaciais

A ideia de que o processo de modernização da agricultura brasileira deve ser entendido como resultado de uma reestruturação produtiva nas bases técnicas, no qual, capital, tecnologia e informação são inseridas, não seria possível de ser compreendido se não fosse articulado por políticas voltadas para o desenvolvimento agrícola. A ação do Estado é essencial no contexto do processo. (LACERDA JÚNIOR, 2004).

O governo de Goiás implementou ações que mudaram as funções do território (Guerra Fiscal), possibilitando a atração de empresas, transformando regiões antes agrárias e opacas em áreas dinâmicas, com forte conteúdo técnico-científico materializado no espaço. Dessa forma, a burocracia dá uma ordem às representações e as materializações recortando o espaço e o tempo. Os territórios organizados pelas políticas públicas acolhem modernidades diferentes, mas ordenadas pelas ações globais, por meio de suas variáveis. Assim, os lugares reproduzem a totalidade na diversidade segundo uma ordem (SANTOS, 1996, p. 100). “Os lugares são, ao mesmo tempo, específicos e globais, criando diversidades quantitativas e qualitativas segundo a determinação do todo.”

A desconcentração agroindustrial no Brasil foi marcada por fenômenos como o crescimento da infraestrutura. O crescimento dos transportes, da energia e da comunicação subsidiados por políticas públicas desenvolvimentistas que possibilitou anexar e unificar o mercado de consumo brasileiro e o mercado de exportações, criando condições para a implantação de novas plantas agroindustriais em regiões com pouca ou nenhuma tradição na agroindústria da soja, em especial no Centro-Oeste do país.

Essa descentralização não se dá uniformemente pelo território e nem entre os diversos ramos e setores. Além das determinações econômicas e políticas, o território tem densidade técnica diferenciada, proporcionando uma heterogeneidade no desenvolvimento, que, apesar de ser desigual, é articulado formando um todo, garantindo pelo intercâmbio entre as diversas regiões. Coube ao Centro-Oeste, especificamente ao Estado de Goiás, a produção de produtos agropecuários, cujo ápice desse processo ocorreu nos anos 1980. Com a produção agrícola crescente, várias agroindustriais transferiram-se para esse estado atraído pela matéria-prima abundante, iniciando o processo de agroindustrialização da soja.

Muller (1983, p. 180) faz uma análise, salientando a industrialização da agricultura e a desruralização da população brasileira redefinindo-se: “a unidade analítica fundamental da agricultura após 1970 é o complexo agroindustrial, e vale a pena acrescentar, que essa unidade repõe o que se tem chamado de questão agrária nacional”. Ou seja, a indústria no campo submete a reprodução do capital, e consequentemente, o espaço produzido, às relações de trabalho no campo e as formas de organização e dominação no espaço agrário se redefinem com a base na dinâmica da industrialização da agricultura. Nesse sentido, Muller (1983) coincide com essas ideias de Graziano da Silva e Kageyama, que também consideram que as análises sobre a modernização da agricultura devem levar em conta suas inter-relações com a indústria e outros setores da economia, perdendo, definitivamente sua independência, ficando submetida à lógica da reprodução do capital.

Elias (2003, p. 318) contempla as ideias desses autores afirmando que:

Com tais transformações, a agropecuária passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período técnico-científico-informacional, apresentando as mesmas possibilidades das demais atividades para a aplicação de capital e para a obtenção de alta lucratividade, tornado-se mais competitiva e permitindo maior valorização dos capitais nela investidos, o que aproximou da indústria, do comércio e dos serviços. Nesse sentido, no atual

sistema temporal, um dos principais signos da agricultura científica é o fim do isolamento da atividade em relação aos demais setores econômicos, graças a uma crescente interdependência com o crescimento geral da economia, ocorrendo um processo contínuo de fusão com capitais dos demais setores.

A modernização da agricultura nas áreas de menor densidade econômica e técnica foi possível, devido aos avanços tecnológicos incorporados ao território nas últimas décadas, que proporcionaram o aumento da velocidade de fluxos de mercadorias e informações, possibilitando instalações e ampliação do mercado da soja e carnes.

A discussão até o momento realizada nesse capítulo situa-se na problemática de inserir as dinâmicas territoriais da soja ao período técnico científico informacional e as organizações de poder, os circuitos espaciais de produção favorecidas a princípio pelas políticas públicas espaciais facilitadoras da formação do território, portanto, de cunho desenvolvimentista espacialmente fundamentado.

4.2 Território, redes e poder para compreender a territorialização do agronegócio no município de Rio Verde

Nos últimos anos, o conceito de território ressurgiu buscando contemplar as diversas formas de relações de poder constituídas em um determinado espaço. O conceito de território, durante muito tempo associado ao domínio estatal, passa a ser entendido como a expressão espacial do poder fundamentada em relações sociais, políticas e culturais. No entanto, o território não pode ser confundido com o conceito de espaço propriamente dito. Vilela (1999), ao abordar tal distinção, salienta que o espaço é anterior ao território. Isto porque o espaço configura-se como o depositário universal da história, isto é, nele se acumulam os trabalhos de criação, recriação, e transformação de objetos sobre a superfície. Assim, o espaço evidencia uma sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais que coexistem na contemporaneidade. Nessa perspectiva, a generalização da apropriação, fixação e acumulação de trabalho no espaço está na gênese do processo de constituição dos territórios.

A compreensão do conceito de território, por sua vez, revela formas de organização bem mais complexas do que a do espaço. O território reflete o efetivo domínio do espaço, já constituído como processo de reprodução da sociedade.

Na perspectiva de alcançar a investigação das territorialidades de grandes empresas no espaço rural e o resultado na organização territorial no município de Rio Verde-GO, deve-se inicialmente considerar a força dessas mesmas empresas na economia regional. Pode-se, desse modo, chegar ao entendimento pelos agentes de organização do espaço. No caso, o Estado estaria presente ou ausente conforme a combinação de interesses envolvidos, em termos de preocupações com crescimento da participação produtiva desses espaços, no âmbito do conjunto econômico. A expansão na base geográfica de atuação das cooperativas e agroindústria de carnes significa o recebimento de uma maior variabilidade de produtos agropecuários e diversificação nas linhas de produção (FONSECA; COSTA, 1995, p. 364).

Com isso amplia-se ainda mais a significação desse tipo de empresa para a estruturação econômica regional e sua respectiva organização espacial. O papel das cooperativas e grãos e da agroindústria de carnes chega a ser evidente diante dos dados existentes sobre a atividade econômica desse tipo de empresa em Goiás, e em particular, compondo as redes de poder do território da soja em Rio Verde. As outras empresas adentram o país procuram estabelecer o mesmo nível de participação. Fatias do mercado e do território são disputadas conformando novas configurações. O território em questão é compreendido na perspectiva integradora (HAESBAERT, 2004, p. 74), indo além do aspecto econômico predominante, avançando para um espaço compreendido além das visões estritas: natural, política, econômica ou cultural. Metodologicamente, o trabalho discute aspectos conceituais importantes procurando demonstrar as relações existentes entre a abordagem econômica na Geografia e os estudos do espaço rural, onde o viés produtivo acaba predominando nas análises.

Partindo dessas ideias, podem-se identificar territórios toda vez que uma coletividade humana se apropria de um lugar e ali passa a estabelecer relações de posse e domínio. Essa concepção leva em conta que um território é apropriação e estabelecimento de relações de poder no seu interior. Mas também leva a crer que território é muito mais dado pelas relações do que pela apropriação concreta de determinado lugar. Os territórios são relações de poder que se materializam no espaço social. É a materialidade do território que também influencia a organização deste. É nesse momento que Santos (1996, p.52), quando define espaço como sistema de objetos e de ação, aproxima-se dessa ideia, ao demonstrar que “o sistema de objetos e o sistema de ações interagem. De um lado, os

sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos o se realiza sobre objetos preexistentes”

Sobre a concepção de território como relações de poder materializadas no espaço social, pode-se pensar em territórios formados por comunidades com autogestão, nas quais são claras as relações de poder e de apropriação de espaço concreto e contínuo e também em territórios formados por corporações no processo da modernização da agricultura, que são delimitados por sua influência, como é o caso da Cooperativa Comigo e a agroindústria Perdigão, instaladas no município de Rio Verde no final da década de 1970 (Comigo) e 1990 (Perdigão). Incentivada pela iniciativa estatal e uma série de condições favoráveis para territorializar o município, essas empresas criaram sistemas de objetos e ações sobre objetos já preexistentes. (LACERDA JÚNIOR, 2005).

Elias (2003, p.331) concebe esse momento de transformações profundas causadas pela modernização da agricultura no território, como “[...] o Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do campo”. A autora chama a atenção para a tecnificação e cientificação de atividades produtivas no campo, utilizando-se de algumas ideias de Milton Santos. A adição de produtos químicos, a utilização da biotecnologia, “o uso intensivo de máquinas agrícolas, entre outros, além de mudar a “composição técnica e orgânica da terra” (Santos, 1994), também fizeram expandir no mundo rural o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte a interiorização da urbanização, pois além do fenômeno da *fábrica moderna dispersa* dá-se também o fenômeno da *fazenda moderna dispersa*. A autora ressalta que essa mudança resulta no crescimento urbano de cidades próximas às atividades agrícolas modernas e cria uma nova relação entre a cidade e campo. A agricultura científica faz um novo uso do território à medida que se intensificam as relações sociais e econômicas de produção. As atividades agropecuárias realizam-se na utilização intensiva de circulação do capital financeiro, agrário e industrial, revelando a expansão do meio técnico-científico-informacional e a dinâmica do território.

Ao refletirmos novamente sobre o conceito de território e associar as relações de poder e redes é no sentido de se pensar a escala territorial em uma perspectiva assumida por diferentes políticas e superando compreensão clássica do conceito de território.

Paulillo (2000, p. 23) ao trabalhar redes de poder e territórios produtivos, insere o território como elemento estrutural relevante para as escalas locais e globais, sendo

importante avanço analítico proporcionado por Masrh e Rhodes (1992, p. 34),

Porque esse modelo coloca o território como um elemento estrutural relevante. Mas a questão do território ganha nova importância com a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas. A identificação do espaço, *uno* e global, e das localidades, cada vez mais singulares e específicas, possibilita avançar na compreensão da dinâmica particular de uma rede de poder localizada, tendo em vista que o território é o resultado de uma construção social e política e articulam interesses.

Esse autor concorda que há uma necessidade de identificação de subespaços concretos ou localidades em que estejam presentes as redes políticas. Desse modo, “a interface entre Poder e Espaço assume um caráter único para análise da dinâmica de um complexo agroindustrial, porque as relações de poder podem apresentar uma conformação territorial”. (PAULILLO, 2000, p. 23).

É a conformação de um espaço concreto, o lugar, que muda de valor e papel à medida que a história se desenvolve. É a localidade singular e específica inserida no espaço uno e global (SANTOS, 1985).

Nesse sentido, podemos entender território como um espaço de relações entre os seres humanos. Entende-se, dessa forma, que o fundamento territorial não se limita ao chão em que se vive, como pretendem alguns estudiosos. Dentre os autores que superam esse limite situa-se Milton Santos, para quem,

“O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro [...]” (SANTOS, 2006, p. 97).

Expressando um permanente diálogo com Milton Santos, registra-se a contribuição de Dirce Koga, em sua análise sobre a perspectiva territorial assumida no campo das políticas sociais. Para a autora, o território “representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações da vizinhança, e solidariedade, as relações de poder” (KOGA, 2003, p. 33). Entende a autora que a “territorialidade se faz pelos significados e ressignificação que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território” (Ibidem, p.38).

Dirce Koga nos introduz “à recente relação mediada pela linguagem do geoprocessamento que permite, com sucesso, uma nova relação entre o todo, ou a reconstrução da totalidade observando-se a heterogeneidade dos elementos que a compõem” (DIRCE KOGA 2003. p. 16)

As concepções dos dois autores deixam clara a existência de uma relação entre os seres humanos e o seu espaço, além de não deixar dúvida sobre a dinâmica que marca essa relação, constituindo territórios. O relacionamento estabelecido entre os seres humanos e os seus territórios sofre uma transformação que acompanha o movimento dos diferentes modos de produção experimentados pela humanidade. Conforme Milton Santos, “no começo da história humana [...] os laços entre território, política, economia, cultura e linguagem eram transparentes” (DIRCE KOGA 2003.61-62). Havia uma territorialidade absoluta, “no sentido de que, em todas as manifestações essenciais de sua existência, os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, isto é, o território” (DIRCE KOGA 2003. p. 62).

Hoje, vivemos um momento cujas principais características podem ser indicadas como um imperativo domínio do dinheiro e da informação e isto interfere na relação entre os homens e os seus territórios: “antes o território continha o dinheiro” e hoje “o dinheiro automatizado, e não mais capital como um todo, se torna, [...] o principal regedor tanto do território, como de suas frações” (DIRCE KOGA 2003p. 101). Ainda na análise do autor, “o território passa a ser ‘território nacional da economia internacional’, e a pobreza é a ‘pobreza nacional da ordem internacional’ ”(DIRCE KOGA 2003 p. 74).

É por essa razão que, mesmo com os pés assentados em determinado chão, alguns segmentos populacionais identificam-se e estabelecem articulações efetivas com outros agrupamentos humanos que se encontram fisicamente distanciados. “Hoje, com a globalização, pode-se dizer que a totalidade da superfície da terra é compartimentalizada, não apenas pela ação direta do homem, mas também pela sua presença política” (DIRCE KOGA 2003 p. 81). A política é feita pelo mercado, pelas empresas globais e conta com a participação do Estado. Além das transformações operadas pela globalização do dinheiro, há que se registrar a análise de Jean Lojkine (2002), a partir do que ele chama de revolução da informação. Para ele, vivemos um tempo de profundas mudanças e presenciamos importantes acontecimentos como a disponibilidade de técnicas, de informação, da

eletrônica. Extrapolamos os limites físicos dos territórios em que vivemos. Portanto, estamos imersos em um processo de desterritorialização e reterritorialização. À medida que nos vinculamos a outras pessoas, outros povos, outros territórios – reais ou virtuais – pelas nossas semelhanças, pelos nossos interesses ou necessidades, vivemos um processo de reterritorialização. Estamos diante de uma outra concepção de território. Trata-se da possibilidade de extrapolar as demarcações físicas e de estabelecer aproximações entre grandes centros financeiros ou entre as numerosas camadas da pobreza mundial, em uma composição que independe da contiguidade das áreas geográficas.

Para David Harvey (2003, p. 217), “toda luta para reconstruir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas. É à luz disso que podemos melhor compreender porque o capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão, o que estava desterritorializado com a outra”.

A ideia de território permite-nos vislumbrar uma relação de pertencimento ou o seu contraponto, uma situação de segregação socioespacial. Uma perspectiva territorial implica a definição de escalas, de esferas de poder, de áreas e competências administrativas, de setores de atendimento de políticas sociais, o que pode significar a definição de outro tipo de focalização.

Michel Foucault ressalta que o poder está em todas as relações sociais, pois todas as relações são relações de poder. O autor afirma que o poder do Estado é apenas uma de suas formas, ao passo que o poder está em todas as relações sociais, dessa forma, todas as relações são relações de poder e estão presentes em todos os lugares.

“Não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sobre sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim, porque provém de todos os lugares”. (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Para esse autor, o poder não é algo que se possa obter, mas ele é exercido por este ou aquele indivíduo, o poder não se resume nas relações entre dominantes e dominados. O que existem são redes de poder, que, ao se unificarem, formam grandes dominações que estão na família, nos grupos restritos, nas instituições, dentre outras, e que formam as redes de poder, redes estas possuidoras de resistências, pois, segundo Foucault, o poder convive com a resistência.

O processo de modernização da agricultura no município de Rio Verde e suas territorialidades existentes consiste em redes de poder por agentes hegemônicos do capital agroindustrial de grãos e carnes, agricultores, a agroindústria Perdigão, a COMIGO, e o Estado com suas múltiplas ações, mediações representam “correlações de forças múltiplas que se formam e atuam no aparelhos de produção, servem de suporte e amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social”.(FOUCAULT, 1988, p. 90).

Para Raffestin, o poder corresponde a uma ambiguidade quando ele coloca poder com letra maiúscula e com letra minúscula, há “Poder e “poder”. O primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta como intermediário dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos”. (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

O autor relaciona poder consistindo em atos, decisões que representam o mal, porém engloba outros elementos de que terminam a dinâmica do poder, ou seja, o poder não se estabelece pelo ou a partir do Estado. O poder se manifesta por ocasião da relação.

Sendo co-extensivo de qualquer relação, torna-se inútil distinguir um poder político, econômico, cultural etc. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. Manipulação? Isso que dizer formação, acumulação, combinação e circulação da energia e da informação implicadas pela existência de um campo relacional qualquer que seja. (RAFFESTIN, 1993, p. 53-54).

O autor também resgata uma combinação variável de energia e informação afirmando que o poder se manifesta por ocasião de troca e comunicação criando o campo do poder. O poder exercido no território manifesta energia e informação, encontra-se intimamente ligados às redes, aos recursos, aos atores e às suas estratégias.

Foucault e Raffestin concordam que o poder se manifesta por ocasião da relação. O que difere é que Raffestin não encontra nenhuma possibilidade de distinguir poder, seja de ordem política, econômica ou cultural. Já Foucault acredita que não há, no princípio das relações de poder, oposição binária, e global entre os dominadores e dominados.

Foucault e Raffestin relacionam poder ao domínio, estabelecido através das relações dos indivíduos. Porém, para esses autores, o poder não é algo nas mãos de alguém. Ele é exercido pelos homens e é produzido nas relações entre os homens.

A partir dessas ideias, pode-se estabelecer algo sobre a atuação do poder no

território. Fica bem claro que poder é domínio, e que o poder é o exercício de uma influência sobre alguém ou sobre um grupo. Todos nós podemos exercer essa influência, e aí é que se são confrontos de poderes.

Essa concepção leva a dizer que poder não existe apenas na esfera do Estado: o poder existe em toda a sociedade. É nessa perspectiva que concordo com Raffestin e Foucault, e outros teóricos que fazem essa afirmação.

De que forma pode-se remeter poder redes e sua relação com território? Se poder está inerente a todas as relações sociais simultaneamente ligado ao território, como podemos definir ou conduzir a escala territorial?

Trabalhamos algumas definições sobre espaço e território no capítulo I, porém achamos pertinente voltarmos a trabalharmos novamente segundo Raffestin (1993, p. 143), ao afirmar que “o território se forma a partir do espaço, é resultados de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço”

Ao posicionar seu conceito de território Raffestin coloca uma dinâmica do território que inclui poder exercido por um ator que movimenta ou produz território, isto é, territorializa.

Reforçando a ideia espaço-território-territorialidade, ele lembra Lefebvre mostrando a passagem desse mecanismo na utilização do espaço físico modificado e transformado pelas redes, circuitos e fluxos. Nesse sentido, ele reforça que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, p. 143-144).

Pela concepção de território como relações de poder materializados no espaço social, pode-se pensar em território formados por comunidades com autogestão, nas quais são claras as relações de poder e de apropriação de espaço concreto e contínuo e também em territórios formados por corporações, que são delimitados por influência, como o caso da COMIGO e da Perdígão, incentivadas pela iniciativa estatal e um série de condições favoráveis vista no capítulo anterior.

A ideia do poder e toda sua dinâmica, seus elementos políticos, sociais e

econômicos são fundamentais para pensar o uso do território da soja, e essencial para detectar os organismos que controlam parte da riqueza produzida e as forma de manipulação. É a partir da análise da reorganização do território, o território político, ação, o território utilizado pelas cooperativas de grãos e agroindústria de carnes que podemos pensar a dinâmica do território e seu controle por meio dos atores hegemônicos do agronegócio da soja.

4.2.1 As Redes de Poder e circuitos espaciais de produção e cooperação do agronegócio no município de Rio Verde-GO.

Um das formas de analisar o uso do território da soja no município de Rio Verde, seria através dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, de conexões entre os sistemas de ação e objetos (SANTOS, 1994, 1996, 2000), destacando as redes geográficas não como categoria, mas com um elemento do território que facilita as relações de poder.

Dessa forma, cabe inserir rede, sistemas de objetos e ação e seu caráter de uso e significado para territorializar e desterritorializar, ou seja, componentes importantes para compreensão do processo de organização do território da soja como mobilização na unidade campo-cidade no município de Rio Verde.

Para Milton Santos, o mundo moderno é marcado por constante processo de transformações sociais, econômicas, políticas e, sobretudo, espaciais. Esse mundo moderno, em crise, tem sido, nas últimas décadas, objeto de suas investigações e justificaria, na prática, uma mudança completa dos modos de pensar e interpretar a realidade.

Para Santos, a rapidez dessas transformações afeta todos os aspectos da realidade social e as formas de entendimento do mundo, e, nesse sentido, a ciência também não estaria isenta de crises e redefinições nos seus postulados e paradigmas. Ao contrário disso, ela expressaria as contradições e os problemas de sua época. É evidente que novas formas de interpretação do mundo são fundamentais, uma vez que estamos diante de um mundo normatizado e racional, complexo e contraditório. Para o autor, pensar esse período atual, que ele denomina de período técnico-científico-informacional é algo que a atualidade impõe, pois, para Santos (1994, p. 20), “vivemos em um mundo exigente de um discurso

necessário à inteligência das coisas e das ações”.

Para a análise desse período, o autor destaca duas questões que norteariam seu pensamento. Primeiro, há de considerar o presente período histórico como algo que pode ser definido como um sistema temporal coerente, cuja explicação exige que sejam levadas em conta as realizações históricas, e que, no presente período histórico, o espaço geográfico pode ser considerado como meio técnico-científico informacional.

Outro aspecto importante a ressaltar, neste período, é o surgimento de novas áreas do saber, como as biotecnologias, como as químicas, como a cibernética e como a eletrônica. É o período em que a informação se torna instantânea e ganha nova importância e amplitude, possibilitando o conhecimento do mundo por intermédio de satélites e de outros meios.

Neste período, novas relações se estabelecem entre a sociedade e a natureza. Essas relações tomam novos contornos, em que a sociedade, mediante o meio técnico científico, busca substituir o meio natural. Como afirma Santos (1994, p.17),

[...] a história do homem sobre a terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-la. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza.

Agora, a produção não depende mais de uma primeira natureza, pois esta já não existe mais, mas, sim, de uma natureza já artificializada, uma segunda natureza.

O desenvolvimento econômico conduzido pela modernização da agricultura em Rio Verde e, efetivamente, da capacidade de gerar, de difundir e de incorporar o meio técnico-científico-informacional, criou um sistema de objetos e ações no campo e na cidade. É nesse contexto que se configura o “território da soja” em Rio Verde, concordando com Santos (1994), para quem, no qual o presente período histórico, o espaço geográfico se deve à emergência de um meio técnico-científico informacional em que o território qualifica e quantifica a ciência, a tecnologia e a informação, que, pouco a pouco, invadem todos os recantos da vida social, fazendo parte do cotidiano da cidade e do campo. No campo, mediante mecanização crescente, superimposição de um calendário agrícola, utilização de fertilizantes e sementes especializadas. Nas cidades, por meio do aperfeiçoamento dos serviços e da informação. Santos qualifica, assim, o espaço

geográfico atual como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações, que variam segundo as condições históricas de cada época.

Os objetos são coisas produzidas pelo homem, intencionalmente concebidos para atender a determinadas finalidades, tendo a sua localização estabelecida intencionalmente. As ações são técnica e cientificamente fundadas, permeadas de informação e intencionalidade, isto é, são ações racionais para um espaço racionalizado.

Tendo como pilar o sistema de objetos e ações, o “território da soja” de Rio Verde apresenta uma atividade econômica conhecida como agronegócio ou *agricluster* de carne de aves e de suínos, que congrega diretamente as cadeias produtivas de soja e milho.

Em relação às redes, o debate contemporâneo quanto ao sentido e aos efeitos das relações existentes entre tecnologia e sociedade têm sido animado pelas ideias e posições provenientes de distintos campos disciplinares, que participam individualmente ou de forma interdisciplinar. Interessa-nos, aqui, destacar a contribuição da Geografia, da economia e de outras ciências sociais que venham a contribuir com o debate analisando, redes, técnicas, poder e território especialmente tendo presente os reflexos e condicionantes das políticas públicas à produção do espaço.

Não pretendo, no momento, discutir e aprofundar o conceito de rede, porém vejo a necessidade de colocar algumas ideias de Raffestin, Corrêa, e Santos, no sentido de compreender as redes geográficas e relações de poder no território.

Raffestin (1993, p. 204), destaca a rede em dois momentos atuantes e sua contribuição de relações de poder no território:

Circulação e comunicação procedem de estratégias e estão a serviço delas. Redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é do território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade. Como são sistemas sêmicos materiais, surgem de uma leitura ideológica em vários níveis: enquanto são traçados, enquanto são construídas e enquanto são utilizadas ou, se preferirmos, consumidas. Desenho, construção e utilização de uma rede dependem dos meios à disposição (energia e informação), dos códigos técnicos, sociopolíticos e socioeconômicos, assim como dos objetivos dos atores.

O complexo da soja representa grande fonte de poder no município de Rio Verde. Uma atividade agrícola que selecionou cadeias produtivas, parcerias e uma série de outras matérias básicas de produção, parcerias com grandes latifundiários, cooperativa,

(COMIGO), bancos, instituições de pesquisa, apoio estatal, que viabilizará políticas de crédito agrícola.

Por meio dessa rede de relações de poder, o agronegócio se estabelece, territorializa unificando o campo e a cidade, criando condições que o capitalismo, jamais teria feito antes. Cria funções e características sociais, políticas, econômicas, capazes de desenvolver um processo de organização desigual e combinado em que atores hegemônicos do campo e da cidade, na medida que alteram as condições normais do território, condições estas por meio da circulação da comunicação e da tecnologia, configuram territorialidades, desterritorialidades e conseqüentemente, novas territorialidades.

Nesse sentido, coloca-se em questão alguns conceitos de rede elaborado também por Corrêa e Santos.

Por rede geográfica entendemos um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações. Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de um grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda. Pode ser ainda constituído pelas agências de um banco e os fluxos de informações que circulam entre elas pela sede da igreja católica, as dioceses e paróquias ou ainda pela rede ferroviária de um dada região. Há, em realidade, inúmeras redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre. (CORRÊA, 2001, p. 1007.)

Vejamos agora a sistematização de redes segundo Santos (1996, p. 222):

As redes são virtuais e, ao mesmo tempo, são reais; são materiais, mas também são viventes. São técnicas, mas também sociais; são estáveis e, ao mesmo tempo, são dinâmicas; são unas e múltiplas; são globais e locais são concentradoras e dispersoras. Em outras palavras, a realidade das redes, vista num movimento de conjunto, revela [...] a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajuntamento, aliás, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo, pela própria estrutura sócio-espacial.

As redes são produtos humanos e possuem uma dinâmica histórica, ou seja, são socialmente produzidas e historicamente determinadas. A temporalidade das redes reflete o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, onde vários elementos assumem posição de destaque conforme a realidade em que os atores hegemônicos estejam atuando.

4.2.2 A dinâmica territorial do circuito de produção e cooperação da soja em Rio Verde.

As transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na sociedade

brasileira, a partir da Revolução de 1930, foram preponderantes para a formação dos circuitos espaciais de produção. Mudanças decorrentes do surgimento de uma sociedade urbano-industrial, associadas às formas de produção, aos modelos de transporte, ao processo de integração do território goiano enquanto espaço periférico da dinâmica global capitalista vieram interligar as localidades por meio de redes, vetores pelos quais fluem objetos e ações.

Tais modificações e criação de sistemas de engenharia, como estradas, portos, ferrovias propiciaram um integração territorial, que se deu por meio de um processo de produção voltado para fora, mas que, ao mesmo tempo, visava à formação de um mercado interno por meio de uma política de substituição de importações. Trata-se de um processo que modificou as formas de atuação e intensificação do capital nos mais distantes e distintos locais do território brasileiro, mas a função permanece inalterada, tendo em vista que a produção e o uso do território não servem a interesses da população, mas sim a interesses exclusivos de poucas empresas. Com isso, a intensificação e difusão de capital e técnica, sobretudo a partir da década de 1970, quando há formação dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, decorrente da integração do sudoeste goiano ao território nacional se efetiva com a construção de uma malha viária propícia aos fluxos de capital, mercadorias, informações e serviços.

Além de desmistificar a ideia de que antes da integração do território goiano, enquanto espaço marginal à formação socioespacial, existiam apenas circuitos regionais (LACERDA JÚNIOR, 2004). Nesse sentido, busca-se compreender o território da soja em Rio Verde por meio dos circuitos espaciais de produção, incentivados por políticas públicas agrícolas. A proposta é de obter consistência teórica de cunho geográfico e romper um pouco com alguns conceitos criados pela economia, que até então sempre tiveram um visão de destaque na denominada geografia econômica. Dessa forma pretendemos trabalhar sem excluir qualquer ideia pensamento de outra ciências sociais, bem como as demais ciências para a explicação da totalidade.

Notamos que na última década do século XX, ocorreu um aumento do fluxo de capital e isso significou uma aproximação ainda maior do território nacional com o mercado externo que se beneficiou da modernização dos fixos e esses possibilitaram uma aceleração dos fluxos de mercadorias em decorrência de um território integrado por redes

técnicas. Neste caso, a logística desponta como uma importante parte da ocupação que se dá por meio de ações coordenadas e surge como consequência, um conjunto de normas e ações institucionais, estimulando a agilidade dos fluxos. Uma vez que ao desonerar o movimento de mercadorias, linhas de financiamento e seguros que envolvem a circulação de um dinheiro vinculado às exportações e às atividades relativas à promoção comercial, são todos eles associados para facilitar a abertura do território.

Nesse sentido, concordamos com Arroyo (2003)

Os circuitos espaciais de produção vinculados ao mercado externo usufruem diretamente dessa situação, já que os círculos de cooperação a eles associados são a expressão de novas qualidades e quantidades que assumem a fluidez e a porosidade territorial. Os circuitos de ferro, de aço, da soja e do calçado são alguns exemplos que podem ilustrar essa nova dinâmica territorial brasileira. Ao mesmo tempo, a tendência crescente à concentração econômica experimentada por esses circuitos conduz a um fortalecimento do uso oligopólico do território [...] são desse modo, portadores de uma hierarquia territorial. (ARROYO, 2003, p. 429)

Como havíamos comentado anteriormente, as atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico para a agricultura vêm historicamente, privilegiando alguns gêneros agrícolas e alguns subespaços nacionais, especialmente aqueles funcionais aos circuitos espaciais de produção internacionalizados. Neste sentido, as principais *commodities* exportadas pelo Brasil vêm reunindo um denso círculo de cooperação de pesquisa científica, o qual garante a eficiência da produção e a viabilização do território nacional para integrar o sistema econômico internacional. Da “vocação” eminentemente “agroexportadora” que tanto caracteriza a função do Brasil na divisão internacional do trabalho. A produção de soja, durante a segunda metade do século XX, é aquela produção que melhor representa a orientação do projeto de cientifização da agricultura nacional. Lavoura estranha ao território brasileiro até o final do século XIX, a produção de soja surge como atividade agrícola fundada na pesquisa científica, fruto das primeiras tentativas de adaptação desse gênero agrícola às regiões tropicais. Num primeiro instante (1882), é no estado da Bahia que se introduz o cultivo da oleaginosa como espécie forrageira através de testes e experimentos realizados pela Universidade de Cruz das Almas – BA (EMBRAPA, 2004). Entretanto é somente nos anos 40 do século XX, que o cultivo de soja ganha importância econômica, passando a constar do anuário agrícola do Rio Grande do Sul (EMBRAPA, 2004; TOLEDO, 2005; MIYASAKA; MEDINA, 1981).

Até meados da década de 1960, a produção da oleaginosa era praticamente restrita

à região sul do Brasil, onde as condições naturais eram favoráveis para iniciar produção em escala. Nesse momento, esforços de pesquisa aí também se concentravam, realizados de maneira ainda incipiente, por iniciativas isoladas de escolas de agronomia, órgãos estaduais de pesquisa e algumas cooperativas que tratavam de adaptar tecnologias estrangeiras ao sul do país (EMBRAPA, 2004; MIYASAKA; MEDINA, 1981). Todavia, nos anos 1950, por conta da gradativa relevância econômica que a soja passa a adquirir no mercado internacional de *commodities*, surge, no Brasil, o primeiro programa de pesquisa de monta voltado ao desenvolvimento da produção de soja, conduzido pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) no estado de São Paulo.

Com a elevação da demanda interna e externa da soja e seus derivados (GIORDANO, 1999), com a constituição de um complexo agroindustrial da soja nas regiões sul e sudeste, com os projetos de modernização da agricultura nacional (MÜLLER, 1989, DELGADO, 1985) e com a execução de programas governamentais de desenvolvimento e colonização do território brasileiro (SHIKI; GRAZIANO DA SILVA; ORTEGA, 1998) no final dos anos 60 e início dos anos 70, investiu-se pesadamente no aperfeiçoamento das pesquisas técnico-científicas buscando o aumento da produção e da produtividade da soja no Brasil. É neste contexto de indução às transformações das bases técnicas no campo e busca pelo o aumento da produção da oleaginosa, que o Estado brasileiro cria, no Paraná, o Centro Nacional de Pesquisa da Soja – CNPSO (Embrapa Soja), vinculado à Embrapa e responsável pelo desenvolvimento das pesquisas tecnológicas e pelo aprimoramento da lavoura, agora em escala nacional. No decorrer dos anos 70 e 80, a constituição de um meio técnico-científico e informacional tornou mais fluido o território brasileiro, possibilitando a circulação de bens e informações e, conseqüentemente, a *ocupação periférica do território* dando origem ao fenômeno que Milton Santos chama de “fábrica moderna dispersa” (SANTOS, 1989).

Esse processo de redefinição das regiões agrícolas especializadas no interior do país caminhou conjuntamente com a expansão e a intensificação da produção de soja em diversas regiões brasileiras. Despontando, já no final da década de 1970, como um dos principais produtores mundiais de soja, o Brasil amplia e investe ainda mais nas atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com a finalidade de garantir a eficiência na produção da soja nos subespaços incorporados aos circuitos produtivos hegemônicos da agroindústria.

Neste momento, de expansão e interiorização da produção da soja, foi fundamental o desenvolvimento técnico-científico resultante dos programas nacionais de pesquisas desenvolvidos e coordenados pela Embrapa, mas também, os programas desenvolvidos pela iniciativa de outros agentes públicos e privados, para promover inovações técnicas necessárias à viabilização regional da produção. Foram os casos dos programas conduzidos pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) em Goiás, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) em Minas Gerais, a Organização de Cooperativas Agrícolas do Paraná (OCEPAR) e a FT-Sementes no Paraná e a Fundação Centro de Experimentação e Pesquisa (FUNDACEP) no Rio Grande do Sul (EMBRAPA, 2004).

No sudoeste goiano, a política de crédito rural foi contribuiu para a inserção de práticas modernas na agropecuária. Segundo a EMBRAPA (1982), ela contribuiu para a aquisição de maquinários, de equipamentos, de insumos e de práticas modernas. No momento em que relata a contribuição do crédito rural nas pesquisas que:

Este [...] vem constituindo em importante elemento de sustentação das práticas inovadoras introduzidas no processo de produção agrícola. Os altos custos dos insumos e da maquinaria, sobretudo quando confrontados com os baixos preços dos produtos agrícolas, tornam a obtenção de crédito um elemento essencial ao desencadeamento do processo de modernização em muitos estabelecimentos [...]. (EMBRAPA, 1982, p. 13)

De acordo com Ivo Carraro, diretor presidente da Associação Brasileira de Obtentores Vegetais (BRASPOV), apesar da participação do Estado ser majoritária na realização das pesquisas agrônômicas no período anterior à aprovação da Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, a iniciativa privada também participou do processo de aprimoramento tecnológico e modernização da produção brasileira de soja.

Através da organização dos produtores em cooperativas, como também de pesquisadores independentes que conseguiram obter o apoio necessário através de parcerias com o setor produtivo, formaram-se empresas com equipes de pesquisa que foram geradores de produtos alternativos competitivos, num trabalho perfeitamente integrado com as entidades oficiais. Neste período houve um efeito somatório importante, criando-se um ambiente de saudável competição entre as diferentes equipes que promoviam o melhoramento genético da soja, e que catalisavam as demais áreas do conhecimento, num processo extremamente eficiente. Sob a liderança e a coordenação da Embrapa, após sua fundação em 1974, todas as empresas contribuíram para definir a trajetória da soja, consolidando o Brasil como o segundo mais importante produtor mundial desta leguminosa (CARRARO, p. 2002).

Esta nova forma de associação das instituições públicas e privadas de pesquisa durante os anos 70 e 80 possibilitou saltos qualitativos significativos na pesquisa agrônômica, especialmente, na criação de novas técnicas de manejo de lavouras, correção da acidez e fertilidade dos solos, controle de pragas e doenças e, especialmente, na criação de cultivares adaptados a cada uma das principais regiões produtoras do país. Rompendo com os obstáculos de ordem ambiental que dificultavam a expansão da produção de soja no país, foram despendidos volumosos esforços (financeiros e técnico-científicos), sobretudo pelo Estado, na busca pelo aumento da produção, através da consolidação de novas regiões sojicultoras e através dos ganhos de produtividade.

Conforme Queiroz (2003) o trabalho da EMGOPA, na década de 1970 até meados dos anos de 1980, se desenvolveu no sentido de adaptar e gerar conhecimentos e tecnologia quanto aos produtos mais importantes da agricultura goiana (algodão, arroz, soja, feijão, milho e bovinos), de modo geral, visando às soluções por “problemas”. Depois de uma década, chegou-se à geração de tecnologias mais complexas expressadas em “sistemas de produção”, na verdade “pacotes de produção” preconizados pelo processo mundial da Revolução Verde.

Queiroz em seus estudos sobre as contribuições da pesquisa agropecuária no Estado de Goiás afirma o seguinte:

Os primeiros experimentos agrícolas com a cultura da soja em Goiás foram iniciados na década de 1920. No entanto a sua introdução comercial de cultivo ocorreu a partir da década de 1970. Em apenas dez anos já se cultivava uma área de aproximadamente 250.000 hectares, predominantemente, na microrregião do Sudoeste de Goiás. Isto se deu pelas condições edafológicas e climáticas favoráveis que esta leguminosa encontrou no Estado, bem como pelas perspectivas promissoras do mercado internacional, pela política de incentivo às exportações. A produção estadual deste produto representou cerca de 3% da produção nacional em 1980. A expansão desta cultura no Estado foi calcada basicamente em tecnologia brasileira, onde a EMGOPA teve participação fundamental. Como resultado de um trabalho conjunto com outras instituições, foi possível desenvolver grande parte dos materiais genéticos cultivados em Goiás. Em termos de tecnologia de produção de sementes, a participação da pesquisa também foi expressiva. Assim, nesta década, Goiás reverteu sua condição de importador para a de exportador de semente de soja. (QUEIROZ, 2008, p. 31).

A Tabela 04 demonstra os trabalhos de pesquisas realizados com grãos nesse período.

TABELA 04

Número de trabalhos de pesquisa realizados pela EMGOPA, no período de 1974 -1980.

	1974	1975	1976	1977	1978	1979/80
Soja	07	07	09	05	10	18
Algodão	03	04	04	04	09	09
PROJETO	04	11	11	05	04	08
Arroz	12	06	07	07	09	04
Feijão	03	03	02	03	04	04
Solos	-	04	02	05	10	10

Fonte: EMGOPA (1978). EMBRAPA (1980). Elaborado pelo autor.

Percebe-se que a pesquisa realizada com vários tipos de grãos, a soja teve maior número de pesquisas, tendo o ano de 1977 uma redução, porém o ano seguinte, 1978, dobrou o número de pesquisa relacionada a esse grão.

As principais recomendações tecnológicas da EMGOPA nesse período de 1974 - 1980, segundo Queiroz ao demonstrar a tabela 03 em seu artigo sobre pesquisa agrícola em Goiás (2003, p. 73), foi: “indicação das melhores cultivares de soja para a região Centro-Oeste, indicação de um novo sistema de produção de soja baseado na sucessão de culturas, para agricultores com recursos de administração e infra-estrutura á media e manejo de pragas de soja”.

Além da EMGOPA, A EMATER-GO também teve suas contribuições na pesquisa agropecuária em Goiás;

As atribuições da EMGOPA são as de gerar e suprir a Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-GO) de tecnologia altamente competitiva em relação a tradicional, para assistência à agricultura; instalar testes de campo com o auxílio da EMATER-GO, a fim de avaliar os resultados das recomendações tecnológicas; acompanhar as fases de difusão e adoção, ou seja, até a incorporação aos processos produtivos dos novos conhecimentos tecnológicos; participar das avaliação de resultados e identificação das barreiras sócio-econômicas. (EMGOPA, 1981, APUD QUEIROZ, 2003, p. 72).

O desenvolvimento técnico-científico permitiu o aumento vertiginoso da produção de soja no país, que passou de 12.145 milhões/ton. na safra 1976/77, para 57.960 milhões/ton., estimativa de recorde para a safra 2006/2007 (IBGE 2009). É este aumento da produção na ordem de 477%, que permitiu ao Brasil, ao longo dos últimos trinta anos,

consolidar o lugar de segundo produtor de soja do mundo.

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio no Brasil responde 34% do Produto Interno Bruto e 42% das exportações. No ano de 2003, o Brasil vendeu em produtos agrícolas US\$ 31 bilhões com o saldo positivo de US\$ 26 bilhões, na balança comercial. Em 2005 a previsão é que as exportações alcancem a cifra de 42 bilhões com um saldo comercial de 37 bilhões.

Apesar dos recordes de 2000 a 2005, está havendo uma redução do crescimento percentual das exportações. Enquanto 2004 as exportações cresceram 27% em relação a 2003, em 2005 o crescimento foi de 8% em relação a 2004. A soja, o mais expressivo produto do agronegócio no Brasil, representou em 2004 cerca de US\$ 10 bilhões e 8,8 bilhões em 2005. Essa diminuição foi em decorrência da queda dos preços externos de 15%. Os baixos preços tendem a permanecer estáveis devido à grande safra de grãos norte americana, que em 2006 está prevista chegar em 80 milhões de toneladas. (CNA) Segundo o IBGE, o Brasil produziu 51,090 milhões de toneladas em 2005 e poderá atingir em 2006, 58,741 milhões de toneladas, 46,4% da produção nacional de grãos. A soja representa 66% das exportações agrícolas e 11% de todo o valor exportado no Brasil. Só o cerrado é responsável por 60% da produção nacional.

Hoje o Estado de Goiás é o segundo maior produtor perdendo apenas para Mato Grosso. Como afirma Gonçalves (2008, p. 46),

A soja é, atualmente, cultivada em várias regiões do território goiano. Essa cultura desenvolveu-se inicialmente com a expansão da área cultivada e, posteriormente, com a elevação da produtividade. No Estado de Goiás houve um crescimento tanto da área colhida como da produção e produtividade, saltando, em 1970/71, de 34.140 ha para 41.012 toneladas de grãos e de uma produtividade de 1.201 kg/ha para 2.663.380 ha, 6.983.860 toneladas produzidas e 2.622 kg/ha, 2004/05.

A tabela 05 demonstra a produção e a produtividade da soja nas safras que vai do período de 1970 – 2005.

TABELA 05

Goiás: Área, produção e produtividade da soja – Safras 1970 a 2005

Ano	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1970/71	34.140	41.012	1.201
1971/72	33.450	49.917	1.492
1972/73	59.600	89.701	1.505
1973/74	110.000	99.000	900
1974/75	55.600	73.932	1.320
1975/76	32.920	48.722	1.480
1976/77	68.000	89.760	1.320
1977/78	96.600	100.464	1.040
1978/79	152.650	282.402	1.850
1979/80	246.066	455.794	1.812
1980/81	289.916	382.713	1.320
1981/82	317.302	560.916	1.768
1982/83	370.688	693.106	1.870
1983/84	581.910	847.910	1.456
1984/85	734.210	1.356.240	1.847
1985/86	621.810	1.128.428	1.815
1986/87	544.985	1.064.650	1.953
1987/88	773.530	1.497.990	1.936
1988/89	989.237	2.051.768	2.074
1989/90	998.710	1.293.530	1.295
1990/91	797.740	1.661.260	2.082
1991/92	822.860	1.797.670	2.185
1992/93	984.000	1.968.000	2.000
1993/94	1.090.000	2.387.100	2.190
1994/95	1.121.511	3.476.900	1.914
1995/96	913.633	3.665.886	2.208
1996/97	1.017.068	3.709.138	2.416
1997/98	1.382.705	2.544.193	2.465
1998/99	1.333.646	3.420.653	2.565
1999/00	1.491.066	4.092.934	2.745
2000/01	1.538.988	4.052.169	2.633
2001/02	1.902.950	5.405.589	2.841
2002/03	2.176.720	6.319.213	2.903
2003/04	2.591.167	6.091.687	2.351
2004/05	2.663.380	6.983.860	2.622

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, ano 1970/71 a 1993/94. Fundação IBGE, ano 1994/95 a 2004/05.

ORG.: GONÇALES, C., 2005.

Segundo o censo Agropecuário de 1995/96, no estado de Goiás havia 111.791 estabelecimentos agropecuários, e 3.482 destinavam-se ao cultivo de soja, e 392 deles possuíam uma área entre 100 e 1.000 ha, e 429 entre 1.000 e 10.000 ha.

A soja é, atualmente, cultivada em várias regiões do território goiano. Essa cultura desenvolveu-se inicialmente com a expansão da área cultivada e, posteriormente, com a elevação da produtividade. Nota-se, na tabela 05, que no estado de Goiás houve um crescimento tanto da área plantada como da produção e produtividade, saltando, em 1970, de 7.884 ha para 9.817 toneladas de grãos e de uma produtividade de 1.245 kg/ha para 1.334.656 ha, 3.420.653 toneladas produzidas e 2.565 kg/ha, em 1999. Um aumento de 168,28%, 347,44% e 106,02%, respectivamente.

No intervalo desses 29 anos de cultivo da soja em Goiás, percebem-se algumas oscilações, para menos, nos itens abordados acima, mas que se recuperam logo nos anos seguintes. Isso é observado na queda de 18,5% da área plantada em 1996 em relação a 1995, mas que se recupera em 1997 com um crescimento da área plantada de 10,89% em relação a 1996, mesmo permanecendo com uma área inferior a que era plantada em 1995 que voltaria a superar o valor daquele ano somente a partir de 1998. A retração da área plantada e da produção de 1996 é um reflexo da política cambial brasileira, da época, que dificultava as exportações (valorização cambial).

Grosso modo, pode-se afirmar que a produtividade apresentada no cultivo da soja no estado de Goiás vem apresentando um comportamento de crescimento no período de 1970 a 1999. A seguir, na tabela 06, são apresentadas áreas plantadas em regiões produtoras de soja, destaque para a produção do Centro-Oeste, Estado de Goiás, e o Município de Rio Verde.

TABELA 06

Área plantada com a produção de soja

Região Geográfica, Unidade da Federação	Ano			
	1990	1995	2000	2005
Região Centro-Oeste	3.894.482	4.554.047	5.537.597	10.882.566
Goiás	1.001.690	1.126.511	1.491.066	2.663.646
Rio Verde	147.000	122.000	175.000	265.000

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal.

A soja é uma cultura de grande escala e não é aconselhável o seu cultivo em pequenas propriedades para fins comerciais. Os censos demonstram que vem aumentando a quantidade produzida em grandes propriedades. Segundo o censo de 1980, as propriedades produtivas de até 100 ha representavam 90% e eram responsáveis por 37% do volume de soja produzido no Brasil. Em 1985, esse percentual caiu para apenas 20% da produção e essas propriedades representavam 89% do total dos estabelecimentos, ao passo que as propriedades acima de 1.000 ha representavam apenas 1,23% do total dos estabelecimentos destinados à produção de soja e contribuíam com 45% da produção.

A tabela 07 demonstra a produção nas microregiões de Goiás e destaque para o sudoeste goiano como maior produtor de soja no período 1974 – 1999.

TABELA 07

Goiás: Principais Microrregiões Produtoras de Soja nos Períodos: 1974, 1979, 1989 e 1999

Microregião	Período							
	1974		1979		1989		1999	
	ÁREA (há)	Produção (t)	ÁREA (há)	Produção (t)	ÁREA (há)	Produção (t)	ÁREA (há)	Produção (t)
Meia Ponte	11.275	11.325	17.968	38.111	56.254	217.953	217.953	474.716
Vertente goiana do Paranaíba	82874	72.052	83.756	149.460	131.202	36.140	36.140	76.610
Sudoeste de Goiás	12.520	12.060	40.511	77.113	824.710	652.513	652.513	1.782.243

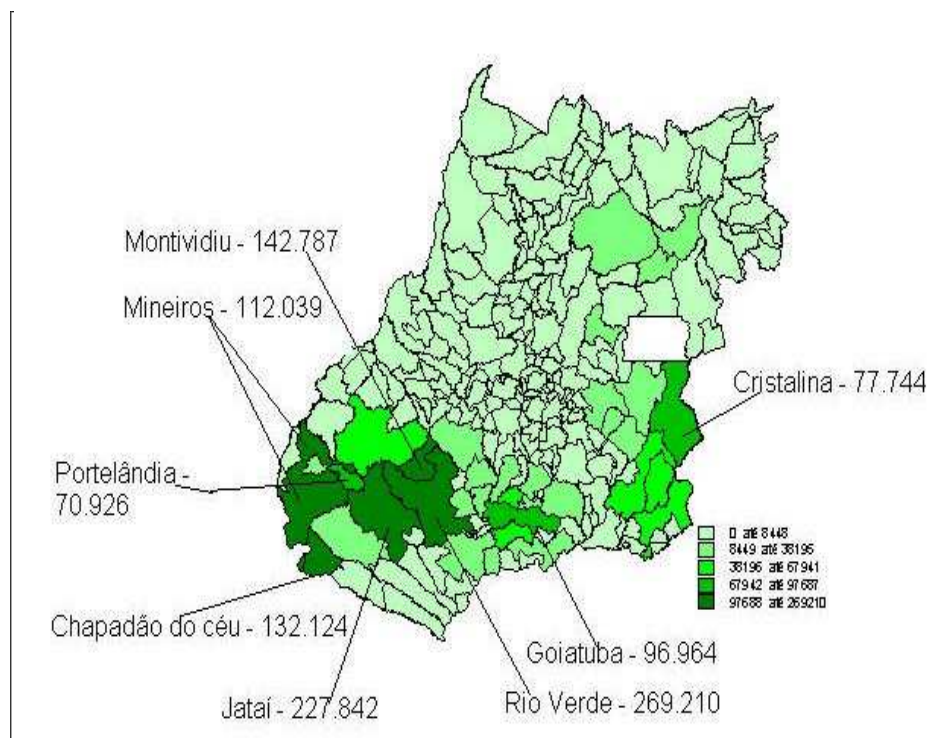
Fonte: IBGE - 2001

Analisando os dados da tabela 07, constata-se que, em 1974 e 1979, a microrregião da Vertente Goiana do Paranaíba ocupava o primeiro lugar em quantidade de área destinada ao cultivo da soja e em quantidade produzida, perdendo essa posição, a partir de 1989, para a microrregião do Sudoeste de Goiás que, em 1999, com seus 652 mil hectares destinados à sojicultura, representava, aproximadamente, dezoito vezes a área cultivada na Vertente Goiana do Paranaíba e a produção desta (36.140 toneladas) correspondia a apenas 4% do volume produzido no Sudoeste de Goiás.

Nota-se que, embora tenha havido um acréscimo da área destinada ao cultivo da soja na microrregião do Sudoeste de Goiás e também da produção, o crescimento desta foi bem mais significativo que o daquela, o que leva a crer que seja um reflexo do alto padrão tecnológico de produção adotado na região, provocando um aumento de produtividade.

No mapa 02, são apresentadas as quantidades de toneladas colhidas de soja no estado de Goiás, destacando-se os municípios de maior produção, para uma melhor compreensão e visualização do espaço geográfico onde eles se encontram

Mapa 02 - Goiás: Quantidade Colhida de Soja (t)



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995

Atualmente, os municípios maiores produtores de soja em Goiás são: Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu e Montividiu, localizados na Região Sudoeste do estado; Quirinópolis e Bom Jesus, na Região do Rio dos Bois; Catalão e Ipameri, na Região Sudeste; Goiatuba, na Região do Meia Ponte e Cristalina, na Região do Entorno de Brasília.

São várias as atividades econômicas que constituem a cadeia agroindustrial da soja. O setor produtivo é a essência de toda a cadeia por movimentar e interligar os demais segmentos, mas, antes da unidade produtiva, há o setor de insumos que, por sua vez, viabiliza a produção. Vários segmentos compõem esse setor: produção de sementes, indústria de máquinas e equipamentos, indústria de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas e combustíveis e sua revenda.

Após a produção, a comercialização da soja dá-se do armazenamento e segmentos de agregação de valor até o consumo final do produto (interno e externo). Em 1991, a economia goiana é marcada pelo aparecimento das empresas: Ceval, Cutrale Quintela, Olma, Granol, Caramuru e COMIGO ligadas à produção e industrialização da soja.

Vale destacar que as firmas Olma e Granol não industrializam a soja na região, apenas compram o produto que se destina ao processamento no Centro - Sul ou óleo bruto para envasamento na região. [...] A presença das grandes empresas nacionais no setor de produção e refino de soja é relativamente recente no estado [...], poder-se-ia dizer que a força de atração de capitais do Centro – Sul parece menor no estado de Goiás. (CASTRO; FONSECA : 1995, p. 56).

Isto, provavelmente, se deve à presença de cooperativas na extração e refino de óleo de soja (a exemplo da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste goiano – COMIGO), a custos e potencial de expansão agrícola nas fronteiras mais distantes.

Diante disto, necessário se faz unir os elos da cadeia – fornecedores de insumos, produtores, transformadores, transportadores, comerciantes e consumidores para alcançar maior capacidade competitiva e se inserir qualitativamente e quantitativamente no mercado globalizado.

As novas ações são traduzidas em novos tempos, tendo na dimensão técnica uma das condições de eficácia, desencadeando processos que vão criando novas territorialidades, com novas formas conteúdo, dotadas de novas funções e estruturas.

Dentre as novas ações estão os pacotes tecnológicos aplicados às atividades agrícolas modernas, que possibilitam avanços nos rendimentos médios por meio da utilização de variedades geneticamente adequadas ao cerrado, de insumos em termos de fertilizantes e agrotóxicos, do uso de máquinas e implementos agrícolas modernos que contribuem para ampliar a escala de produção, uma das vantagens da região. Nesse contexto, o incremento técnico acumulativo vem intensificando o domínio sobre a natureza, o que nos permite observar a substituição das restrições naturais pelas restrições impostas pelo espaço modificado (BERNARDES, 1998).

É nesse sentido que Santos assinala que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 1994, p. 15). O território é a porção de espaço construído na qual as relações de uma sociedade atingem seu maior nível de concretude, integrando as formas, os objetos, os valores e as ações na totalidade dos acontecimentos simultâneos (BERNARDES, 1998).

O aparecimento e a exploração da soja em Goiás deram-se em função de programas federais de desenvolvimento agrícola, e a sua consolidação, nas áreas de cerrado, pelas condições propícias a seu cultivo.

Os programas governamentais implantados a partir da década de 1970 proporcionaram ao estado de Goiás um novo modelo de produção agrícola e uma nova forma de crescimento do setor no país.

Inicialmente, com a criação de vários organismos ligados à agropecuária como: a Embrapa e suas unidades – O Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), a EMGOPA – Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária. Também, o programa de desenvolvimento dos cerrados, (POLOCENTRO), com crédito subsidiado visando melhorar a qualidade do nosso solo, foi fator de desenvolvimento e de crescimento desta cultura no Centro-Oeste (...) A criação do POLOCENTRO em 1975, incentivou o desenvolvimento da soja que tinha como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste, resultando assim, na importância da participação da soja no PIB de Goiás (SANTOS; 1998, p.73).

A sojicultura goiana foi alicerçada em tecnologia brasileira gerada e/ou adaptada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Goiás. Seu crescimento deu-se por meio de modernas técnicas agrônômicas com preparo do solo, plantio e tratos culturais realizados mecanicamente.

Segundo SANTOS (1998), existe uma estreita relação entre a evolução do cultivo da soja no solo goiano e as pesquisas geradas e adaptadas ao estado de Goiás, o que

resultou no aumento da produção, na produtividade e na arrecadação de ICMS, pois os produtores só plantavam sementes derivadas de cultivares adaptadas e/ou geradas para o estado. É o caso do lançamento da cultivar “EMGOPA 301”, tornando-se um marco representativo para o incremento do cultivo da soja em Goiás, proporcionando um aumento de produção entre 1984 e 1989 de 436%.

Segundo Wedekin (1994) *apud* Lazzarine; Nunes, (2000). O fenômeno, conhecido por modernização agrícola, aliado aos fatores abaixo relacionados, provocou o interesse pelas terras do cerrado e proporcionou a expansão da soja em Goiás. O interesse pela região dos cerrados deu-se por causa de três fatores: 1) Aspectos edafo-climáticos favoráveis: topografia plana, chuvas regulares, altas temperaturas e profundidade dos solos. 2) Estes fatores, associados a tecnologias regionais específicas, têm desencadeado um substancial aumento de produtividade em áreas não-tradicionais; isto é, fora da Região Sul; procura de terras mais baratas: os sulistas voltaram-se para a concentração dessas terras, por causa do seu baixo preço, tendo em vista o aumento da rentabilidade da exploração agrícola (lucro sobre ativos) e os ganhos com a valorização do capital fundiário. Boa parte dos sulistas sentiu-se atraída pelo acesso à terra, graças à não obrigatoriedade de sua compra, para nela produzir, tornando-se arrendatários. Isto lhes possibilitava reservar capital para investimento em tecnologia e insumos dentro de um sistema moderno de arrendamento. 3) Economias de escala: a busca por este fator é provocada pelo baixo preço das terras, possibilitando, com um mesmo patrimônio, um aumento na escala de operação. Já está comprovado que, quando se aumenta a área plantada de 50 a 1.000 ha, o custo de produção da soja, por saca, reduz-se cerca de 40%.

Aliados a esses fatores, os programas e políticas adotados nas áreas do cerrado deram condições para o crescimento da agricultura de exportação e ocupação desses locais. A demanda da soja, nos mercados internacionais, tornou o cerrado atrativo para a agricultura comercial. Assim sendo, viabilizou-se a agricultura nas áreas de melhor infraestrutura e mecanização. Os produtores foram incentivados a explorar novas terras porque se tornou lucrativo ampliar a produção de mercadorias para o comércio externo. Desenvolveu-se uma agricultura moderna que exporta e, posteriormente, agroindustrializa produtos para o mercado interno.

Nesse sentido, Bernardes (2007) afirma que:

Tais espaços estabelecem conexões com o sistema econômico mundial, o qual, pela sua natureza competitiva globalizada favorece a formação de espaços corporativos de altas densidades técnicas: são os espaços de expansão da soja, do algodão, da cadeia carne/grãos, entre outros, com seus urbanos, fragmentando-se o espaço para que o capital possa se fazer presente em diferentes porções do território, as mais adequadas para a reprodução do capital.

A partir dos anos 70, a região sudoeste de Goiás torna-se pioneira no cultivo da soja e o processo de modernização da agricultura, desencadeado nesse local, encontra-se inserido no contexto do que ocorreu com a agricultura nacional. Foi sustentado por créditos e adoção de insumos modernos. Sofreu amparo do estado através de programas específicos como o “POLOCENTRO que entre 1972 – 1974, com linha de crédito especial para aquisição de máquinas, desmatamento, correção de solo e infra-estrutura básica, que acelerou, no Centro-Oeste do país, o processo de industrialização da agricultura” (ARANTES, 2001, p. 79).

À região sudoeste do estado, área de exploração agrícola recente, destinou-se uma elevada oferta de crédito de custeio entre 1970 e 1980. Vale ressaltar que entre 1970/95 houve uma inversão dos produtos beneficiados no estado de Goiás. Até 1970 os

principais produtos beneficiados pelo custeio agrícola em 1970 eram arroz, milho, algodão e feijão. A partir de 1980 a soja e o milho são os produtos que apresentam o maior crescimento tanto em valor monetário quanto em número de contratos. Em 1995 a soja recebe 23,68% e o milho 59,56% do valor monetário destinado ao crédito rural em Goiás. Já o arroz e o feijão recebem respectivamente 3,4% e 4,12% do valor monetário do mesmo ano. A alteração da base produtiva beneficiava o processo de agroindustrialização no estado, fazendo com que os incentivos se concentrassem em produtos com maior potencial de agregação de valor, no caso a soja e o milho (LUNAS; 2001, p. 45).

Na tabela 08, são apresentados os créditos concedidos em nível de Brasil, Goiás e microrregião do sudoeste goiano, no período entre 1970 e 1995, assim como a sua aplicação.

Constata-se, pelos dados da tabela 06, que em 1995 o sudoeste goiano recebeu 26% do crédito concedido ao estado de Goiás para custeio, 15% para investimentos e 30% para comercialização. No período analisado, verifica-se uma acentuada predominância do crédito de custeio, perdendo para o de comercialização somente em 1995. Essa predominância justifica-se pelo fato de que a agricultura exige uma elevada concentração de recursos em um curto espaço de tempo de plantio e um longo período na produção, sem nenhum retorno intermediário. Isto exige do agricultor um elevado volume de capital de giro, o que justifica a grande demanda de crédito de custeio.

TABELA 08

Créditos concedidos em nível de Brasil, Goiás e microrregião do sudoeste goiano, 1970 e 1995

Aplicação	Brasil			Goiás			Sw Goiano		
	1970	1980	1995	1970	1980	1995	1970	1980	1995
Custeio	896.00	9.206	4.389.000	22.202	221.288	318.696	2.966	29.614	81.860
Investimento	541.000	3.052.000	1.536.000	9.354	54.214	110.036	958	3.682	16.474
Comercialização	564.000	4.012.000	1.159.000	224	4.874	102.086	-	556	30.505

FONTE: Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1995; BACEN.

Vale ressaltar que o estado de Goiás contou com linhas especiais de crédito para a região Centro-Oeste, como o do POLOCENTRO, no início da década de 70 e o do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, final da década de 1980, que induziram a modernização do setor agrícola. Recebeu, ainda, outros recursos destinados à eletrificação rural.

Sendo assim,

O Estado funcionou como direcionador de política de industrialização no campo, à medida que este passou a consumir insumos e maquinários subsidiados. Isso pode ser constatado observando-se a quantidade de tratores adquiridos, haja vista ser o trator um indicador de padrão técnico da agricultura (ALVES; 1993, p. 32).

Essa aquisição deu-se em nível nacional e não só em nível estadual. Segundo dados do IBGE, na safra de 2000, a produção de soja do município de Rio Verde foi de 175 mil toneladas. Cerca de 90% da área cultivável utiliza o sistema de plantio direto, protegendo o solo e reduzindo o índice de erosões. A área plantada é superior a 230 mil hectares e apresenta as melhores médias de produtividade do país.

Para garantir essa colocação e buscar elevar os índices de produção e produtividade, o município conta com as seguintes entidades: Associação de Produtores de Grãos (AGP), Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), Clube dos Engenheiros Agrônomos (Ceagro), Clube Amigos da Terra (CAT), Sindicato Rural de Rio Verde e Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (Fesurv) que realizam estudos, palestras e reciclagem dos produtores.

O crédito tornou-se o fator básico das mudanças ocorridas no segmento agrícola e induzidas pelo estado. No caso do Sudoeste Goiano, o volume de concessão de crédito entre 1970 e 1995 teve um acréscimo de 835%, ao passo que o estado de Goiás teve um acréscimo de 711%, ambos muito acima do que foi concedido ao país, cujo acréscimo foi de 251%, segundo dados do BACEN (Banco Central do Brasil). O volume de financiamento concedido ao setor agropecuário do estado de Goiás salta de 45.512 mil dólares, em 1970, para 369.144 mil dólares, em 1995, e, 19% destes recursos de 1970 destinaram-se à região do Sudoeste Goiano, com o percentual subindo para 22%, em 1995. Esses financiamentos contavam com taxas de juros subsidiadas, na década de 70, o que possibilitou a mecanização agrícola na região.

Além do Estado, às empresas privadas também passa a dar suporte de créditos como comenta Gonçalves (2008, p. 39).

Com a redução da Política de Garantia de Preços Mínimos na década de 1990, as empresas voltadas para o agronegócio buscaram investir mais em armazenagem, criando alternativas de comercialização da safra para os agricultores. Empresas como a Cargill, Bunge e Monsanto passaram a atuar mais intensamente junto aos produtores, fornecendo crédito ou comprando antecipadamente a produção. Essa atuação, que foi mais presente na produção de soja, se estendeu também ao milho e ao algodão. A Monsanto, em 2000, lançou contratos de opção de milho, destinado aos produtores de Goiás, com preços melhores do que o governo (DINIZ, 09/05/2000), além de não exigir o pagamento de taxas. Bastava o produtor emitir uma Cédula do Produtor Rural (CPR) e, se na hora da liquidação do contrato, o preço de mercado fosse maior, a Monsanto pagava a diferença. A empresa criou ainda outros programas, como o seguro contra perda de safra (em parceria com a Cosesp) e vantagens na troca entre as CPRs e alguns insumos específicos. Obviamente, esses programas foram restritos devido ao seu alto custo.

No atual período técnico-científico-informacional, o processo de modernização pelo qual passa o espaço geográfico permite uma crescente segmentação territorial das etapas o trabalho (produção, circulação, distribuição, consumo), acarretando uma intensificação das trocas e um mais denso feixe de relações entre as regiões. Esses intercâmbios frequentes não são obrigatoriamente entre áreas contíguas. Daí a proposta de Milton Santos (1988, 1994, 2004) de abordagem que leve em conta os circuitos espaciais da produção. Estes são definidos pelas diversas etapas do processo produtivo, desde a sua origem até o consumo final. Os círculos de cooperação associados aos circuitos espaciais de produção referem-se aos fluxos imateriais, tais como capital, informação, mensagens e ordens (SANTOS, 1988, 1994).

Cada circuito espacial da produção promove uma vida de relações próprias que contribui para definir alguns conteúdos da dinâmica do território como o abastecimento de insumos e produtos, a oferta de serviços, a criação de normas necessárias à produção, entre outros (XAVIER, 2002).

Assim, temos um campo organizado a partir de interesses dos atores hegemônicos, ou seja, de impulsos globais que, conforme assinalam Ribeiro e Silva (1997, p. 2), são “formas transnacionais de organização da produção e do consumo, expressivas de alterações profundas no paradigma produtivo hegemônico até os anos 70”. Formas que dependeram, para o seu predomínio, da extensão alcançada pelo denominado por Milton Santos (1994), meio técnico-científico e informacional e, ainda, da autonomia relativa dos fluxos financeiros face às políticas econômicas dos Estados Nacionais.

Como aponta Ribeiro, “as mudanças no paradigma produtivo condensam alterações no controle da produção e dos fluxos financeiros e de consumo, com fortes rebatimentos na vida política e na vida social” (RIBEIRO, 1996). Santos orienta no sentido de perceber que “as técnicas participam na produção de percepção do espaço, e também na percepção do tempo, tanto por sua existência física que marca as sensações diante da velocidade como pelo seu imaginário” (SANTOS, 1996, p. 45).

Talvez seja necessária uma reflexão sobre essa crise da modernidade, seu significado e os novos valores que emergem. Estamos mergulhados num empiricismo tão forte, que acabamos fundamentando o nosso conhecimento do mundo na enorme capacidade de absorção de dados e informações. Entretanto, esta fase da modernidade traz a necessidade de pensar as mudanças, pois a complexidade é enorme e para nós se traduz em ação, tempo e espaço, com suas formas conteúdo. Trata-se aqui de pensar a ação, portanto, não no sentido de atividade, mas sim enquanto ato que tem sentido no âmbito da racionalidade capitalista, vinculando-se a problemática da ação ao tempo e ao espaço. Trata-se da ação entendida como uso do tempo que no processo produtivo é fundamental, é pré-estabelecido, pois quem domina, tem a hegemonia, é quem vai elaborar, por exemplo, o calendário agrícola, é quem vai definir a safrinha ou a segunda safra, fazendo com que haja outra eficiência do tempo. Estamos falando, portanto, das estratégias do poder que contemplam grandes ações. Assim, as ações devem ser sincronizadas, sendo as ordens e as regras enquadradas em tempos pré-definidos, e estas ordens, e estas regras se relacionam com mecanismos de reprodução de poder.

Além do domínio sobre o tempo, fundado no uso de modernas tecnologias, é preciso dominar o espaço. A forma espacial é a maneira como o movimento/ação se organiza mais horizontalmente. Assim, esse espaço/conteúdo tem localização e fixos que se estruturam a partir da ação. O nosso olhar tende a captar a mesma escala, porém a multiescala é fundamental, a do lugar, da região, da nação, do mundo. Como alega David Harvey, “o que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra. Sabemos, não obstante, que não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas” (2004, p. 108).

Para o autor as escalas representam produtos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas. Nesse contexto o jogo está aberto: no caso da expansão da fronteira agrícola moderna goiana, fenômenos de abertura de novos espaços produtivos e de cooperação podem ser identificados, vinculados a novos potenciais, com suas múltiplas influências e condicionantes, assim como fenômenos de fechamento de espaços tradicionais. O que vale é a produção do território, é a produção do espaço como trabalho morto, como técnica, e as ações que produzem esse espaço. São estruturas que permitem a ação possível, pois estão condicionadas por determinadas condições naturais que, no caso da soja são a temperatura, distribuição de chuvas, luminosidade e topografia, não só por determinantes sócio-espaciais que condicionam as ações, isto é, o passado, a história, onde há forças pretéritas e valores tradicionais que precisam ser superados quando se trata da expansão do moderno.

Assim, as ações exigem um tempo junto com um espaço, havendo uma disputa da ocupação desses espaços, o que exige a criação de uma atmosfera psicossocial, de um ambiente de aceitação desse novo. Nas palavras de Santos (1996, p. 204):

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicossfera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes [...] A psicossfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário.

Segundo Ribeiro (1991), a psicossfera cria as condições sociais para aceitação da tecnosfera, adequando comportamentos, acompanhando e até antecedendo a expansão do meio técnico-científico, consolidando a base social da técnica. Acreditamos que o

FOMENTAR contribuiu com as condições sociais para a aceitação da tecnosfera no sentido de círculo de cooperação no processo de territorialização da soja e da consolidação da agroindústria de grãos e carnes em Rio Verde.

Cleps Júnior (1998) comenta que o complexo de oleaginosas se associa/interage com outros complexos, fornecendo um conjunto de produtos. Os principais produtos desse conjunto são a soja *in natura* e o farelo de soja, utilizados para fabricação de rações, para atender outras cadeias produtivas como a de carnes.

Em 1984 cria-se em Goiás o programa FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás, pela Lei 9.489 de 19 de julho de 1984, com o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das atividades industriais, preferencialmente as do ramo da agroindústria, que efetivamente contribuem para a promoção do desenvolvimento econômico do estado. Como Goiás estava perdendo para o estado do Paraná na produção de soja, buscaram-se mecanismos para a consolidação do cultivo dessa oleaginosa. Mas para aumentar a produção, Goiás teve que estimular concomitantemente a agroindústria no estado. E esse foi um dos fatores que nortearam a criação do programa FOMENTAR e, com ele, a indústria goiana passou a ser competitiva em relação a outros estados. Como afirma Holland & Richter (2003, p. 270),

Das empresas agroindustriais investigadas, 91,6% utilizam incentivos fiscais do Estado (FOMENTAR) e reconhecem (83%) que esse incentivo tem colaborado e/ou estimulado para que pudessem competir no mercado externo, assim como tem favorecido a ampliação e adequação das indústrias nas questões do avanço tecnológico e inovações dos produtos e dos processos.

O FOMENTAR funcionava como uma forma de capital de giro, financiado pelo estado, com o tesouro estadual, a um custo financeiro simbólico. A empresa beneficiada deixava de recolher 70% de seu ICM ao estado, isto é, a empresa desembolsava apenas 30% do ICM e o tesouro estadual quitava os outros 70%, passando a ser um empréstimo a título de capital de giro. Esse programa sofreu alterações, passando a se denominar PRODUZIR em 18/01/00, com a Lei 13.591 que veio corrigir alguns problemas por ele enfrentados como é o caso da

inexistência de mecanismos que estimulassem com mais benefícios as indústrias que processassem matérias-primas identificadas com nossa vocação econômica e facilitar o acesso de pequenos e microindustriais (www.produzir.go.gov.br). A principal inovação deste novo programa é a possibilidade da participação acionária do Estado, em casos excepcionais, em projetos da iniciativa privada. A tentativa é de substituir o financiamento subsidiado pelo recurso de participação, através das ações das empresas e tendo direito aos lucros futuros (LUNAS; 2001,

p. 49).

É um programa de incentivos que tem como característica o financiamento de até 73% do ICMS gerado por até sete ou até 15 anos, com vigência limitada ao ano de 2020. “Uma das características essenciais do programa é o FUNPRODUZIR, mecanismo autônomo formado pelo adiantamento de 10% da parcela financiada” (SIC; 2001, p.20).

Algumas empresas foram beneficiadas pelo FOMENTAR. Foi assim que a Refino de Óleo Brasil LTDA (Vigor) implantou no estado a produção de margarina, gerando 111 novos empregos e realizando novos investimentos na ordem de sete milhões de reais. Estabeleceu-se em Anápolis para atender ao mercado interno, cujo maior consumidor é a região nordeste. Também contaram com esse programa a Caramuru Alimentos LTDA com o ramo de óleos vegetais Sinhá, na cidade de Itumbiara e a Coinbra, na cidade de Jataí, para a produção do óleo de soja Valença. Apesar de seu projeto ser de reformulação, gerou 169 novos empregos.

A matéria-prima utilizada pela Companhia Leco de Produtos Alimentícios (Leco-Vigor) para fazer a margarina BLENDE (gordura vegetal hidrogenada) é adquirida da empresa Maísa de Itumbiara (GO). A Leco – Vigor produz margarina com 40%, 60% e 80% de lipídios. Sua capacidade produtiva é de 3.500 a 4.000 kg/h.

Em novembro, a ROB – REFINO DE ÓLEOS BRASIL apresentou ao Governo de Goiás um projeto para a construção de uma unidade fabril para a produção de margarinas, com investimentos de R\$ 6.590 mil (seis milhões, quinhentos e noventa mil reais) para a produção de 8 mil toneladas/mês na cidade de Anápolis. O projeto foi enquadrado dentro do Programa Fomentar para fins de incentivos fiscais e aprovado no dia 30 de dezembro. Imediatamente após, foi dado o início da construção desta unidade no centro industrial de Anápolis (www.vigor.com.br).

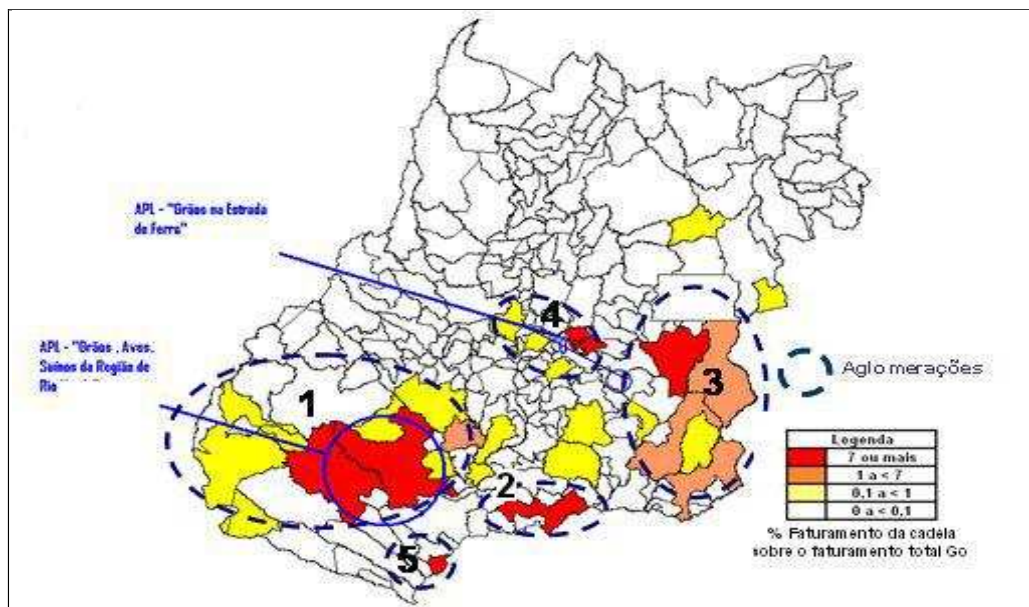
É evidente a superioridade do sudoeste goiano no *ranking* estadual de soja, no agronegócio de Goiás, no que se refere ao complexo grãos – carne, principalmente com o funcionamento da Perdigão e Gessy – Lever fechando os elos da cadeia produtiva e horizontalizando o *mix* grãos – óleos – farelo - carne. O complexo agroindustrial da Perdigão começou a funcionar em junho de 2000, no município de Rio Verde, região sudoeste do estado de Goiás, com a denominação de Projeto Buriti. Este projeto

reúne dois frigoríficos - um para aves e outro para suínos - fábrica de rações, incubatório, granjas de matrizes, central de inseminação artificial e unidade para industrialização de alimentos. O projeto envolve recursos da ordem de R\$550 milhões, dos quais R\$400 milhões bancados pela Perdigão. Trata-se do maior investimento já realizado pela empresa. Segundo Nildemar Secches, presidente

da Perdigão, a previsão é de que o complexo de Rio Verde alcance faturamento de R\$700 milhões a R\$800 milhões por ano, com a criação de mais de 3,5 mil empregos diretos e pelo menos 7 mil indiretos. A maior parte da produção será destinada aos estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A Perdigão possui unidades industriais também no Sul do país (Economia & Desenvolvimento; 2000, p. 62).

Concordamos também com Moraes (2005, p. 27) ao afirmar que: “Se a economia da agroindústria não proporcionou a viabilização da pequena propriedade, esta dinâmica estabeleceu todo um padrão de integração e desenvolvimento regional, constituindo-se como principal componente para o novo padrão territorial goiano”. Como mostra o mapa 03, o Estado de Goiás e os pólos de desenvolvimento regional. A área circulada de número um corresponde à lógica territorial dos distritos agroindustriais de grãos aves e suínos no sudoeste goiano e em particular para o município de Rio Verde.

Mapa 03 - regiões de cadeia produtivas em Goiás.



Fonte: SEPLAN – IBGE 2005

Todo essa rede de agronegócio de grãos e carnes tiveram também incentivos fornecidos pelos governos, merece destaque também a participação do governo federal, através do fomento direcionado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), por meio do FCO (Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste), que tem como

objetivo promover o crescimento e o desenvolvimento econômico da região, a partir de investimentos industriais e, sobretudo, de projetos agroindustriais.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste foi criado em 1988 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste brasileiro. [...] gerando impactos dinâmicos na diversificação e modernização da estrutura produtiva. São disponibilizados 3% do produto da arrecadação do Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do Imposto sobre produtos industrializados [...]. O aporte permanente dos recursos do Fundo (29% para Goiás, 29 para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal) possibilita financiamentos de longo prazo para os setores econômicos, gerando novas perspectivas de investimentos para o empresariado comprometido com a dinamização da economia regional. (SEPLAN-GO, 2004.)

4.2.3 Os atores hegemônicos do circuito de produção e dos círculos de cooperação do agronegócio na cidade e no campo.

Em Rio Verde, encontra-se um dos maiores pólos agroindustriais do estado de Goiás. Seu desenvolvimento encontra-se atrelado à abertura dos cerrados para a agricultura, a partir de 1970, e a chegada de agricultores oriundos de São Paulo e região sul do país, atraídos pelas terras planas e mecanizáveis. Esses agricultores/empreendedores trouxeram maquinários, tecnologias, recursos e experiências, transformando o município no maior produtor de grãos do estado de Goiás. É nesse município que se encontra a primeira cooperativa do Centro-Oeste, COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano). Suas atividades incluem esmagamento de soja, refinaria de óleo, fábrica de fertilizantes, ração, sabão e produção de sementes. A COMIGO está entre as três maiores cooperativas do Brasil, e um dos atores hegemônicos no processo de territorialização da soja no sudoeste goiano. Conforme Gonçalves (2003, p. 235),

As transformações que se vêm processando no uso da terra e nas práticas agrárias na área de atuação da COMIGO vinculam-se ao processo de reestruturação do espaço agrário, no qual há um movimento de expansão e desenvolvimento das faixas especializadas em diferentes tipos de lavouras e atividades criatórias, as quais circundam os principais mercados consumidores localizados na Região Sudeste. Expandem-se, por exemplo, as áreas dedicadas à horticultura e a criação de gado leiteiro, que se situam na periferia imediata das grandes metrópoles, deslocando-se para áreas mais afastadas das demais faixas especializadas em atividades que se tornam progressivamente mais extensivas, à medida que aumenta sua distância aos principais centros consumidores. Como parte desse processo, a cultura de oleaginosas e cereais, anteriormente

concentradas sobretudo no Estado de São Paulo, vem-se expandido para o Sudoeste goiano, área de atuação da COMIGO.

O crescimento da produção da soja na economia local, aliado ao crescimento do mercado internacional no período técnico-científico-informacional, impôs a gradativa e necessária instalação, no território, de um conjunto de objetos e sistemas técnicos, tanto no campo quanto na cidade, que viabilizasse a ampliação da escala de produção, como também permitisse maior integração das ações referentes aos processos de produção, circulação e distribuição, operados pelas grandes empresários da soja e cooperadores da COMIGO em escala global.

4.2.4 A rede de poder da COMIGO e seus circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação

A cadeia agroindustrial é definida como um conjunto de atividades inter-relacionadas a partir de um recorte estático, agregados por um ou mais critérios previamente definidos. (PAULILLO, 2000). O autor nos permite pensar a cooperativa de grãos COMIGO não apenas nesse recorte definido por ele, mas também como complemento comentado também pelo o autor que as agroindústrias devem ter aspectos mais amplos que a noção de complementaridade dinâmica que permite aspectos como a dominação e a preservação do poder, a representação dos interesses e grupos na realização de políticas públicas, o rompimento e a mudança do padrão de regulação.

“são vistos a partir das relações multideterminadas dos membros ou dos segmentos de um encadeamento. Eles permitem não apenas descrever e analisar a complexidade das relações estruturais, como também compreender a dinâmica das forças sociais envolvidas.” (PAULILLO, 2000, p. 6).

Inocência (2010), ao trabalhar redes de poder nas dinâmicas territoriais do cerrado afirma que: “as redes influenciam nos resultados dos processos políticos e sociais, assim como alteram estratégias e mesmo preferências de atores e grupos por dadas localidades do espaço terrestre. Elas atuam sobre as dinâmicas de localização estruturando os espaços.”

O estudo das redes permitem analisar como as ações do Estado combinam um conjunto articulado de instituições e padrões de relações de poder, Estas três estruturas se influenciam mutuamente de uma forma complexa, em especial, pela maneira como elas se associam, de contexto para contexto, mediado pelos

agentes presentes, pelos instrumentos de poder, pelos padrões de relações em que estão inseridos e, sobretudo, pela própria dinâmica política, incluindo estratégias, ações e resultados, (MARQUES, 2005, *APUD*, INOCÊNCIO, 2010, p. 147.)

A comigo, portanto, é um ator hegemônico do poder na formação do conteúdo técnico-científico do território de Rio Verde nas últimas décadas.

Segundo Milton Santos (1994, p. 111), o desafio de pensar a dinâmica e o conteúdo geográfico, nos marcos atuais da globalização da economia, de forma a dar conta da multiplicidade e da diversidade das situações e processos coexistentes, requer a consciência de que estamos diante da formação, em escala global, e um novo meio técnico-científico-informacional. Para tanto, assevera o autor, há que se ter presente que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro, o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

O território de Rio Verde passou a ser estruturado e organizado sobre forte influência da COMIGO, que atendeu aos requisitos necessários à continuidade da plena racionalização e do funcionamento eficaz do ramo da soja do milho e algodão no âmbito mundial. A organização do que poderíamos denominar de complexo agroindustrial da soja requer um fluxo contínuo e atualizado de ordens e informações, que permeia a totalidade desse complexo, articulado os diferentes lugares participantes, a fim de viabilizar a própria racionalização e o pleno desenvolvimento desse ramo produtivo. (LACERDA JÚNIOR, 2003).

Destaca-se, que nesse período, o sistema cooperativo passou também por várias transformações, ajustando-se à nova dinâmica econômica e política da produção agrícola passou a ser determinada pelo capital industrial, e a COMIGO, passou a fazer parte dos complexos agroindustriais (GONÇALES, 2003).

Nesse aspecto, a COMIGO insere-se na escala global em que atuam também agroindústrias multinacionais, estimula a instalação de objetos e sistemas técnicos no território do Rio Verde, que representam a racionalidade e o ordenamento necessário à reprodução ampliada do capital. Enquanto, na escala local, representa a desordem e a irracionalidade, pelo caráter seletivo quanto ao uso que proporcionam e pelas implicações sociais e espaciais que promove.

Na área rural, à medida que o processo de internacionalização da economia local

foi processando-se, as multinacionais passaram a ampliar o número de capital em função dos médios e grandes produtores de soja (integrados da COMIGO), impondo-lhes o seu padrão tecnológico por meio do incremento e da difusão espacial do uso de sementes selecionadas, agrotóxicos e fertilizantes, além da intensificação do desemprego no campo. Essas ações combinadas possibilitam um aumento na produtividade e na qualidade da produção.

A tabela 09 e o quadro 02 demonstra a eficiência da territorialização da soja, atores e ações que proporcionam a fluidez de bens materiais de fixo e fluxos tendo a comigo principal referencia de comando e poder.

TABELA 09

Rio Verde: COMIGO em números – 2003

Cooperados	4.221 (dez/2003)
Funcionários	1671 (abril/2004)
Recebimentos de produtos agrícolas	13,6 milhões de sacas
Capacidade de estocagem de Grãos	794 mil toneladas
Recebimento de leite	27,5 milhões de litros
Processamento de soja	314 mil toneladas
Produção de óleo de soja	61 mil litros
Produção de fertilizantes	205 mil toneladas
Produção de rações	86 mil toneladas
Produção de farelo de soja	240 mil toneladas
Produção de suplemento mineral	675 sacas de 25 kg
Beneficiamento de sementes	200 mil sacas/ano
Faturamento	R\$ 725,7 milhões

. Fonte: Se liga no futuro – Prefeitura de Rio Verde – COMIGO, 2003

Concordamos com Borges (2006, p. 95) ao comentar com o potencial da COMIGO.

Verifica-se que a COMIGO construiu, ao longo de sua história de 29 anos, um grande patrimônio, uma ampla rede de assistência técnica, armazenagem, e uma importante estrutura destinada ao beneficiamento de produtos agropecuários (agroindústria) e à comercialização (lojas). É, hoje, um signo regional, responsável pela transformação tecnológica e das relações agricultura-indústria e socioespaciais no Sudoeste de Goiás. É, também, exemplo de um elemento endógeno modificador da realidade local e regional, que surgiu fomentado por iniciativa e necessidade de produtores locais, aliado à interesses de escala

nacional. A COMIGO, com toda sua estrutura física e econômica, contribuiu para dois importantes processos na região: a inovação tecnológica, e a inserção e consolidação do CAI da soja.

Borges (2006) organiza um quadro que reproduz com eficiência os mecanismos de circuitos de produção e círculos de cooperação da COMIGO.

QUADRO 02

Investimentos, empreendimentos e convênios feitos pela COMIGO, de 1985 a 2001.
Inscrição em faculdades locais, 2005

Ano	Ano Investimento/empreendimento/convênio
1985	Transportadora COMIGO, visando a circulação de produtos e matérias- primas; Fábrica de sabão para aproveitar a "borra" de refino de óleo de soja; Ampliação da fábrica de refino de óleo, ampliando a capacidade de refino de 90 tonelada(t)/dia para 120t/dia e de enlatamento de 400 latas/dia para 900
1986	Três novas unidades de armazenagem (Jatai, Rio Verde e Montividiu), com capacidade de 72.000 t, cada um.
1987	Abertura de filial de loja em Indiara, visando atender os agricultores daquela região
1987 e 1988	Incorporação de duas cooperativas menores: A CANJA, do município de Indiara, e a CAMPAL, de Paraúna. Estas eram economicamente viáveis, embora passassem por problemas, derivados de má administração. Com isso, ampliou-se o número de associados e o patrimônio. Lojas próprias, em Jatai e Santa Helena de Goiás, e o depósito central, em Rio Verde. Criação da Cooperativa de Crédito Rural do Sudoeste Goiano - Credi-rural COMGO.
1991	Lojas próprias, nos municípios de Montividiu e Maurilândia
1992	Entra em operação a unidade de descaroçamento de algodão e a fábrica de ração, em Rio Verde, conseguidas com recursos junto aos bancos Bradesco e Brasil, com capacidade de 75 t/dia e 10t/h, respectivamente
1993	Indústria de Laticínios, antiga reinvidicação dos associados, inserida no complexo industrial de Rio Verde, com capacidade de processar 100 mil t/dia de leite, produzindo: leite e creme pausterizados, requeijão cremoso, manteiga, iogurte, doce e vários tipos de queijo.
1994	Ampliação das lojas, nos municípios de Acreúna e Jandaia. Duplicação da produção de sal mineralizado, em Jataí, chegando a 2160 sacas/dia. Construção de dois silos graneleiros (Jatai e Montividiu), visando atender a "safrinha" de milho e sorgo. Assinou contrato com a empresa New Dalland, da Holanda, especializada na genética de suínos. O convênio previa a instalação de um núcleo de genética de suínos em Rio Verde, por meio de <i>joint venture</i> . O núcleo (inaugurado em 1999) era composto por 3 produtores. Hoje, possui 900 fêmeas bisavós e 1080 multiplicadoras (avós), responsáveis pelo fornecimento de matrizes, sobretudo, para a Perdigão e para outros mercados. Recentemente (2004), essas granjas que pertenciam a produtores associados à COMIGO, passaram para a administração da Dalland-Brasil.
1996	Misturador de fertilizantes, atendendo aos produtores de acordo com as necessidades do solo e do produto que estão plantando.
1998	Instalação da unidade de beneficiamento de sementes, com silos de ventilação controlada, separador espiral, elevadores de correntes e fitas transportadoras. Convênio com a Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico Ltda - COODETEC, do Paraná, para pesquisar novas variedades de soja, algodão e trigo, em Goiás.
1999	A cooperativa entra no projeto RECOOP - Programa de Revitalização da Cooperativas Agropecuárias, com o intuito de fazer novos investimentos.
2000	Compra de um armazém, em Rio Verde, com capacidade de 30 mil sacos, ampliando a recepção de grãos (soja). Inauguração da nova fábrica de ração, ampliando a produção de 10t/h para 40 t/h.
2001	Inauguração de mais um graneleiro em Montividiu, com recursos do RECOOP. Compra de uma área em parceria com a COODETEC, para instalação do Centro Tecnológico em agropecuária, destinado à experimentação de melhoramento do plantio de soja, milho e trigo.

Fonte: das informações: COMIGO, 2004. Org.Borges, R. E. 2006.

No âmbito da cidade, a demanda de trabalhadores temporários, os safristas aumenta com o processo acelerado no conteúdo técnico científico na agricultura, propiciando o aumento da população urbana o surgimento de atividades informais e o incremento de vilas populares na periferia urbana. (LACERDA JÚNIOR, 2004).

Além disso, para atender à demanda da COMIGO e posteriormente, a Caramuru e Cargil, direta e indiretamente, acresceram ao espaço urbano e rural de Rio Verde inúmeros objetos e sistemas técnicos. Esse conjunto de objetos e sistemas técnicos, como condição e produto do desenvolvimento econômico da soja, materializou-se no território sob forma de fixos e fluxos (terminais de carga e descarga, silos, armazéns, escritórios de exportação e importação, de transportadoras de cargas, empresas de embalagens, bancos, hotéis, etc. Há também aeroporto, redes de comunicação elétrica, informacional (celulares) e de transporte coletivo de passageiros e as rodovias implementadas no final da década de 1970). Integra-se ainda, a grande soma de capitais e investimentos do crédito financeiros (bancos). (LACERDA JÚNIOR, 2004.)

Nesse sentido concordamos com Santos e Silveira (2001, p. 132) ao contribuírem análise da dinâmica do território do agronegócio em Rio Verde, tendo como ator hegemônico a COMIGO o Estado e outros atores envolvidos no processo.

Estradas, silos, frigoríficos, portos com terminais de uso exclusivo e tanto outros objetos indicam a força dos capitais fixos no território. Mas esses arranjos de objetos não funcionam sem um acréscimo contínuo de máquinas de plantio e colheitas, tratores, sementes híbridas e fertilizantes, isto é, um capital constante (orgânico) que, por sua vez, precisa de energia e informação, que são também normas (calendário agrícolas, instrutivos de utilização dos produtos etc.). Cresce a espessura dos fluxos de produtos, insumos, pessoas, ordens e, sobretudo, dinheiro. E esses fluxos exigem novamente uma importante infra-estrutura para se concretizarem. Cada pedaço do território, por menor que seja, exige um número crescente de fluxos. [...] Circunscrevem-se as porções reservadas ao processo direto de produção, hoje, altamente especializadas e chamadas a ser eficientes, e obrigatoriamente se alarga o espaço das outras instâncias de produção, circulação e consumo. Os pedaços do território destinados a essa produção direta exigem custosos insumos de toda natureza e impõe a necessidade de uma circulação ampliada. Assim, a economia e o território não se organizam nem funcionam sem grandes somas de dinheiro nas suas formas de crédito, empréstimos, numerário vivo, financiamentos, hipotecas, *commodities*, seguros e tantos outros instrumentos.

Neste movimento analítico das redes de poder da COMIGO e seus circuitos espaciais de produção, há tres aspectos que merecem destaque. Primeiro, o retorno do Estado sob a ótica da não-neutralidade e da participação de suas agências públicas

(ministérios, secretarias, comissões etc.) como atores concretos, que disputam recursos e representam interesses. Segundo, e como consequência do aspecto anterior, isso não significa a perda de sustância do Estado. Terceiro, a forma de constituição das políticas públicas se dá pela base, de baixo para cima, e não pelo alto, de cima para baixo.

Segundo Romano (1999, p. 217) “as redes de poder rompem com a preponderante visão linear e seqüencial da construção das políticas – emergência de um problema, introdução na agenda, formulação de soluções, decisão e início da implementação”. Romano nessa análise implica o rompimento dessa seqüência, porque o destaque é para o início da implementação da política, no qual as decisões são tomadas e os problemas reformulados. Dessa forma os setores são tomados por maior complexidade, já que muitas redes de poder podem operar em seu interior, o que abre maior espaço de investigação para os subsetores e os encadeamentos produtivos. Tomamos como exemplo dota a cadeia produtiva que envolve a COMIGO, e outro agente hegemônico de poder, a Perdigão.

4.2.4 A rede de poder da Perdigão e seus circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação

A Expressão da modernização e da racionalidade requerida pelo capital industrial na agricultura, no seu processo de reprodução e acumulação no território de Rio Verde, intensifica-se nos anos de 1990, e em particular, a partir de 1996 com a implantação da agroindústria Perdigão devida favoráveis condições. Como afirma Borges (2006, p. 34).

Entretanto, a grande produção de soja (que representa uma vantagem do território) e a possibilidade do aumento da produção de milho, através de incentivos e pagamento de preços melhores, devem ser consideradas como um atrativo no conjunto dos fatores locais [...]. Pois, com o aumento da produção de milho no Sudoeste de Goiás, a microrregião se torna muito mais competitiva para a criação e industrialização de aves e suínos, elevando, ainda mais, a economia de escala na atividade de cria e engorda de animais. E estrutura fundiária propícia para o desenvolvimento da integração de grande escala.

Chiavenato, Leite (2002) relatam que os principais fatores foram além da disponibilidade de grãos, a oferta de mão-de-obra; proximidade com o mercado consumidor; incentivos fiscais; condições climáticas e infraestrutura.

A Perdigão, no final da década de 1990, também organizou seu território no município de Rio Verde. A Empresa Perdigão Agroindustrial S/A. criou um plano estratégico que tinha como objetivo sair da Região Sul e começar a atender a outras regiões.

Rio Verde foi o município escolhido pela empresa por estar inserido nos circuitos espaciais de produção e circulação de mercadoria e capitais que a COMIGO já teria implantado, como vimos no item anterior, viabilizando condições ou base técnicas e econômicas para uma organização de atividades agrícolas integradas à indústria. Ou seja, a Perdigão já teria fortes indícios para sua territorialização e desterritorialização, principalmente no campo. Como afirmam França, Fernandes Filho (2003, p.200):

O projeto Buriti está sendo implementado, desde 1998, pela Perdigão em Rio Verde, cidade da região Sudoeste do Estado de Goiás, região esta que é a maior produtora de milho, soja e algodão do Estado. A Base técnica do processo produtivo das unidades agropecuárias produtoras destes grãos é intensiva no uso de inovações tecnológicas modernas e a maior parte dos estabelecimentos produtores destes grãos apresenta tamanho de área superior a 200 hectares (CENSO AGROPECUÁRIO DE GOIÁS, 1995 – 1996). São esses produtores – que, em geral, detêm maior poder de alavancagem de recursos, na medida em que, principalmente, têm maior patrimônio para dar em garantia do empréstimo bancário – o público alvo da Perdigão para celebra contratos de integração. Os grandes produtores de leite desta região, a maior bacia leiteira de Goiás, são também público alvo da integradora.

Utilizando a denominação dada por vários autores, ao estudarem o processo de modernização da agricultura no Brasil nos últimos anos, poderíamos confirmar que a COMIGO e a Perdigão são responsáveis pela consolidação de um complexo agroindustrial (CAIs) no município de Rio Verde. Concordando, nesse contexto, com Muller (1985, p. 32), que explica:

[...] a articulação da agricultura com a indústria [...] produziu a expansão de um complexo agroindustrial (CAI) que gerou formas específicas de produção na agricultura que, embora tenham assumido expressão concreta em áreas espacialmente restritas, acabaram contingenciando as condições gerais de produção no país. Desse modo, as diferentes porções do território insere-se, hoje, num esquema global, em escala nacional e os aspectos que assumiu a evolução da agricultura nos diferentes contextos regionais só podem ser apreendidos a partir da ideia de que a dinâmica da agricultura passou a ser comandada pelas forças controladoras do complexo agroindustrial.

O Cais de grãos (COMIGO) e Carnes (Perdigão) segundo Paulillo, (2000, p. 9) revelam:

As características dos membros e das conexões a interdependência que se estabelece, pautada na busca de recursos de poder (constitucionais, jurídicos, organizacionais, financeiros, políticos ou de informação) e na representação de interesses. No caso do conhecimento ou informação, a interdependência é revelada porque a capacidade cognitiva de cada ator, seus critérios, modo de apreciação e rotinas setoriais a que se submete, proporciona uma forma de inserção específica na rede. Essa inserção tem um efeito nos demais setores conectados, que reagem ativamente ao mundo circundante. No caso da legitimidade, a interdependência é revelada porque há um reconhecimento manifesto no interior da rede que as ações de uma organização ou grupo de interesse são autênticas. Daí decorre também a reputação de cada membro (individual ou coletivo), formado ao longo do tempo pela aquisição de recursos de poder, pela concessão estatal de status público e pela chancela da capacidade de representação e aglutinação, feita por atores privados

Enquanto isso, as habilidades diretas e indiretas da COMIGO e da Perdigão inseridos na rede de poder podem potencializar sua forma de inserção, negociação e, conseqüentemente, de influência na realização de políticas públicas.

Assim temos parceria, COMIGO, Estado, Perdigão. O poder de um membro é dependente dos recursos de poder dos outros membros e do tipo de relação que eles possuem. De maneira similar, as características das conexões entre os segmentos da rede também revelam a interdependência, porque influenciam na distribuição dos recursos de poder e nas formas de representação dos interesses. O conjunto de regras e normas atuam decisivamente, influenciam os graus de centralização das operações e de envolvimento dos atores, sejam poucos ou muitos.

Nesse sentido veremos agora o grau de agregação Perdigão, Comigo, Estado (políticas públicas espaciais da soja), em que se identifica uma interação estratégica igualmente importante. As relações de caráter temático da pesquisa, ou mais específicos “Território e políticas públicas espaciais do agronegócio da soja”, seus atores privados e públicos podem formar redes de poder que tenham influência sobre os resultados políticos que determinam territórios de poder.

O Projeto Buriti, que se iniciou em 1998 e foi concluído recentemente em 2004, consiste de um sistema completo de integração avícola e suínola na região de Rio Verde e outros municípios do sudoeste goiano. O projeto, a princípio, segundo o informativo Perdigão 2000, foi composto de um frigorífico de aves com capacidade para abater 281 mil cabeças/dia; um frigorífico de suínos para 3.500 cabeças/dia; uma fábrica de rações para 60 mil t/mês; duas granjas de matrizes de aves (1738.000 ovos/semana); um incubatório de aves (1.738.000 pintos/semana); e 810 módulos de integração (aves e suínos), como pode

ser observado na figura 02.

Figura 02: Rio Verde: complexo agroindustrial da Perdigão localizado na BR – 060



Fonte: Perdigão, 2007.

Para França, Fernandes Filho (2003, p.200), segundo informações da Perdigão (1999-2001),

Este projeto apresenta números nunca antes vistos em termos da avicultura de corte nacional. Segundo informação da empresa (PERDIGÃO, 1999), quando estiver em pleno funcionamento, a sua produção significará um aumento de 50% na capacidade de produção da agroindústria (capacidade de 1998), em termos de produção de carne de aves e suínos. Estão sendo investidos R\$ 550.000.000,00, sendo R\$ 400.000.000,00 pela Perdigão, R\$ 110.000.000,00 pelos produtores e R\$ 40.000.000,00 Pelas transportadoras. Desse total, o BNDS vai financiar R\$ 180.000.000,00 para as instalações industriais e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, via Banco do Brasil, vai financiar R\$ 110.000.000,00 para os produtores construírem os módulos de alojamento para aves e suínos. A área total construída soma 1.501.650 m² (PERDIGÃO, 2001).

Sobre a questão da seleção dos integrados, o Projeto Buriti partiu de uma experiência nova no que refere ao perfil dos integrados bem como a área da propriedade. Ao contrario da Região Sul do Brasil, que se baseou no binômio pequena propriedade e mão-de-obra familiar.

Nos últimos anos, o padrão adotado no sul do Brasil deu mostras de esgotamento. Por outro lado, os custos logísticos e de gerenciamento de um grande número de integrados e que, só na região sul, segundo o informativo da Perdigão, teria cerca de sete mil e, com isso, vêm crescendo excessivamente os custos, como transporte de ração, coleta de animais, assistência técnica e supervisão dos contratos de milhares de pequenos integrados.

Isso indicaria, segundo o informativo, fonte de custos pouco compatíveis com um negócio de margens reduzidas. Outro fator seria o restrito tamanho médio das granjas na região Sul e o seu crescimento incremental, constituindo, hoje, obstáculo à adoção de tecnologias mais modernas e produtivas. Há enorme heterogeneidade tecnológica e de escala entre as granjas do Sul, o que se reflete em contratos igualmente diferenciados, pois a remuneração dos produtores é calculada com base em créditos técnicos, variáveis, em função da escala e da tecnologia adotadas.

Assim, os fatores logísticos e tecnológicos apontam para unidades com escalas significativamente maiores do que as vigentes nas regiões pioneiras. Ao optar por granjas com capacidade média de alojar 24 mil frangos em Rio Verde (em Santa Catarina, as granjas alojam de 6 mil a 15 mil frangos), a Perdigão viabilizará a adoção de tecnologias de fronteira, como alimentação automatizada e climatização. Ao mesmo tempo, terá que gerenciar um número muito menor de unidades do que no modelo tradicional. A matéria prima em abundância no município de Rio Verde, ficando evidentes ganhos logísticos. Nota-se, ainda, que, sendo implantadas todas simultaneamente, as granjas serão homogêneas, ao contrário da diversidade encontrada no Sul, o que traduz em contratos padronizados e, portanto, custos administrativos mais baixos. Soma-se, ainda, a questão técnico-científica em relação à engenharia genética (chester), o sistema de engorda e o crescimento rápido das aves, proporcionando uma escala de produção cada vez maior em relação aos anos anteriores.

Nesse contexto, concordamos com Cleps Júnior (1998, p. 75), ao afirmar que:

[...] o setor de carne de aves tem registrado evidente avanço na produção nacional, principalmente a partir das inovações ocorridas na fase de criação, onde se conseguiu elevar a taxa de conversão e desenvolver linhagens próprias de aves (aves avós). Para exemplificar, um frango que é atualmente abatido com entre 42 e 45 dias, pesando no máximo 1.680 gramas, no início da década de 1970, era abatido somente com 60 dias de vida (variação na taxa de conversão de 3,0 para 2,4). Outros aspectos que reforçam a posição da cadeia de aves referem-se ao crescimento na logística de produção em novas áreas de fronteira agrícola, onde vem sendo adotado o modelo do tipo quase-integração, aproveitando-se rações (premix) a partir das matérias-primas locais.

Sobre a redução nos custos de transação no processo de integração, segundo França e Fernandes Filho (2003, p. 202):

O novo modelo aparentemente contribuiria para a redução dos custos de transação, porque: ao possibilitar a redução drástica do número de integrados por planta industrial, ao estabelecer que os mesmos tenham uma mesma base

técnica e façam uso das inovações tecnológicas de maneira intensiva, ao escolher produtores para serem integrados com maior acesso a informações (ao não se envolverem com trabalho direto no processo produtivo e sim com o gerenciamento do negócio como um todo), haveria redução dos custos com formulação e monitoramento dos contratos, assistência técnica, entrega do pintinho, da ração, dos produtos veterinários, na busca do frango para abate, cálculo da remuneração dos integrados pela engorda do frango e com o pagamento dos mesmos. Haveria, também, menor oportunismo por parte do integrado, uma vez que o custo de deixar a integração seria elevado em função dos elevados custos do investimento. Enfim, contribuiria para reduzir os custos administrativos e, por consequência, de transação. Assim, introdução do novo modelo seria explicada como uma forma de reduzir o custo de transação.

Segundo a Perdigão, o perfil esperado do produtor (granja de aves) é o seguinte: localização da propriedade em raio médio de 60 Km da indústria; propriedade com estrutura básica boa (água de qualidade, energia constante, sem restrições de acesso a qualquer tempo); idoneidade; condição financeira que suporte arcar com 25% do investimento inicial; e visão empresarial.

As responsabilidades do integrado são: arcar com os investimentos em instalações e equipamentos, compreendendo construção e manutenção, sob supervisão da empresa; fornecer mão-de-obra para os cuidados do aviário; fornecer mão-de-obra para carga e descarga; fornecer água, gás e energia elétrica; seguir as orientações técnicas e os sistemas de controle indicados pela empresa; permitir o livre acesso dos técnicos aos aviários; e aderir a um sistema de retenção de fundo de equalização das prestações.

A consolidação do complexo agroindustrial em Rio Verde, com a fixação da Perdigão, ampliou rapidamente os *circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação* Santos (1994). No campo e na cidade em razão do conteúdo técnico científico empregado na agropecuária, dando maior intensidade aos fluxos de capitais e materializando fixos para atender à demanda de uma produção cada vez mais acelerada. “O resultado é um significativo volume de produção industrial associado à atividade agropecuária, culminado com um processo intenso de fusão ou integração de capitais desses dois campos econômicos, que passam a ser controlados por grandes empresas nacionais e multinacionais”. (ELIAS, 2003, p.170).

A COMIGO e a Perdigão foram as principais responsáveis pela formação do complexo agroindustrial de Rio Verde contemplando o conceito de complexo agroindustrial concebido por alguns autores e dando um outro sentido as configurações sócioeconômicas espaciais no campo e na cidade.

Nesse sentido, amparamo-nos em Elias (2003, p.172), ao mencionar a realidade de Ribeirão Preto aos conceitos de complexo agroindustrial. Contemplando as ideias de Elias, fazemos de suas palavras a realidade de Rio Verde em relação ao conceito e formação de complexo agroindustrial e suas transformação no espaço geográfico.

Ao levarmos em conta as teorias desenvolvidas por esses pesquisadores, o conceito de complexo agroindustrial parece fazer sentido com a realidade na região de Ribeirão Preto, uma vez que se desenvolveram alguns importantes segmentos industriais associados à elaboração de bens de produção para agricultura, a sua transformação industrial, assim como bens de produção para essas próprias agroindústrias. Na região, após duas décadas de muitas modernizações, os setores agrícolas e industriais funcionam organizacionalmente, subordinados ao comando de grandes agroindústrias, as quais controlam direta ou indiretamente os circuitos espaciais de fabricação das suas respectivas matérias-primas. É nítido que, na região de Ribeirão Preto, a agroindústria mostra ser um signo das novas relações econômicas que se dão no espaço agrícola e urbano; a agroindústria é o gênero industrial cujo desenho formado pelos circuitos espaciais de produção une áreas agrícolas e urbanas, campo e cidade em um só horizontalidade, em uníssono para a realização de uma produção agrícola e agroindustrial globalizada. Parece a nós que na região o complexo agroindustrial é ainda mais expressivo, uma vez que aí também se desenvolve um importante setor metalúrgico, produtor de meios de produção para inúmeros setores industriais e destilarias, com significativo desenvolvimento de tecnologia.

Conforme as últimas palavras da autora, quando se refere a outros setores de meios de produção, em Rio Verde, ocorrem o mesmo processo no momento em que empresas de embalagens instalaram-se próximos à Perdigão (Orsa, Videplast, Cargil) e COMIGO (Brasilata) e outros segmentos que alimentam a cadeia produtiva da soja, aves e suínos.

A figura 03 mostra a indústria Orsa no entorno do anel viário, onde também se encontra-se a Perdigão. Essas empresas fazem parte da dinâmica que compreende o sistema de objetos e ações, que configura os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, redefinindo novos arranjos espaciais no campo e na cidade de Rio Verde que será o objeto análise e discussão do capítulo seguinte.

Figura3: Rio Verde: vista parcial da empresa de embalagens de papel ORSA.



Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.

4.3 A configuração do território da soja no período Técnico-científico-informacional diante da gênese dos circuitos espaciais de produção.

O período Técnico-científico-informacional é caracterizado pela fusão entre técnica, ciência e informação, num processo em que as mesmas são indissociáveis. Esse período é marcado pelos fluxos e a dinâmica mais acentuada do território que usa de tais elementos para torná-lo mais fluido e, portanto, abrigável ao capital por meio das grandes corporações internacionais (multi ou transnacionais). Esse período se consolida no contexto mundial por meio da informação, através do capital financeiro, pela atuação da especulação, e também pelo aumento substancial do capital produtivo, por isso, esse período também pode ser confundido com a Globalização, que se caracteriza pela sobreposição espaço tempo e, sobretudo, pela consolidação da “[...] da mais valia como motor único [...] pela unicidade técnica [...] convergência dos momentos, [...] cognoscibilidade do planeta e pelas constantes crises” (SANTOS, 2003, p. 23 – 36).

As análises do Instituto de Pesquisa do Estado de São Paulo S.A, revelam a necessidade de uma Reestruturação do modo de produção que fora implantado no Brasil para substituir as importações, com a intenção de desenvolvimento endógeno de tecnologias. O sistema de acumulação capitalista recupera-se nas relações de trocas dinâmicas, em que hoje essas relações sugerem que o poder organizador e regulador dos Estados nacionais estejam sendo prejudicados, tanto na dinâmica interna quanto externa do território, devido ao aumento de intensidade e complexidade dos intercâmbios comerciais,

indivíduos, comunidades, corporações, organizações, redes de solidariedade, redes de informação, baseados nos interesses mais diversos, formam uma teia em escala local e global, tornando-se difícil de ser manipulada ou mesmo controlada por cada Estado, por mais poderoso que seja. Pode ser uma situação de curta duração se as tecnologias que manipulam e acompanham essa evolução territorial e a reestruturação industrial , não obtiverem políticas de investimentos e de competitividade , que possam estimular as inovações .

Portanto, o que é interessante nessas redes técnico-produtivas, são as formas com as quais elas não se constituem apenas economicamente, no sentido rigoroso do termo, mas inclui intercâmbio de símbolos e imagens. Em síntese, as organizações de interesses, os empresários da rede e as agências governamentais não somente competem entre si mas também desenvolvem formas de cooperação. São relações determinadas pela lógica da ação coletiva, nas quais preponderam a representação de interesses e a busca de recursos de poder. Essas articulações são as responsáveis pelo modo de regulação da rede, pela formulação e pela implementação das políticas públicas.

Segundo Paulillo (2000, p. 18),

A atuação do Estado na formação de políticas públicas deverá estar direcionada para aqueles que impliquem em um aumento da capacidade competitiva das etapas ou segmentos da rede, como: promoção de centros de pesquisa, promoção das associações e da cooperação entre elas, centros de treinamento profissional, investimentos em infra-estrutura etc. Esses elementos colaboram na formação da legitimidade e da reputação das agências públicas do Estado e na promoção do conhecimento e da informação para os agentes produtivos. Essas são características indutoras da consolidação de uma rede política, pois os recursos de poder se estabelecem de forma conjunta a esses elementos. Isso ocorre porque são elementos estratégicos do processo competitivo.

A figura 04 mostra como está organizada a assimetria de poder, a coordenação estratégica dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação do território do agronegócio em Rio Verde.

Figura 04: Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação da Plataforma Tecnológica do Sudoeste Goiano.



Fonte: RC W. Consultores, 2002.

As Inovações Tecnológicas estão relacionadas com a procura do sistema produtivo, ao modo que vem sustentar a competitividade da empresa, pois as mudanças tecnológicas são como fontes à dinâmica econômica. Segundo Freeman, estas mudanças que surgiram nos anos de 1980 são formas impactantes ao crescimento econômico, de tal modo que as inovações assumem o papel fundamental para economia no entendimento de mudanças tecnológicas, uma vez que, estas só se concretizam por meio do aumento da produtividade e da resultante na formação do Lucro.

Esse processo de crescimento econômico e inovação se estimulam mutuamente, numa interdependência ente as *inovações tecnológicas* e as *inovações organizacionais*, estando diretamente relacionados ao comportamento das firmas.

E como estamos falando de Território, apoiado nos processos de geração de inovações na relação da presença de diversos atores como universidades, institutos de pesquisa científica e tecnológica, que buscam constantemente oferecer ao sistema local um caráter inovador ao arranjo produtivo, reunimos, então, as importantes estruturas do processo do sistema de objetos e ações em Rio Verde.

5. RIO VERDE ENTRE A ORDEM E A DESORDEM: CONFIGURAÇÕES E TERRITÓRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

O presente trabalho tem procurado demonstrar que as políticas públicas espaciais desenvolvidas durante o processo de modernização da agricultura, em Rio Verde, provocaram transformações profundas no processo produtivo associado à atividade agropecuária, modificando os sistemas de ações e de objetos no território. Por isso, determinamos políticas públicas espaciais/territoriais. Verifica-se no território da soja uma busca contínua por aumento de fluidez visando à obtenção de vantagens competitivas para uma inserção internacional do território. Investimentos públicos e privados são realizados para dotar o território de infraestruturas que facilitem a circulação de produtos, entre eles, *commodities* agrícolas. Isso provoca uma reorganização do território em uma lógica que pode incluir alguns poucos agentes e, ao mesmo tempo, excluir grande parte da sociedade.

5.1 Leituras da ordem e da desordem do território do agronegócio em Rio Verde.

Segundo Lacerda Júnior (2004) o campo e a cidade no município de Rio Verde estão sendo amplamente reestruturados com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação, resultando em um novo modelo técnico econômico e social de desenvolvimento agrícola.

No Brasil, a modernização associada à agricultura foi intensa, nos últimos trinta anos, mas privilegiou certas áreas, produtos e segmentos sociais, acarretando profundas mudanças na dinâmica territorial.

Em sua pesquisa, Lacerda Júnior (2004) constata que o processo de construção do território de Rio Verde, em função da modernização da agricultura nos anos de 1970, 1980 e 1990, compreende, simultaneamente, sua destruição, manutenção, transformação, levando ao desenvolvimento desigual e combinado. Todo esse processo contribui para a unidade agricultura/indústria e cidade/campo, resultando em novas (re)definições na relação campo cidade.

Muito embora, desde o início do comércio em grande escala, a atividade agrícola apresentasse um crescente processo de internacionalização, somente na década de 1990 conheceu uma ação contínua de mudanças e globalização. Isto se deve ao fato de a revolução tecnológica também ter atingido essa atividade, a qual

passou a incorporar da tecnologia aos recursos, viabilizando ação e estratégia de organizar o território. Mesmo que hoje a modernização da agricultura atinja, direta ou indiretamente, todo o país, processou-se de forma extremamente seletiva, privilegiando territórios, tipos de culturas e os segmentos sócio-econômicos mais rapidamente suscetíveis à organização de uma atividade agrícola sustentada pelas inovações científicas-técnicas e que, assim, pudessem ter uma produção e um consumo globalizados e interligados aos demais setores da economia. (LACERDA JÚNIOR, 2004, p. 148).

A difusão de inovações em Rio Verde, assim como a distribuição de crédito rural deu-se de maneira não uniforme, constituindo um setor baseado em uma estrutura dual, promovendo um desenvolvimento cada vez mais desigual e combinado, o que contribui para a compreensão da dinâmica territorial.

Conforme Lacerda Júnior (2004) as áreas, as culturas e os produtores de Rio Verde que não foram de alguma forma incorporados ao processo de modernização exercem papéis periféricos ou de exclusão na organização da produção agrícola que se processa nas últimas décadas. O espaço rural não foi homogeneizado, uma vez que foi desigualmente atingido pela difusão de inovações agrícolas. Constitui-se, dessa forma, um espaço seletivo, como uma forte concentração territorial das formas resultantes do processo de modernização da agricultura acompanhadas da organização do complexo agroindustrial Comigo/Perdigão.

O descompasso técnico e econômico entre as diferentes áreas e culturas agrícolas do país é notório. Porém, o município de Rio Verde, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação são cada vez intensos nas áreas e culturas com capacidade de responder aos estímulos para a renovação das forças produtivas e da expansão do meio técnico-científico-informacional, apresentando acentuado contraste entre si, de acordo, ainda, com as formas e estruturas sócio-espaciais anteriores. Tudo isso acabou acarretando a transformação de funções historicamente exercidas por determinadas áreas de produção agrícola e por determinados produtos agrícola, o que gerou uma nova e mais profunda divisão social e territorial do trabalho na cidade e no campo. (LACERDA JÚNIOR, 2004, p. 149)

Na cidade, a reprodução das famílias de trabalhadores nos bairros periféricos da cidade reflete o processo de segregação espacial que as camadas de baixa renda da população em Rio Verde tem experimentado ao longo do processo paralelo do desenvolvimento do agronegócio e urbanização. Essa segregação na periferia da cidade, como demonstra a pesquisa desse autor, pode se apreendida como resultado das determinações inerentes à dinâmica contraditória e excludente das formas predominantes do acesso à moradia do “eldorado goiano”. Essa dinâmica, se, de um lado, se estrutura e se reproduz a partir da lógica e dos mecanismos que regulam o mercado do agronegócio e, em

consequência, o mercado imobiliário mediante os diferentes interesses e as ações dos diversos agentes sociais que participam do processo de (re)produção do espaço urbano local, de outro, não se faz desvinculada das ações e das intervenções postas em prática pelo Estado, aqui entendido como a Prefeitura Municipal de Rio Verde.

No campo, Lacerda Júnior (2004) comenta que algumas áreas foram capazes de responder aos estímulos para a renovação das forças produtivas e da expansão do meio técnico-científico-informacional, apresentando acentuado contraste entre si, de acordo, ainda, com as formas e estruturas sócioespaciais anteriores. Tudo isso acabou acarretando a transformação de funções historicamente exercidas por determinadas áreas de produção agrícolas por determinadas áreas de produção agrícola e por determinados produtos agrícolas, gerando uma nova e mais profunda divisão social e territorial do trabalho agrícola na zona rural de Rio Verde.

Nelas ganham destaque às granjas de aves e suínos, a Perdigão e Comigo, que passam a comercializar produtos agropecuários industrializados ou semi-industrializados, voltados, em grande parte, para a exportação, gerando uma situação de privilégio econômico a uma nova classe de empresários agrícolas e agroindustriais, com grande concentração de terras e de renda. Enquanto o modelo tradicional de exportação de produtos agropecuários era baseado, particularmente, na utilização extensiva de terra e força de trabalho, o modelo ideal do período técnico-científico tem como fundamento o uso intensivo de capital, tecnologia, informação, mão-de-obra especializada, condicionando a proletarianização do trabalhador rural. O campo passou, também, a produzir uma quantidade de insumos industrializados diversos, o que acabou por desenvolver inúmeros circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação. (LACERDA JÚNIOR, 2004, p. 150).

Paralelamente à modernização da agricultura em Rio Verde, desenvolveu-se um moderno parque industrial, fosse das indústrias para suprir as novas demandas da atividade agrícola e pecuária, fosse das indústrias para transformar os resultados desta produção.

Graziano da Silva (1982) caracteriza ainda o desenvolvimento do capitalismo no campo como lento e desigual. Na sua análise, a expansão do capitalismo no campo se realiza por intermédio do apoio do Estado e da subordinação da agricultura ao capital comercial.

Em termos analíticos, esse autor toma o movimento do capital como ponto de partida para entender e explicar o processo de transformação da agricultura brasileira. O traço fundamental das transformações na agricultura é a industrialização. A industrialização da agricultura é um dos conceitos-chave para entender a visão do autor, que o leva a concluir sobre a existência de uma nova síntese e a levantar a hipótese de um novo rural brasileiro.

Nesse sentido, apoiamo-nos nesse autor, levando em conta o contexto da industrialização da agricultura em Rio Verde e as mudanças na relação campo cidade, que estariam fundamentadas na possibilidade de apropriação e de fabricação das condições naturais.

Em Rio Verde, tal processo ocorreu no campo com a presença cada vez mais intensa de máquinas e insumos subsidiados por políticas tecnológicas de produção na agricultura, proporcionando a constituição de complexos agroindustriais.

O território da soja tendo atores hegemônicos a Perdigão e Comigo passam a produzir produtos agropecuários industrializados ou semi-industrializados em grande escala para o mercado interno e principalmente, o externo, ocasionando uma situação de privilégio a uma nova classe de empresários agrícolas e agroindustriais, com grande concentração de terras e de renda. São os atores do poder que, juntamente com o Estado na condição de regulador de mercado e da política financeira, serão os principais responsáveis pela dinâmica territorial.

Lacerda Júnior (2004) afirma que o caminhar da análise da modernização da agricultura em Rio Verde, seu uso e seu significado, compreendeu identificar territórios, pelo fato de que uma coletividade humana, ao se apropriar de um lugar material, estabelece relações de posse e domínio. Essa concepção leva, em primeira instância, a que um território é apropriação e estabelecimento de relações de poder no seu interior.

Acreditamos que o território é muito mais dado pelas relações do que pela apropriação, que o uso do poder exerce sobre um determinado local. A periferia, como local de exclusão, é o retrato das relações de poder, bem como o campo do proletariado e do empresário rural.

Nesse sentido concordamos com Mendonça (2002, p. 10)

[...] a modernização da agricultura significou a transformação das formas avançadas do capitalismo para áreas até então incorporadas ao sistema, mediante a esfera da circulação. Apoiada no Estado significou a implantação da racionalidade técnica e científica, alterando profundamente as relações sociais de produção ocasionando mudanças substanciais no trabalho e conseqüentemente elementos que permitem pensar em um novo conteúdo na relação cidade-campo.

Ferreira (1988, p. 55) analisa a “ordem e desordem” ou o processo desigual e combinado em Rio Verde, iniciado em meados da década de 1970 e acelerando na década de 1980. A autora destaca o seguinte:

A grande lavoura comercial por suas características demanda grandes extensões de terra. A soja no município é plantada de 200 a 2000 há, de um modo geral, em face do porte dos investidores [...] Nota-se, então, a ampliação de número de estabelecimentos de 200 a 2000ha, que passaram a deter extensão maior de área, representando (1980) 58% da área agrícola do município (FIBGE, 1980). Por outro lado, observa-se a redução do número de estabelecimentos em todas as demais categorias: nos maiores de 200 ha e nos menores de 200 ha, com redução também da área ocupada por essas classes de tamanho. Os de mais de 2000 ha têm uma perda de 49.000 ha, área essa que foi desmembrada em estabelecimentos de 200 a 2000 ha. A classe mais afetada foi a dos de menos de 10 ha: minifúndios. De 1970 a 1980 deixaram de existir 85% dos mesmos, cujas áreas vão se incorporar a classe dos de 200 a 2000 ha. Tem-se notícia de muitos daqueles pequenos proprietários venderam suas terras e foram comprar outras em regiões mais distantes; outros foram para a cidade de Rio Verde. Essas mudanças de tamanho dos estabelecimentos vêm acompanhadas de outras, como a redução das pequenas lavouras de subsistência e da produção de excedentes. Havia também outras lavouras em 1970: arroz, milho e algodão praticados em propriedades grandes e médias, porém em áreas predominantemente de menos de 100 há. Em 1980 a lavoura passa a ser praticada principalmente em áreas de mais de 100 ha, tendo a ser ampliar esse módulo se considerarmos que a área de soja triplicou de 83 a 85 e que ela se faz em áreas de mais de 200 ha (FIBGE, 1980). Desaparece, em parte, também, a figura do ocupante, e do arrendatário (em espécie). Em 1980 se firma a condição do produtor proprietário (80% dos estabelecimentos e surge o arrendatário de glebas médias e grandes (FIBGE, 1980).

Dessa maneira, os trabalhadores deixam de ter condições de moradia no campo, migrando para cidade, ou buscam outras fronteiras agrícolas.

O geógrafo Edward Soja (1993, p. 210) assinala que as mudanças no padrão produtivo mantiveram as desigualdades geográficas e os lucros imensos por parte das transnacionais, como vem ocorrendo desde o segundo pós-guerra. Para Soja, isso reafirma a geografia por meio da emergência da espacialidade, da regionalização e do regionalismo, levando o capital a rever suas estratégias espaciais e locais, que podem ser facilmente apreendidas. Para ele,

A instrumentalidade das estratégias espaciais e locais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos. Simultaneamente, há também um crescente reconhecimento de que o operariado, bem como todos os outros segmentos da sociedade que foram periferizados e dominados, de um modo ou de outro, pelo desenvolvimento e reestruturação capitalista, precisam procurar criar contra-estratégias espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço.

Esse entendimento é partilhado por outro geógrafo, Neil Smith (1988). Para ele, a combinação de desigualdades geográficas é inerente ao desenvolvimento capitalista, resultando no desenvolvimento desigual como produto e premissa para o capital. Assim, “o desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica, e é

simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados”. (SMITH, 1988, p.221).

Santos (1996, p.101) entende que o desenvolvimento desigual é combinado é resultado de “uma ordem, cuja inteligência é apenas mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade”.

Oliveira (2001, p.103) compreende a ideia de desenvolvimento desigual e combinado a partir da construção do território.

O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/trans formação/. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.

Esse momento das transformações territoriais no campo e na cidade, reforça a análise de Oliveira, dando suporte às territorialidades emergentes desse processo, fazendo um comentário relacionado ao contexto do município de Rio Verde.

O processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo pela via da industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade em que a diferença entre setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, de um lado, a indústria, o comércio etc. do outro) vai sendo soldada pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (bóia-fria) do campo. Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. Pode-se verificar também que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Aí reside um ponto importante nas contradições do desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está soldando a união contraditória que separou no início de sua expansão: a agricultura e a indústria; a cidade e o campo. Mas não é só os assalariados do campo que lutam na cidade por melhores salários, são também os camponeses que lutam na cidade procurando obter um preço melhor para seus produtos, ou ainda para buscar vantagens creditícias e/ou técnicas, de modo a manter condições para continuarem camponeses, ou seja, continuarem produzindo com sua família na terra. A cidade, hoje, revela estas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo. (OLIVEIRA, 2001, p.103-104).

Pensamos que à medida que as relações sociais se manifestam no território, dão um significado na sua estrutura e na sua forma. O poder é a forma que mais se expressa, por isso, dependendo do grau de atuação seus elementos, os atores que executam territorializam e desterritorializam com maior intensidade. Os objetos e as ações estão

inseridos em uma dinâmica que, basicamente, se compreendem pelas relações de poder, o seu uso, definindo e dando significados para o “novo espaço rural e urbano” de Rio Verde. Os sistemas de objetos e ações são muitos. Tempo, espaço e técnica dão condições suficientes para aqueles atores hegemônicos do poder, predispostos a uma lógica e a um movimento capaz de criar “ordem para si mesmos e a desordem para o resto”. Juntos, esses atores, os sistemas de objetos e de ações, (re)definem o campo e a cidade como territórios de inclusão, exclusão. (LACERDA JÚNIOR, 2004)

É nesse sentido que podemos pensar as políticas públicas espaciais/territoriais do agronegócio da soja, o uso do território, o lugar, a cidade e o campo como categoria/escalas espaciais de análise para compreender a transformação do espaço em Rio Verde. Tendo o território da soja palco das representações e manipulações dos atores hegemônicos, Estado, a agroindústria Perdigão, a Comigo e outros circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação que fortalece as redes de poder do agronegócio da soja.

5.2. O território do agronegócio definiu a nova relação campo cidade entre a ordem e a desordem

Historicamente, o homem transforma o espaço para melhor adaptar-se, suprindo suas necessidades de sobrevivência. A ação do homem sobre o meio que o envolve transforma esse espaço em rural e urbano. Durante décadas, este binômio foi abordado numa visão dicotômica: o campo, analisado de modo a ser referendado como espaço, por excelência, do arcaico, do atraso, do velho; a cidade, contrariamente, sendo o espaço do novo, de abertura ao moderno, às novas tecnologias que favoreciam prover, de forma mais racional e científica, as necessidades sociais. Atualmente, esta ótica é fato superado, e o assunto é abordado numa perspectiva em que as funções desempenhadas pelo campo e pela cidade se complementam e criam a ordem e a desordem no território.

Mas, o que seriam, afinal, o rural e o urbano? Segundo Solari (1979), à primeira vista, a definição parece dada, isto é, quando falamos sobre rural, julgamos que estamos falando sobre algo bem determinado. Entretanto, a definição de um conceito de rural suscitaria problemas complexos. As definições Clássicas do conceito de rural partem de uma enumeração de vários aspectos da realidade que seriam indicadores da situação do local estudado.

Para Dollfus (1982, p.70-78) espaço rural e espaço urbano se resumiriam da seguinte forma:

no sentido habitual da expressão, espaço rural é o campo. Surgiu na superfície do mundo por ocasião da “revolução neolítica”, trazendo consigo os primórdios da agricultura e as primeiras formas de organização do espaço, [...] O espaço rural constitui, e, sobretudo, constituía, em primeiro lugar, o domínio das atividades agrícolas e pastoris. O espaço urbano é a superfície ocupada pelas cidades ou pelo menos a superfície necessária ao funcionamento interno da aglomeração. Compreende as áreas construídas, a rede urbana de ruas, as implantações de empresas industriais e de transporte, os jardins, os parques de diversão e de lazer, colocados ao alcance imediato do cidadão.

Sabemos que esse conceito de Dollfus insere-se no conceito clássico de rural e urbano, atribuído pela ciência, pelo Estado, pela literatura e pelo cotidiano ao longo de um processo histórico, e que, por isso, é carregado de conteúdos de realidades.

Conceber espaço rural e espaço urbano, segundo Dollfus (1985), seria concebê-los como espaço-palco, isto é, onde o espaço geográfico seja mero palco de atividades humanas, ou ainda, o lugar “sobre” o qual os agrupamentos humanos constroem sua existência.

Mas também é importante uma análise a partir do espaço-palco, porque parte a intenção de situar a dinâmica em que coexistem de rural e urbano.

Dessa forma, cabe aprofundar mais a complexidade dos conceitos para que possamos ter melhor compreensão de espaço ou espaços urbanos e rurais a que devemos nos submeter.

Sobre o conceito de espaço urbano, devemos considerar, primeiramente, a noção de cidade como espaço urbano, nesse aspecto, já encontraremos dificuldades de sua definição, uma vez que os espaços urbanizados diferem conforme zonas geográficas e os níveis de desenvolvimento e, muitas vezes, confundem-se, em suas periferias, com as áreas rurais circundantes.

A noção de cidade implica a aglomeração de toda a população, ou seja, a concentração do habitat e das atividades. Se nas cidades temos várias atividades, isso envolve as especializações das tarefas que contribuem, sobretudo, para as trocas e a organização social. Tem-se, assim, uma arrumação dos espaços e dos serviços urbanos, o que presume uma organização coletiva.

Nessa direção e compondo mais elementos para organização da cidade, Carlos (1992, p. 60) assinala que podemos vincular a existência da cidade a, pelo menos, seis elementos: “1) divisão do trabalho; 2) divisão da sociedade em classes; 3) acumulação tecnológica; 4) produção de excedente agrícola; 5) um sistema de comunicação e 6) uma certa concentração espacial de atividades não agrícolas”.

Assim, o espaço urbano, como local permanente de moradia e de trabalho, passa a existir quando a produção gera um excedente. Isso ocorre, fundamentalmente, quando a sociedade apresenta uma estrutura social diferenciada e hierarquizada, bem como melhores índices de produtividade a partir do seu avanço tecnológico. Nesse espaço urbano, os moradores tornam-se, principalmente, consumidores e não mais produtores agrícolas. Essa quantidade de produtos, para além das necessidades de consumo imediato da população, por sua vez, impulsionaria a produção agrícola realizada nas áreas rurais, criando a divisão do trabalho entre campo e cidade e incrementando a divisão do trabalho no interior da cidade, mediante a maior diversidade e especialização das suas atividades.

Nos marcos de uma economia globalizada, a apreensão plena do conteúdo e da dinâmica de produção do espaço urbano deve, igualmente, levar em conta a necessidade de mediação das diferentes escalas presentes na produção da cidade. Assim, além da dinâmica espacial, própria à formação do espaço intra-urbano, há que se considerar, também, a dinâmica espacial resultante das suas inter-relações com o território que o cerca, bem com os demais lugares do mundo com os quais, conjuntamente, possa interagir.

De acordo com Corrêa (2002, p.7-9), a complexidade do espaço urbano capitalista pode ser apreendida em seis momentos indissociáveis, a saber: como espaço fragmentado,

[...] no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão; enquanto espaço articulado, ‘[...] cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidiano entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, etc;’ enquanto reflexo da sociedade. ‘Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes’, enquanto condicionante da sociedade. “O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção”; enquanto dimensão

simbólica, '[...] envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte projetados nas formas espaciais; monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc.'; enquanto campo de lutas'. O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, ao direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos".

Nesse contexto, diferentes agentes sociais têm participado, direta e indiretamente, na produção do espaço urbano. De acordo com Corrêa (2002, p.11), “a ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”.

Mesmo considerando a especificidade da dinâmica da produção espacial de cada cidade, suas características históricas, econômicas e políticas, pode-se identificar um grupo de agentes sociais quase sempre presente na produção dos diferentes espaços urbanos. Para Corrêa (2002, p.12), podemos destacar como principais agentes: “os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos”.

As estratégias adotadas por esses agentes variam no tempo e no espaço, decorrentes, simultaneamente, de causas externas vinculadas, por exemplo, à conjuntura econômica do país ou às reorientações produtivas dos conglomerados multinacionais, e de causas internas, relacionadas “às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe.” (CORRÊA, 2002, p.13).

Uma vez que o processo de produção do espaço está diretamente ligado ao processo de reprodução da vida, a análise do urbano nos permite melhor compreender a cidade a partir da dimensão espacial da realidade social, em que o cotidiano se coloca como uma instância importante a considerar.

De outra parte, o fato de que a produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não se restringe à produção de bens para a satisfação de necessidades materiais, mas busca, também, a produção da humanidade do homem, coloca-nos diante da produção social da cidade.

Nesse mesmo sentido, Carlos (1994, p.181) expõe que,

[...] a ideia de urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo stricto sensu. O urbano é um produto do processo de produção de um determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação

econômica do processo (produção, distribuição, circulação e consumo), mas também no que se refere às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Assim, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir enfim é um modo de vida.

Dessa forma, a produção do urbano, em um contexto em que o capitalismo, por meio do mercado tornado mundial, impõe a aceleração dos fluxos de informação, mercadorias, capitais no tempo e no espaço, assume novos e contraditórios significados, presentes no processo de fragmentação dos lugares da cidade, como manifestação da vida cotidiana.

Nesse contexto, concordamos com Carlos (1993, p. 96), para quem,

A difusão do mundo da mercadoria, enquanto condição da reprodução, passa pela desagregação do modo de vida tradicional e pela construção de um novo, no qual as relações passam a ser mediatizadas pela mercadoria e pelo mercado. Nesse sentido, as formas de dominação se estabelecem em todos os níveis da vida, englobando o conjunto das relações sociais.

A fragmentação espacial articula-se na fragmentação da vida. Atualmente, nos deparamos com o fato de que a reprodução das relações sociais ocorre cada vez mais fora da fábrica, na cidade, onde a vigilância se camufla e onde a normalização ocorre de forma difusa, determinando gestos, comportamentos, valores, modos de morar, consumir.

A cidade, assim, em nosso entendimento, pelo caráter complexo que a realidade hoje revela, deve também ser aprendida da decifragem dos significados mais profundos do urbano, aqueles presentes no cotidiano e no lugar, que refletem os diferentes tempos nos quais a vida dos homens é forjada.

Estudos realizados por Wanderley (1997, p. 94) “confirmam que a dimensão populacional continua sendo o critério mais utilizado para demarcar o espaço rural do espaço urbano”. Ela ainda nos alerta para o fato de que, do ponto de vista sociológico, não podemos destacar duas características no meio rural: a relação dos habitantes do campo com a natureza, sendo este o espaço de onde “resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc. e também as relações sociais de interconhecimento resultantes da vivência das coletividades rurais”. (WANDERLEY, 1997, p.96).

Para José de Souza Martins, o primordial do rural é a ocupação de sua população:

“os indivíduos ocupam-se na atividade agrícola, cultivando plantas e lidando com animais”. (MARTINS, 1981, p.26).

Em *Capitalismo e Tradicionalismo*, Martins (1975) utilizando a noção de ideologia urbana e ideologia capitalista, analisa as contradições da sociedade agrária e sua transição para a sociedade industrial, com base na hipótese de que a separação campo cidade é artificial e resultado do domínio urbano sobre o “mundo rural”.

Para Martins (1975), o crescimento das cidades e das populações urbanas, assim como a emergência de novos valores na sociedade brasileira, serve de indicador específico para mostrar a construção de uma nova ideologia, a ideologia urbana, que marca a passagem da sociedade tradicional e agrária para a sociedade urbana e industrial. Essa nova ideologia considera o rural como sinônimo de atraso, de arcaico. Em consequência disso, o progresso do campo estaria dado por ações externas, e o agrário seria considerado como um problema, se tanto as cidades como a indústria fossem afetada por seu atraso.

Cabe salientar que, de acordo com Martins (1975) a noção de “ideologia urbana” possibilita revelar o conjunto de valores responsáveis pela distinção cidade campo, indústria agricultura, que permite e influenciam as instituições, os intelectuais e, portanto, as esquerdas brasileiras. Segundo o autor, as esquerdas supõem “a sociedade agrária como mundo à parte, esdrúxulo, no ‘todo’ que é definido pela perspectiva urbana e cujos significados fundamentais se opõem aos desta última”. (MARTINS, 1975, p.5).

Nessa visão, como mostra Martins, prevalece a ideia de que o mundo rural estaria submetido a uma permanente dependência em relação ao mundo urbano e, em consequência, a agricultura, na nova sociedade, teria um papel secundário e dependente da indústria. O progresso da agricultura e do mundo rural dependeria da absorção de produtos industrializados e das técnicas produzidas no ambiente urbano e na apropriação pelas populações do campo do “estilo de vida” prevalecente nas cidades. Enfim, tratava-se de conquistar a racionalidade capitalista que, nessa visão, é eminentemente urbana e industrial. Portanto, espera-se sua desapareção como espaço social.

A sociologia francesa, por intermédio de Lefebvre, propõe, a partir da década de 1960, uma abordagem política da questão urbana, cujos preceitos vão desembocar na década de 1980 como base teórica para se estudar sobre as contradições urbanas e os

movimentos sociais urbanos. Henri Lefebvre exerceu uma influência decisiva no pensamento dos geógrafos a partir da segunda metade do século XX, pela forma como tratou da questão espacial, ultrapassando o plano dos conteúdos para colocá-la na perspectiva de um entendimento que envolve a “lógica da forma” (disposição espacial) e a “dialética dos conteúdos” (diferenças e contradições entre os objetos sociais e naturais).

De acordo com Lefebvre (1991, p. 49),

Se a cidade é tida como realidade presente, imediata, material, dado prático-sensível e arquitetônico, o urbano é o lócus da realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Todavia a vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra: ‘o urbano’ não podem dispensar uma base prática-sensível, uma morfologia material.

O autor explicita sua teorização sobre o urbano ao definir que “o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não-objeto, supraconsciência e totalidade das consciências. Ele se liga, de um lado, à lógica da forma, e, de outro, à dialética dos conteúdos (às diferenças e contradições dos conteúdos)”. (LEFEBVRE, 2002, p.112).

Para Lefebvre (2002), o urbano não se constitui como um sistema por ser “sócio-lógico”; não se define, suficientemente, pela função (nem político-administrativa nem comercial ou produtiva), ou pela estrutura (morfológica ou sociológica). Ao eleger a forma como elemento de abordagem, o autor o faz na perspectiva de que seja considerada a questão da circulação e da centralidade, assim, “a cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações”. (LEFEBVRE, 2002, p.111).

Considerando essa linha teórica e, especialmente, a afirmativa do autor de que o fenômeno urbano se manifesta como “movimento”, tem-se a referência conceitual que interessa à geografia como forma de explicação das transformações espaciais, a partir de que o urbano reúne, concreta, (des)estrutura, (re)estrutura, os elementos constitutivos da região ou do território, tanto os que emergem do agrário como os que produzem, tradicionalmente, na cidade no sentido da harmonia, mas, sobretudo, dos conflitos entre as duas dimensões, o que envolve relações e pressupõe processos (construções e desconstruções).

Para Lefebvre (2002, p. 28), “o urbano (abreviação de sociedade urbana) define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora”.

Por essa orientação, pode-se analisar o papel desempenhado por Rio Verde, como centralidade, na perspectiva do eixo espaço-tempo sob o qual se evidenciaram as diferentes relações entre cidade e o campo e suas decorrentes transformações. Para a explicação dessas relações e das respectivas transformações, situadas como um dos aspectos da mutação geral da atualidade, Lefebvre (2001, p. 67) considera que “existem três termos (a ruralidade, o tecido urbano, a centralidade) cujas relações dialéticas são dissimuladas sob as oposições termo a termo, mas que também vêm aí se revelar”. Isto é, na própria relação cidade campo. Trata a ruralidade, o campo, como o lugar de produção e de obras; a vida urbana, como forma de mediação simbólica ou de representações entre cidade e campo, e o tecido urbano, constituído por diferentes malhas/redes, são possibilidades de superação da tradicional oposição cidade/campo que comentamos anteriormente.

O autor esclarece que a superação não é “o desaparecimento de uma centralização no decorrer de uma fusão da sociedade urbana com o campo”. (LEFEBVRE, 2001, p.69); nem é uma neutralidade, mas são novas formas. E, para identificá-las, Lefebvre (2001, p.69) mostra que “os geógrafos encontram, para designar essa confusão, um neologismo feio, porém significativo: o rurano”, que estamos utilizando para denominar esta situação de relação.

Tendo o rural e o urbano como escala de análise no contexto de políticas públicas espaciais do agronegócio da soja, pretendemos fazer um resgate da lógica da produção do espaço do município de Rio Verde para compreender a ordem e a desordem no campo e na cidade no período técnico científico-informacional.

5.2.1 O campo das fazendas modernas e dos empresários rurais: inclusão e exclusão territorial

Na visão de Marx, por Graziano da Silva (1980), a industrialização da agricultura representa a síntese de um processo que se inicia com a separação da agricultura da

indústria, até a reunificação de ambas, sob novas bases. Como diz Silva, a separação da indústria da agricultura é possível devido ao aparecimento da máquina-ferramenta, “que permite libertar o processo de trabalho dos seus condicionantes naturais relacionados com a arte, a habilidade manual e a perspicácia do próprio homem”. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 44). E, sobretudo, dentro desta perspectiva, proporcionou que a indústria ficasse livre dos condicionamentos naturais. Com a superação das condições naturais na indústria, estava completa a separação campo-cidade. A reunificação acontece quando o campo “se converte numa fábrica”, a agricultura perde sua condição autônoma e torna-se um ramo da indústria. Segundo o autor, a industrialização da agricultura “representa a subordinação da natureza ao capital, quando então se libera o processo de produção gradativamente das condições naturais dadas, passando-se a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 45). Assim, na sua visão, o autor se fundamenta na idéia de Marx acerca da divisão entre o campo e a cidade, como resultado da divisão de trabalho própria da produção capitalista de mercadorias para que se realize.

Citando Marx, Graziano da Silva (1981, p. 42) aponta que:

[...] o fundamental de toda divisão de trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo. Pode se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese [...] O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que no começo uniam a agricultura e manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que se desenvolveram em mútua oposição.

Para Graziano da Silva (1981), o rural deixa de existir no modelo em que era considerado no passado. Nesse contexto de análise, segundo esse autor, a dicotomia urbano-rural perde o sentido teórico e metodológico. Para ele, a divisão urbano-rural estava baseada no conflito de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, em que o rural representava o passado, o atraso e a presença dos latifundiários, enquanto o urbano significava o progresso, o novo e o moderno, enfim, a sociedade capitalista.

O argumento do autor em relação do fim da dicotomia urbano-rural fundamenta-se na ideia do desaparecimento do conflito sociedade tradicional x sociedade moderna, ou seja, na consolidação da sociedade capitalista. Essas transformações sociais, a seu modo de analisar, obrigaram a que se definisse o mundo rural.

Na década de 1990, as preocupações do autor com as transformações nas relações

campo-cidade, como resultado do processo de industrialização da agricultura, estariam em mostrar um “Novo Rural”, que seria a urbanização do rural brasileiro, a evolução das ocupações no meio rural e as políticas não-agrícolas. Para ele, o rural não pode mais ser definido como o lugar da produção industrial. O rural era resultado do processo de profundas transformações da sociedade brasileira. Nesse processo, a agricultura passou de um setor relativamente autárquico para integrar-se à economia nacional. Com isso, o velho rural se transformou.

O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural. Primeiro, as chácaras contribuíram para manter áreas de preservação/conservação do que restou da flora local e muitas vezes dão início a um processo de reflorestamento, mesclando espécies exóticas e nativas. Segundo, expulsam as grandes culturas que em geral, utilizam-se de grandes quantidades de insumos químicos e de máquinas pesadas, das periferias das cidades. Terceiro, dão novo uso a terras ocupadas com pequena agricultura familiar, inclusive assalariando antigo posseiros e moradores do local como caseiros, jardineiros e principalmente guardiões do patrimônio aí imobilizado na ausência dos proprietários. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.19).

Dessa forma, Graziano da Silva (1999, p. 3) faz uma interpretação mais ampla acerca das transformações da agricultura, que aponta para uma “nova sociedade em gestação”.

Parece não haver mais dúvidas de que as transformações nos campos político, econômico e social ocorridos neste final de século apontam para uma nova sociedade em gestação [...] Possivelmente a emergência de um novo paradigma, que vem sendo chamado de pós-industrial por uns e pós-fordista por outros, assentado nas novas tecnologias – com destaque para informática e a microeletrônica – permitirá alterar simultaneamente a natureza das inovações tecnológicas e as formas de organização industrial decorrentes ainda de sua aplicação no final do século XX.

O autor refere-se às mudanças na qualidade de vida da nova sociedade e às inovações nas comunicações e transportes, que alteram as noções de tempo e espaço. Trata-se, segundo ele, de um novo paradigma social, que, associado às novas tecnologias, em especial, à informática e à microeletrônica, tanto na indústria como na agricultura, estariam mudando a organização social do trabalho e redefinindo a localização espacial das atividades produtivas no campo.

Ainda na década de 1990, e posteriormente nos anos iniciais de 2000, Graziano da Silva trabalhou as transformações na relação campo cidade, dando ênfase à evolução das ocupações no meio rural brasileiro, à delimitação do rural e do urbano e às políticas não agrícolas para um “novo rural”. Dessa forma, o autor preocupou-se em mostrar a existência

de um “novo rural” brasileiro, que sustenta uma análise da urbanização do rural brasileiro como resultado do processo de industrialização.

Para o autor, o rural não pode mais ser definido como lugar onde acontece a produção agrícola nem a cidade como lugar da produção industrial. O novo rural é resultado do processo de profundas transformações da sociedade brasileira.

Segundo Graziano da Silva (2002), o mundo rural deixa de existir quando atividades agrícolas e pecuárias perdem seu caráter tradicional. O rural deixa seu isolamento e ganha uma identidade que passa a ser descoberta nas relações que constrói com a indústria, oferecendo a ela os insumos e a compra de produtos. Tal processo, afirma ainda o autor, acelerou-se com a constituição dos complexos agroindustriais.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado do duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como setor produtivo relativamente autárquico, com mercado de trabalho e equilíbrio internos próprios – integrou-se no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que a integração terminou por se consolidar nos chamados “complexo agroindustriais” que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas. (SILVA, 2002, p.1-2).

A partir desse contexto, Graziano da Silva conclui que o meio rural brasileiro já não pode ser analisado apenas como um conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O autor elabora uma definição do “novo rural” e o compõe em quatro subconjuntos, que seriam:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o *agribusiness* brasileiro;
- b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente, manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os “sem-sem” como os chamamos em outras oportunidades, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso *agribusiness*;
- c) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestações de serviços; e
- d) um conjunto de “novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados. (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p.ix).

No caso de Rio Verde, esses subconjuntos propostos pelo autor seriam associados a um “continuum”, em que o urbano e o rural aparecem num movimento de reprodução saído da história da modernização da agricultura e que produz o choque entre o que existe e o que se impõe como novo. Não pretendemos estabelecer o “continuum rural-urbano” como categoria de análise, mas como um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana. E também considerando o “continuum rural-urbano” de Rio Verde como uma interação que aproxima e integra dois polos extremos, ressaltando a semelhança entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade e não destruindo as particularidades entre os dois polos. Por conseguinte, não representa o fim do rural, o continuum se desenha entre um espaço urbano e rural, distintos entre si, e em intenso processo de transformações em suas relações que estamos denominando de espaço da ordem e da desordem, da inclusão e da exclusão.

É sob aspecto de mudança de uma nova relação urbano-rural por qual passa Rio Verde, é que veremos se a realidade do município insere-se na proposta de análise do “novo rural” de Graziano da Silva, mas que estamos subentendendo na idéia de ordem/desordem, inclusão/exclusão sócio espacial.

Paralelamente ao aumento populacional de Rio Verde 2000/2004 e à ocupação desordenada de vários bairros, temos as territorialidades da agroindústria Perdigão no campo, com a formação de granjas de aves e suínos, tendo o modelo de integração contratual, o uso do meio técnico-científico-informacional nas atividades do agronegócio e todo um circuito espacial de produção e um círculo de cooperação em torno de alguns agentes sociais.

Alguns autores fazem uma análise sobre o processo de integração agroindústria e produtor, contribuindo para a compreensão das relações de trabalho estabelecidas nessa integração bem como a organização a que as propriedades se submetem para a produção.

Segundo Wilkinson (1996), podem-se identificar duas dinâmicas de agroindustrialização. Uma delas refere-se a uma intervenção externa na agricultura por uma agroindústria integradora, que seleciona, articula e fomenta distintos produtores. Essa dinâmica, segundo o autor, privilegia a articulação com a produção familiar, especialmente

no caso da produção de aves, suínos, leite, uva e fumo. As articulações com a grande propriedade só tenderiam a ocorrer quando houvesse limitações relacionadas às questões técnicas de produção ou à estrutura fundiária, para a integração com a produção familiar. “Há, portanto, uma afinidade eletiva entre a agroindústria e a produção familiar”. (WILKINSON, 1996, p.104).

A outra dinâmica, segundo esse mesmo autor, seria aos casos em que a “agroindústria representa uma simples extensão da atividade agrícola” (WILKINSON, 1996, p.105). Esse modelo de articulação agroindustrial apresenta algumas tendências que, segundo o autor, além de tornar essa questão mais complexa podem ameaçar o espaço da agricultura familiar. Uma dessas tendências está relacionada à consolidação, nos Cerrados, de uma “agricultura em grande escala baseada em grãos e oleaginosas que busca uma verticalização para frente no conjunto das carnes e que representa também uma iniciativa da própria agricultura”. (WILKINSON, 1996, p.106).

A análise de Castro; Fonseca (1995) identifica essas duas dinâmicas no Centro-Oeste. A segunda pode ser exemplificada pelas cooperativas agropecuárias, como a COMIGO no Sudoeste de Goiás. A primeira pode ser ilustrada pela recente estratégia de grandes empresas nacionais de promoverem a “integração do abate de aves e suínos com a produção de rações e farelos derivados de grão”. (CASTRO, FONSECA, 1996, p. 97).

Diferente de estados como Santa Catarina, com nítido perfil de pequena produção, nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, com elevada concentração fundiária, a integração das atividades criatórias e de industrialização inicia-se apoiada em fornecedores/produtores de grande/médio porte. Sobre esse novo padrão de integração, as autoras dão o exemplo da Sadia Oeste, que estava “organizando seu processo de integração regional com médios agricultores e granjeiros da Chapada dos Guimarães, além de montar seus próprios criatórios em Campo Verde – MT”. (CASTRO, FONSECA, 1996, p.98).

A tabela 10 mostra a estrutura fundiária de Rio Verde no ano de 2000. Esses dados nos dão a noção do número de pequenos produtores que foram excluídos do processo de parceria com a Perdigão.

TABELA 10

Rio Verde: estrutura fundiária, 2000

Extensão da Propriedade	Nº de Propriedades	Área total (há)
Minifúndio	497	8.289
Pequena/produtiva	828	55.290
Pequena	247	15.723
Média/produtiva	768	182.727
Média	223	51.583
Grande/produtiva	383	411.536
Grande	94	87.751
Não classificado	2	837
Total	3.042	813.737

Fonte: Ministério Extraordinário de Política Fundiária, 2000.

Na questão fundiária, a concentração de terra é forte, com pequeno número de empresários rurais dominado grandes áreas de terras produtivas. O maior número de produtores encontra-se espalhado em minifúndios e propriedades caracterizadas de pequena produtiva, que sobrevivem de uma agricultura de subsistência ou exploram atividades que geram produtos diferenciados (RV Economia, 2004).

Um exemplo de exclusão em Rio Verde pode ser exemplificado em uma publicação da Perdigão, que dá uma clara ideia do perfil de alguns “parceiros” já selecionados pela empresa. Um dos primeiros integrados, médico e proprietário de fazenda de gado de corte e produtor de soja e de milho, conseguiu um financiamento de R\$ 1,1 milhão, recebendo R\$ 100 mil de entrada, para colocar em funcionamento dois módulos para produção de leitões.

Esse projeto inclui: “construção da fábrica de rações, de seis casas para funcionários, além da construção de 15 funcionários, que receberão um salário médio de R\$ 300,00” (Informativo Parceria dez. 1998). Outro exemplo, segundo esse mesmo informativo, é o caso de um advogado que criou um condomínio, juntamente com quatro filhos, para a instalação de quatro módulos para produção e terminação de leitões e a construção de aviários, em duas propriedades da família, que juntas totalizam 489 alqueires. No total, o investimento será de aproximadamente R\$ 3 milhões.

Nesse sentido, concordamos com Oliveira (2003), na sua pesquisa intitulada Territorialidades Agroindustriais e o Reordenamento da Dinâmica Agrária: o caso Perdígão em Rio Verde. O autor, ao mencionar os projetos de integração em relação aos integrados, ressalta que “através de trabalho de campo e entrevistas, chegamos à conclusão de que os integrados da Perdígão, de maneira geral, não são tradicionalmente produtores rurais e, sim, empresários e profissionais liberais urbanos que desenvolvem como atividades complementares a agricultura e a pecuária”.

Fernandes Filho, França (2003, p. 200), ao analisarem o Projeto Buriti em Rio Verde, considerado uma referência para o estudo da agroindustrialização em função de sua dimensão financeira e tecnológica utilizada na nova forma de integração, comentam o seguinte:

O Projeto Buriti está sendo implementado, desde 1998, pela Perdígão em Rio Verde, cidade da região Sudoeste do Estado de Goiás, região esta que é a maior produtora de milho, soja e algodão do Estado. A base técnica do processo produtivo das unidades agropecuárias produtoras deste grãos é intensiva no uso de inovações tecnológicas modernas, e a maior parte dos estabelecimentos produtores destes grãos apresenta modernas e a maior parte dos estabelecimentos produtores destes grãos apresenta tamanho de área superior a 200 hectares (CENSO AGROPECUÁRIO DE GOIÁS, 1995-96). São estes produtores – que, em geral, detêm maior poder de alavancagem de recursos, na medida em que, principalmente, tem maior patrimônio para dar em garantia do empréstimo bancário – o público alvo da Perdígão para celebrar contratos de integração. Os grandes produtores de leite desta região, a maior bacia leiteira de Goiás, são também público alvo da integradora.

Segundo as afirmações dos autores, sobre a seleção dos integrados, o Projeto Buriti exclui o pequeno produtor pela questão do tamanho do patrimônio, sua qualificação, poder aquisitivo e outros fatores que impedem o financiamento de R\$ 1 milhão de reais para efetivar a produção. Os custos são elevados, impossibilitando a participação do pequeno agricultor, contemplando o que os autores comentam sobre as características deste projeto em relação aos produtores que são:

[...] produtores integrados médios ou grandes; pequeno número de produtores integrados (seja em termos absolutos, seja em termos relativos); produtores integrados com maior capacidade de alavancagem de recursos no sistema financeiro (seja por ter maior patrimônio, seja por ter maior articulação com o mesmo); custos elevados para implantação dos aviários; módulos de confinamento de água e comida, além de equipamentos de climatização; e produtores integrados utilizando a mesma base técnica. (FERNANDES FILHO, FRANÇA, 2003, p. 201).

Além do processo de exclusão, percebe-se o caráter ou o perfil desse produtor (criação de aves) referente ao uso e manejo dessa atividade produtiva com características

empresariais e ao uso do meio técnico-científico-informacional imposto pela Perdigão, e, finalmente, as relações de trabalho no campo diante desse processo de integração.

As principais características do novo modelo de integração são: auto nível de automação dos aviários; alto volume de aves confinadas por aviário/produtor integrado e, portanto, do número de contratos estabelecidos pela firma agroindustrial integradora; produtores integrados de tipo médio ou grande decorrente da exigência de que os integrados tenham maior capacidade de alavancagem de financiamento em função do aumento significativo nos custos de instalação de novos aviários; produtores melhor informados sobre o mercado; produtores que buscam alternativas de investimento (melhor retorno do capital investido, e não simplesmente uma nova fonte de renda); uso predominante de mão-de-obra assalariada nos aviários. (FERNANDES FILHO, FRANÇA, 2003, p. 205).

Nessa conjuntura, o campo, no município de Rio Verde, está se transformando. Tornando-se o lugar do empresário rural, na figura do grande e médio produtor integrante da Perdigão, o lugar de exclusão social, da mão-de-obra camponesa, pelo fato de as atividades empregarem poucos trabalhadores e exigirem qualificação.

Oliveira (2003, p.135), em sua pesquisa sobre a relação agroindústria Perdigão e integrados, identifica dois grupos:

A agroindústria se interessa por dois tipos de integrados: os empresários urbanos que podem ter os seus projetos de integração administrado por mão-de-obra qualificada e os agricultores familiares, que administram suas própria fazendas. Em ambos os casos, a Perdigão é contemplada com a eficiência dos integrados. O segundo grupo de integrados identificados, apresentado é constituído por produtores que possuem até 250 hectares e que antes do projeto de integração, dedicava-se a pecuária de leite.

O autor conclui o seguinte, com base nos estudos realizados com esses dois grupos:

Fica claro que a lógica de administração dos sistemas do tipo empresa se assemelha às urbanas. A mão-de-obra compõe-se do técnico e outros tipos de profissionais, ficando para a família as atividades gerenciais. Além disso, são sistemas bastantes dependentes do mercado no que se refere à viabilização da produção e comercialização. A dependência se exerce tanto no plano tecnológico quanto no financiamento ou comercial. Os produtores desse modelo funcionam, geralmente, em sistemas de produção intensivos; eles recorrem abundantemente aos empréstimos para financiar seus investimentos e produzem exclusivamente para o mercado por intermédio de cooperativas ou de firmas privadas. O estabelecimento, pensado aqui como uma empresa no sentido clássico da palavra, tem como objetivos fundamentais produzir para vender e realizar, senão um lucro, pelo menos um faturamento suficiente para remunerar sua força de trabalho. Essa é a definição teórica desse modelo de funcionamento do tipo empresa. (OLIVEIRA, 2003, p.142).

Esse resultado da pesquisa de Oliveira (2003) em Rio Verde leva-nos a compreender que o campo em transformação não é o lugar dos camponeses, mas, sim, o

lugar do empresário rural e de trabalhadores que estão se proletarizando.

Muitos autores que discutem sobre a modernização da agricultura brasileira indicam a proletarização do trabalhador agrícola, especialmente, com a proliferação do trabalhador agrícola que reside na cidade e só tem emprego temporário, como a mais devastadora das conseqüências sociais da marcha de modernização da produção e do consumo da atividade agropecuária ocorrida no país, nas últimas quatro décadas. Para Graziano da Silva (1981, p.118), o volante, como é conhecido o trabalhador agrícola temporário, é, fundamentalmente, “[...] um proletário, ou seja, um trabalhador desprovido dos meios de produção e, enquanto tal, obrigado a vender sua força de trabalho para garantir a subsistência, como é o operário urbano e/ou o trabalhador rural assalariado permanente”. Os comentários do autor evidenciam com a realidade de Rio Verde, quando pesquisamos os operários da Perdigão que moram na periferia e trabalham no complexo agroindustrial, que fica a 12 quilômetros do centro, e o trabalhador rural residente ou não nas granjas de aves e suínos.

A Modernização dos sistemas de objetos da atividade agrícola, a substituição de culturas agrícolas pela criação de aves e suínos e a formação do complexo agroindustrial Perdigão, realmente, propiciaram notável crescimento econômico ao município de Rio Verde, com o predomínio da exploração empresarial intensiva para a realização da atividade agropecuária, reforçando o caráter capitalista de propriedade particular da terra, o que agrava o processo de concentração fundiária, com grande parte de médios e grandes proprietários rurais com caráter empresarial, destacando a concentração de poder entre a agroindústria Perdigão e integrados, gerando profundas metamorfoses nas relações sociais de produção no campo.

Isso ocorre porque a base das relações sociais de produção está nas relações de propriedade sobre os meios de produção, e paralelamente ao processo de acumulação e concentração do capital e da terra ocorridas na região. Nesse aspecto, percebe-se uma proletarização do trabalhador agrícola, uma substituição do agricultor pelo empresário rural e dos camponeses por trabalhadores qualificados e assalariados residentes ou não no campo.

5.2.2 A cidade: inclusão do consumo consumptivo das fazendas modernas e segregação sócio-espacial

Tendo como pilar o sistema de objetos e ações, o território da soja em Rio Verde apresenta uma atividade econômica do agronegócio ou *agricluster* de carne de aves e suínos, que congrega diretamente as cadeias produtivas de soja e milho.

Como já comentamos antes, o município vivencia, há alguns anos, um processo acelerado de sua capacidade produtiva, o que lhe garante posição de destaque no agronegócio nacional. Este crescimento é decorrente da implantação e ampliação de várias empresas agroindustriais com os mesmos fins, como foi analisado no capítulo anterior. A empresa Perdigão Agroindustrial representa o marco do desenvolvimento da Região de Rio Verde no final da década de 1990. Segundo o informativo Momento Perdigão (2002) e pesquisa de campo efetuada na empresa, o investimento inicial foi de R\$ 700 milhões e com uma complementação de R\$ 200 milhões a serem investidos no período de 2003 a 2004.

A empresa, além da capacidade industrial frigorífica de 11 mil toneladas de suínos/mês e 6 mil toneladas de aves/mês, criou 4000 empregos diretos, ela possui uma fábrica de ração com 50 mil toneladas de ração/mês e mais 600 toneladas de *Pigplus*/mês. Para o fornecimento de animais, a empresa possui no campo 37 mil matrizes de suínos, que criam 234 mil leitões para engorda/mês, além de 6,050 milhões de aves (maio/03): as aves matrizes fêmeas em recria somam 195 mil: fêmeas em produção, 443 mil, além de 8,8 milhões de ovos incubado/mês.

Por sua vez, o sistema de objetos e ações da Empresa Perdigão trouxe uma rede de outros empreendimentos à sua volta, contribuindo para os *circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação* (SANTOS, 1994) no campo e na cidade, contribuindo para a formação de uma “nova ordem/desordem” na cidade de Rio Verde. Altamente especializados, carregados de meio técnico-científico-informacional, às empresas geram empregos na zona rural, tecnologia, informações, infra-estrutura e capacitação de mão-de-obra, não ficando restritos à produção de subsistência em que as empresas estão atuando. Nesse sentido concordamos com Elias (2003, p. 62) apoiada nas idéias de Santos (1979):

No Período Técnico-Científico-Informacional um dos principais signos da modernização da agricultura é o fim do isolamento mantido pela atividade em relação aos demais setores econômicos, graças a uma crescente

interdependência com o crescimento geral da economia, ocorrendo processo contínuo de fusão com capitais dos demais setores. O estreitamento de relações entre a produção e o restante da economia constitui importante fator quando se que distinguir a agricultura contemporânea daquela existente antes da revolução tecnológica, quando grande parte dos circuitos espacial de produção se esgotava no interior do próprio estabelecimento agrícola. Hoje, “os circuitos espaciais de produção” agrícola e os “círculos de cooperação” necessários a sua realização extrapolam, de forma cada vez mais intensa, os limites de uma propriedade rural, de uma região ou de um país, transformando parte da agricultura numa atividade associada ao circuito superior da economia.

A tabela 11 demonstra o crescimento acelerado de alguns setores da economia que cresceram à medida que o grau dos circuitos espaciais de produção, circulação e cooperação foram se acelerando no município de Rio Verde nos anos de 2000 a 2003.

Segundo o Caderno de Estatística da RV Economia (2004) da FESURV, todos os setores da economia rio-verdense tem apresentado crescimento positivo nos últimos quatro anos, sendo o setor de serviços com maior taxa de crescimento, de 13,5% ao ano. Em relação à quantidade total de empresas em Rio Verde, os setores do comércio e indústria tiveram uma participação menor comparados ao setor de serviços, que passou de 41,0% em 2000, para 42,8% em 2003.

TABELA 11

Rio Verde: quantidade de empresas por setor, participação relativa do setor em relação ao total e taxa geométrica de crescimento (TGC), em porcentagem ao ano, durante os anos de 2000 a 2003.

Ano	Comércio	Part. Rel.	Indústria	Part. Rel.	Serviços	Part. Rel.	Total
		(%)		(%)		(%)	
2000	2.204	50,7	361	8,3	1.782	41,0	4.347
2001	2.481	51,0	402	8,3	1.977	40,7	4.860
2002	2.802	50,5	437	7,9	2.311	41,6	5.550
2003	3.065	49,5	482	7,8	2.649	42,8	6.196
TGC (%) a. a.	11,1		9,5		13,5		12,0

Fonte: Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo (SICTUR), 2003.

Rio Verde possui, segundo o Caderno de Estatística (2008, p.12):

Um comércio vigoroso e competitivo, suficiente para atender a demanda da população local e regional. Para tanto, tem uma grande estrutura de agências bancárias (14 agências), supermercados, farmácias, lojas de vestuário, calçados e móveis, revenda de automóveis e um dos maiores parques industriais do Centro-Oeste (5 distritos industriais na cidade). O município tem atualmente 482 indústrias, 3.065 empresas comerciais e 2.649 empresas prestadoras de serviços. Dentre estas empresas, destacam-se cerealistas, algodoceiras, armazéns gerais, lojas de insumos agropecuários, agroindústrias como Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste de Goiás – COMIGO, Perdigão Agro-industrial, Grupo Orsa (embalagens de papel), Videplast (embalagens plásticas), Brasilatas (embalagens de alumínio), Cargil, Frigorífico Margem, Café Rio Verde e Refrigerantes Rinco.

O que se observa, em Rio Verde, é uma tendência de interesses comuns em busca de melhores resultados. Os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação facilitam a atração de investimentos e compartilham capitais, o que não ocorre com uma empresa isolada. Os benefícios dessa dimensão são perceptíveis em Rio Verde, o que permitiu instalar ao lado da Perdigão, grandes indústrias prestadoras de serviços e com altas qualificações, dentre as quais, citam-se, novamente, a empresa de embalagens plásticas - Videplast - e a empresa de embalagens de papel e papelão – Grupo Orsa, Cargil.

As figuras 5, 6, 7 e 8 ilustram alguns circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação no município de Rio Verde.



Figura 5 – Rio Verde: silos da CONAB.
Fonte: LACERDA JÚNIOR, 2004



Figura 6 – Rio Verde: ilustração dos programas de incentivos governamentais.
Fonte: LACERDA JÚNIOR, 2004.

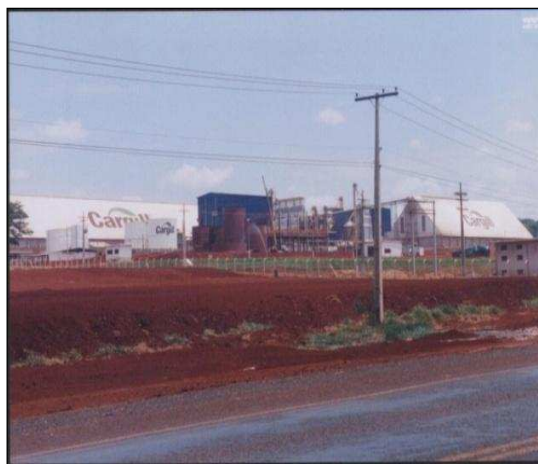


Figura 7 – Rio Verde: vista parcial da Cargill
Fonte: LACERDA JÚNIOR, 2004.



Figura 8 – Rio Verde: Banco do Brasil e Citroen com agentes integrantes do círculo de cooperação.
Fonte: LACERDA JÚNIOR, 2004.

Nesse sentido, percebe-se o uso do território pelas empresas em Rio Verde por meio dos circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação, concordando com Santos (1994, p.128), ao afirmar que:

O uso do território não é o mesmo para as diversas firmas. Os mesmos sistemas de engenharia são utilizados diferentemente e seletivamente. Na medida em que a força de mercado não é a mesma, a dimensão espacial de cada firma não é idêntica, variando com a capacidade de cada qual para transformar as massas produzidas em fluxos. Cada firma usa o território segundo sua força. Cria-se, desse modo, circuitos produtivos e círculos de cooperação, como forma de regular o processo produtivo e assegurar a realização do capital. Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente material: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como pontos nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e superpõe.

Somente no município de Rio Verde, existem cadastradas, na Secretaria da Fazenda Municipal, 5,2 mil empresas, distribuídas em 5 distritos agroindustriais, sendo a maioria ligada aos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação do agronegócio, sejam empresas locais de manutenção industrial e de equipamentos de granjas, restaurantes industriais, de seguranças, bancos etc.

A figura 9 ilustra uma empresa instalada na cidade para atender as necessidades de manutenção de galpões de aves e suínos. A figura 10 ilustra uma fábrica de estruturas metálicas para atender a manutenção e construção de silos e armazéns.



Figura 9 – Rio Verde: Vista parcial da empresa Avesui.
Fonte: LACERDA JÚNIOR, 2004.



Figura 10 – Rio Verde: vista parcial da fábrica de estruturas metálicas Calles.
Fonte: LACERDA JÚNIOR, 2004.

Algumas empresas de porte anteciparam essa consolidação, o exemplo típico é a Cooperativa Comigo já citada, a Brasilata – embalagem metálicas, que transformam 800t de aço/mês -, o Frigorífico Margem, com capacidade de abate de 1.100 cab/dia, o Grupo Kowalsk, Fábrica de Refrigerantes Rinco, Cervejaria Malta e outras empresas de processamento, como Coimbra, Caramuru, ADM. Encontra-se ainda instalado na Região de Rio Verde um grupo variado de produtores e companhias no complexo de grãos e carnes. Têm-se, também, diversas empresas envolvidas com obras nas áreas da construção civil e estruturas metálicas, tais como: a Cassol, Kadê Engenharia, Gerval Ltda, Casp, Curnberland, Agromaru e Festz.



Figura 11 - Rio Verde: beneficiadora de Grãos Caramuru
Fonte: LACERDA JÚNIOR, 2004.

Além das empresas citadas, há algumas instituições privadas representativas do setor agrícola local, como a Associação dos Produtores de Grãos – APG -, o Club Amigos da Terra – CAT -, o Sindicato Rural, o Club dos Agrônomos – CEAGRO -, a Associação Comercial e Industrial de Rio Verde – ACIRV - e o Grupo de Apoio de Pesquisa do Sudoeste – GAPES -, que constituem pontos fortes dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de Rio Verde.

Há, ainda, inseridos nesse processo, as grandes empresas fornecedoras de insumos para o setor agrícola e outros segmentos do agronegócio local, como a Agrocerec, Aventis, Basf, Bayer, Bunge Fertilizantes, Cargill, Daw Agrosience, Dupont, John Deere, Massey Ferguson, Monsanto, Milênia, New Holland, Pioneer e Syngenta, todas com distribuição local. A figura 12, a John Deere, uma das maiores empresas de vendas de máquinas agrícolas da cidade.



Figura 12: Rio Verde - vista parcial da John Deere na avenida Presidente Vargas.
Fonte: LACERDA JÚNIOR, 2004.

Essa forma de circuito espacial de produção e círculo de cooperação na cidade de Rio Verde, segundo Elias (2003) denomina de economia urbana de consumo. A cidade torna-se receptível a atender as necessidades de uma produção agrícola e agroindustrial. A autora afirma que:

[...] os lugares mais rapidamente receptivos aos apelos de uma produção agrícola e agroindustrial globalizada estão entre os que mais fizeram surgir inúmeros atividades que escapam às classificações mais tradicionais das atividades econômicas, particularmente do terciário [...] com a instalação de muitos novos fixos e, conseqüentemente a constituição de muitos atuais fluxos, de matéria e informação. Com a fluidez possível graças à construção dos modernos sistemas de engenharia dos transportes e das comunicações, intensificaram-se trocas de todas as naturezas difundindo o comércio e os serviços diversos, com grandes impactos na vida social e no território. Diante disso, o desenvolvimento das atividades agrícolas associadas à agroindústria não acontece sem sua devida integração ao circuito da economia urbana. Quanto mais moderna se tornava a atividade agropecuária, mais urbana se apresenta sua regulação. A cada sopro de modernização das forças produtivas agrícolas, as cidade se tornavam responsáveis por responder às demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, dos híbridos à mão-de-obra especializada, o que fez crescer a urbanização, assim como o tamanho e o número das cidades. (ELIAS, 2003, p.187-188).

Os comentários feitos a partir da tabela 13 e os dados do Caderno de estatística e da Secretaria da Fazenda, comprovam o crescimento das atividades econômicas, os fluxos e fixos de uma economia urbana formada em função das atividades agrícola e

agroindustrial, formando um consumo produtivo em Rio Verde, representando uma parte cada vez maior das trocas setoriais entre o campo e a cidade. O campo se tecnificando com novos fixos, máquinas, silos, galpão de aves e suínos, constituindo novos fluxos, intensificando e difundindo o comércio e serviços gerais na cidade.

Nesse contexto, a autora conclui o que se pode resgatar nas atuais configurações do “novo rural e urbano” de Rio Verde:

Não é incomum encontrar cidades na região onde o terciário voltado à produção de uma maneira geral, e ao setor agropecuário, em particular, é mais importante do que o dirigido ao consumo consuptivo. Ademais, podemos afirmar que inúmeras cidades são criadas e crescem muito mais para servir à produção agropecuária e agroindustrial da região e não exatamente a sua população. O resultado é uma larga metamorfose e o crescimento da economia urbana das cidades próximas às produções agrícolas modernas, paralelamente ao desenvolvimento de um novo patamar das relações entre a cidade e o campo que podem ser vislumbrados mediante os diferentes circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação estabelecidos entre os dois subespaços. (ELIAS, 2003, p.189)

As figuras 13, 14,15 e 16 representam a economia urbana de consumo ou o consumo consuptivo de Santos citado por Elias (2003), na avenida Presidente Vargas principal corredor da economia urbana de consumo de produtos agropecuários modernos de Rio Verde.



Figura 13 – Rio Verde: comércio de produtos agropecuários
Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.



Figura 14 – Rio Verde: concessionária de máquinas agrícolas
Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.



Figura 15 – Rio Verde: revendedoras de autopeças agrícolas

Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.



Figura 16 – Rio Verde: hotel Gelpes
Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004

Mesmo com todo esse potencial produtivo em Rio Verde, é necessário destacar que existem pontos que podem comprometer a sustentabilidade da dinâmica Agroindustrial, em decorrência, principalmente, das oscilações de preços e rendas, os impactos ambientais e sócioeconômicos.

Esse ambiente dinâmico e competitivo exige planejamento e investimento direcionado a demandas específicas, com iniciativas já em andamento no sentido de promover e acelerar o desenvolvimento econômico regional.

Nesse sentido, os sistemas de ação ou os círculos de cooperação atuam de diversas formas, com a participação de diversos atores: Estado, bancos, universidades, empresas privadas e públicas, como também a população rural e urbana. A intensidade de atuação é tão grande que os círculos de cooperação atingem uma esfera que rompe as fronteiras do município de Rio Verde, expandindo-se para o sudoeste goiano, outras regiões do Brasil e o exterior, ou seja, a dinâmica do círculo espacial de produção tem um caráter local e global de fluxos de capitais, mercadorias e produtos formada em rede. O Estado, nesse sentido, tem uma parcela importante de participação.

A função do Estado, hoje restringe-se à regulamentação das leis de mercado e planejamento como membro dos circuitos de cooperação. O Estado interfere mais sob o comando das empresas, como explica Santos (1994, p.108):

No campo modernizado, onde a racionalidade já se instalou nos objetos e nas atividades, as grandes empresas podem comandar diretamente os processos, a despeito do Estado. Quando o campo é marcado pelo nexa da ciência, tecnologia e informação, o Estado aparece com menor força de intervenção, exceto se decide antepor-se às chamadas leis de mercado. Graças, exatamente, àquelas suas áreas sociais geográficas onde a racionalidade capitalista contemporânea é menor, o Estado (União, Estados, Municípios) pode ter força para planejar a cidade.

Nesse contexto, destaca-se a Plataforma Tecnológica do Sudoeste de Goiás, em fase de implantação, que bem exemplifica a importância de se desenvolver o meio técnico científico-informacional centrados na realidade local, no qual o Estado, empresas privadas e instituições configuram o círculo de cooperação.

A Plataforma constitui-se em um projeto pioneiro, desenvolvido em forma de parceria, entre entidades públicas e privadas, com o propósito de criar e ampliar estruturas de geração de tecnologias para a superação dos problemas das cadeias produtivas agroindustriais. Problemas estes detectados no processo produtivo pós-colheita e na qualidade dos grãos; manejo de dejetos e impactos ambientais; alimentação e sanidade animal e sistema de informação sócioeconômico ambientais.

A figura 17 mostra a maquete da Plataforma Tecnológica.



Figura 17 - Rio Verde: maquete da granja Escola da Plataforma Tecnológica

Fonte: MENDONÇA, V. 2003.

A Plataforma tecnológica é conhecida como um centro de excelência em agronegócio. Esse projeto tem por objetivo qualificar mão-de-obra para os mais diversos segmentos do agronegócio, além de produzir e oferecer informações técnicas para o setor produtivo.

Dentre os parceiros, destacam-se a Fundação do Ensino Superior de Rio Verde – FESURV -, a Perdigão, a Universidade Federal de Goiás (unidade de Jataí), a Universidade Estadual de Goiás (UEG), Instituto Federal Goiano (IFG) de Rio Verde, Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste (COMIGO) e a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia.

A Granja Escola já está em funcionamento desde agosto de 2004, com os Módulos do Sistema de Produção de Aves – FGO e SVT E SLP - em fase final de instalações. Vejam-se as figuras 18 e 19 da Granja Escola da Fesurv.



Figura 18 – Rio Verde: módulo de produção de aves da Granja Escola
Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.

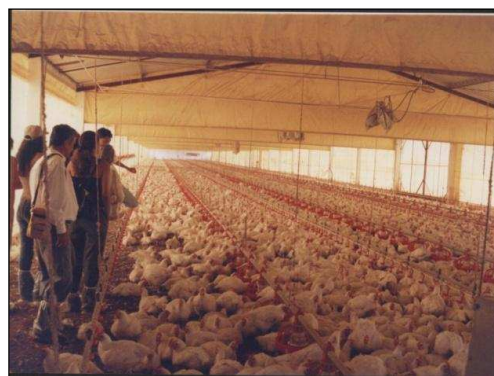


Figura 19 – Rio Verde: criatório de aves da Granja Escola
Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.

Essa Granja Escola, com seus objetivos específicos delineados para o treinamento de mão-de-obra, visa gerar pesquisa tecnológica para produtos e serviços processados, gestão empresarial e ambiental, para as cadeias de grãos, aves e suínos.

Partindo dessa perspectiva, a ciência e a tecnologia em Rio Verde constituem-se como produto e causa do desenvolvimento local, compondo o circuito espacial de produção e círculo de cooperação. Produto porque, em condições normais, foram

desenvolvidas a partir de exigências sugeridas pelas novas necessidades determinadas pelo crescimento das empresas agropecuárias locais, pelo ambiente externo competitivo e com base nas possibilidades econômicas disponíveis. Causa porque, ao serem incorporadas, as novas tecnologias e o meio técnico científico-informacional colocam-se à disposição dos setores hegemônicos produtivos, em condições normais, novas possibilidades de desenvolvimento material (aumento do circuito espacial de produção e consumo produtivo na economia urbana), implicando, inclusive, novas exigências, mediações e determinações, o que poderá, certamente, levar, no tempo, à necessidade de novos investimentos em ciência e tecnologia.

Como resultado da interação entre empresas e a Plataforma Tecnológica tem-se o Centro Tecnológico da COMIGO, mais um recurso importante nos circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação e consumo consumptivo.

Elias (2003) associa esse Centro Tecnológico ao consumo produtivo do campo moderno, relacionando-o com algumas ideias de Santos.

Há mais de uma década, Milton Santos chamou a atenção para o fato de a cidade ter-se transformado no local da regulação da produção agropecuária moderna, seja pelo fato de seus produtos serem cada vez mais entregues aos mercados urbanos para serem processados e consumidos, seja porque a agropecuária moderna tem o poder de impor especializações territoriais dia a dia mais profundas. No mundo agrícola moderno, ao lado do consumo consumptivo, que se esgota com ele próprio, criam-se novas formas de consumo associadas à produção agropecuária. Como a incorporação de ciência, tecnologia e informação ao território rural, amplia-se e se configura o consumo produtivo do campo: máquinas e implementos agrícolas, adubos e fertilizantes diversos, insumos intelectuais, crédito, administração pública etc. (ELIAS, 2003, p.191).

São algumas alterações na relação cidade campo que Rio Verde vivencia. Há algum tempo atrás, esse “consumo consumptivo” eram vistos somente em exposições agropecuárias, centro de convenções e campus universitários agrícolas ou em pátios de lojas comerciais geralmente em locais urbanos. Hoje esse tipo de evento é desenvolvido em grandes áreas rural próximas às cidades.

[...] o consumo do campo e das localidades rurais era, sobretudo, um consumo consumptivo que criava demandas heterogêneas, segundo os subespaços, dependendo da importância das suas rendas e salários. Mas, hoje, nas áreas que participam de forma mais complexa do processo de modernização agrícola, o consumo produtivo do campo tem poder de adaptar as cidades próximas as suas principais demandas, convertendo-as em laboratório da produção agropecuária moderna, uma vez que fornecem a grande maioria dos aportes técnicos, financeiros, de mão-de-obra e de todos os demais produtos e serviços necessários a sua realização. (ELIAS, 2003, p.191).

Com um investimento inicial de R\$ 500 mil. O Centro Tecnológico dispõe de 114 hectares para experimentação e difusão de tecnologias para a agricultura, no ano de 2002/03 foram conduzidos segundo o informativo comigo de julho de 2003, 800 experimentos com diversas culturas, em parceria com a FESURV, Embrapa, Agência Rural, Coodetec, CPTA, Fundação GO e outras. As figuras 20, 21, 22, e 23 ilustram o Centro Tecnológico da COMIGO que a partir de 2004 passou a ser denominado de Agrishow COMIGO.



Figura 20 – Rio Verde: acesso principal da Agrishow - Comigo
Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.



Figura 21 – Rio Verde: exposição de implementos agrícolas na Agrishow - Comigo - 2004
Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.



Figura 22 – Rio Verde: exposição de cultivos de grãos na Agrishow - Comigo
Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.



Figura 23 – Rio Verde: exposição de sementes na Agrishow - Comigo - 2004
Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.

Segundo o informativo COMIGO, abril de 2004, a Agrishow Comigo 2004 registrou um volume de comercialização de, aproximadamente, 400 milhões. Com esse resultado, a Agrishow Comigo alcançou a posição de terceira maior feira agropecuária do

País em volume de negócios, dentro do Sistema Agrishow. Visitaram a feira cerca de 38 mil pessoas, 30% do previsto pelos organizadores. O evento proporcionou para os produtores goianos a oportunidade de ter contato e negociar com os maiores fabricantes do Brasil de máquinas e implementos, agroquímicos, sementes e outros insumos do agronegócio.

Segundo o informativo Comigo 2007, “A Agrishow COMIGO reflete reaquecimento do agronegócio, foi encerrada com balanço que reflete a busca do produtor por novas tecnologias e equipamentos visando diminuir o déficit financeiro gerado nos dois últimos anos. Realizada no período de 27 a 30 de março de 2007, a Agrishow COMIGO marcou uma nova fase do agronegócio do Centro-Oeste Brasileiro. A Feira foi encerrada com um crescimento substancial dos negócios em relação ao ano passado. “Fechamos com uma comercialização que superou os R\$ 120 milhões. Nos quatro dias recebemos acima de 41 mil pessoas. Expandimos em todos os sentidos e cumprimos, mais uma vez, a missão de ajudar a transferir tecnologia aos produtores rurais” (INFORMATIVO AGRISHOW, 2007).

Os produtores também tiveram a oportunidade de presenciar a demonstração dos benefícios de utilização de diversas tecnologias de campo (experimentos e dinâmica de máquinas), com possibilidades de aumento de produtividade e renda. Além disso, a parceria das instituições financeiras, Banco do Brasil, Bradesco, Bancos e financeiras dos próprios fabricantes, facilitou a aquisição de novos equipamentos.

Esse cenário da Plataforma Tecnológica e da Agrishow Comigo, composto de um sistema de objetos e ações propício para recortes espaciais superpostos, é que Santos (1994, p.104) chama de “Horizontalização” e “Verticalização”,

Nesse espaço, assim reorganizado, há, de um lado horizontalizações e, de outro, verticalizações, recortes espaciais superpostos. As horizontalizações atuais são a condição e o resultado das novas condições da produção propriamente dita. E as verticalizações são o resultado das novas necessidades de intercâmbio e da regulação. Os arranjos espaciais, nessas condições, não se dão apenas como as regiões do passado, figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, também, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores.

Dessa forma, cria-se um círculo dinâmico que impulsiona a economia regional, um cenário que se constitui de um polo gerador de tecnologia e informação que no caso das verticalidades nessas condições, segundo Santos (1994, p.105),

[...] aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos. As ações racionais, dando-se sobre um espaço tornado racionalizado pela presença de objetos tão estritamente fabricados para dar respostas às suas exigências, criam um cotidiano obediente e disciplinado.

A Agrishow COMIGO e a Plataforma tecnológica é um exemplo notório de incorporação de vultuosos investimentos públicos e privados impulsionados pelas políticas públicas espaciais do agronegócio para o financiamento da modernização agrícola, agroindustrial, tecnológica, pesquisa científica e outros. São determinantes para um processo intenso de difusões de inovações criadas aqui e vindas de fora da região e mesmo do Brasil. Porém o fato mais notório deve-se ao desenvolvimento de um setor agroindustrial capaz de incorporar e participar dos diversos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação da soja, de aves e suínos, o que significa começar pela produção da própria matéria-prima, de sua transformação industrial, distribuição e da pesquisa tecnológica voltada ao aumento da produção agrícola e industrial no campo, atingindo, assim, a verticalização e criando a ordem e a desordem no campo e na cidade.

Nesse sentido, a cidade e o campo fazem parte de um cenário em transformação e continuação, definindo “a ordem e a desordem” de Rio Verde apresentando-se como indicador geográfico e problemas gerais, que segundo Santos (1994, p.132) são:

novos insumos (materiais ou não) e novo papéis da cidade no seu fornecimento; hierarquias assim geradas; deslocamentos para o campo de certas atividades industriais; novas atividades de concepção, comando, administração superior ou controle instalado nas cidades médias (e menores?); presença de novos terciários localizados; novos fluxos entre cidade e ‘seu’ campo; os fluxos e atividades criadas pelo campo modernizado na ‘sua’ cidade; o impacto das novas redes de transporte e comunicação; a cidade como lugar de residência de agricultores e de ‘agrícolas’ novas formas de rurbanização.

Nesses problemas gerais é que encontramos o caráter de domínio, poder e uso do território, exclusão social, condicionado pelas relações de produção da economia local. Neles, ou a partir deles, podemos detectar os atores hegemônicos e os excluídos do “da ordem e desordem” de Rio Verde.

O uso do espaço em Santos (1988), se bem entendemos, não aparece junto à noção de apropriação do espaço pelas classes oprimidas para vida e, portador de um conteúdo de mudança. Para ele, o uso manifesta-se fundamentalmente como uso do espaço já dominado pelas relações de reprodução do capital. Em consonância com o que entendemos diz ele:

“a cada divisão do trabalho muda o uso do território, em virtude dos tipos de produção reclamados, das técnicas diferentemente utilizadas e das formas como se exercem as diversas instancias da produção, exigindo novos objetos geográficos e atribuindo valores novos aos objetos preexistentes”. (SANTOS, 1988, p.115).

Haveria, assim, uma hierarquia de usos do espaço, ante as diferentes possibilidades igualmente hierárquicas, oferecidas pelos territórios aos agentes, sobretudo aos econômicos. Trata-se, portanto, de espaços inteiramente dominados pelos circuitos do capital e da produção.

A Perdigão retrata bem essa hierarquia de uso do espaço, na cidade alojando trabalhadores que recebem até um salário e meio na periferia, como mostra a figura 24, trabalhadores que ganham até cinco salários, financiam casas populares, vide figura 25. Os gerentes e diretores, alojados em condomínios horizontais e em casas de luxo em bairros nobres, como mostra figura 27. No campo os integrados, em sua maioria grande latifundiários não residem nas granjas. Estes residem também em áreas nobres da cidade. As granjas são monitoradas por apenas um trabalhador que residem no local com a família em casas populares.

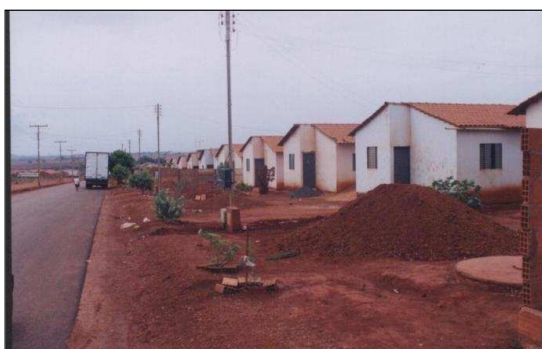


Figura 24 – Rio Verde: bairro Céu Azul, onde estão concentrados a maioria dos trabalhadores de baixa renda da Perdigão

Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.



Figura 25 – Rio Verde: conjunto habitacional para funcionários da Perdigão que têm rendimento de no máximo 5 salário mínimos.

Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.



Figura 26 – Rio Verde: condomínio horizontal fechado da Perdigão.

Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.



Figura 27 – Rio Verde: bairro nobre onde residem a maioria dos diretores da Perdigão.

Fonte: LACERDA JÚNIOR, B., 2004.

Os trabalhadores da agroindústria Perdigão residem, em sua maioria, nos bairros e vilas populares existentes na periferia de Rio Verde. Como recurso de análise, buscamos selecionar, dentre esses lugares da periferia urbana local, dois bairros que surgiram em momentos distintos do processo de urbanização local e que refletem a própria dinâmica e o desenvolvimento do complexo agroindustrial da soja e de aves e suínos: o bairro Dom Miguel e o Céu Azul.

Pensar a (re)produção do espaço urbano, em Rio Verde, significa termos presente, de um lado, o papel que as determinações econômicas e organizacionais engendradas pelas ações desempenhadas na formação dos complexos da soja e do complexo agroindustrial da Perdigão e, de outro, a maneira como cada lugar responde a essas determinações com base na dinâmica sócioespacial própria das comunidades locais e das contingências e particularidades que individualizam esses bairros selecionados.

É nessa perspectiva que entendemos que a produção da periferia, como lugar (re)construído faz parte da formação do “novo rural e urbano”, do “Eldorado Goiano”. É essa a direção que buscamos trilhar, ao mostrarmos, aqui, a complexidade da qual se reveste o processo de (re)produção da cidade em função ou em consequência da nova organização do campo. Cabe-nos, entretanto, verificar, ainda, no âmbito da periferia urbana, como esses bairros foram surgindo, quais características comuns e as particularidades existentes na produção desses lugares, social e espacialmente, periféricas da cidade.

Os bairros Dom Miguel e Céu Azul localizam-se ao norte da cidade, na saída para Montevídiu.

Figura 50 - Rio Verde: Localização dos Bairros Céu Azul e Dom Miguel

Fonte: Imagem de Satélite Rural Sat 2000; LACERDA JÚNIOR, B de Rio Verde, 2002

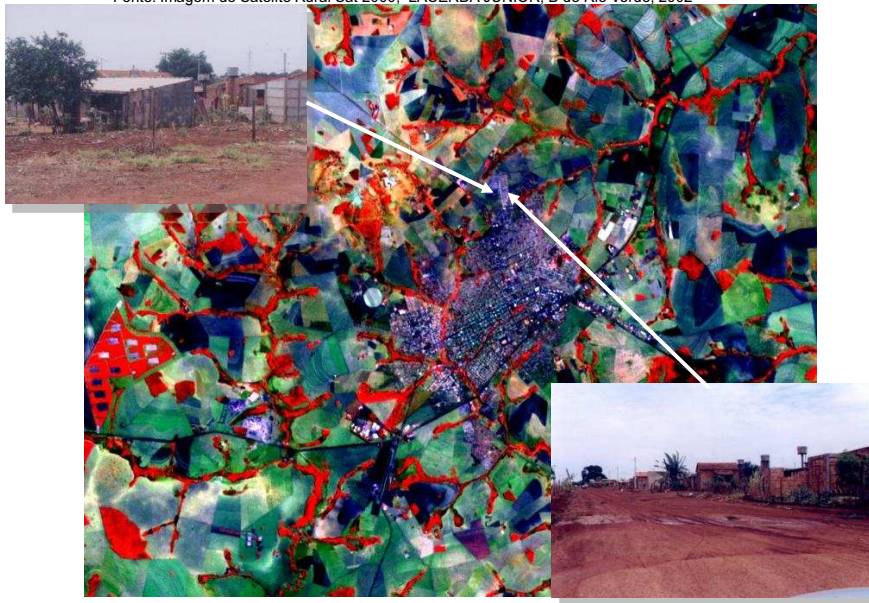


Figura 28 - Rio Verde Localização dos bairros Céu Azul e Dom Miguel.

Fonte: Imagem de Satélite Rural Sat 2000, Organização, LACERDA JÚNIOR, B. 2002.

O papel desempenhado pela agricultura moderna, seus sistema de objetos e ações, condicionou a valorização do uso do solo em bairros com infraestrutura e próximos ao corredor central do consumo produtivo urbano de Rio Verde, a avenida Presidente Vargas. À medida que as atividades agropecuárias foram consolidando-se e incrementando o desenvolvimento da economia local, os circuitos espaciais de produção e o consumo produtivo partiram para esses bairros na década de 1980. O resultado foi uma especulação imobiliária, resultando em aluguéis e vendas de imóveis caros.

Diante desse processo, a cidade, com presença marcante das atividades relacionadas ao campo, trouxe para esses bairros, tanto fluxos externos de novos migrantes como aqueles internos (migração intra-urbana), de trabalhadores que, havia mais tempo, buscavam garantir a sua reprodução no interior da cidade. Vendiam suas casas ou alugavam-nas para obter uma renda ou capital, ocupando áreas mais periféricas da cidade.

Dessa forma, alguns desses novos bairros periféricos surgiram espontaneamente, a partir da ocupação irregular de determinadas áreas de domínios da BR-060; outros se originaram nos limites do bairro Popular em direção a Montevídiu. Esse foi o caso dos bairros Dom Miguel e Céu Azul, no final da década de 1980 e início dos anos de 1990.

A ocupação desordenada, a falta de infraestrutura, problemas sociais, de saúde e violência, e interesses eleitorais fizeram, por parte da Prefeitura, ocorrer uma ação interventora, que passou a regularizar os domínios de posse.

Em uma entrevista com Manuel Costa, líder da comunidade do Dom Miguel, e João Ferreira, líder da comunidade do Céu Azul, ambos moradores mais antigos, eles relataram o seguinte: *“Temos uma história de vida parecida no bairro e em Rio Verde. Nossos pais trabalhou na roça quase a vida inteira, nós tinha uma rocinha perto de Santo Antônio da Barra, vendeu a roça e veio para o bairro Popular”*. Perguntamos, em seguida, o que os teria levado a deixar o bairro Popular. Segundo Manuel Costa, casou-se, constituiu família (três filhos), e não poderia permanecer morando com os pais, que alugam, até hoje, a maior parte da área construída no bairro popular e moram nos fundos. Tendo o aluguel de R\$350 reais e a aposentadoria como única fonte de renda. No caso de João Ferreira, os pais também foram desapropriados no processo de formação do complexo da soja, porém faleceram no início dos anos de 1990. Sua irmã permanece morando no bairro Popular, alugando parte do imóvel que divide com outro irmão.

Manuel Costa, que chegou um ano antes de João, relata que, no início da formação dos bairros, os moradores eram da cidade de Rio Verde, em seguida, migrantes de áreas rurais de Santa Helena, Montivídiu, e recentemente, nos últimos 5 anos, os sulistas e mineiros. *“No início, era nossos vizinhos que vinha da aqui de perto de Rio Verde, depois veio muita gente de Santa Helena e Montivídiu, agora, de 98 pra cá, o que tem muito é mineiro e gaúcho morando aqui! Na nossa época não tinha tanto lixo e violência, nos era pouco e todo mundo conhecia todo mundo”*.

As histórias de vida, nas palavras de Manuel e João, confirmam o desenvolvimento desigual e combinado do “novo espaço rural e urbano de Rio Verde”. A expropriação da zona rural, foi intensa até meados da década de 1990, e a migração coincidiu com as instalações do complexo agroindustrial da Perdigão.

Dados de um relatório de pesquisa, feito em 2003 pela Secretaria Municipal de

Planejamento de Rio Verde, indicam uma população total de 5.547 residentes no Dom Miguel e Céu Azul, dos quais, 1.109 são migrantes, ou seja, 20% da população. Os bairros não apresentam uma ocupação densa. Há muitos lotes desabitados, e o comércio é precário. Segundo os organizadores do relatório, os dados dos residentes foram coletados com base nos imóveis cadastrados pela Prefeitura. Tendo em vista a existência de ocupações irregulares nos dois bairros, que não foram detectadas por nenhum órgão público ou privado, certamente, a população terá um acréscimo na sua totalidade.

Lembrando que o último diagnóstico realizado e publicado pela empresa Perdigão, informativo de julho de 2004, sobre o número de trabalhadores contratados, atingiu 6.000 mil só na unidade de Rio Verde. Entre esses trabalhadores, mais de 5.000 estariam trabalhando na linha de produção (frigorífico e embalagem de produtos). O restante seriam motoristas, cozinheiros, faxineiros, auxiliares de escritórios, agrônomos, veterinários, gerentes de departamentos, outras profissões ligados ao agronegócio e diretores.

O número de trabalhadores da Perdigão seria maior que a população de dois bairros de Rio Verde.

A infraestrutura nos dois bairros é muito precária, faltam escolas, coleta de lixo, transporte urbano, asfalto, segurança, postos de saúde e áreas de lazer, os pontos que mais foram reivindicados para os líderes Manuel Costa, João Ferreira. Essas mesmas reivindicações foram constatadas no resultado de uma das questões levantada no questionário elaborado para os residentes dos dois bairros.

O processo de desenvolvimento do município de Rio Verde, em um primeiro momento, décadas de 1980 e 1990, levou a uma migração em busca de um lugar na cidade, de um lugar para garantir a reprodução social do espaço. A formação do complexo da soja, tendo os latifundiários e a Comigo, os agentes hegemônicos do poder, se organizado em bairros nobres, enquanto uma porção de expropriados da zona rural ocupavam bairros próximo a economia urbana de consumo (bairro popular).

À medida que o consumo produtivo no campo e na cidade crescia, aumentava as necessidades de mão-de-obra especializada, os migrantes não atendiam as exigências do mercado de trabalho, e os bairros mais antigos tornaram-se locais especulativos do mercado imobiliário. A formação do complexo agroindustrial da empresa Perdigão fez-se

acompanhar de um intenso processo migratório de outras regiões e intra-urbano, processo que, em função da lógica excludente do mercado imobiliário e diante da baixa escolaridade e qualificação profissional dos trabalhadores, bem como da sua insuficiência renda familiar, levou-os, via de regra, a ocupar as periferias como local de moradia.

5.2.3. A Guerra dos Lugares! Ordem? Ou desordem?

A especialização regional produtiva, isto é, a reunião de fatores produtivos e de condições particulares (serviços, armazenamento, terminais, comércio, centros de pesquisa e informação) numa determinada porção do território gera condições para o aumento da produção e da produtividade, elevando, portanto, a competitividade de alguns lugares e regiões para um determinado tipo de produção. Diante da internacionalização dos mercados e das finanças (e também dos custos e parâmetros produtivos), a competitividade regional torna-se obrigatória. No caso dos países periféricos, essa competitividade recai principalmente sobre a produção de *commodities* agrícolas (ou minerais). O “engessamento” dessas áreas que abrigam as monoculturas modernas, além das implicações conhecidas de concentração de terras, riqueza e renda, também pode gerar situações inusitadas, como a “Guerra dos Lugares”.

A guerra que estamos querendo nos referir é sobre os comandos ou ações, estratégias de poder, comando proveniente do Estado e das grandes empresas, criando leis e normas para o território como forma de monopólio e proteção. Nessa linha reflexiva, Santos (1996) afirma que da mesma forma o território é normado por leis jurídicas formais ele se apresenta como normas às ações. Ou seja, a uma série de leis que o normatiza, como por exemplos os impostos, mas ele mesmo, em função dos acréscimos técnicos desiguais, acaba por se tornar uma norma.

“A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas apenas a estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferentes valor. A guerra fiscal é, na verdade uma guerra global dos lugares”. (SANTOS, 2002, p. 88).

Com a globalização, confunde-se a lógica do chamado mercado global com a lógica individual das empresas candidatas a permanecer ou a se instalar num dado país ou território, o que exige a adoção de um conjunto de medidas que acabam assumindo um papel de condição geral da política econômica e social. Nesse sentido concordamos com

Calaça (2009, p. 260) ao comentar que:

O mundo globalizado é marcado pela segmentação das etapas do trabalho e pela especialização dos lugares na divisão territorial da produção. Uma área de agricultura moderna pode não estabelecer relações com cidades e mercados mais próximos, mas mantém contatos com outros muito mais distantes, tanto no que se refere a fluxos materiais (como produtos agrícolas) quanto a não-materiais (como capitais, informações, mensagens e ordens). Assim, nessa nova ordem global, é necessário que os diferentes lugares, inseridos no circuito espacial de produção, sejam interligados em redes mundiais, através das infra-estruturas que liguem os lugares para além da escala regional e nacional.

Calaça (2009) concorda que o processo de agroindustrialização, modernização da agricultura e da economia das regiões de cerrado conta com infraestrutura suficiente para a lógica do mercado global em relação ao potencial de circulação de mercadorias de forma eficiente e rápida em virtude da nova divisão territorial do trabalho e da produção. Isso significa segundo Santos e Silveira (2001, p. 258),

Produz-se um efeito de entropia das empresas globais e das grandes empresas sobre as nações e lugares, na medida em que, para melhor funcionarem, tais empresas criam ordem para si mesma e desordem para o resto. De modo geral, e como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmento, incoerente, anárquico para todos os demais atores.

Dessa forma a Guerra fiscal se instala nos lugares e tem caráter geográfico político, “Guerra dos Lugares” que segundo Santos e Silveira (2001, p. 296),

Fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de Estados e municípios pela presença de empresas e a busca pelas empresas de lugares para se instalar lucrativamente é vista sobretudo nos seus aspectos fiscais. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca dos lugares produtivos.

Nesse sentido concordamos com Calaça (2009, p.2), ao comentar sobre as implementações de ações que favorecem a “Guerra dos Lugares”.

Verifica-se no momento um intenso processo de transformações dos empreendimentos capitalistas no Cerrado brasileiro, que tem como área core a Região Centro Oeste. No processo anterior (1970-2005) de expansão da fronteira, a produção de soja foi o elemento dinamizador do território, implementado pela ação do Estado, através de políticas públicas de infraestrutura e financiamentos da pesquisa e da produção agrícola. Verificou-se a introdução de produtores externos à região, para viabilizar a expansão da produção agrícola para exportação e o abastecimento das indústrias alimentícias nacionais.

Já constatamos que o território da soja no município de Rio Verde na sua formação inicial tiveram vultuosos incentivos fiscais para consolidar seus fixos, sistemas

técnicos de engenharia como suporte de produção e fluxos de capitais e mercadorias.

É busca desenfreada dos lugares para atrair investimentos por intermédio dos impostos, e por meio das empresas que geram, pelas suas barganhas, uma competição entre os lugares, e a desterritorialização, a desordem no campo e na cidade.

Naquele período, ocorreu a expansão da produção de grãos (soja, milho, girassol, etc) fibras (algodão), cana de açúcar e das respectivas plantas agroindústrias destinadas ao processamento dos produtos agrícolas. Esse processo foi gradativamente sendo irradiado para outros estados, como Bahia, Tocantins, Maranhão, Piauí, e Rondônia, etc. Naquele momento os produtores locais, resistentes às transformações que o capital impunha, ficaram fora do processo, vendendo ou arrendando terras aos novos atores sociais do campo. Como resultado processou-se intensas transformações sócio-espaciais: aumento da migração campo-cidade, crescimento da população urbana, aumento da concentração da terra e da renda, desarticulação da produção de base local vinculada aos mercados das pequenas cidades, desarticulação da produção camponesa, aumento do número de sem terras, intensificação dos conflitos no campo e a luta pela moradia e por outros direitos na cidade. (CALAÇA, 2009, p. 2009)

Sabemos que a Guerra dos lugares, a guerra fiscal promoveu benefícios públicos assegurando a territorialidade da soja no município de Rio Verde.

Para o poder público municipal a instalação de empreendimentos industriais representa o progresso, a dinamização da economia local, a geração de emprego para a população, e acima de tudo, aumento considerável da arrecadação municipal e o fortalecimento político dos administradores locais. A arrecadação pública municipal chega a triplicar ou até quadruplicar em dois a três anos da instalação das indústrias. (CALAÇA, 2009, p.4).

Paralelo a agroindústria de grãos e aves, o sudoeste também desenvolve políticas de expansão dos agrocombustíveis que favorecem a agroindústria canavieira no sudoeste de Goiás.

A cadeia da soja foi o marco do processo anterior, que continua tendo papel importante, no entanto o setor sucroalcooleiro e a produção de agrocombustíveis comandam o processo atual. A soja entra como matéria prima importante na Região Centro Oeste e no Cerrado, tanto para a produção de óleo comestível, como farelo destinado a alimentação animal e outros derivados, destinados a alimentação humana e outros fins. (CALAÇA, 2009, p. 4).

O setor sucroalcooleiro escolheu o Centro-Oeste, como nova fronteira de produção. Segundo o Jornal Estadão, (jan. de 2011), “nos últimos seis anos, a quantidade de usinas na região aumentou 106%, enquanto São Paulo, reduto tradicional da cana, o crescimento foi de 40%”. A região Centro-Oeste é a aposta dos usineiros e que sua vez é palco do território da soja. De acordo com a UNICA, União da Indústria de Cana-de-Açúcar a previsão para 2011 é que seja inauguradas cinco usinas no Centro-Oeste.

E como afirma Calaça (2009, p. 3-4), esse processo intensificou:

A partir de 2005, verifica-se uma nova expansão de investimentos agroindustriais, (uma nova fronteira?) em áreas de agricultura moderna, resultante do processo imediatamente anterior, com a introdução massiva de usinas de álcool de cana-de-açúcar e de produção de óleo combustível de origem vegetal, os biocombustíveis ou agro combustíveis.

Para impedir a entrada da cana e do setor sucroalcooleiro no município de Rio Verde os produtores de grãos movidos por agentes políticos do poder, tentaram limitar a área de plantação da soja. A implantação das usinas de cana-de-açúcar a partir de 2005 foi marcada por disputas territoriais nos municípios em que esse setor afeta interesses estabelecidos. Como resultado verifica-se a promulgação de leis estabelecendo limites de áreas para o cultivo da cana, ações judiciais contra essas leis (CALAÇA, 2009).

A Prefeitura do município de Rio Verde (GO), com o apoio de 47 entidades de classe, criou uma lei que limita em 10% da área municipal destinada à agricultura, o cultivo da cana, sob a alegação de colocar em risco os investimentos já realizados e futuros vinculados às cadeias produtivas da soja e do milho (agroindústrias de óleo e farelo, frigoríficos, armazéns, criação de aves e suínos principalmente). Esse caso ilustra a “Guerra dos Lugares” por grandes agroindústrias e o poder do Estado local. Porém essa lei não foi legitimada, segundo o jornal Estadão, a lei municipal foi considerada inconstitucional. Diferente do sucesso do município vizinho, Jataí que “pôs de pé o Plano Diretor Rural de Jataí, criou o Conselho Socioeconômico de Desenvolvimento Rural (Coderj), formado por vereadores, sindicato patronal e de trabalhadores rurais, associação comercial e pelo conselho comunitário. O grupo será responsável por avaliar os pedidos de instalações de novas usinas” (WWW.ESTADAO.COM.BR, 9 JAN, 2011).

As palavras de Calaça (2009, p. 4) confirmam as tramas do capital agrário e sua ordem e desordem no Sudoeste goiano.

No processo atual o que se verifica são disputas territoriais entre atores hegemônicos do capital. Portanto, são empreendimentos capitalistas expandindo sobre áreas incorporadas pelo capital no campo. Esse processo é caracterizado por disputas territoriais entre atores capitalistas articulados com as elites e administradores municipais e estaduais, materializados por investimentos de interesse de grandes empresas nacionais e multinacionais, com maior capacidade de remuneração do capital e da terra e maior intensidade de exploração do trabalho.

Com tal situação de uma Guerra dos lugares, concordamos com Silveira, Santos (2001, p.298) ao comentar sobre a instabilidade do território:

A instabilidade do território é uma das conseqüências dos processos acima descritos e deve sua origem à própria turbulência do mercado global. Tal instabilidade marca as relações da empresa com seu entorno, isto é, com outras empresas, as instituições e o próprio território, já que existe uma contínua necessidade de readaptação ao mercado e ao entorno.

Na mesma linha de pensamento sobre instabilidade, fluxo de capital global e local Calaça (2009, p.5-6) também comenta:

O elemento comum entre o processo atual e o anterior é inserção da agropecuária com uma atividade complementar e integrada à indústria e às empresas de produção e comercialização de produtos, insumos e sementes, articuladas ao mercado global. O mundo globalizado é marcado pela segmentação das etapas do trabalho e da especialização dos lugares na divisão territorial da produção. Esse processo está articulado à ordem global, assim sendo estabelecem-se relações entre os mercados por meio virtual, articulando-se fluxos materiais como produtos agrícolas, e não materiais como capitais, informações, entre diferentes locais. Assim é necessário, nessa nova ordem global, que os diferentes lugares, inseridos no circuito espacial de produção, sejam articulados em redes mundiais, através das infra-estruturas que interliguem os lugares, para além da escala regional e nacional.

Consideramos dessa forma do ponto das políticas públicas espacial/territorial, uma das explicações para essa exacerbada competitividade territorial é a própria incitação que as empresas e seus agentes fazem aos lugares, para que esses tornem ainda melhores os seus negócios. Essa racionalidade vem seguida de comando externos ao território nacional. O Brasil é um exemplo de país para o qual a modernidade, em todas as fases de sua história nos últimos cinco séculos, impõe-se, sobretudo, como abertura aos ventos de fora (SANTOS 2000).

O mesmo autor lembra que, antes de mais nada, o Brasil cria as condições necessárias à vida das multinacionais (condições essas por intermédio das políticas públicas espaciais), através daquilo que se denomina “modernidade à moda brasileira” que para Milton Santos é sinônimo de abandono. Essas condições criadas evidenciam, em grande parte, a ausência de um projeto para o território nacional, evidenciada pelo fato de qualquer investimento externo ter todas as condições necessárias para atuar, mesmo que comprometa parte das iniciativas locais. “A competitividade é um fator de desordem orçamentária, econômica, social, territorial e política. É na relação com o território que verificamos exatamente como a competitividade é um fator de desagregação e de ingovernabilidade”. (SANTOS, 1997, p.21).

Martins (2005) nos lembra que o tributo é um fantástico instrumento de poder, de domínio, de controle da sociedade. Serve, fundamentalmente, aos governantes (burocratas e políticos), tendo, às vezes, um efeito colateral, mas não absolutamente necessário que é permitir ao Estado prestar serviços públicos. Segundo Martins os governantes no Brasil têm se utilizado dos tributos como instrumento de poder, para projetos corporativos e conflitantes em relação aos que é desejável para o conjunto da Nação. Na tentativa desesperada de atrair atividades econômicas, o tributo não tem servido à população, que, além de pagá-los, ainda vê o retorno ser direcionado às empresas que se instalam nos lugares e por sua vez, não pagam como a maioria da população.

Dessa forma instala-se a ordem e a desordem no território. Mesmo que os municípios têm grande dependência dos repasses, tanto estadual como federais alguns como Rio Verde possui uma arrecadação própria significativa derivada da agricultura e pecuária moderna e isso implica uma certa autonomia e por sua vez contam como o aval do estado ou da União para efetivar suas políticas.

A federação brasileira se destaca, também, pelo grau excepcional de autonomia concedida aos Governos Subnacionais e, em particular, aos governos municipais. Esta se manifesta não apenas na regra constitucional de autonomia concedida aos Governos Subnacionais e, em particular, aos governos municipais. Esta se manifesta não apenas na regra constitucional que coloca os municípios como governos soberanos, como também na fragilidade das conexões administrativas e orçamentárias entre estes e os governos estaduais. Isto define um padrão federativo onde as articulações dominantes são aquelas entre o governo central e cada um dos níveis de Governos Subnacionais. (PRADO, 2003, p. 43).

Essa autonomia municipal é condição fundamental para a ocorrência da “guerra dos lugares” a fiscal, de disputa de produção, de inserção de capital e trabalho, pois os governos municipais têm nos aparatos legais condição de promover políticas públicas espaciais e legitimar conforme seus projetos a ordem e a desordem no território do agronegócio em Rio Verde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nossa análise sobre políticas públicas espaciais do agronegócio da soja, constata-se que é inevitável que uma política pública traga efeitos sobre o processo de produção do espaço: pela criação de novos objetos, pela criação de novas atitudes, pela mudança na conduta de indivíduos de toda natureza e função social, política e econômica. Nesse sentido percebe-se que as políticas públicas possuem um “acontecer espacial-territorial”. Porém por muito tempo conceito geográfico de espaço foi mal compreendido e isso acarretou em um grave problema às políticas públicas espaciais.

A expansão do capital no cerrado goiano, trazendo em seu bojo mecanismos e instrumentos indutores da desigualdade, ratificado pelas políticas públicas, cria uma modernidade radicalizada, reestrutura territórios e alimenta diferenciações em suas periferias internas, gerando impactos imediatos na sua organização, que se expressam em termos de divisão, especialização, fragmentação e exclusão, preservando e cristalizando relações de dependência, aprofundando a ambivalência característica do capitalismo no país, com vistas ao fortalecimento da acumulação. Portanto, a reconstrução do espaço herdado nos permite suspeitar da visão generalizada da permanente tradicionalidade do país, assim como da face modernizadora que a dinâmica estatal imprimia às unidades produtivas.

Como assinala Harvey (2005), a acumulação de capital sempre foi um processo geográfico no que diz respeito à expansão, à reorganização espacial ou ao desenvolvimento geográfico desigual. Os reajustes espaciais decorrentes da forma específica de como o cerrado, enquanto produtor de soja, insere-se no mercado mundial, a partir dos anos 80, são expressão das novas necessidades do processo de acumulação do capital e das condições históricas que o envolvem.

É necessário perceber o que esse projeto e os interesses nele dominantes tentam fazer com os homens e com as coisas, o que orienta a nova produção desses territórios, desvendando a ideologia da globalização, trazendo à discussão como esse modelo se apropria de novas áreas, fazendo uma leitura do território a partir de um novo olhar, procurando nos despir dos condicionamentos das velhas formas de olhar. Como dizia Santos (2000), globalização não é só um sistema de técnicas, mas resulta de ações que

asseguram o mercado global, vinculado aos processos políticos. A modernidade não é simplesmente o avanço da técnica e do capitalismo, significa a capacidade de refletir sobre as ações para entendermos os fins dessas ações.

A partir da constatação empírica desse problema e dando seqüência a uma linha de pesquisa e debate sobre a relação entre teoria geográfica e políticas públicas, este trabalho discutiu o fato de que, para qualquer discurso de política setorial que se analise, por trás do que está escrito, e mesmo por trás dos mais inovadores instrumentos de planejamento e execução, estão entendimentos “setorializantes” sobre a administração governamental e “segmentantes” sobre a realidade espacial do país em escala nacional, regional ou local. Combinados ou isolados esses entendimentos corroboram para a manutenção de uma cultura político-administrativa ineficiente e resistente a mudanças, viciada historicamente pelo patrimonialismo, clientelismo e paternalismo e propícia para a ocorrência das chamadas “falhas de Estado”, corrompendo assim o acontecer espacial-territorial das políticas públicas.

A não vinculação das políticas públicas a um projeto nacional bem definido e de longo prazo, fragmenta o processo de governança ao longo do tempo. Deve-se pensar o Brasil em sua dimensão histórico-geográfica, buscando um substrato comum de atuação para bem proceder sobre os problemas que se apresentam ao país.

Verificamos que ao vincular uma política a um território, observando suas características e daí empregando e transformando meros dados e informações territoriais em conhecimento espacializado, o Estado ganha a oportunidade de dar coerência à sua atuação e produz suportes mais concretos às decisões que toma. Aquilo que é entendido como política setorial, em geral, diz respeito a políticas que incidem sobre os sistemas de engenharia, seja para atender a interesses privados dos distintos setores da economia (primário, secundário e terciário), seja para atender a interesses públicos que aparentemente nada têm a ver com a competitividade da economia local face ao cenário global. Sendo assim, o trabalho cooperativo entre sociedade e Estado no Processo de Produção de Políticas Públicas é indispensável para que se façam perceber os interesses da sociedade.

Dada a existência de uma cultura político-administrativa no Brasil, que na administração pública se manifesta negativamente quando do Processo de Produção de

Políticas Públicas, ao interpretar de maneira setorializada o planejamento segmenta o espaço. E os efeitos desses inadequados entendimentos são, ao final, inadequados procedimentos. Ao formular políticas públicas sem o adequado entendimento de espaço o Estado faz com que as políticas moldem a vida da sociedade ao inverso do que deveria ser. A incoerência das ações do Estado em relação aos resultados esperados pela sociedade se traduz em um conceito pouco explorado: as falhas de Estado.

O Estado falha quando não consegue conter as falhas de mercado e quando não cumpre com seus propósitos fundamentais, que no caso do Brasil estão expressos no preâmbulo da Constituição Federal de 1988. Quando não consegue distribuir recursos de forma a garantir os bens indispensáveis à qualidade de vida, a segurança, a educação, o saneamento básico, a saúde, o lazer, o Estado falha. Se formular políticas inadequadas, se não possuir uma diretriz mais clara do que o ‘interpretabilíssimo‘ texto constitucional para orientar essas políticas, se fizer da política um negócio e das políticas públicas um laboratório, se perder o controle sobre a ordem do território e se não compreender corretamente o que se passa no mundo que existe fora dos gabinetes e escritórios públicos, o Estado falha. Daí a relação causal entre os fenômenos da setorialização e segmentação e as falhas de Estado.

Foi, portanto, em virtude de haver concluído que a cultura política permanece apesar das mudanças nos governos, na organização do Estado, nas tipologias dos planos, nos aportes tecnológicos que se entendeu que independentemente de qual setor se analise se chegará às mesmas inferências, pois o pano de fundo, a visão tacanha é a mesma do passado no presente.

A ideia de mudança na cultura política, contudo, remete à idéia de reforma do Estado, mas é importante que se diga que uma reforma de Estado não deve ajustar apenas o aparato e o comportamento dos agentes ditos ‘estatais’, mas também o aparato e o comportamento da sociedade, sua relação com a política e com o território. Trata-se, sobretudo, de uma velha questão, de um dito velho problema brasileiro: a busca pela cidadania, aqui entendida não só como cidadania política, mas também como cidadania territorial, conceito novo a ser adicionado às reflexões de futuros estudos. O entendimento do que venham a ser os “usos do território” é um primeiro passo nesse sentido.

O desenvolvimento, como meta de planejamento de Estado brasileiro, teve início

na governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, estendendo-se até os anos de 1980 com o Regime Militar. O Estado desenvolvimentista, neste período, foi o fomentador de várias políticas de desenvolvimento, onde se destacaram os PNDs, que buscavam promover o desenvolvimento nacional/regional e resolver as disparidades intraregionais.

Mas, no final da década de 1970, o Estado centralizador começou a dar sinais de visível esgotamento, e ao invés de ter havido uma continuidade de desenvolvimento, o cenário nos anos 1980 foi o de um entrave econômico, sem significativa influência positiva sobre os indicadores de crescimento, levando a uma diminuição das discussões acerca do desenvolvimento. A promulgação da Constituição Federal de 1998 também corroborou a tendência de se promover a diminuição da influência do papel do Estado nos rumos da economia de mercado do país.

Com efeito, a descentralização do Estado foi realmente sedimentada na década de noventa, quando as políticas sócio-econômicas passaram a ter por base o modelo neoliberal, causando impacto nas decisões do Estado de duas formas. Por um lado, este teve o seu poder diminuído na gestão do seu território, mas por outro lado, endossou à sociedade civil maior poder de participação nas decisões de suas ações. Desta forma, a centralização foi desarticulada, também, pelo incremento das ações coletivas e democraticamente aceitas. Tal contexto foi propício para que as discussões sobre o desenvolvimento reaparecerem sob nova “roupagem”, agregando diferentes adjetivos ao desenvolvimento como, endógeno, exógeno, sustentável, local, territorial, entre outros.

Entre as formas de desenvolvimento sumariamente relacionadas às políticas públicas espaciais, o desenvolvimento territorial tem uma peculiaridade interessante, pois este revigora o conceito de território que estava em desuso na geografia. Os novos usos do conceito passam então a ser associados à análise de diferentes escalas de poder, onde a ação dos vários atores da sociedade civil denota em novos usos políticos do território.

Contudo, operacionalizar a abordagem territorial como uma forma de impulsionar e organizar o entendimento de política espacial implicou nesta pesquisa de forma direta e indireta em verificar o envolvimento de todos os atores: o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil, nas diferentes escalas de atuação: o global, o nacional, o regional e o local, e as interrelações entre eles.

Verificamos que as políticas públicas e sua relação com a produção do espaço

geográfico, em particular ao agronegócio da soja no sudoeste goiano, ao serem fundamentadas por teorias de cunho geográfico romperam com alguns paradigmas e estudos clássicos do pensamento geográfico, com as visões seguidas do espaço e compreende por meio de um novo paradigma da geografia crítica em construção a concepção do espaço como totalidade, no sentido de demonstrar que a especificidade de um conjunto de políticas públicas constituídas para o agronegócio do complexo da soja no município de Rio Verde, são nomeadas como econômicas, sociais e setoriais. E ao remetê-las essencialmente em políticas de caráter espacial, verificou-se que tais políticas são espacialmente fundamentadas, no qual o espaço tem um significado que vai muito além do espaço palco.

Nesse sentido, constatamos o que está por trás do habitual entendimento de política de desenvolvimento e política de recursos construídos para o agronegócio do complexo da soja, são expressos nas políticas territoriais, regionais, ou setoriais agrícolas.

Ao analisarmos essas políticas públicas e seus instrumentos como objeto de concepções isoladas que abordam o espaço de maneira segmentada, identificamos ações que representem espacialmente os interesses coletivos dos atores hegemônicos da moderna produção agrícola global nas políticas públicas com sua totalidade realizadora de novos segmentos territoriais no município de Rio Verde.

Isso tudo pode ser evidenciado partido de uma discussão teórica entre espaço, território e políticas públicas no qual tivemos possibilidade de compreender que tal relação entre essas categorias significa compreender o recorte do território em nível de domínio, ordem/desordem, ordenamento, distribuição de poder econômico, das empresas, do político-jurídico, ideológico, da construção de hegemonias.

Esse território, hoje domínio do agronegócio da soja e de carnes de aves e suínos, e de outras produções agrícolas modernas, de complexos agroindustriais, de redes de técnicas, de fluxos de circulação de capital, transporte, mão-de-obra, de relações sociais densas, vínculos com o comércio internacional, cresce e se expande, estando o funcionamento da sociedade vinculado aos arranjos territoriais derivados de determinados mecanismos de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação.

Nesse sentido, o estudo demonstrou que o município de Rio Verde constitui uma significativa fronteira para a ciência e a tecnologia, onde coexistem interesses diversos, de

ordem econômica, política, territorial, envolvendo as escalas local, regional, nacional e planetária.

Verificamos que nessa fronteira de coexistências em diversas escalas, o agronegócio é concebido com uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão-obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, em empresas rurais.

Assim, o agronegócio, enquanto parte da reestruturação produtiva do capital no espaço agrário nacional e no processo de organização do território, carrega em seu bojo, as formas de reprodução das relações sociais de produção capitalista. É por meio das territorialidades da agricultura moderna que se pode constatar com veemência a lógica (re)produtiva do capital nos lugares e nos territórios.

Em Rio Verde, esse processo redesenhou o espaço agrário e, conseqüentemente, as relações de produção, com a substituição de culturas, concentração de terras e substituição de produtores, em muitos casos, fazendeiros por empresários rurais e camponeses por trabalhadores urbanos excluídos na desordem do processo de territorialização do capital agrário moderno. Com isso, um novo cenário foi dado à paisagem rural e urbana.

Constatamos que a análise das políticas de desenvolvimento agrícolas nas últimas décadas levam a crer que o Estado é um importante elemento no processo de desenvolvimento do capital. Essa entidade tem assumido ao longo do processo de evolução capitalista, diferentes formas de intervenção na relação entre capital e trabalho, mas sempre com o fio de manutenção da ordem econômica vigente. Assim, a consolidação e intervenção do Estado tem sido necessárias em todas as fases de evolução do capitalismo e do capital nos âmbitos político, econômico, social e espacial.

A “intervenção espacial” do Estado é ao mesmo tempo ação de cunho regulador que visa garantir hegemonia política aos grupos de poder e reproduzir e ampliar o capital no espaço. Isso ocorre através da construção de infra-estrutura e serviços apresentados, em primeira mão, como interesse coletivo, que somente o Estado é capaz de prover.

Assim, o espaço passa a pertencer ao conjunto de forças produtivas, representados

no município de Rio Verde por dois principais agentes do poder, a Perdigão e COMIGO. Estes atores hegemônicos do agronegócio da soja e da carne de aves e suínos desempenham um papel crucial no conjunto das relações sociais, demonstrado na formulação notória: é em parte por meio do espaço que a sociedade se reproduz, pois, por exemplo, a ordem/desordem, inclusão/exclusão espacial pode servir para controlar as contradições estruturais do capitalismo em benefício dos segmentos dominantes.

Valendo-se das reflexões realizadas, é importante observar que não se trata de uma realidade local, mas de uma situação relacionada ao processo concernente a territorialização do capital nas áreas de Cerrado. Assim, observamos que há características comuns em vários municípios onde houve a territorialização da agricultura moderna. Mas, o processo apresenta singularidades notáveis, porque, ao mesmo tempo em que faz parte da totalidade espacial, apresenta especificidades em função dos processos históricos e de seus atores sociais.

Ao pensarmos, neste contexto, verificamos que essas ações de caráter político acabam por acontecer no espaço, por isso, há a necessidade de trazer à tona a inserção do espaço nas políticas públicas.

A discussão realizada nessa pesquisa não se esgota, pelo contrário, dá possibilidades à uma contínua pesquisa de investigação com a temática ao situa-se na esfera de categorias de análises espaciais e a necessidade de inserir as frações do espaço e políticas públicas, em que o território, é qualidade do substantivo que é o espaço, portanto, de cunho desenvolvimentista espacialmente fundamentado.

Nesse sentido, acreditamos em futuras investigações complementares que possibilitarão discussões e reflexões sobre o entendimento de política, Estado, atores e territorialidade do agronegócio.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora São Paulo: Hucitec/Anpocs; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930**. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001. Acesso em: 23 fev 2008
- ACCARINI, José Honório. **Planejamento econômico no Brasil: ainda um desafio**. Bahia Análise & Dados. Salvador, v. 12, n. 4, p. 165-181, março 2003.
- ACSELRAD, Henri. **Sentidos da Sustentabilidade Urbana**. In: ACSELRAD, Henri (org.) A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 27-56.
- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação**. Brasília, Revista do Serviço Público, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.
- ALENCAR, M. T. de; MENEZES, A. V. C. de. **AÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL: transformações territoriais**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.4, n.8, p.121-147, ago. 2009.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A experiência brasileira de planejamento econômico: uma breve síntese histórica**. Brasília, 4 junho 2004, 29 p. Versão ampliada do trabalho. Volume XXIV. Tomo primeiro Trabalhos do Ano de 2004 (janeiro, dezembro de 2004)
- ALMEIDA, G. S.; VIEIRA, P. A.; RAMOS, P.. **Os Programas de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste Brasileiro e suas Conseqüências: Anos 60 e 70**. In: VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. Anais do VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Quito: ALASRU, 2006.
- ALSTON, L. J.; MELO M. A.; MUELLER, B.; PEREIRA, C. **Political institutions, policy making process and policy outcomes in Brazil**. Isnie, 2004.
- AMARAL, W.A.N. et al. **Políticas públicas em biodiversidade: conservação e uso sustentado no país da megadiversidade**. International Studies on Law and Education, FFCL - USP, Harvard Law School Association, 29, 2000.
- ANPUR **Boletim da ANPUR** n.7 Novembro 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Unesp, 1995.
- ARROYO, Mónica. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. In: Becker, d. et. al. (orgs). Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos – *volume 1*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

BAHIA, Andréia. **Fomentar & Produzir: Vilão ou herói**. Jornal Opção Online. Goiânia, 20 a 26 jan. 2008.

BECKER, B. K; EGLER, C. A. G. **Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BECKER, B. K. **Revisão das Políticas de Ocupação Amazônica: É Possível identificar Modelos para projetar Cenários? Parcerias estratégicas**. Brasília, 2001.

BECKER, B. K. **A Geografia e o resgate da Geopolítica**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 50, 1988. (Edição Especial.)

BECKER, B. K.; SANTOS, M.; **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio De Janeiro: DP&A editora PPGeo/UFF,2002

BECKER, B. K. (coord.); Figueiredo, Adma Hamam de; Stenner, Cláudio Mariana H. P. de. Logística e Ordenamento do Território. Relatório Técnico 1.4 in: Projeto “**Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT**”. Nunes, B; Scardua, F. P. (Orgs). Brasília MI/IICA; Consórcio UNB/CDS/Abipti. 2006.

BECKER, Bertha K. **O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo**. In: BECKER, B. K.; COSTA, R.; SILVEIRA, C. Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade; uma análise comparativa**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 2005.265p.

BERNARDES, J.A; FREIRE FILHO, O. de L. **Geografias da soja: BR 153: Fronteiras em Mutação**. Rio de janeiro: Arquimedes edições, 2006.

BERNARDES, J.A; BRANDÃO FILHO, J. B. **Geografias da soja II: A Territorialidade do Capital**. Rio de janeiro: Arquimedes edições 2009

BERNARDES, J.A; ARRUZZO, C. R. **Geografias da soja III: Novas Fronteiras da Técnica no Vale do Araguaia**. Rio de janeiro: Arquimedes edições 2009.

BERNARDES, J. A. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Revista Nera – ano 10, n. 10 – janeiro/junho de 2007.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema e CLEPS JR., João. **O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás**. Revista Caminhos de Geografia, n. 02. Instituto de Geografia UFU, Programa de Pós - Graduação em Geografia. Uberlândia, 2004.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. BURSZTYN, Marcel (Coordenadores). **Ciência & tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio

BORGES, R. E. **No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais.** Tese de doutorado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP- Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro – SP, 2006.

CDS/UnB/Abipti, 2000.223 p.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. In: **Planejamento e políticas públicas.** Rio de Janeiro, nº 13. p. 111-145, junho. 1996.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, G. M.; **Linhagens do pensamento político brasileiro.** São Paulo: Sderaldo & Rothschile, 2007.

BRANDÃO FILHO, **Nova divisão do trabalho e mudanças nas relações ruralurbano na fronteira Mato Grosso/Bolívia. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009.**

BRANDÃO FILHO, J. B. **Mudanças no papel do estado o caso da agroindústria da soja no Centro-Oeste.** Pesquisa de Iniciação Científica do CNPq/Depto de Geografia da UFRJ, sob a Coordenação da Profa. Júlia Adão Bernardes, agosto de 1998 a fevereiro de 2000.

BRASIL, ESTATUTO DA TERRA, LEI N. 4.504 - DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964, http://www.fetagr.org.br/nx/download/pol_agricola/LEI%20N.%204.504%20-%201964%20ESTATUTO%20DA%20TERRA.pdf

BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1967.** Rio de Janeiro: Zahar. 1968

_____ **País sempre mercantil.** Folha de São Paulo. São Paulo. 4 fev 2007. Caderno Mais!

BRITO A. F.; BONELLI R. **Políticas industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas sub-nacionais no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas. Nº. 15, Junho. Brasília, D. F.: IPEA, 1997.

BRUM, B. R. L. ; WEDEKIN, I. **O agricluster de carnes e suínos no Estado de Goiás,** 2003. <http://www.abag.com.br/agricarnes.pdf> acesso 13/04/2010.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Garamond: Rio de Janeiro, 2004.180 p.

CALAÇA, M. **Agroindústria e modernização do campo cerrado.** In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

CANO, W. **Questão Regional e Política Econômica Nacional.** In: CASTRO, Ana Célia (Org.). Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II. Rio de Janeiro: Manuad/BNDES, 2002, v.3, p.275 -307.

CARDOZO, Soraia Aparecida. **Continuidades e discontinuidades na articulação do espaço econômico nacional - 1930 aos anos 90: uma análise a partir das políticas tributária, monetária e de desenvolvimento regional.** Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia. Unicamp. Campinas. 2004.

CARMO L. R. **Agroindústria, população e ambiente no sudoeste de Goiás.** In: Migrações e ambiente no Centro-Oeste. Campinas: UNICAMP, 2002

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. da G.A **Dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste.** Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, I. E. De. **A região como problema para Milton Santos.** In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002.

_____. **Geografia e política território, escala de ação e instituições** Rio de Janeiro, Brasil 2005.

_____. **O problema da escala.** In: CASTRO, I.; GOMES, P. CORRÊA, R. Orgs. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CASTREGHINI, L. O; SPOSITO, E. S.; **Indústria, ordenamento do território e transportes.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

CHAVEIRO, E. F. (ORG.) **A captura do território goiano e a sua múltipla dimensão socioespacial.** Goiânia: Ed. Modelo, 2005.

CIDADE, L. C. F.; Vargas, G.M; Jatobá, S. U.; Delorme, J. P.; **Políticas de Ordenação do Território – A contribuição de experiências nacionais e internacionais.** Relatório Técnico 1.3 in Projeto “Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT”. Nunes, B.; Scardua, F. P. (Orgs). Brasília MI/IICA; Consórcio UNB/CDS/Abipti. 2006. **CIÊNCIA & tecnologia para o desenvolvimento sustentável** . Maria do Carmo de Lima Bezerra e Marcel Bursztyń (Coordenadores). — Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS/UnB/Abipti, 2006.

CLEPS JÚNIOR, João. **Dinâmica e estratégia do setor agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro.** Rio Claro – SP: UNESP, 1998. Tese de Doutorado.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais.** 6ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004

CORRÊA, R. L. **Geografia, Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O espaço urbano.** 4.ed. São Paulo: Ática, 2001.

COSTA F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista de Administração Pública, v. 37, n. 5. Rio de Janeiro pp.969-92, set./out. 2003.

COSTA, L. F. C.; FLEXOR, Geoges; SANTOS, R. (ORGS.) **Mundo rural Brasileiro ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Manuad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: contexto, 2000.

COUTINHO. CARLOS NELSON. **GRAMSCI: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **The Theory and Operation of a Modern National Economy**, George Washington University. Programa Minerva, 2006.

CUNHA, L. A. G. **Sobre o conceito de região**. Revista de Historia Regional, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.

DAHL, Arthur Lyon. **Social crises and their connections to global environmental problems**. Seminars at Ukranian Academy of Sciences for National Progress, Institute for Spiritual Foundations of World Civilization, Kiev, 16-19 May 1994.

DELGADO, N. G.; LIMA, E. N.; MOREIRA, R. J. (ORGS). **Mundo Rural IV configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Manuad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2007.

DELGADO, N. G. **Política econômica, neoliberalismo e agricultura**. In: COSTA, L. F. de C; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.). **Mundo rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Edur, UFRRJ, 2008.

DELGADO, N. G. **A questão agrária no Brasil, 1950 -2003**. São Paulo: INCRA, 2005.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 1985.

DEMO, Pedro. **Alguns pressupostos metodológicos**. In: _____. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1987.

DINIZ, C. C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35 – 61 set. 1993.

_____. **Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos**
In Painel: Distribuição de Renda: redução de disparidades regionais. **Desenvolvimento em Debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro II**. Castro, A.C. (org.). Rio de Janeiro: Manuad: BNDES, 2002.

_____. **Planejando o Desenvolvimento: a centralidade da dimensão político democrática**; 2003; Seminário; Brasil em Desenvolvimento; IE/UFRJ; FCC/UFRJ: Rio de Janeiro. 29/9/2003.

_____. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil da Era Vargas**. In: Seminário Internacional Getúlio Vargas, Da Vida para a História: O Legado de Getúlio Vargas, 2004, Porto Alegre. Anais do Seminário Internacional Getúlio Vargas. Porto Alegre, 2004. p. 01-10.

DINIZ, Eli. **Engenharia Institucional e Políticas Públicas: dos conselhos técnicos às**

câmaras setoriais. In: Repensando o Estado Novo. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

DINIZ FILHO, L. L.; BESSA, V. C. **Território e Política: as Mutações do Discurso Regionalista no Brasil.** Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 27-38, 1995.

DIXIT, A **the making of economic policy: A transaction-cost politics perspective.** Cambridge: MIT Press, 1996.

DOWBOR, L. Brasil: **Tendências de La gestión social,** 2003.

_____. **No vácuo do estado. Entrevista a Erico firmo. Poder local,** março, 2004.

DOLES, D. E. M. **Interpretação histórica da economia de Goiás e posicionamento do setor agropecuário no contexto econômico e social da região.** Goiânia: CEPA, 1979.

DUARTE, Ana Tereza Sotero. **O ordenamento territorial como base para uma nova política de desenvolvimento regional para o semi-árido.** Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Fevereiro, 2002.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura.** São Paulo – SP: EDUSP, 2003

EGLER, Cláudio A. G. **Questão regional e gestão do território no Brasil** Publicado como capítulo em CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C. & EGLER, C. A. G. ; MATTOS, Margarida, M. C. L. Federalismo e gestão do território: as regiões integradas de desenvolvimento. In: V Encontro Nacional da ANPEGE, 2003, Florianópolis. ANPEGE - Contribuições Científicas. São Paulo: ANPEGE, 2003.

_____. C. A. **As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise.** Revista Brasileira de Geografia, 1991, vol. 53 n. 3, p. 229-245.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.* Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2007.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Política econômica, neoliberalismo e agricultura.** In: Costa, L. F. de C; FLEXOR, G.; SANTOS, R. Mundo rural brasileiro ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro – RJ: EDUR, 2008.

FLEXOR, G. LEITE, **Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas.** In: DELGADO, N. G.; LIMA, E. N.; MOREIRA, R. J. (ORGS). Mundo Rural IV configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Manuad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2007.

_____. **Capital e política agrária no Brasil: 1930 – 1980.** In: SZMEWXSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Orgs.). História do Brasil contemporâneo. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FERREIRA, D. F; FERNANDES FILHO, J. F.; **Análise das transformações Recentes na Atividade Agrícola da Região de Goiás.** 1970/1995-6. In: FERREIRA, S. L. GARTENKRAUT, M. **Brasil: uma análise do Plano Plurianual - PPA 2000/2003.** Relatório técnico. Brasília: IPEA. 2002. 85 p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREY, K. **Políticas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática de análise de políticas públicas no Brasil**. **Planejamento e Políticas**, Brasília, IPEA, 21, jun, 2000.

_____. **Crise do Estado e Gestão Municipal: a política ambiental em Santos e Curitiba**. In: Revista de Ciências Humanas, 1997

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estudos para a redefinição do programa do desenvolvimento dos cerrados/POLOCENTRO**. Belo Horizonte: 1984.

FURTADO, C. **Brasil – A construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília / Rio de janeiro: IPEA, 2001.

GOBBI, W. A. O. **Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais da década de 1970**. Caminhos de Geografia – revista on line. GOIÁS (ESTADO). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Goiás em Dados. 2003. Goiânia, 2003.

GODOY, P. **Uma reflexão sobre a produção do espaço**. Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 29-42, jun. 2004.

GOIÁS. **Revista Economia & Desenvolvimento**. nº13.outubro – dezembro 2003. Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás- SEPLAN. 2003

GOMES, PAULO CESAR DA COSTA. **Geografia e modernidade** Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, I.; GOMES, P. CORRÊA, R. Orgs. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, C. **A cooperativa mista dos produtores rurais do sudoeste Goiano LTDA (COMIGO) e desenvolvimento da região de Rio Verde – GO**. In: PEREIRA, S. L. O agronegócio nas terras de Goiás. Uberlândia: Ed. UFU, 2003.

GONÇAVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960 – 1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOTTMAN, J. **The significado of territory**, Charlottesvile, University Press of Virginia, 1973.

GRAZIANO, J. da S.(ORG.) **Do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: GRAZIANO, J. da S. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

GUIMARÃES, E. N.; RIBEIRO, Rosana Aparecida. **A nova fronteira industrial do sudeste de Goiás**. Multiciência (UNICAMP), v. 6, p. 22, 2006.

HAESBAERT, R. **Regional Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil 2010.

_____. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói, UFF, (mimeo), 1999.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

_____. **O mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª Edição. 2004/2006

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**, São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HEIDRICH, L. A. **Espaço e Multiterritorialidade entre Territórios: reflexões sobre a abordagem territorial**. In: COSTA, B. P.; PEREIRA, R.S; SOUZA, E. B. C. (orgs.) Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporal. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

HESPAHOL, A. N. **A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro**. In: MENEGUETTE JUNIOR, M.; ALVES, N. (Orgs.) FCT 40 anos, perfil científico educacional. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999.

_____. **A expansão da agricultura moderna em bases empresariais e a integração do Centro-Oeste ao mercado nacional**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente: AGB, N° 22, 2000.

IAMAMOTO, M.. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo. Cortez. 7ª Edição, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Indicadores da Produção Agroindustrial 1990/2001**. Rio de Janeiro: IBGE 2007.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses S. **Gestão Ambiental Urbana – Da reflexão global à ação local**. Dissertação (Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. 2000.

KEINER M. (ed.). **The Future of Sustainability**. Springer. Netherlands. 2006.

KLINK, C. A.; MOREIRA, A. G. Past and current human occupation, and land use. In: OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R. J. (eds). The cerrados of Brazil – Ecology and natural history of a Neotropical savanna. Columbia University Press, 2002.

KOGA, D. H. U; NAKANO, A. K. **Perspectivas territoriais e regionais para as políticas públicas brasileiras**. Caderno ABONG, Brasília, p. 68-74, 2005.

_____. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LABAIG, H. C. **O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista do sudoeste goiano: 1960 – 1990**. 1995. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

LACERDA JÚNIOR, B. **Modernização da Agricultura e transformações no espaço rural e urbano de Rio Verde – GO.** Dissertação Mestrado do Instituto de Estudos Sócio Ambientais – IESA – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia - GO, 2004.

LAYRARGUES, P. P. **Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo.** Revista de Administração de Empresas / EAESP/FGV. n.2. vol. 40 – p.80-88. Abr/Jun. São Paulo, 2000.

LEFEBVRE, H. **Le droit à La ville – suivi de Espace et politique.** Paris: Éditions Anthropos, 1972

_____. Espaço e Política. Belo Horizonte MG: Editora UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade.** Tradução de Eduardo Frias Rubens. São Paulo: Centauro, 1991.

_____. **A práxis: relação social como processo.** In: FORACCHI, M.; MARTINS, J. de S. Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

LEMOS Mauro Borges. **Projeto Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro** Relatório Regionalização: Análise da Experiência Brasileira Recente. Face/Cedeplar-Ufmg Belo Horizonte, Setembro de 2004.

LOPES, J. R. B. **Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo.** Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** Tradução: Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

LOJKINE, J. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 2002.

LUNAS, D. A. L.; ORTEGA, A C. **A Constituição do Complexo Agroindustrial da Soja no Sudoeste Goiano.** In: PERREIRA, S. L. XAVIER, C. L. (Orgs.) O Agronegócio nas terras de Goiás. Uberlândia: EDUFU, 2003.

MAFRA FILHO, Francisco de Salles Almeida. **Administração pública burocrática e gerencial.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 21, 31/05/2005

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A.; RUA, J. Abordagens teórico-metodológicas em Geografia agrária. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007

MARTINS, J. S. **As temporalidades da história na dialética de Lefebvre.** In José de Souza Martins, Henri Lefebvre e o retorno à dialética, São Paulo, Hucitec, 1996.

MASAN, Patrícia. **Sudeste Goiano discute Desenvolvimento Sustentável.** Agência SEBRAE de Notícias- Goiás. 10 ago.2005.

MARSH, D.; RHODES, R. A W. **Policy communities and issue networks: beyond typology.** In: MARSH, D.; RHODES, R. A W. Policy networks in British government. Oxford: Clarendon Press, 1992.

MATOS, PATRICIA F. de; PESSOA, V. L. S. As Tramas Socioespacial do agronegócio no sudeste goiano. Anais XVI Nacional dos Geógrafos: Crise, Praxes e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esperança, Espaços de Diálogos e Práticas. Porto Alegre, 2010

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil após o II PND**. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2002.

MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, IVANIRA. **Tradição versus tecnologia as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre editora da UFRGS, 2009

MEDEIROS, M. C. **Industrialização e agricultura: O complexo agroindustrial do Arroz de Santa Catarina**. Cascavel PR: EDUNIOESTE, 2006.

MELO Marcus André. **Desenvolvimento Urbano: Cidades Sustentáveis e Qualidade de Vida**. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II. Rio de Janeiro: Manuad/BNDES, 2002, v.3, p.337 -362.

MMA- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Workshop. **Dez Anos do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil: avaliação e perspectivas**. Brasília: CD-ROM, Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, 2000.

MONTE-MÓR, Roberto Luís M. **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro** Relatório: A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil Contemporâneo CEDEPLAR-UFGM. Belo Horizonte, fevereiro de 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico** Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto. 2006.

MOREIRA, R. **O Círculo e a Espiral: a crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro. Ed. Obra Aberta. 1993.

MOURA, S. **Inovações municipais no Brasil recente: impulsos da democratização e da crise**. In: CLALAT, A.; FACHIN, R. C. (ORG) Governo municipal na América Latina: inovações e perplexidades. Porto Alegre: Sulina/Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

MOYANO, E. **La agricultura entre el nuevo y el viejo corporatismo**. In: GINER, S.; YRUELA, M. P.(Coord.) El corporatismo em Espana. Barcelona: Ariel, 1989.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. Paris: PUF, 2004.

MULLER, C. C. **Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste**. In: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 1990.

NADIN, Vincent. **Spatial Planning and Sustainable Development**. European Regional Sustainable Development Network Policy Seminar Asturias, 3-4 April 2003.

NOVAES, Washington. **Agenda 21: Um Novo Modelo de Civilização**. In Caderno de

Debates Agenda 21 e Sustentabilidade. MMA – Ministério do Meio Ambiente Brasília. 2003.

OLIVEIRA, G. M. de. **Século XXI: Território, Estado e Globalização**. Caxias do sul: EDUCS, 2002.

PAULA, F. S.; SALES, M. C. L. **O Zoneamento Ecológico-Econômico como Instrumento do Planejamento Ambiental**. II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica João Pessoa PB 2007. PASCHOAL, Júlio. **Políticas Públicas: O Desenvolvimento Regional em Goiás**. Jornal Opção Online. Goiânia. 16 a 22 de out. 2005. Economia.

PAULILLO, L. F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos**. São Carlos: Rima: Editora da UFSCar, 2000.

PENALVA SANTOS, A. M. S. **Reestruturação espacial e dinâmica econômica**. Rio de Janeiro: Nemesys, 1998. (texto para discussão).

PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. (ORGS) **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia – MG: EDUFU, 2003.

PESSOA, V. L. S. **As tramas socioespaciais do agronegócio no sudeste goiano**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. AGB. Porto Alegre, 2010.

PORTER, M. **Clusters and the economics and competition**. Harvard Bussines Review, Nov-dez, 1998.

POSSAS, M. **Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial: implicações para o Brasil**. In: Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira: discutindo mudanças. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária. 1996.

RACINE, J. B. **Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 45(1), jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBAS, A.D.; SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unoeste, 2004.

RIBAS, O. T. **A sustentabilidade das cidades: instrumentos de gestão urbana para a construção da qualidade ambiental**. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. 2003.

ROUANET, S. P. **As Razões do Iluminismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RÜCKERT, Aldomar A. **A política nacional de ordenamento territorial, Brasil: uma política territorial contemporânea em construção** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales vol. xi, núm. 245 (66), 1 de agosto de 2007. Universidad de Barcelona. 2007.

_____. **Usos do Território e políticas territoriais Contemporâneas: alguns cenários no Brasil, União Europeia e Mercosul**. Revista de Geopolítica, Ponta Grossa –

PR. V. 1 n. 1 p. 17 -32, jan./jun. 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Development and Ethics: whither Latin America?** National Development Strategies in the Globalization Age. Paper prepared for the IDB meeting on Ethics and Development, Buenos Aires, September 5-6, 2002.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Estúdio Nobel/ Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP). 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008

_____. **Economia Espacial**. São Paulo: EDUSP 2003

_____. **Ensaio de Geografia Contemporânea**. São Paulo: EDUSP 2001

_____. **Espaço e Método**. Coleção Espaços. São Paulo: Nobel, 1985..

_____. **Espaço e Sociedade**. Ensaio: Vozes Petrópolis, 1979

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: EDUSP 2008

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec 1988

_____. **O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI**

_____. **O Espaço Dividido**. São Paulo: EDUSP 2004

_____. **O Retorno do território**. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território, Globalização e fragmentação, 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma geografia Nova**. São Paulo: EDUSP 2002

_____. **Território e Sociedade**. São Paulo: editora fundação Perseu abramo 2001.

_____. (1992): **A redescoberta da natureza**. (aula inaugural da Fac. Filos. Letras Cienc. Humanas da USP, São Paulo). Disponível em <<http://scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n1407.pdf>>. Acesso em 10/10/2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: expressão popular, 2007.

SAQUET, M. A.; SANTOS, R. dos (Orgs.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, S. E. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: expressão popular: UNESP, 2009.

SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de **Leituras do conceito de território e de processos**

espaciais. São Paulo: expressão popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SCARDUA, Fernando Paiva; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. **Descentralização da política ambiental no Brasil.** Revista Sociedade e Estado, v. 18, n. 1/2, p. 291-314, 2003.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. Regiões de Planejamento do Estado de Goiás-2006 **Portal SEPIN** – Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. 2007.

_____. **Espaço e dominação: uma abordagem marxista à geografia,** in Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Alguns problemas da contribuição marxista à geografia,** in Milton Santos (org.), Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCHMIDT, J. P. **Gestão de políticas públicas: elementos de um modelo pós-burocrático e pós-gerencialista.** In: REIS, J, R. LEAL, R. G. (ORGS.) Direitos sociais & Políticas Públicas. Santa Cruz do Sul: UDINISC, 2007.

SEARLE, John R. **Intencionalidade: Um ensaio em Filosofia da Mente.** Trad. Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SERRA M. A.; FERNANDEZ, Ramón Garcia. **Perspectivas de Desenvolvimento da Amazônia: Motivos para o Otimismo e para o Pessimismo.** Economia e Sociedade, 2004.

SILVA, Pedro L. B.; COSTA, Nilson R. **Avaliação de políticas públicas na América do Sul.** A avaliação de programas públicos: uma estratégia de análise. V Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 - 27 Oct. 2000.

SILVA, P; MELO M. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos.** Campinas: NEPP, Caderno 48. 2000.

STORPER, Michael. **Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas.** In: LAVINAS, Lena. CARLEIAL, Liana M.; NABUCO, Maria R. (orgs.). Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1994.

SMITH, N. **Geografia, difencia y lãs políticas de escala.** Terra Livre, 2002, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 127-146. 2002.

SILVA, Ronaldo da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia. 2002.

SILVA, Solange Teles da. **Políticas Públicas e Estratégias de Sustentabilidade Urbana.** In; Hiléia-Revista de Direito Ambiental da Amazônia, Manaus, v.1, n°1/agosto dezembro 2003.

SOUZA, M. A. A. de.; **Território Brasileiro usos e abusos**. Campinas: edições territorial, 2003.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. CORRÊA, R. Orgs. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SILVA, G. de V. da. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira. Entre limites Globais e articulação local**. Porto Alegre: UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2006. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SCHMIDT, J. P.; **Gestão de políticas públicas: elementos de um modelo pós - burocrático e pós – gerencialista**. In: REIS, J. R.; LEAL, R. G. (orgs)

STEIBERGER, M. (org.) **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: paralelo 15, LGE Editora, 2006.

_____. **Região Centro-Oeste: uma Visão Geopolítica. Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 3, n. 1/2, p. 31-49, 2000.

_____. **Território, ambiente e política pública espaciais**, Brasília: paralelo 15 e LGE editora, 2006.

SWYNGEDOUW, E. **Neither global nor local. Glocalization and the politics of scale** em COX, K. (Ed) Spaces of globalization: reasserting the Power of the local. New York/London: Guilford Press/Longman, 1997, 9. 137-166.

SZMRECSÁNY, T.; MOREIRA, E. P. **O desenvolvimento da agroindústria canieira no Brasil desde a segunda guerra mundial**. Estudos Avançados, 1991.

UNICEF. **Guide for monitoring and evaluation**. New York, 1990. Disponível em: <<http://www.preval.org/documentos/00473.pdf>>. Acesso em: 10 mar 2008

VEIGA, J. E. **O papel do território: uma visão histórica**. In: Estratégias de combate à pobreza rural no Brasil: Situação atual e perspectivas. 2005, Campinas, SP. Anais do Seminário Estratégias de combate à pobreza rural no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 2005.

_____. **Territórios para um desenvolvimento sustentável**. Ciência & Cultura, São Paulo, 24, jan. 2006.

_____. **A face territorial do desenvolvimento**. In: XXVII Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 1999, Belém, PA. Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia, 1999.

VAINER, C. B. **Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas de ação política**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2006, vol. 8, n. 2, p. 9-29.

VILELA, S.L.O. **Globalização e emergência de múltiplas ruralidades:** reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

XAVIER M. A. de M. **Os elos entre os circuitos da economia urbana brasileira no atual período.** Tese de Doutorado apresentado ao Instituto de Geociências, UNICAMP, Pós Graduação em Geografia. Campinas, 2002.